



REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES

ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

**LIGA
PORTUGAL**
CRIA TALENTO

REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES

ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

Com as alterações aprovadas nas reuniões extraordinárias da Assembleia Geral de 27 de junho de 2011, 14 de dezembro de 2011, 21 de maio de 2012, 28 de junho de 2012, 27 de junho de 2013, 20 de junho de 2014, 19 e 29 de junho de 2015, 21 de outubro de 2015, 15 de março de 2016, 28 de junho de 2016, 07 de fevereiro de 2017, 12 de junho de 2017, 29 de dezembro de 2017, 27 de fevereiro de 2018, 27 abril de 2018, 25 de maio de 2018, 29 de junho de 2018, 22 de maio de 2019, 08 de junho de 2020, 28 de julho de 2020, 30 de setembro de 2020, 02 de junho de 2021, 21 de dezembro de 2021, 07 de junho de 2022, 15 de maio de 2023, 23 de abril de 2024, 11 de junho de 2025 e 27 de junho de 2025.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	6
DISPOSIÇÕES GERAIS	6
CAPÍTULO II	12
ORGANIZAÇÃO TÉCNICA	12
CAPÍTULO III	15
COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL	15
SECÇÃO I	15
LIGA PORTUGAL 1	15
SECÇÃO II	17
LIGA PORTUGAL 2	17
SECÇÃO III	20
LIGA PORTUGAL 1 E LIGA PORTUGAL 2	20
SECÇÃO IV	22
TAÇA DA LIGA	22
CAPÍTULO IV	22
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	22
CAPÍTULO V	25
CONDIÇÕES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS	25
CAPÍTULO VI	26
JOGOS	26
CAPÍTULO VII	57
EQUIPAMENTOS	57
CAPÍTULO VIII	58
JOGADORES	58
SECÇÃO I	58
PARTICIPAÇÃO, LICENCIAMENTO E REGISTO	58
SECÇÃO II	71
DIREITOS E DEVERES	71
CAPÍTULO IX	71
TREINADORES MÉDICOS E MASSAGISTAS	71
CAPÍTULO X	73
ORGANIZAÇÃO COMERCIAL	73
CAPÍTULO XI	76
TRANSMISSÕES TELEVISIVAS E RADIOFÓNICAS	76
CAPÍTULO XII	83
ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA DOS JOGOS	83
CAPÍTULO XIII	88
PROTESTOS DOS JOGOS	88

CAPÍTULO XIV	89
IMPUGNAÇÕES	89
SECÇÃO I	89
IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA	89
SUBSECÇÃO I	89
GENERALIDADES	89
SUBSECÇÃO II	89
RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA	89
SUBSECÇÃO III	91
RECURSO PARA O CONSELHO DE JUSTIÇA	91
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	93
ANEXOS	94
ANEXO I	95
REGULAMENTO DO FAIR-PLAY	95
ANEXO II	99
REGULAMENTO PARA A INSCRIÇÃO DE JOGADORES DESEMPREGADOS	99
ANEXO III	100
REGULAMENTO DA TAÇA DA LIGA	100
ANEXO IV	109
REGULAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E CONDIÇÕES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS	109
ANEXO V	126
REGULAMENTO DE INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EQUIPAS B	126
ANEXO VI	132
REGULAMENTO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	132
CAPÍTULO I	132
DISPOSIÇÕES GERAIS	132
CAPÍTULO II	133
PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA	133
SECÇÃO I	133
PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS E DE SEGURANÇA EM TODOS OS JOGOS E COMPETIÇÕES	133
SECÇÃO II	141
PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS E DE SEGURANÇA NOS JOGOS DE RISCO ELEVADO	141
CAPÍTULO III	142
PROCEDIMENTOS EM CASO DE MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA, RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA	142
SECÇÃO ÚNICA	142
PROCEDIMENTOS EM TODOS OS JOGOS DAS COMPETIÇÕES	142
CAPÍTULO IV	144
REGIME SANCIONATÓRIO	144
ANEXO VII	145
MANUAL DO OFICIAL DE LIGAÇÃO AOS ADEPTOS	145
ANEXO VIII	148
MAQUETE	148
ANEXO IX	149
MAQUETE	149
ANEXO X	150

REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES

ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

PLANO DE CÂMARAS MÍNIMO	150
ANEXO XI	153
REGULAMENTO DE EQUIPAMENTOS	153
CAPÍTULO I	153
ÂMBITO DE APLICAÇÃO	153
CAPÍTULO II	153
PROCESSO DE APROVAÇÃO	153
CAPÍTULO III	155
EQUIPAMENTO DOS JOGADORES	155
ANEXO XII	159
REGULAMENTO DO MECANISMO DE APOIO AOS CLUBES DESPROMOVIDOS À LIGA PORTUGAL 2	159
ANEXO XIII	161
PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA	161
ANEXO XIV	179
SISTEMA MULTIBOLAS	179
ANEXO XV	181
PROTOCOLO PARA SUBSTITUIÇÃO ADICIONAL E PERMANENTE POR CONCUSSÃO	181

REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Norma habilitante

O presente Regulamento é adotado ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro.

Artigo 2.º

Disposições preliminares

1. Todas as referências do presente Regulamento a clubes reportam-se a sociedades desportivas, bem como às respetivas equipas B, salvo se o contrário resultar expressamente.
2. As competências atribuídas no presente Regulamento à Liga Portuguesa de Futebol Profissional (Liga Portugal) sem expressa indicação do órgão ao qual incumbe exercê-las cabem à Direção da Liga Portugal.
3. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a Direção da Liga Portugal pode delegar qualquer das competências que lhe sejam conferidas pelo presente Regulamento, incluindo as previstas no número anterior, em qualquer um dos seus membros, com faculdade de subdelegação em qualquer um dos Diretores Executivos ou funcionários qualificados dos serviços da Liga Portugal.
4. Mesmo em caso de delegação ou subdelegação, o Presidente da Liga Portugal pode, em qualquer momento e sempre que o entender conveniente ou necessário, avocar para a Direção da Liga Portugal, para si próprio, para qualquer um dos Vogais da Direção da Liga Portugal ou para qualquer um dos Diretores Executivos o exercício num caso concreto de qualquer competência cujo exercício tivesse sido delegado ou subdelegado nos termos do número anterior.
5. No caso de delegação ou subdelegação de competências, compete ao delegado ou ao subdelegado, respetivamente, conhecer das reclamações interpostas das decisões por si proferidas, sem prejuízo do disposto no número anterior.
6. As decisões de delegação ou subdelegação de competências serão publicadas mediante comunicado oficial.
7. Fazem parte integrante do presente regulamento os respetivos anexos.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente regulamento, considera-se:

- a) «**agente desportivo**» os dirigentes dos clubes e demais funcionários, trabalhadores e colaboradores dos clubes, os jogadores, treinadores, auxiliares técnicos, árbitros e árbitros

assistentes, observadores dos árbitros, delegados da Liga Portugal, agentes das forças de segurança pública, diretor de segurança/ponto de contacto para a segurança, coordenadores de segurança, assistentes de recinto desportivo (ARDs), médicos, massagistas, oficiais de ligação de adeptos, maqueiros dos serviços de emergência e assistência médica, bombeiros, representante da proteção civil, apanha-bolas, repórteres e fotógrafos de campo e, em geral, todos os sujeitos que desempenhem funções ou exerçam cargos no decurso das competições organizadas pela Liga Portugal e nessa qualidade estejam acreditados, bem como os membros dos órgãos sociais, dos órgãos técnicos permanentes e das comissões eventuais da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (Liga Portugal);

- b) «**anel ou perímetro de segurança**» o espaço, definido pelas forças de segurança, adjacente ou exterior ao recinto desportivo, cuja montagem ou instalação é da responsabilidade do clube visitado, compreendido entre os limites exteriores do recinto desportivo, delimitado por vedação permanente ou temporária e dotado de vãos de passagem com controlo de entradas e de saídas, destinado a garantir a segurança do jogo;
- c) «**assistente de recinto desportivo**», ou, abreviadamente, «**ARD**», o vigilante de segurança privada especializado, direta ou indiretamente contratado pelo clube visitado, com as funções, deveres e formação definidos na legislação aplicável ao exercício da atividade de segurança privada;
- d) «**clube**» a sociedade desportiva e a respetiva equipa B, salvo quando o contrário resultar expressamente;
- e) «**clube fundador**» a associação desportiva que, nos termos legais, se transformou em sociedade desportiva, ou cuja equipa adquiriu personalidade jurídica sob a forma de sociedade desportiva;
- f) «**clube visitado**» o clube promotor do espetáculo desportivo, a quem, salvo disposto em contrário, compete a respetiva organização;
- g) «**complexo desportivo**» o conjunto de terrenos, construções e instalações destinado à prática desportiva de uma ou mais modalidades, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas;
- h) «**coordenador de segurança**» o profissional de segurança privada, com habilitações e formação técnica adequadas, contratado para a prestação de serviços no recinto desportivo, que é o responsável operacional pelos serviços de segurança privada no recinto desportivo e a quem compete, nomeadamente, chefiar e coordenar a atividade dos ARD, bem como zelar pela segurança no decorrer do espetáculo desportivo, atuando segundo a orientação do diretor de segurança;
- i) «**diretor de segurança**», a pessoa singular, representante do clube, com formação específica adequada, que integre os seus órgãos sociais ou a este se encontre diretamente vinculado por contrato de trabalho, permanentemente responsável por todas as matérias de segurança do clube, nomeadamente pela execução dos planos e regulamentos de prevenção e de segurança, pela ligação e coordenação com as forças de segurança, o serviço municipal de proteção civil (SMPC), os bombeiros, a Liga Portugal, os serviços de assistência médica e os voluntários, se os houver, bem como pela orientação do coordenador de segurança e orientação e gestão do serviço de segurança privada;

- j) «**dirigentes dos clubes**» os titulares dos respetivos órgãos sociais e os respetivos diretores e quaisquer outros funcionários ou colaboradores que, independentemente do respetivo vínculo contratual, desempenhem funções de direção, chefia ou coordenação na respetiva estrutura orgânica, bem como os respetivos mandatários;
- k) «**oficial de ligação aos adeptos**», ou, abreviadamente «**OLA**», o representante do clube responsável por assegurar a comunicação eficaz entre os adeptos e o clube, os demais clubes, os organizadores das competições, as forças de segurança e a segurança privada, com o propósito de facilitar a organização dos jogos, a movimentação dos adeptos e de prevenir comportamentos desviantes;
- l) «**equipa B**» a equipa secundária de cada clube, criada no seio deste, encontrando-se competitivamente subordinada à equipa principal;
- m) «**espetáculo desportivo**» o evento no âmbito do qual se realiza o jogo oficial, decorrendo desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo;
- n) «**estádio**» também designado «**recinto desportivo**», o local destinado à prática do futebol, confinado ou delimitado por muros, paredes ou vedações, em regra com acesso controlado e condicionado, incluindo espaços de domínio público ou privado, permanentes ou temporários, que sejam destinados ou associados à realização do espetáculo desportivo;
- o) «**estádio neutro**» aquele onde se dispute um jogo oficial e que não tenha sido indicado por nenhum dos clubes intervenientes como sendo o utilizado na condição de visitado;
- p) «**estádio neutralizado**» aquele que, embora corresponda ao que tenha sido indicado por algum dos clubes intervenientes como sendo o utilizado na condição de visitado, é considerado como estádio neutro para efeitos desse concreto jogo aí disputado;
- q) «**funcionário**» qualquer pessoa que, de modo profissional, desempenhe num clube um qualquer cargo ou função, independentemente da natureza jurídica do vínculo em que se encontre provido e ainda que exerça esse cargo ou função a tempo parcial;
- r) «**grupo organizado de adeptos**», ou, abreviadamente, «**GOA**», o conjunto de pessoas, filiadas ou não em associação legalmente constituída, que atuam de forma concertada, nomeadamente através da utilização de símbolos comuns ou da realização de coreografias e iniciativas de apoio a clubes, associações ou sociedades desportivas, com carácter de permanência;
- s) «**jogo oficial**» o jogo disputado no âmbito das competições organizadas pela FPF e pela Liga Portugal;
- t) «**Leis do Jogo**» as normas que regulam o jogo do futebol, aprovadas pelo *International Football Association Board* (IFAB);
- u) «**patrocinador principal**» o patrocinador a quem tenha sido cedido o direito de denominação da competição (*naming sponsor*);
- v) «**patrocinador**» a entidade a quem a Liga Portugal confira a condição de patrocinador (ou *sponsor*), parceiro (ou *partner*) ou fornecedor (ou *supplier*);
- w) «**retângulo de jogo**» a parcela do terreno de jogo onde, nos termos das Leis do Jogo, se disputa o jogo de futebol;
- x) «**terreno de jogo**» a superfície onde se desenrola a competição, incluindo as zonas de proteção definidas de acordo com os regulamentos internacionais do futebol;

- y) «**título de ingresso**» o bilhete, cartão, convite ou outro documento que permita a entrada em recintos desportivos, qualquer que seja o seu suporte;
- z) «**zona técnica**» a área adjacente ao retângulo de jogo definida pela Comissão Técnica de Vistorias nos termos do artigo 60.º do presente regulamento.
- aa) «**ficha técnica do estádio**», documento elaborado pela Liga Portugal contendo a informação resumida do estádio, incluindo a denominação oficial, localidade, delimitação da zona técnica, definição dos lugares de estacionamento técnico, do número de lugares dos bancos de suplentes e suplementares, dimensões do relvado, características da iluminação, identificação dos setores destinado aos adeptos do clube visitante e visitado, identificação dos lugares dos convites regulamentares, localização da comunicação social, da zona de *flash interview*, da câmara master de TV, publicidade da Liga Portugal, mapa de percurso pedonal da equipa visitante até ao balneário e *countdown*.
- bb) «**jogador formado localmente**» aquele que, entre os 15 anos, ou no início da época desportiva em que atinge essa idade, e os 21 anos, ou no termo da época desportiva em que atinge essa idade, independentemente da sua nacionalidade e idade, esteve registado por clubes integrados na FPF, de forma continuada ou interpolada, por 3 épocas desportivas completas ou por 36 meses ou o jogador com idade entre os 15 e os 18 anos, inclusive, que nunca tenha sido inscrito por outra federação nacional. Para os efeitos deste conceito é contabilizada a época desportiva imediatamente:
 - § anterior à do 15.º aniversário do jogador, caso faça anos após o último jogo da respetiva competição, mas antes de 30 de junho;
 - § posterior à do 21.º aniversário do jogador, caso faça anos a partir do dia 1 de julho, mas antes do primeiro jogo da respetiva competição.
- cc) «**espetáculo desportivo**» o evento desportivo onde se encontra englobado o jogo de futebol realizado sob a égide da mesma entidade desportiva e decorra desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo;
- dd) «**Zona com condições especiais de acesso e permanência de adeptos**», ou «**ZCEAP**», a área específica do recinto desportivo, onde é permitida a utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1m por 1m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas.
- ee) «**equipa técnica**» o grupo de agentes desportivos coordenados pelo treinador principal, que inclui treinadores-adjuntos e de guarda-redes, analistas, preparadores físicos, e seus auxiliares.

Artigo 4.º

Época desportiva

1. A época desportiva das competições organizadas pela Liga Portugal tem início em 1 de julho e termina em 30 de junho do ano seguinte.
2. A Liga Portugal poderá, em caso de força maior e em circunstâncias excecionais, devidamente justificadas, prorrogar o termo da época desportiva, assim como suspender total ou parcialmente qualquer competição oficial por si organizada.

Artigo 5.º

Suspensão anual

Salvo casos especiais, devidamente autorizados pela Liga Portugal ou previstos neste Regulamento, os clubes não podem participar em jogos oficiais durante o período de suspensão anual, o qual decorre de 31 de maio a 30 de junho.

Artigo 6.º

Atividade oficial

Considera-se atividade oficial a que respeita à participação na Liga Portugal 1, na Liga Portugal 2, na Taça da Liga, na Taça de Portugal, na Super Taça Cândido de Oliveira e em quaisquer outras provas que sejam organizadas, quer pela Liga Portugal, quer pela FPF.

Artigo 7.º

Denominação das competições

1. Consideram-se competições organizadas pela Liga Portugal, em coordenação com a FPF, as seguintes:
 - a) Liga Portugal 1;
 - b) Liga Portugal 2;
 - c) Taça da Liga.
2. A Liga Portugal pode, no âmbito de contratos de patrocínio, acordar com entidades terceiras uma diferente denominação oficial para qualquer uma das competições referidas no número anterior, que será divulgada por comunicado oficial, com a indicação das épocas desportivas por que se destina a vigorar.
3. A denominação oficial de cada uma das competições é de utilização obrigatória e substitui todas as referências dos regulamentos da Liga Portugal às designações genéricas das alíneas do n.º 1 a partir da respetiva divulgação em comunicado oficial.
4. A Liga Portugal é titular do nome e imagem das competições por si organizadas, nomeadamente siglas, insígnias, marcas e logótipos.

Artigo 8.º

Participação obrigatória

1. As competições oficiais referidas no n.º 1 do artigo anterior são de participação obrigatória para os clubes que tenham sido qualificados para as mesmas.
2. Os clubes admitidos a participar na Liga Portugal 1 e na Liga Portugal 2 participam obrigatoriamente na Taça de Portugal, e, quando qualificados, na Super Taça Cândido de Oliveira, nos termos dos regulamentos federativos em vigor.
3. O regime de participação das equipas B em competições desportivas é regulado nos termos do ANEXO V do presente regulamento.

Artigo 9.º

Estrutura jurídica dos clubes

1. Os clubes participantes na Liga Portugal 1 e na Liga Portugal 2 devem constituir-se, nos termos da lei, sob a forma de sociedade desportiva.
2. Os clubes participantes na Liga Portugal 1 e na Liga Portugal 2 devem fazer corresponder o seu ano fiscal à época desportiva, ou seja, de 1 de julho a 30 de junho.
3. As sociedades desportivas unipessoais por quotas que participem na Liga Portugal 1 e na Liga Portugal 2 devem prever nos respetivos estatutos a existência de um órgão de fiscalização, nos termos do n.º 1 do artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais.

Artigo 10.º

Licenciamento para participação nas competições organizadas pela Liga Portugal

1. A Liga Portugal, ouvida a Comissão de Auditoria, determinará, até 20 de maio de cada ano, os requisitos de participação nas competições organizadas pela Liga Portugal, respeitantes à época seguinte, bem como as regras relativas ao procedimento de candidatura e o prazo de apresentação desta.
2. Na determinação dos requisitos devem, obrigatoriamente, constar o cumprimento das obrigações previstas nas alíneas a) a e) do artigo 12.º da portaria n.º 50/2013, de 5 de fevereiro.
3. As candidaturas devem ser instruídas com todos os elementos exigidos pela Liga Portugal nos termos do n.º 1, bem como declaração prevista na parte final do n.º 5 do artigo 12.º dos Estatutos da Liga Portugal.
4. A declaração prevista no número anterior deve conter o reconhecimento, nos termos das leis notariais, das assinaturas dos subscritores e da sua qualidade e suficiência de poderes de representação e vinculação do clube.
5. Além da declaração prevista no n.º 3, os clubes candidatos que não sejam associados da Liga Portugal devem igualmente instruir a sua candidatura nos termos previstos no artigo 12.º dos Estatutos da Liga Portugal.
6. Concluída a instrução, os clubes têm o direito de ser ouvidos antes de tomada a decisão final, devendo ser informados sobre o sentido do parecer da Comissão de Auditoria.
7. A Liga Portugal notificará os clubes para, em prazo não inferior a cinco dias úteis, dizerem o que se lhes oferecer.
8. A notificação fornecerá os elementos necessários para que os clubes fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão.
9. Na resposta, os clubes podem pronunciar-se sobre as questões suscitadas ou suprir os vícios e irregularidades verificados.
10. Em caso de indeferimento, a decisão final da Liga Portugal deve ser fundamentada.
11. O deferimento da candidatura confere ao clube o direito a participar nas competições de desportos eletrónicos (eSports) que a Liga Portugal organize, consoante o quadro competitivo em vigor e o escalão a que foi admitido.

Artigo 11.º

Dos recursos

Da decisão da Liga Portugal cabe recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto.

Artigo 12.º

Divulgação dos clubes participantes

1. A Liga Portugal divulgará anualmente a relação definitiva dos clubes participantes em cada uma das competições acima previstas, no prazo de 24 horas após a decisão final proferida no âmbito do procedimento previsto no artigo 10.º do presente regulamento, sem prejuízo dos casos em que a deliberação que admita a candidatura de um clube poder ficar condicionada à decisão que vier a ser proferida pela instância competente na ordem desportiva se, ao tempo da deliberação, existir decisão, pendente de recurso, sobre questões disciplinares que tenham reflexo no direito de participação em qualquer competição.
2. Os clubes constantes da relação referida no número anterior devem remeter à Liga Portugal, nos termos oportunamente definidos em comunicado oficial, os contactos de correio eletrónico para efeitos de realização de todas as notificações que lhes sejam dirigidas, sendo responsáveis pela manutenção desses contactos ativos.
3. As notificações referidas no número anterior consideram-se realizadas no dia útil seguinte ao do seu envio.
4. Os clubes devem remeter à Liga Portugal os contactos de correio eletrónico para os quais pretendem receber as notificações no dia de jogo no âmbito da plataforma informática de organização de jogo e-Liga, no prazo e através do modelo indicado em comunicado oficial da Liga Portugal.
5. Os clubes têm a obrigação de informar a Liga Portugal de qualquer alteração ao contacto referido no número anterior.

Artigo 13.º

Organização das competições

1. Cada competição será organizada segundo normas especiais que lhe são específicas e, no que estas não regularem, pelas normas gerais comuns a todas as provas previstas neste regulamento.
2. Os clubes devem cumprir as obrigações decorrentes dos patrocínios das competições.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO TÉCNICA

Artigo 14.º

Formato das Competições

As competições oficiais são a eliminar, por pontos ou mistas.

Artigo 15.º

Competições a eliminar

1. Nas competições a eliminar, a prova é realizada por fases, sendo excluídos os vencidos de cada fase até se apurarem os dois finalistas.
2. Em cada fase das competições a eliminar os clubes realizarão os jogos de acordo com o estabelecido na regulamentação respetiva.

Artigo 16.º

Competições por pontos

1. As competições oficiais por pontos terão obrigatoriamente duas voltas simétricas e os participantes encontrar-se-ão todos entre si, uma vez na condição de visitados e outra na de visitantes, nos respetivos estádios, não sendo autorizada a inversão dos jogos.
2. Nas competições disputadas por pontos adotar-se-á a seguinte tabela:
 - a) em caso de vitória, três pontos;
 - b) em caso de empate, um ponto;
 - c) em caso de derrota, zero pontos.
3. A falta de comparência não justificada de um clube a jogo oficial de uma competição por pontos determina, nos termos previstos no Regulamento Disciplinar, a atribuição ao clube adversário dos três pontos correspondentes à vitória.

Artigo 17.º

Desempate em caso de igualdade de pontos

1. Para estabelecimento da classificação geral dos clubes que, no final das competições a disputar por pontos, se encontrarem com igual número de pontos, serão aplicados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios, segundo ordem de prioridade:
 - a) número de pontos alcançados pelos clubes empatados, no jogo ou jogos que entre si realizaram;
 - b) maior diferença entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos pelos clubes empatados, nos jogos que realizaram entre si;
 - c) maior diferença entre o número dos golos marcados e o número de golos sofridos pelos clubes nos jogos realizados em toda a competição;
 - d) maior número de vitórias em toda a competição;
 - e) maior número de golos marcados em toda a competição.
2. Se após a aplicação sucessiva dos critérios estabelecidos no número anterior ainda subsistir situação de igualdade, observar-se-á o seguinte critério de desempate:
 - a) havendo apenas dois clubes empatados:
 - i. realizar-se-á um jogo em estádio neutro, a designar pela Liga Portugal;
 - ii. se, findo o tempo regulamentar do jogo, se mantiver o empate, proceder-se-á a um prolongamento de 30 minutos, dividido em duas partes de 15 minutos;
 - iii. se, ainda assim, a situação de empate subsistir findo o tempo de prolongamento, apurar-se-á o vencedor através do sistema de marcação de pontapés de penálti, de acordo com o previsto nas Leis do Jogo;

- b) tratando-se de mais de dois clubes em situação de igualdade:
 - i. realizar-se-á uma competição a uma só volta, em estádio neutro, para encontrar o vencedor;
 - ii. se, finda esta competição, não se encontrar o vencedor e ficarem duas ou mais equipas empatadas, proceder-se-á ao desempate de acordo com os critérios fixados no n.º 1 deste artigo.
- 3. Para estabelecimento da classificação dos clubes em cada jornada serão aplicáveis, para efeitos de desempate, os critérios previstos no n.º 1. Caso ainda não se tenham realizado os dois jogos entre as equipas empatadas, não se aplica o critério previsto na alínea b) do n.º 1.
- 4. No caso previsto no número anterior, se depois de aplicados sucessivamente todos os critérios aí referidos dois ou mais clubes se mantiverem empatados atribuir-se-á a todos a mesma posição na tabela classificativa.

Artigo 18.º

Competições mistas

- 1. As competições mistas desdobram-se em fases que adotam o formato a eliminar e fases que adotam o formato de pontos.
- 2. É correspondentemente aplicável às competições mistas o disposto nos artigos antecedentes, consoante a natureza da fase em disputa.

Artigo 19.º

Ordem dos jogos nas competições oficiais

- 1. A ordem dos jogos nas competições é determinada por sorteio realizado pela Liga Portugal, nos termos especialmente previstos no presente regulamento.
- 2. O sorteio referido no número anterior está sujeito às condicionantes definidas pela Liga Portugal para cada época desportiva, sujeitas a prévia aprovação da Comissão Permanente de Calendários e divulgadas através de comunicado oficial.
- 3. As condicionantes referidas no número anterior terão por base os seguintes critérios:
 - a) Segurança e situação geográfica, impedindo as seguintes equipas de jogar simultaneamente em casa ou fora na mesma jornada:
 - SL Benfica e Sporting CP;
 - FC Porto e Boavista FC;
 - Vitória SC e da SC Braga;
 - Marítimo M, e CD Nacional.
 - b) Equilíbrio: evitar, na medida do possível que a mesma equipa dispute consecutivamente em casa ou fora, os seus jogos com as cinco equipas que, nas três épocas desportivas antecedentes, tenham tido melhor classificação média;
 - c) Deslocações às ilhas: evitar, na medida do possível, que a mesma equipa tenha duas deslocações consecutivas às Regiões Autónomas;
 - d) Calendário das competições oficiais: evitar, na medida do possível, que um clube que dispute um jogo com um clube participante nas competições europeias dispute o jogo da jornada imediatamente seguinte com um clube participante nessas competições;

- e) Outras circunstâncias de força maior ou excepcionais devidamente comprovadas.

CAPÍTULO III

COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

SECÇÃO I

LIGA PORTUGAL 1

Artigo 20.º

Generalidades

1. A Liga Portugal 1 é disputada por 18 clubes que se qualifiquem na época anterior e possuam os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para participarem nesta competição.
2. A Liga Portugal 1 é disputada por pontos, de harmonia com as disposições do presente regulamento.

Artigo 21.º

Subidas e descidas

1. Sobem à Liga Portugal 1 na época desportiva seguinte os dois clubes primeiros classificados na tabela classificativa da Liga Portugal 2 que preencham os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para a competição.
2. Quando seja vencedor do *playoff* regulado no artigo 26.º-A, sobe à Liga Portugal 1, adicionalmente, o clube melhor classificado na tabela classificativa da Liga Portugal 2 a seguir aos clubes referidos no número anterior, que preencha os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para a competição.
3. Descem à Liga Portugal 2 na época desportiva seguinte os clubes classificados nos dois últimos lugares da tabela classificativa da Liga Portugal 1.
4. Quando seja vencido no *playoff* regulado no artigo 26.º-A, desce à Liga Portugal 2, adicionalmente, o clube classificado na tabela classificativa da Liga Portugal 1 imediatamente acima dos clubes despromovidos à Liga Portugal 2.
5. Se um clube da Liga Portugal 2 que tenha desportivamente obtido o direito de ascender à Liga Portugal 1 não reunir os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para essa competição, perde a respetiva vaga em favor, sucessivamente, do clube:
 - a) da Liga Portugal 2 melhor classificado e não despromovido;
 - b) despromovido da Liga Portugal 1 melhor classificado.
6. Se um clube da Liga Portugal 1 não reunir os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para essa competição, perde a respetiva vaga em favor, sucessivamente, do clube:
 - a) despromovido da Liga Portugal 1 melhor classificado;
 - b) da Liga Portugal 2 melhor classificado e não despromovido.

7. Se um clube da Liga Portugal 1 for punido disciplinarmente com as sanções de desclassificação ou de exclusão das competições profissionais, a vaga será preenchida nos termos do número anterior.
8. Quando se verifiquem os casos previstos nos números anteriores e as vagas não sejam preenchidas, a Liga Portugal poderá decidir reduzir o número de equipas participantes.

Artigo 21.º-A

Integração de clube na Liga Portugal 1 em cumprimento de decisão judicial

1. A integração de um clube na Liga Portugal 1 em cumprimento de uma decisão judicial ocorrerá na segunda época desportiva seguinte ao trânsito em julgado da mesma, sendo criada uma vaga na Liga Portugal 1, que, por aquele, será preenchida.
2. A criação da vaga a que se refere o número anterior não exonera o clube em questão de apresentar a sua candidatura à participação na Liga Portugal 1, nos termos previstos para a generalidade dos clubes, nem o dispensa do preenchimento dos pressupostos financeiros e demais pressupostos legais e regulamentares de admissão e participação naquela competição e, ainda, do cumprimento de todas as obrigações e requisitos que, em geral, se encontram estabelecidos para a participação nas competições profissionais de futebol.
3. A vaga criada na Liga Portugal 1 para dar cumprimento à decisão judicial de nela integrar um determinado clube, implica que, na época desportiva referida no n.º 1, consoante os casos:
 - a) suba, excecionalmente, à Liga Portugal 1 apenas o clube melhor classificado na tabela classificativa da Liga Portugal 2, que preencha os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para aquela competição, caso, aquando da despromoção determinada pela decisão judicial anulada tenha sido integrado na Liga Portugal 1 um clube que tenha participado na Liga Portugal 2 na época em que a decisão anulada foi executada; ou
 - b) desçam, excecionalmente, à Liga Portugal 2 os três últimos classificados da Liga Portugal 1, caso aquando da despromoção determinada pela decisão judicial anulada tenha sido integrado na Liga Portugal 1 um clube que tenha participado nessa mesma competição na época em que a decisão anulada foi executada.
4. No caso previsto na alínea a) do número anterior, descem à Liga Portugal 2 os clubes classificados nos dois últimos lugares da tabela classificativa da Liga Portugal 1.
5. Se o clube da Liga Portugal 2 que tenha desportivamente obtido o direito de ascender à Liga Portugal 1 não reunir os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para o efeito, fica impedido de participar nessa competição, sendo a vaga preenchida pelo clube da Liga Portugal 2 imediatamente melhor classificado, se reunir aqueles requisitos, ou, caso tal não suceda, pelo clube da Liga Portugal 1 melhor classificado nos lugares de descida.
6. Quando se verifiquem os casos previstos nos números anteriores e as vagas não sejam preenchidas, a Liga Portugal poderá decidir reduzir o número de equipas participantes na Liga Portugal 1.
7. Na época desportiva anterior à referida no n.º 1, os jogos que o clube a integrar dispute no correspondente campeonato não contam para efeitos de estabelecimento da tabela classificativa, não sendo atribuídos pontos a qualquer das equipas que neles participem.

8. O disposto no número anterior não prejudica a participação na Taça da Liga da época desportiva anterior à referida no n.º 1, pelo clube a integrar, quando a isso tenha direito.

Artigo 21.º-B

Integração de clube das competições não profissionais na Liga Portugal 1, em cumprimento de decisão judicial

1. A integração de um clube das competições não profissionais na Liga Portugal 1, em cumprimento de decisão judicial, ocorrerá na segunda época desportiva seguinte ao respetivo trânsito em julgado, sendo criada uma vaga na Liga Portugal 1, que por este será preenchida.
2. A criação da vaga a que se refere o número anterior não exonera o clube em questão de apresentar a sua candidatura à participação na Liga Portugal 1, nos termos previstos para a generalidade dos clubes, nem o dispensa do preenchimento dos pressupostos financeiros e demais pressupostos legais e regulamentares de admissão e participação naquela competição e, ainda, do cumprimento de todas as obrigações e requisitos que, em geral, se encontram estabelecidos para a participação nas competições profissionais de futebol.
3. A vaga criada na Liga Portugal 1 para dar cumprimento à decisão judicial de nela integrar um determinado clube implica que, na época desportiva referida no n.º 1, consoante os casos, se aplique o disposto na alínea a) ou b), do n.º 3 do artigo anterior e desçam, excecionalmente, à mais alta competição de futebol masculino não profissional os clubes classificados nos três últimos lugares da tabela classificativa da Liga Portugal 2.
4. Se o clube da Liga Portugal 2 que tenha desportivamente obtido o direito de ascender à Liga Portugal 1 não reunir os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para o efeito, fica impedido de participar nessa competição, sendo a vaga preenchida pelo clube da Liga Portugal 2 imediatamente melhor classificado, se reunir aqueles requisitos, ou, caso tal não suceda, pelo clube da Liga Portugal 1 melhor classificado nos lugares de descida.
5. Quando se verificarem os casos previstos nos números anteriores e as vagas não sejam preenchidas, a Liga Portugal poderá decidir reduzir o número de equipas participantes na Liga Portugal 1.

SECÇÃO II

LIGA PORTUGAL 2

Artigo 22.º

Generalidades

1. A Liga Portugal 2 será disputada por 18 equipas, cujos clubes reúnam os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para participarem nesta competição.
2. A Liga Portugal 2 será disputada por pontos, de harmonia com as disposições do presente regulamento.

Artigo 23.º

Subidas e descidas

1. Sobem à Liga Portugal 2 dois clubes da mais alta competição de futebol masculino não profissional (Liga 3) em função do mérito desportivo obtido na época imediatamente anterior, nos termos da regulamentação aprovada pela FPF.
2. Quando seja vencedor do *playoff* regulado no n.º 5 do artigo 26.º-A, sobe à Liga Portugal 2, adicionalmente, o clube melhor classificado na tabela classificativa da Liga 3 a seguir aos clubes referidos no número anterior, desde que preencha os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para a competição.
3. Descem à Liga 3 os dois últimos classificados da Liga Portugal 2 na época imediatamente anterior.
4. Quando seja vencido no *playoff* regulado no n.º 5 do artigo 26.º-A, desce à Liga 3, adicionalmente, o clube classificado na tabela classificativa da Liga Portugal 2 imediatamente acima dos clubes despromovidos à Liga 3.
5. Se um clube da Liga 3 que tenha desportivamente obtido o direito de ascender à Liga Portugal 2 não reunir os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para essa competição, perde a respetiva vaga em favor, sucessivamente, do clube:
 - a) derrotado no *playoff* referido no n.º 5, do artigo 26.º-A;
 - b) despromovido da Liga Portugal 2 melhor classificado.
6. Se um clube da Liga Portugal 2 não reunir os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para essa competição, perde a respetiva vaga em favor do clube despromovido da Liga Portugal 2 melhor classificado.
7. Se um clube da Liga Portugal 2 for punido disciplinarmente com as sanções de desclassificação ou de exclusão das competições profissionais, a vaga será preenchida nos termos do número anterior.
8. Quando se verifiquem os casos previstos nos números anteriores e as vagas não sejam preenchidas, a Liga Portugal poderá decidir reduzir o número de equipas participantes.

Artigo 23.º-A

Integração de clube na Liga Portugal 2 em cumprimento de decisão judicial

1. A integração de um clube na Liga Portugal 2 em cumprimento de uma decisão judicial ocorrerá na segunda época desportiva seguinte ao trânsito em julgado da mesma, sendo criada uma vaga na Liga Portugal 2, que, por aquele, será preenchida.
2. A criação da vaga a que se refere o número anterior não exonera o clube em questão de apresentar a sua candidatura à participação na Liga Portugal 2, nos termos previstos para a generalidade dos clubes, nem o dispensa do preenchimento dos pressupostos financeiros e demais pressupostos legais e regulamentares de admissão e participação naquela competição e, ainda, do cumprimento de todas as obrigações e requisitos que, em geral, se encontram estabelecidos para a participação nas competições profissionais de futebol.
3. No caso previsto no n.º 1, sobem à Liga Portugal 2 dois clubes da mais alta competição de futebol masculino não profissional, nos termos do regulamento aprovado pela FPF.

4. A vaga criada na Liga Portugal 2 para dar cumprimento à decisão judicial de nela integrar um determinado clube, implica que, na época desportiva referida no n.º 1, descem, excecionalmente, à mais alta competição de futebol masculino não profissional os clubes classificados nos três últimos lugares da tabela classificativa da Liga Portugal 2.
5. No caso de o clube referido no n.º 1 do artigo 21.º-A ser proveniente da Liga Portugal 2, nessa época desportiva apenas desce à mais alta competição de futebol masculino não profissional o último classificado da Liga Portugal 2, salvo se, naquela mesma época, vier, nos termos do disposto no anterior n.º 1, a ser integrado um clube nesta competição.
6. Se os clubes da mais alta competição de futebol masculino não profissional que tenham desportivamente obtido o direito de ascender à Liga Portugal 2 não reunirem os requisitos legais e regulamentares estabelecidos para o efeito, ficam impedidos de participar nessa competição, sendo as vagas preenchidas pelos clubes daquela competição não profissional imediatamente melhores classificados, se reunirem aqueles requisitos, ou, caso tal não suceda, pelos clubes da Liga Portugal 2 melhores classificados nos lugares de descida.
7. No caso de na mesma época desportiva e em cumprimento de uma decisão judicial transitada em julgado terem de ser integrados dois clubes, um na Liga Portugal 1 e outro na Liga Portugal 2, sendo o primeiro proveniente desta última competição, nessa época, sobem dois clubes nos termos previstos no n.º 3 e descem à mais alta competição de futebol masculino não profissional apenas os clubes classificados nos dois últimos lugares da tabela classificativa da Liga Portugal 2.
8. Quando se verificarem os casos previstos nos números anteriores e as vagas não sejam preenchidas, a Liga Portugal poderá decidir reduzir o número de equipas participantes na Liga Portugal 2.
9. Na época desportiva anterior à referida no n.º 1, os jogos que o clube a integrar dispute no correspondente campeonato não contam para efeitos de estabelecimento da tabela classificativa, não sendo atribuídos pontos a qualquer das equipas que neles participem.
10. O disposto no número anterior não prejudica a participação na Taça da Liga da época desportiva anterior à referida no n.º 1, pelo clube a integrar, quando a isso tenha direito.

Artigo 23.º-B

e-Liga

1. Os documentos integrantes da ficha única de jogo são elaborados e distribuídos através da plataforma eletrónica e-Liga.
2. No caso da ocorrência de anomalia ou do incorreto funcionamento da plataforma e-Liga, desde que comprovados pela Direção de Tecnologia da Liga Portugal, os documentos referidos no número anterior são elaborados e distribuídos em suporte de papel e, no final do jogo, integralmente remetidos à Liga Portugal, por correio eletrónico.
3. Nos casos previstos no número anterior:
 - a) Os delegados dos clubes preenchem as fichas técnicas das respetivas equipas, que entregam ao diretor de imprensa, a quem compete compilar a informação relevante no boletim de constituição das equipas de modelo fornecido pela Liga Portugal, destinado

aos delegados da Liga Portugal e aos delegados dos clubes, sendo-lhes entregue antes do início do jogo;

- b) Nos casos do n.º 4 do artigo 65.º, o complemento ao relatório do delegado é remetido à Liga Portugal e, quando aplicável, ao outro delegado, por correio eletrónico, nas 12 horas seguintes ao envio do relatório original.

§ No caso dos jogos em que a Liga Portugal nomeie dois delegados, o complemento ao relatório apenas é válido se o outro delegado confirmar o respetivo teor, por correio eletrónico dirigido à Liga Portugal.

SECÇÃO III

LIGA PORTUGAL 1 E LIGA PORTUGAL 2

Artigo 24.º

Fundo de Garantia de apoio às competições

[REVOGADO]

Artigo 25.º

Prémios

1. Aos clubes vencedores da Liga Portugal 1 e Liga Portugal 2 serão atribuídos um troféu oficial de modelo adotado pela Liga Portugal.
2. O troféu acima mencionado será entregue, em cerimónia oficial, ao clube que se sagre campeão da competição no seu Estádio, independentemente do jogo em que o clube se sagre campeão ter ou não lugar na última jornada da competição.
3. A cerimónia de entrega dos troféus é organizada pela Liga Portugal utilizando suportes que contenham a denominação oficial da Liga Portugal 1 e Liga Portugal 2, em cerimónia e palco a definir pela Liga Portugal, bem como a presença de outros parceiros comerciais da Liga Portugal, cujos suportes devem ser colocados fora do palco da cerimónia.
4. A definição das condições de acesso à referida cerimónia é realizada em articulação entre a Liga Portugal e o clube vencedor.
5. Será distribuída uma medalha em prata dourada aos treinadores que estejam inscritos pelo clube vencedor e aos jogadores por este utilizados.
6. Serão ainda distribuídas 15 medalhas adicionais para serem distribuídas pelos agentes desportivos que o clube vencedor entender.
7. A participação dos jogadores, dos treinadores e dirigentes do clube vencedor na cerimónia de entrega de prémios é obrigatória.

Artigo 26.º

Prémio Fair-Play

1. É instituído o Prémio *Fair Play* nas competições organizadas pela Liga Portugal, por forma a motivar o comportamento correto dentro e fora do campo em relação ao adversário, promover

os ideais de ética desportiva e do são desportivismo e fomentar o conhecimento das Leis do Jogo.

2. Em todos os jogos das competições, os clubes serão avaliados pelos delegados da Liga Portugal, com base em regulamento próprio, que constitui o ANEXO I ao presente regulamento.
3. No final de cada competição será comunicada a classificação final da “Competição de *Fair-Play*”.
4. A Liga Portugal atribuirá um troféu aos clubes vencedores da Competição *Fair Play* na Liga Portugal 1 e Liga Portugal 2.
5. O clube participante da Liga Portugal 1 que vencer o Prémio *Fair Play* terá acesso direto à Liga Europa da UEFA, desde que tal direito tenha sido atribuído à FPF.
6. Como forma de promover o *fair play* nas competições organizadas pela Liga Portugal, constitui obrigação dos capitães de equipa tirar uma fotografia conjunta, no relvado, antes do lançamento da moeda ao ar, que se destina a promover a competição e o seu *naming*.

Artigo 26.º-A

Playoff

1. O *Playoff* referido no artigo 21.º é disputado entre o clube classificado na tabela classificativa da Liga Portugal 1 imediatamente acima dos clubes despromovidos à Liga Portugal 2 e o clube melhor classificado na tabela classificativa da Liga Portugal 2 a seguir aos lugares de subida (com exceção das equipas B), de acordo com as seguintes regras de organização:
 - a) o *Playoff* será disputado após o último jogo das competições profissionais, a duas mãos, uma em casa e outra fora, sendo a ordem dos jogos determinada por sorteio;
 - b) a equipa que marcar o maior número de golos no conjunto das duas mãos é a vencedora.
 - c) se no final do tempo regulamentar do jogo da segunda mão as equipas tiverem o mesmo número de golos marcados e sofridos no total das duas mãos, proceder-se-á a um prolongamento de 30 minutos, dividido em duas partes de 15 minutos;
 - d) se da aplicação do critério previsto na alínea anterior não resultar um vencedor, apurar-se-á o vencedor através do sistema de marcação de pontapés de grande penalidade, de acordo com o previsto nas Leis do Jogo;
 - e) a Direção Executiva da Liga Portugal determinará a data e hora dos jogos;
 - f) a receita de bilheteira correspondente a cada jogo do *Playoff* será distribuída, depois de deduzidas todas as despesas com a organização e a realização do jogo, em partes iguais pelos clubes nele participantes;
 - g) a participação ou vitória no *Playoff* não confere direito a qualquer título, medalha ou troféu.
2. Em geral, todos os direitos comerciais e publicitários e, em particular, os direitos audiovisuais relativos aos jogos do *Playoff* estão submetidos à negociação, gestão e supervisão da Liga Portugal no interesse e por conta dos clubes participantes na referida competição, nos termos previstos nos Estatutos.
3. Em tudo aquilo não expressamente previsto pelo presente artigo, aplicar-se-ão supletivamente ao *Playoff*, com as necessárias adaptações, as disposições do presente regulamento, salvo nos

casos em que essa aplicação supletiva se mostre incompatível com as especificidades do *Playoff*.

4. Se o clube vencedor do *Playoff* não apresentar a sua candidatura à participação na Liga Portugal 1 na época desportiva seguinte ou se a candidatura apresentada não for admitida ou vier a ser rejeitada, bem como se por qualquer outro motivo não estiver em condições de participar na referida competição, a vaga que lhe competiria ocupar será preenchida pelo clube derrotado no *Playoff*.
5. O *playoff* referido no artigo 23.º é disputado entre o clube classificado na tabela classificativa da Liga Portugal 2 imediatamente acima dos clubes despromovidos à Liga 3 e o clube melhor classificado na tabela classificativa da Liga 3 indicado pela FPF, e nos termos do contrato celebrado entre a FPF e a Liga Portugal.

SECÇÃO IV TAÇA DA LIGA

Artigo 27.º

Norma remissiva

A Taça da Liga é uma competição disputada em cada época desportiva nos termos do Regulamento da Taça da Liga, que constitui o Anexo III ao presente regulamento.

Artigo 28.º

Regulamentação

[REVOGADO]

CAPÍTULO IV INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Artigo 29.º

Indicação do estádio

1. Os jogos das competições oficiais organizadas pela Liga Portugal são realizados nos estádios indicados pelos clubes que obedeçam às condições fixadas por lei e no presente regulamento e cuja utilização seja autorizada nos termos do procedimento estabelecido no ANEXO IV ao presente regulamento e no Manual de Licenciamento adotado ao abrigo do artigo 10.º.
2. No âmbito do procedimento de licenciamento descrito no ANEXO IV e no prazo definido no Manual de Licenciamento, os clubes indicam dois estádios:
 - a) um estádio principal, em que se realizarão os jogos por si disputados na condição de visitado;
 - b) um estádio substituto, a utilizar nos casos do n.º 4.

3. A falta de indicação, por um clube, de estádio substituto corresponde à indicação do estádio, da lista de estádios substitutos divulgada pela Liga Portugal em comunicado oficial, geograficamente mais próximo do seu estádio principal, importando o pagamento das contrapartidas aí fixadas.
4. A utilização do estádio substituto é requerida à Liga Portugal, caso o estádio principal ou alguma das suas partes, nomeadamente o relvado, deixe de cumprir os requisitos legais ou regulamentares para a sua utilização, conforme verificado pela Liga Portugal ou autoridade ou organismo público competente, nos termos legais ou regulamentares.
5. No prazo referido n.º 2 os clubes podem, ainda, indicar um estádio alternativo, indicando quais os jogos, no máximo de três, que pretendem nele disputar.
6. Caso, no exercício da faculdade prevista no número anterior, um clube pretenda indicar um jogo com as equipas da Futebol Clube do Porto, Futebol, SAD, Sporting Clube de Portugal – Futebol, SAD e Sport Lisboa e Benfica, Futebol, SAD, está obrigado a indicar o estádio alternativo para todos os três jogos (e apenas esses três jogos) que dispute na condição de visitado com essas três equipas.
7. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o estádio indicado por clube com equipa B para os jogos a realizar por esta na condição de visitada deve obedecer aos requisitos estabelecidos no ANEXO IV ao presente regulamento para os estádios da Liga Portugal 2.
8. Os jogos disputados por uma equipa B contra outra equipa B serão preferencialmente realizados no estádio em que a equipa principal do clube visitado realiza os seus jogos.

Artigo 29.º-A

Alteração de estádio

[REVOGADO]

Artigo 30.º

Infraestruturas e condições técnicas e de segurança dos estádios

Os estádios indicados pelos clubes nos termos do artigo precedente devem obedecer aos requisitos e condições técnicas e de segurança previstos no Regulamento das Infraestruturas e condições técnicas e de segurança nos estádios, constante do ANEXO IV ao presente regulamento.

Artigo 31.º

Informação das condições

1. Até 15 dias antes do começo da competição, os clubes devem entregar à Liga Portugal um mapa de informação do seu estádio que inclua todos os sectores de bilhética e respetivas capacidades, incluindo áreas VIP, camarotes e sector *premium*.
2. No mesmo prazo, os clubes podem entregar à Liga Portugal um mapa alternativo, cuja utilização pontual será deferida, desde que requerida com a antecedência mínima de 30 dias.
3. Nos referidos mapas deve também constar a indicação do sector destinado aos adeptos visitantes e respetiva capacidade, ficando qualquer alteração dependente da prévia autorização da Liga Portugal.

4. A Liga Portugal divulga por todos os clubes participantes nas suas competições as fichas técnicas dos estádios, antes do início das competições em que os mesmos serão utilizados, ainda que estejam em curso obras de beneficiação, caso em que serão divulgados os mapas provisórios.
5. As fichas técnicas incluem o parecer da Comissão Técnica de Vistorias sobre o preço das cadeiras de cada setor, que será sustentado nas faturas pró-forma que lhe sejam apresentadas e que podem ser submetidas à avaliação da Liga Portugal.
6. A Liga Portugal divulga por todos os clubes participantes nas suas competições eventuais alterações à ficha técnica dos estádios.

Artigo 32.º

Reserva de camarotes

1. O Presidente, os membros da Direção e Diretores Executivos da Liga Portugal, o Presidente e os Vice-Presidentes da FPF, o Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ) ou seu delegado têm direito ao acesso ao camarote principal ou presidencial em todos os estádios onde se realizem jogos das competições da Liga Portugal, reservando-se um lugar preferencial ao Presidente da Liga Portugal, ao Presidente da FPF, ao Presidente do IPDJ, que devem ser solicitados com a antecedência mínima de 2 dias relativamente à data do jogo.
2. Os representantes dos patrocinadores oficiais da Liga Portugal têm direito a lugar no camarote reservado para a Liga Portugal, com o número mínimo de 12 lugares.
3. Desde que requisitados sete dias antes da realização do jogo, a Liga Portugal tem direito a dez lugares adicionais de bancada central coberta.
4. Nas competições organizadas pela Liga Portugal, o clube visitado entregará ao visitante, com antecedência não inferior a cinco dias, um mínimo de oito ou cinco convites para lugares seguidos no camarote principal, com direito a hospitalidade e aos correspondentes lugares de estacionamento e 50 ou 40 convites para lugares reservados em bancada central coberta, consoante os jogos sejam, respetivamente, da Liga Portugal 1 ou da Liga Portugal 2. Os convites para o camarote principal não garantem acesso aos lugares de parque de estacionamento do visitante, devendo para este fim ser entregues ingressos específicos em formato de título físico, de acordo com a ficha técnica de cada estádio.
5. Na Taça da Liga, o clube visitado está obrigado a entregar o número de convites exigido para a competição prevista no número anterior em que participa.
6. Os delegados da Liga Portugal e o observador do árbitro têm direito a lugar reservado no camarote principal, previamente determinados, em condições condignas e adequadas ao exercício das suas funções, com boa visibilidade de todo o terreno de jogo e bancadas, sujeito a prévia aprovação da Comissão de Vistorias da Liga Portugal.
7. Os lugares referidos nos n.ºs 2 a 5 serão definidos e identificados aquando da inspeção da Comissão Técnica de Vistorias da Liga Portugal ao respetivo estádio; salvo acordo entre clubes, e mediante prévia comunicação à Liga Portugal, a localização destes lugares não poderá ser modificada durante a época desportiva.

Artigo 33.º

Classificação dos estádios

1. Os estádios dos clubes participantes nas competições oficiais organizadas pela Liga Portugal são classificados em três níveis, nos termos do ANEXO IV ao presente regulamento.
2. Para efeitos da categorização prevista no número anterior, cada estádio será vistoriado nos termos do ANEXO IV, sendo a Liga Portugal responsável pelo agendamento das vistorias.
3. As vistorias poderão realizar-se em simultâneo com outras vistorias de diferente natureza ou relativas a outros procedimentos.
4. Sempre que tiverem levado a cabo benfeitorias ou qualquer outro tipo de melhoramentos nos seus estádios, os clubes poderão requerer, em qualquer momento e mediante o pagamento da quota suplementar para o efeito fixada pela Liga Portugal, a realização de uma nova vistoria com vista à obtenção de nova classificação do estádio.
5. Se da vistoria requerida nos termos do número anterior resultar a alteração da categoria do estádio, os efeitos daí procedentes produzem-se decorridos 30 dias.
6. A Liga Portugal colocará em cada estádio uma placa e bandeira alusivas à respetiva categoria.

CAPÍTULO V

CONDIÇÕES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS

Artigo 34.º

Regulamento de segurança e utilização dos espaços de acesso público

1. Os clubes estão obrigados a garantir a existência de regulamentos internos em matéria de segurança e utilização dos espaços de acesso público e da adoção das medidas de autoproteção, nos termos da lei.
2. Os regulamentos previstos no n.º 1 estão sujeitos a registo junto da APCVD, sendo condição da sua validade.

Artigo 35.º

Medidas preventivas para evitar manifestações de violência e promoção do *fair-play*

1. Em matéria de prevenção de violência e promoção do *fair-play*, constituem deveres dos clubes os estatuídos no artigo 8.º da lei n.º 39/2009, de 30 de julho que estabelece o Regime Jurídico da Segurança e Combate ao Racismo, à Xenofobia e à Intolerância nos Espetáculos Desportivos (RJSED) e no artigo 6.º do Regulamento da Prevenção da Violência constante do ANEXO VI ao presente Regulamento.
2. Os clubes, seus dirigentes, delegados, jogadores, técnicos e funcionários, bem como os árbitros e demais agentes desportivos devem abster-se de, antes, durante e após a realização dos jogos, por intermédio dos órgãos da comunicação social ou por outro meio, proferir declarações que incitem à prática de violência ou qualquer tipo de comportamento discriminatório ilícito.

- Os dirigentes e funcionários das sociedades desportivas e dos clubes fundadores não podem participar, na qualidade de intervenientes regulares, em programas televisivos que se dediquem exclusiva, ou principalmente, à análise e comentário do futebol profissional.
- Quando os dirigentes e funcionários das sociedades desportivas e dos clubes fundadores participem, na qualidade de convidados, nos programas referidos no número anterior, apenas podem analisar e comentar aspetos positivos do jogo e das competições, abstando-se de analisar e de comentar decisões da equipa de arbitragem, comportamentos de jogadores, treinadores, outros agentes desportivos ou do público, quando esteja em causa algum aspeto suscetível de causar um impacto negativo na imagem e perceção pública de um jogo em particular, das competições profissionais ou da Liga Portugal ou dos seus associados.

Artigo 36.º

Regulamentos de prevenção da violência

As matérias relativas à prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos encontram-se regulamentadas no presente regulamento, no Regulamento Disciplinar e no ANEXO VI ao presente regulamento.

CAPÍTULO VI JOGOS

Artigo 37.º

Leis do Jogo

- Os jogos serão disputados de harmonia e em obediência ao disposto nas Leis do Jogo aprovadas pelo *International Football Association Board* (IFAB) e demais diretivas vinculativas provenientes desta instituição ou da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA).
- As alterações às Leis do Jogo e as demais diretivas a que se refere o número anterior só são vinculativas depois de oficialmente divulgadas pela FPF através de comunicado oficial.
- O uso dos meios de tecnológicos de apoio às decisões da equipa de arbitragem podem ser implementadas pela Liga Portugal desde que autorizadas pelo IFAB, sendo que a capacidade de tais meios existentes em cada estádio deve ser uniformizada em todos os jogos oficiais da Liga Portugal 1, independentemente de quem seja o clube visitante, de acordo com o manual de realização aprovado para cada um dos estádios mediante as condições e infraestruturas ali existentes.

Artigo 37.º-A

Reposição de bola em jogo

- A reposição de bola em jogo é realizada através do sistema de multibolas, de acordo com a configuração do anexo XIV ao presente regulamento.
- Os suportes do sistema multibolas podem ser decorados com menções institucionais, em moldes a definir por acordo entre a Liga Portugal e os clubes.

Artigo 38.º

Duração dos jogos

1. Os jogos das competições oficiais terão a duração de 90 minutos, divididos em duas partes de igual duração e separadas entre si por um intervalo com a duração de 15 minutos.
2. É permitida uma pausa para hidratação em cada parte, nos jogos disputados com temperatura igual ou superior a 32º C, em conformidade com as Leis do Jogo e nos seguintes termos:
 - a) os clubes assim acordem, com a autorização do árbitro, na reunião de organização de jogo;
 - b) terá lugar por volta dos 30' e dos 75' de jogo, mediante indicação do árbitro, em momento e local neutros (e.g. lançamento lateral, falta);
 - c) terá duração de até 1 minuto e a respetiva duração será adicionada ao tempo de compensação de cada parte.

Artigo 39.º

Requisitos do terreno de jogo

1. Os jogos são obrigatoriamente disputados num terreno de jogo de relva natural, que pode ser reforçada, não podendo, em caso algum, ser inferior a 100 metros de comprimento e 64 metros de largura.
2. Em todos os jogos das competições organizadas pela Liga Portugal, a altura da relva não pode ser inferior a 22 milímetros, nem exceder 25 milímetros e toda a superfície do jogo deve ser cortada com a mesma altura.
3. Para fiscalização do cumprimento do estabelecido no número anterior, os delegados da Liga Portugal devem realizar uma vistoria ao relvado com a antecedência mínima de 3 horas antes do início do jogo, sendo o clube visitado obrigado a acompanhar a vistoria através do diretor de campo ou de responsável designado para o efeito, podendo a equipa visitante, querendo, nomear um responsável para acompanhar a dita vistoria.
4. Caso os delegados da Liga Portugal verifiquem que a altura da relva excede o máximo previsto no n.º 2, o clube visitado está constituído na obrigação de proceder ao corte de relva com a antecedência mínima de duas horas e 30 minutos em relação ao início do jogo.
5. No decurso da época desportiva, a Liga Portugal realizará vistorias periódicas de avaliação ao estado do relvado nos estádios.
6. Caso se conclua, no âmbito da vistoria referida no número anterior, pela necessidade de intervenção no relvado, o clube será notificado para no prazo que lhe seja indicado apresentar um plano de obra, sujeito a aprovação da Liga Portugal, e concluir os trabalhos.
7. Findo o prazo estabelecido pela Liga Portugal sem que a intervenção no relvado se mostre concluída, a Liga Portugal determinará a realização, através de empresa especializada, dos trabalhos em falta, correndo os respetivos custos por conta do clube.
8. Até uma semana antes da realização de qualquer jogo, o clube que nele assuma a condição de visitante, pode requerer à Liga Portugal, mediante fundamentação e prova razoáveis, notificadas ao clube visitado, a realização da vistoria prevista no n.º 5, a expensas do requerente.

Artigo 39.º-A

Sistema de iluminação do jogo

1. Para fiscalização do cumprimento dos requisitos relativos ao sistema de iluminação, a Liga Portugal ordena a realização de vistorias, por entidade certificada para o efeito, com levantamento luminotécnico dos estádios.
2. Caso se conclua, no âmbito da peritagem referida no número anterior, que o sistema de iluminação do estádio não respeita os requisitos regulamentares, observa-se o procedimento definido pela Liga Portugal em comunicado oficial.
3. O procedimento referido no número anterior define as medidas a adotar para a regularização das condições previstas no n.º 1, que podem incluir:
 - a) a injunção para que o clube reponha a conformidade regulamentar do seu estádio, fixando-lhe prazo razoável para o efeito;
 - b) a contratação, pela Liga Portugal, de serviço que assegure a luminosidade regulamentar, caso em que:
 - i. ficará credora do clube dos correspondentes custos, acrescidos de 10%;
 - ii. poderá afetar à satisfação do referido crédito qualquer montante que lhe esteja confiado para distribuição ao clube;
 - c) a suspensão da autorização de utilização do estádio;
 - d) a cessação da autorização de utilização do estádio.

Artigo 40.º

Reuniões de organização do jogo

1. Independentemente do nível organizacional atribuído, os dois clubes intervenientes terão obrigatoriamente de, com conhecimento à Liga Portugal, trocar informação relativa à organização do jogo a disputar entre si, dentro dos prazos e nos termos do modelo documental próprio aprovado e divulgado em comunicado oficial, e realizar uma reunião de segurança, preferencialmente até três dias antes do jogo, com a presença dos respetivos diretores de segurança.
2. No dia de jogo, até à hora de abertura de portas ao público ou, pelo menos, até uma hora e meia antes da hora prevista para o início do jogo, é realizada uma reunião, preferencialmente na sala de conferência de imprensa do estádio, destinada a estabelecer todas as matérias organizacionais relacionadas com questões de segurança, na qual participam obrigatoriamente:
 - a) delegados da Liga Portugal;
 - b) diretor de segurança do clube visitado;
 - c) responsável pela proteção e socorro;
 - d) comandante das forças de segurança ou o seu representante;
 - e) o diretor de segurança do clube visitante, salvo quando esteja a acompanhar a sua equipa.
3. No dia de jogo é realizada uma reunião, preferencialmente na sala de conferência de imprensa do estádio, destinada a estabelecer todas as matérias organizacionais relacionadas com o jogo, designadamente as condições técnicas do terreno de jogo, na qual participam obrigatoriamente:

- a) equipa de arbitragem, que pode ser representada pelo quarto árbitro;
 - b) pelo menos um delegado da Liga Portugal;
 - c) delegados dos clubes intervenientes;
 - d) diretor de campo do clube visitado;
 - e) técnico de apoio ao sistema do vídeo-árbitro.
4. Podem participar nas reuniões previstas nos números anteriores:
- a) o Presidente de cada um dos clubes intervenientes ou um dirigente seu representante;
 - b) um elemento da equipa técnica de cada um dos clubes intervenientes;
 - c) os diretores de segurança e de imprensa do clube visitante;
 - d) as pessoas devidamente credenciadas pela Liga Portugal que nela devam exercer alguma função;
 - e) o oficial de ligação aos adeptos de cada um dos clubes.
5. Por ocasião da reunião referida no n.º 3, os delegados dos clubes deverão submeter a vistoria e aprovação da equipa de arbitragem os equipamentos e as bolas que pretendem utilizar, bem como esclarecer qualquer questão relacionada com o jogo.

Artigo 41.º

Composição das equipas

1. Os clubes devem designar em cada jogo até nove suplentes, podendo, em três momentos do tempo regulamentar e no intervalo, efetuar até cinco substituições de jogadores sem distinção das posições em que jogam, independentemente de os substituídos se encontrarem ou não lesionados.
2. Durante o período de aquecimento, as equipas devem utilizar a metade do campo em frente ao respetivo banco de suplentes.
3. Durante o tempo regulamentar, as equipas podem ter a aquecer até cinco jogadores simultaneamente.
4. Os jogadores substituídos não poderão voltar ao retângulo de jogo.
5. A ficha técnica é preenchida pelos clubes até 75 minutos antes da hora de início do jogo e validada pelo árbitro até 60 minutos antes do início de jogo.
6. Quando ambas as fichas técnicas dos clubes se encontrarem preenchidas, será disponibilizada a todos os intervenientes a informação provisória delas constante.
7. Depois de a ficha técnica estar preenchida e validada pelo árbitro, se o jogo ainda não se tiver iniciado, pode ser efetuada a substituição de jogadores naquela ficha técnica inicial nas seguintes condições:
 - a) se algum dos 11 jogadores efetivos na ficha técnica não estiver em condições de iniciar o jogo ou participar na sua conclusão devido a incapacidade física inesperada, pode ser excluído da ficha técnica e substituído no 11 inicial por qualquer um dos suplentes constantes daquela ficha, sem que tal facto releve para efeito do número de substituições permitidas nos termos do n.º 1;
 - b) se se verificar a substituição dos jogadores lesionados nos termos e fundamentos referidos na alínea anterior, o clube pode adicionar à ficha técnica, em idêntico número, novos jogadores de forma a perfazer o número de suplentes regulamentarmente permitido;

- c) se qualquer um dos nove suplentes constantes da ficha técnica não estiver em condições de participar no jogo devido a incapacidade física inesperada, pode ser substituído por qualquer jogador que não conste na ficha técnica inicial.
8. As alterações à ficha técnica após a sua publicação nos termos do n.º 5 devem ser informadas ao delegado da Liga Portugal e efetuadas pela equipa de arbitragem.
9. Nos jogos anulados e mandados repetir por motivo de protestos julgados procedentes só poderão ser incluídos na ficha técnica jogadores que satisfaçam as condições regulamentares na data do encontro anulado.
10. O jogador que estiver a cumprir sanção de suspensão na data em que o jogo estava especificamente agendado, independentemente do motivo pelo qual o jogo não se iniciou, não se concluiu ou foi anulado, continuará sem poder ser incluído na ficha técnica do jogo em questão.
11. Nos casos de adiamento de jogo, apenas poderão ser incluídos na ficha técnica do jogo adiado os jogadores que se encontravam regulamentarmente inscritos na data inicialmente fixada.
12. No caso de conclusão, em nova data, de jogo interrompido, aplicam-se as seguintes regras:
- a) a ficha técnica pode ser alterada para incluir qualquer jogador que, encontrando-se regulamentarmente inscrito à data do jogo interrompido, dela não constasse inicialmente;
 - b) os jogadores substituídos ou expulsos durante o jogo interrompido, bem como os que nele não podiam participar por motivo de sanção disciplinar, não podem ser utilizados;
 - c) os jogadores que estavam em campo no momento em que o jogo foi interrompido não podem ser incluídos na ficha técnica como suplentes;
 - d) as sanções impostas antes de o jogo ser interrompido continuam a valer para o restante tempo de jogo;
 - e) os cartões amarelos exibidos antes de o jogo ser interrompido não contam para efeitos de sanção por acumulação antes da conclusão do jogo interrompido;
 - f) os jogadores expulsos durante o jogo interrompido não podem ser substituídos e o número de jogadores no alinhamento inicial será o mesmo de quando o jogo foi interrompido;
 - g) os jogadores suspensos na sequência de um jogo disputado após o jogo interrompido podem ser incluídos na ficha técnica;
 - h) as equipas podem fazer apenas o número de substituições a que tinham direito quando o jogo foi interrompido;
 - i) o jogo deve reiniciar-se no mesmo local onde a ação decorria quando foi interrompido (ou seja, cobrança de livre, lançamento de linha lateral, pontapé de baliza, pontapé de canto, etc.). Se o jogo tiver sido interrompido em jogada corrida, o reinício ocorrerá com o lançamento de bola ao solo no local onde a mesma se encontrava.
13. Para além das substituições permitidas nos termos do n.º 1, os clubes podem ainda realizar substituições nas situações e segundo o Protocolo para substituição adicional e permanente por concussão, que constitui anexo XV ao presente Regulamento.

Artigo 42.º

Calendários

1. A Liga Portugal estabelecerá, em coordenação com a FPF, até ao dia 15 de junho de cada ano, as datas das provas oficiais, incluindo as referentes às dos jogos das competições internacionais de clubes e das Seleções Nacionais, durante a época, salvo nos anos de realização das fases finais dos Campeonatos da Europa e do Mundo.
2. Os jogos das competições oficiais adiados no decurso da primeira volta têm de ser realizados obrigatoriamente no decurso das seis semanas que se seguirem à data inicialmente fixada para o jogo, salvo casos de força maior devidamente comprovados e reconhecidos pela Liga Portugal.
3. Depois do início da segunda volta os jogos adiados têm de ser realizados no decurso da mesma semana ou, caso um dos clubes tenha de realizar nessa semana outro jogo das competições oficiais nacionais ou internacionais da UEFA ou da FIFA e ainda no caso de se realizar um jogo da Seleção Nacional e qualquer dos clubes intervenientes tenha jogadores convocados, dentro das duas semanas seguintes.
4. Nas situações previstas no n.º 3, mediante requerimento dos clubes intervenientes, a Liga Portugal autoriza que o jogo adiado se realize dentro das quatro semanas seguintes se, cumulativamente:
 - a) não estiver em causa um jogo das últimas seis jornadas; e
 - b) a Comissão Permanente de Calendários se pronunciar em sentido favorável.

Artigo 42.º-A

Comissão Permanente de Calendários

No início de cada época desportiva, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos da Liga Portugal, a Direção da Liga Portugal constitui uma Comissão Permanente de Calendários, com competência para:

- a) emitir parecer consultivo sobre as condicionantes mencionadas nas alíneas do n.º 3 do artigo 19º;
- b) acompanhar o sorteio das competições;
- c) verificar o cumprimento dos regulamentos em matéria de sorteio, calendário, datas e horários dos jogos das competições;
- d) emitir parecer consultivo sobre a marcação dos jogos nos casos previstos no presente regulamento;
- e) mediar, a solicitação dos clubes, a marcação de jogos, nos casos em que se exija o acordo dos clubes.

Artigo 43.º

Sorteios e definições das datas e horários dos jogos

1. A Liga Portugal promoverá um sorteio das competições e comunicará aos clubes, até 15 de julho de cada ano, o programa de jogos, com a indicação das datas, horas e locais de realização.
2. A marcação de data e hora da realização dos jogos, processada de acordo com as normas estabelecidas no presente regulamento deve ser efetivada da seguinte forma:

- a) Na Liga Portugal 1, os clubes, a Liga Portugal e os operadores televisivos estabelecem as datas e horas dos jogos correspondentes a cada jornada, em reuniões, salvo decisão fundamentada do Diretor Executivo com o pelouro das Competições, com o seguinte calendário e objeto:
 - i. até 31 de julho: datas e horas dos jogos da 1.^a à 4.^a jornadas;
 - ii. até 15 de setembro: datas e horas dos jogos da 5.^o à 12.^o jornadas;
 - iii. até 15 de dezembro: datas e horas dos jogos da 13.^o à 16.^a jornadas;
 - iv. até 7 de janeiro: datas e horas dos jogos da 17.^o à 19.^a jornadas;
 - v. até 31 de janeiro: datas e horas dos jogos da 20.^o à 23.^a jornadas;
 - vi. até 25 de fevereiro: datas e horas dos jogos da 24.^o à 26.^a jornadas;
 - vii. até 23 de março: datas e horas dos jogos da 27.^o à 30.^a jornadas;
 - viii. até 19 de abril: datas e horas dos jogos da 31.^o à 33.^a jornadas;
 - ix. terminada a 33.^a jornada: datas e horas dos jogos da última jornada;
 - b) Na Liga Portugal 2, os clubes, a Liga Portugal e os operadores televisivos estabelecem as datas e horas dos jogos correspondentes a cada jornada, em reuniões que ocorrerão após a marcação dos jogos da Liga Portugal 1.
 - c) As datas e horas dos jogos estabelecidas nos termos das alíneas anteriores são finais e não admitem reclamação, vinculando os interessados que não tenham comparecido à reunião.
 - d) A comunicação da data, hora e local da realização dos jogos processada de acordo com as normas estabelecidas no presente regulamento, deve ser realizada nos dois dias úteis imediatamente seguintes à realização das reuniões mencionadas na alínea a) do n.º 2, com exceção dos jogos mandados repetir, dos que tenham normas de designação específica estabelecidas no presente regulamento e dos jogos correspondentes à última jornada de qualquer competição a disputar por pontos.
3. A comunicação será efetuada por correio eletrónico com aviso de receção ou por qualquer outro meio de comunicação, considerando-se os clubes notificados no próprio dia.
 4. Os horários de início dos jogos das competições oficiais são fixados pela Liga Portugal no início de cada época desportiva.

Artigo 44.º

Calendário dos jogos

1. A alteração do dia e hora de realização dos jogos é definida nos termos do artigo anterior.
2. Na falta de acordo, compete à Liga Portugal fixar o dia e hora de realização dos jogos em cada jornada, tendo em conta as regras e condições previstas no n.º 5, obtido o parecer da Comissão Permanente de Calendários.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, pode, excecionalmente, a Liga Portugal alterar a data e hora de realização de um jogo das competições oficiais, devendo, para o efeito, ouvir previamente os clubes intervenientes no jogo em questão, qualquer outro clube que possa ser afetado pela decisão e o parecer da Comissão Permanente de Calendários.
4. Os jogos da Liga Portugal 2, cuja data de realização tenha sido inicialmente estabelecida num dia útil da semana, podem ser antecipados ou adiados, por vontade unilateral de um dos clubes intervenientes, para o fim de semana imediatamente anterior ou seguinte em que se verifique

a paragem das competições em virtude da realização de jogos da Seleção Nacional ou da Taça de Portugal, salvo se o outro clube interveniente se opuser com fundamento no facto de ter jogadores convocados para os jogos que determinaram a paragem das competições.

5. Na fixação do dia e hora dos jogos das competições oficiais, devem ser observadas as seguintes condições:
- a) salvo acordo escrito entre os clubes contendores, qualquer jogo oficial de competição nacional deverá respeitar um intervalo entre jogos de 72 horas, calculado entre o início do primeiro jogo e o início do segundo jogo da competição nacional, exceto no caso de sucessão de jogos de quinta para domingo, em que o intervalo deverá ser de, pelo menos, 68 horas, obtida a expressa concordância do clube que tiver jogado na quinta-feira anterior.
 - b) quando um clube, participante nas competições da UEFA, tenha de disputar um jogo dessa competição à terça-feira tem direito, sem necessidade de acordo do clube adversário, à antecipação para sexta-feira do jogo da jornada anterior a essa participação internacional;
 - c) quando um clube, participante nas competições da UEFA, tenha de disputar um jogo dessa competição à quarta-feira tem direito, sem necessidade de acordo do clube adversário, à antecipação para sábado do jogo da jornada anterior a essa participação internacional;
 - d) quando um clube, participante nas competições da UEFA, tenha de disputar um jogo dessa competição à quinta-feira em território estrangeiro tem direito a um intervalo de descanso de 72 horas, calculado entre o final daquele jogo internacional e o início do jogo seguinte na competição nacional;
 - e) quando um clube, participante nas competições da UEFA, tenha de disputar um jogo dessa competição à quinta-feira em território nacional tem direito a que o jogo seguinte na competição nacional não se realize na sexta-feira e sábado seguintes à realização daquele jogo internacional;
 - f) quando um clube, participante nas competições da UEFA, tenha de disputar um jogo dessas competições à quinta-feira e à terça-feira imediatamente seguinte, tem direito, sem necessidade de acordo do clube adversário, salvaguardado o prazo estabelecido nas alíneas a) e d) do presente n.º e os n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º, a adiar e ou antecipar o jogo das competições nacionais da jornada que intermedeia os referidos jogos;
 - g) quando um clube dispute uma final das competições UEFA, a jornada anterior da competição em que participe será toda antecipada para o sábado anterior;
 - h) as equipas B que disputam a Liga Portugal 2 podem marcar os seus jogos em datas FIFA e em eliminatórias da Taça de Portugal;
 - i) os jogos das equipas B que colidam com o calendário dos jogos das competições da FIFA e da UEFA em que as equipas principais participam podem ser remarcados, a requerimento do clube com equipa B, para data acordada com a equipa adversária, sem prejuízo do disposto nas demais alíneas do presente número, nos n.ºs 2 ou 3, consoante o caso, do artigo 42.º e no artigo 13.º do Regulamento de inscrição e participação de Equipas B;
 - j) nos jogos realizados entre equipas B, prevalece a vontade manifestada pelo clube visitado;

- k) sem prejuízo de casos de força maior, os jogos correspondentes à penúltima e última jornadas de qualquer competição oficial a disputar por pontos devem ser realizados no mesmo dia e à mesma hora.
 - l) os horários fixos das transmissões televisivas estabelecidos no artigo 89.º do presente regulamento.
6. Excetua-se do disposto na alínea k) do número anterior o caso dos jogos, devidamente autorizados pela Liga Portugal, cujos resultados não tenham interferência direta ou indireta na tabela classificativa, em matéria de promoções e despromoções, de obtenção do primeiro lugar, de lugares de posicionamento nas fases da Taça da Liga e de lugares de acesso às competições da UEFA.
7. Relativamente aos jogos a disputar na última jornada, a Liga Portugal, com vista a permitir a transmissão televisiva direta de jogos, pode autorizar as alterações em bloco de jogos que envolvam todos os clubes que disputem a obtenção de um mesmo objetivo, desde que o resultado desses jogos não possa ter, relativamente a terceiros clubes participantes na mesma competição, qualquer influência nos aspetos classificativos relevantes discriminados no número anterior, devendo esses jogos alterados ser realizados simultaneamente.
8. O pedido de adiamento de jogo está sujeito a forma escrita, devendo ser dirigido ao Departamento de Competições da Liga Portugal, até ao início da reunião de organização de jogo.

Artigo 45.º

Jogos não iniciados ou dados por terminados antes do tempo regulamentar

1. Quando o árbitro não inicie o jogo ou o der por findo antes do tempo regulamentar, deverá comunicar o facto aos capitães de equipa e delegados de ambos os clubes, assim como os delegados da Liga Portugal, informando-os sucintamente dos fundamentos da sua decisão.
2. Dado o jogo por findo, o árbitro não poderá ordenar o recomeço do mesmo, salvo se verificar que se enganou na contagem do tempo e os jogadores de ambas as equipas ainda estiverem no terreno do jogo.
3. Considerar-se-á como tendo abandonado o campo a equipa que, a pretexto duma interrupção do jogo, sair do terreno do jogo sem que o árbitro tenha feito a participação referida a que alude o n.º 1 deste artigo.
4. Quando o jogo tiver sido dado por findo pelo árbitro antes do termo do seu tempo regulamentar, o resultado que o mesmo registe não será homologado, sendo designado novo jogo pela Liga Portugal, salvo nos casos expressamente previstos nos regulamentos.

Artigo 46.º

Jogos adiados ou interrompidos devido a caso fortuito ou de força maior

1. Quando, por causa fortuita ou de força maior, não se verificarem as condições para que um jogo se inicie ou se conclua, este realizar-se-á ou completar-se-á no mesmo estádio, dentro das 30 horas seguintes, salvo se:
 - a) ambos os clubes acordem a respetiva realização ou conclusão em outra data, respeitados os limites referidos nos n.ºs 2 a 4 do artigo 42.º e o façam consignar no relatório de jogo;

- b) qualquer um dos clubes em causa tiver de realizar um jogo oficial das competições da UEFA na semana seguinte, caso em que o jogo se realizará, ou completará, em data, a estabelecer por acordo entre os clubes; na falta de acordo, a Liga Portugal decidirá a data e hora do jogo;
 - c) qualquer um dos clubes em causa tenha que dispensar algum dos seus jogadores para a respetiva seleção nacional, caso em que o jogo deve ser realizado ou completado em data a estabelecer por acordo entre os clubes; na falta de acordo, a Liga Portugal decidirá a data e a hora do jogo;
 - d) estiver em causa a segurança dos agentes desportivos ou espectadores, devidamente comprovada pelo Comandante das Forças de Segurança;
 - e) em qualquer situação referida nas alíneas anteriores, a marcação do jogo adiado ou interrompido tem que respeitar os limites e os termos referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º.
2. Sempre que, em caso de deslocação aérea absolutamente imprescindível, um clube não consiga chegar ao seu destino por causa que não lhe seja imputável, devidamente comprovada, o jogo será adiado para uma data fixada por acordo entre os dois clubes.
3. Caso os clubes não cheguem a acordo, a Liga Portugal decidirá a data e hora do jogo.
4. Caso um jogo não se conclua por factos que não sejam imputáveis objetivamente a qualquer dos clubes, o tempo do jogo completar-se-á, reatando-se o mesmo com o resultado que se verificava no momento da interrupção, no prazo previsto no n.º 1.

Artigo 46.º-A

Regime de adiamento de jogos

- 1. Sem prejuízo do regime previsto no artigo anterior, deve ser determinado o adiamento de um jogo sempre que um clube não tenha, comprovadamente, um mínimo de 13 jogadores (dos quais, pelo menos, um seja guarda-redes) aptos a jogar.
- 2. A inaptidão para jogar tem de ser atestada até ao início do jogo, pelas seguintes entidades ou pessoas:
 - a) Direção-Geral de Saúde, no caso de despiste positivo de SARS-CoV-2 e/ou isolamento profilático de jogadores do plantel;
 - b) médico do Serviço Nacional de Saúde, no caso de surto de outra doença contagiosa, vírica ou bacteriana, que determine incapacidade para jogar;
 - c) médico do clube, no caso de lesão ou doença por outras causas, a confirmar por médico do SNS em atestado assinado e com a sua vinheta, entregue à Liga Portugal no prazo de 24h;
 - d) Liga Portugal, através do registo de sanções do jogador, no caso de cumprimento de sanção disciplinar de suspensão.
- 3. A decisão de adiamento é da competência do Presidente da Liga Portugal e de um Diretor Executivo.
- 4. O jogo adiado ao abrigo do presente regime será reagendado para data a definir por acordo dos clubes nos dois dias úteis seguintes ao da data inicial do jogo ou, na sua falta, nos termos do n.º 2 do artigo 44.º
- 5. Em qualquer dos casos, o reagendamento do jogo:

- a) deve obedecer aos requisitos do n.º 5 do artigo 44.º;
- b) deve ser feito para o período compreendido entre o 5.º e o 15.º dias, contados da cessação da inaptidão generalizada do plantel;
- c) não pode ser feito para data posterior ao fim de semana seguinte à data oficial da última jornada dos campeonatos organizados pela Liga Portugal.

Artigo 47.º

Jogos anulados e mandados repetir

1. Os jogos que vierem a ser anulados e mandados repetir, por motivo de protestos julgados procedentes, serão disputados nos estádios onde se realizaram da primeira vez, salvo se o estádio não tiver condições regulamentares e não seja possível regularizá-las em tempo oportuno, cabendo, neste caso, à Liga Portugal a designação de estádio alternativo.
2. A ocorrência de anomalia técnica, o incorreto funcionamento, a inoperacionalidade ou inexistência do sistema de vídeo-árbitro não é fundamento de anulação ou adiamento do jogo.

Artigo 48.º

Atrasos das equipas e interrupções

1. Quando se verificar atraso de comparência de uma equipa em relação à hora marcada para o início do jogo, por factos que, não lhe sendo imputáveis, sejam do conhecimento prévio do Diretor Executivo com o pelouro das competições, ou um substituto por si designado, e do árbitro, deverá este aguardar até 60 minutos.
2. Em qualquer outra circunstância, o árbitro deverá aguardar durante um período até 30 minutos, podendo tal período ser alargado até 60 minutos, desde que haja entendimento entre os clubes e o árbitro assim o decida.
3. O árbitro fará constar no seu relatório do Boletim do Encontro as ocorrências previstas nos números anteriores.

Artigo 49.º

Deveres genéricos dos clubes

1. Compete aos clubes, na condição de visitados ou considerados como tal, assegurar a manutenção da ordem e disciplina dentro dos seus recintos desportivos e no anel ou perímetro de segurança, antes, durante e após os jogos neles realizados, mediante policiamento e vigilância adequados, tendo em conta que os jogos deverão decorrer de acordo com ambiente de correção e lealdade exigível de qualquer manifestação desportiva.
2. Sem prejuízo das competências das forças de segurança, as tarefas de controlo de acesso, vigilância, acompanhamento e distribuição de espectadores pelos diversos setores podem ser exercidas por ARDs (*stewards*) contratados pelos clubes visitados ou considerados como tal.
3. O clube visitado ou considerado como tal deve antes, durante e após o jogo prestar aos representantes da Liga Portugal, da FPF e dos clubes, aos árbitros e árbitros assistentes, seus observadores, delegados, equipas técnicas, jogadores e funcionários da equipa visitante todo o auxílio e proteção que se mostrem necessários.
4. Para efeito do disposto no número anterior o clube visitado deve adotar as seguintes medidas:

- a) assegurar uma área de estacionamento destinada à equipa de arbitragem e seu observador, delegados da Liga Portugal e equipa técnica e jogadores do clube visitante próxima dos locais de acesso aos respetivos vestiários e balneários;
 - b) assegurar uma área de estacionamento destinada aos dirigentes e funcionários do clube visitante, portadores das respetivas credenciais e cartões de identificação nos termos regulamentares, próxima dos respetivos locais de acesso ao estádio;
 - c) assegurar a proteção no acesso, entrada e saída no terreno de jogo aos jogadores, equipa técnica e equipa de arbitragem no início, no intervalo e final do jogo.
5. Caso as áreas de estacionamento descritas na alínea a) do número anterior estejam situadas numa zona com acesso ao público e/ou numa zona de acesso à comunicação social, o clube visitado deve colocar barreiras, com as características definidas pela Comissão Técnica de Vistorias, de forma a impedir o público e/ou a comunicação social de ter acesso às áreas de entrada dos jogadores, equipa técnica e equipa de arbitragem.
6. Para efeito do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 4, o clube visitado deve assegurar ao clube visitante os lugares de estacionamento estabelecidos no Regulamento das Infraestruturas e condições técnicas e de segurança nos estádios, que consta do ANEXO IV ao presente regulamento.

Artigo 50.º

Deveres específicos dos clubes

1. São deveres especiais do clube visitado ou que deva considerar-se como tal:
 - a) receber a equipa de arbitragem, os delegados da Liga Portugal e o observador do árbitro, quando estes chegarem ao estádio e prestar-lhes a assistência necessária ao desempenho da sua missão, ficando responsável pelos seus valores e haveres, desde que depositados à guarda do diretor de campo;
 - b) receber o clube visitante;
 - c) zelar pela segurança da equipa de arbitragem, delegado da Liga Portugal, observador do árbitro e dos demais intervenientes do jogo;
 - d) zelar pela segurança e depósito dos equipamentos tecnológicos entregues pela Liga Portugal e a FPF, os quais terão que estar disponíveis e em perfeito estado de utilização no dia do jogo;
 - e) transmitir através do seu sistema sonoro o hino da competição, cinco minutos antes do início do jogo;
 - f) viabilizar a gravação do jogo pelo clube visitante, caso este informe essa pretensão, por escrito e com conhecimento à Liga Portugal, até 48 horas antes da realização do jogo;
 - g) proceder à gravação integral do jogo, sempre que este não seja objeto de transmissão televisiva em canal aberto ou fechado e promover o seu envio à Liga Portugal, no final do jogo;
 - h) manter uma rede *wireless* com acesso à internet na sala destinada aos delegados da Liga Portugal e na Tribuna ou Camarote presidencial, cujo bom funcionamento deve ser verificado no momento da chegada dos delegados da Liga Portugal ao estádio;

- i) viabilizar a colocação das câmaras identificadas no ANEXO X ao presente regulamento por forma a garantir a correta cobertura televisiva para efeitos de vídeo-árbitro;
 - j) transmitir a ocupação oficial do recinto de jogo ao delegado da Liga Portugal até ao minuto 75.
2. São deveres especiais de todos os clubes:
- a) garantir a utilização de relvados naturais, mantendo as melhores condições destes após a vistoria prévia;
 - b) cooperar com a Liga Portugal no fornecimento de itens, sobretudo equipamentos dos jogadores, que possam ser utilizados pela Liga Portugal para criar uma exposição sobre a competição ou proceder a ações de solidariedade social, desde que essas ações contemplem a participação da totalidade dos clubes da Liga Portugal, não podendo a Liga Portugal utilizar os respetivos itens para fins comerciais;
 - c) ceder fotografias atualizadas dos jogadores que compõem o respetivo plantel até 30 de setembro (1.º período de inscrições) e 15 fevereiro (2.º período de inscrições), ou em alternativa, permitir a realização pela Liga Portugal de uma sessão fotográfica, bem como permitir a captura de imagens (fotográficas e de vídeo) de todos os seus jogadores, cuja versão final será submetida à aprovação do clube, e que se destinam a ser utilizadas em animações gráficas de cariz informativo (e.g. *line-up*, substituições, estatísticas) no decurso da transmissão televisiva, sem qualquer associação publicitária;
 - d) ceder à Liga Portugal três minutos de filmagens ilustrativas dos momentos mais relevantes (*highlights*) dos jogos que realizem na condição de visitados, para uso promocional das competições, seus clubes e jogadores, desde que esta obrigação não colida com as obrigações contratuais assumidas pelos clubes;
 - e) ceder imagens dos respetivos jogos a fim de serem utilizadas pela Liga Portugal;
 - f) ceder um dos capitães de equipa para a Liga Portugal recolher imagens a serem usadas na produção de um programa televisivo para a promoção da competição e do futebol;
 - g) vincular os seus capitães de equipa a participar em votações anuais e mensais de melhor jogador e treinador, entre outros prémios, da competição onde estão inseridos;
 - h) garantir a participação, no mínimo, com um dirigente, um dos jogadores do plantel principal e um treinador na Gala Oficial da Liga Portugal, que decorrerá em data a designar pela Liga Portugal;
 - i) garantir a participação, no mínimo, com um dirigente, um dos jogadores do plantel principal e um treinador no sorteio da Taça da Liga e na Gala Oficial da Liga Portugal, que decorrerá em data a designar pela Liga Portugal;
 - j) fornecer à Liga Portugal, por cada época desportiva, dez camisolas oficiais dos jogadores de categoria sénior referidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 77.º autografadas pelos mesmos e dez bolas oficiais, também autografadas, destinadas exclusivamente a ações de solidariedade social, sem qualquer associação publicitária, devendo os clubes ser informados das ações sociais em causa. A Liga Portugal obriga-se a repor a quantidade de bolas disponibilizadas pelos clubes.
 - k) acreditar os elementos responsáveis pela recolha de estatísticas autorizados pela Liga Portugal e pelo clube visitado, vedando a entrada a quaisquer outros;

- l) distribuir o boletim de constituição das equipas previsto na alínea d), do n.º 5 do artigo 56.º no camarote presidencial e zona VIP e, sempre que possível, no setor *premium*.
3. O programa televisivo previsto na alínea f) do número anterior não terá qualquer referência comercial e será disponibilizado gratuitamente aos operadores televisivos nacionais e internacionais, bem como aos clubes para utilização nos seus próprios meios de comunicação, sendo a recolha de imagens prevista nessa mesma alínea realizada no decurso da pré-época, durante uma hora no estádio ou centro de treinos do clube.
 4. O modelo e demais regras das votações previstas na alínea f) do n.º 2 serão definidos pela Liga Portugal e divulgados através de ofício circular.
 5. Salvo motivo atendível, os clubes estão obrigados a assegurar que todos os jogadores nomeados para os prémios entregues na Gala referida na alínea h) do n.º 2 estão presentes no evento, desde que a identidade dos nomeados lhes seja comunicada com, pelo menos, duas semanas de antecedência.
 6. Todos os jogadores premiados pelas votações mensais descritas na alínea f) do n.º 2 e nas alíneas e) e f) do n.º 4 do artigo 81.º, e após a respetiva publicitação, devem receber o prémio no primeiro jogo que o seu clube realize na condição de visitado.
 7. A entrega do prémio prevista no número anterior terá lugar em frente a um painel fornecido e montado pela Liga Portugal, situado numa área do relvado compreendida entre cerca de 3m para além da linha lateral e 3m para o lado direito do banco de suplentes do clube visitado, e será realizada imediatamente após a formação oficial das equipas e respetiva fotografia oficial do onze inicial.
 8. Durante a entrega do troféu, o vencedor do prémio de jogador do mês deverá envergar apenas o equipamento de jogo ou, no caso de não ter sido convocado, do clube, não sendo permitida a utilização de outras peças de vestuário, ou de qualquer outro tipo de suporte publicitário.

Artigo 51.º

Deveres de correção e urbanidade dos intervenientes

1. Todos os agentes desportivos devem manter comportamento de urbanidade e correção entre si, bem como para com os representantes da Liga Portugal e da FPF, os árbitros e árbitros assistentes.
2. Dentro das instalações desportivas onde o encontro se realiza, todos os agentes desportivos deverão usar da maior correção e respeito para com o público, elementos das forças de segurança e representantes dos órgãos da comunicação social.
3. Os árbitros devem contribuir, dentro das suas atribuições, para a promoção do bom relacionamento de todos os intervenientes do jogo.

Artigo 52.º

Delegados dos clubes

1. Ambos os clubes designarão sempre um ou dois delegados, de entre os membros dos seus corpos gerentes ou funcionários, para, devidamente credenciados, comparecerem em cada jogo.
2. Os delegados dos clubes têm os seguintes deveres:

- a) colaborar com os delegados da Liga Portugal em todos os aspetos da organização do jogo;
- b) assegurar que os dirigentes, delegados, jogadores, treinadores e funcionários do clube que representam têm um comportamento correto entre si, com a Liga Portugal, com a equipa de arbitragem, com o clube adversário, com espectadores e com os demais agentes desportivos intervenientes no jogo;
- c) disponibilizar ao árbitro a ficha técnica do jogo, com a identificação dos:
 - i. jogadores efetivos e suplentes, com indicação do primeiro e último nome, número de licença e número de camisola;
 - ii. jogadores que desempenham as funções de capitão e subcapitão;
 - iii. restantes elementos no banco de suplentes e do banco suplementar.
 - iv. receber da Liga Portugal as fichas técnicas de jogo;
 - v. preencher o boletim de constituição das equipas, para efeitos de afixação nos locais destinados aos órgãos da comunicação social.
- 3. No final do jogo, os delegados da Liga Portugal e a equipa de arbitragem elaboram os respetivos relatórios, designadamente relatório da equipa de arbitragem, relatório do vídeo-árbitro, relatório de ocorrências preenchido pelos delegados da Liga Portugal, ficha técnica, boletim de constituição de equipas, ficha de controlo antidopagem, relatório de *fair play* e relatório da organização do jogo.
- 4. Os delegados dos clubes, mediante assinatura na ficha técnica, devem confirmar a identidade dos jogadores, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, massagistas, treinadores e delegados que tenham sido expulsos ou como tal considerados.
- 5. A expulsão do delegado de um clube durante um jogo, não o dispensa de cumprir o dever referido no número anterior.

Artigo 53.º

Delegados antidopagem

- 1. Cada clube indica um delegado para efeitos do controlo antidopagem a ser realizado, o qual pode exercer cumulativamente com as funções de outro elemento presente no banco suplementar.
- 2. Os delegados para controlo antidopagem assistem ao sorteio e informam os jogadores visados do dever de apresentação na sala do controlo imediatamente após o final do jogo.
- 3. Caso o delegado do controlo antidopagem não se encontre no banco suplementar, deverá comunicar aos delegados da Liga Portugal o local exato em que se encontra durante o jogo, ficando com o dever de estar presente na sala de controlo antidopagem.
- 4. O médico responsável pelo controlo antidopagem deve permanecer em local indicado pelo clube, que lhe permita a visualização do jogo e o acompanhamento dos jogadores que irão ser submetidos ao controlo de dopagem desde a saída dos mesmos do terreno de jogo até à sala onde se realiza o controlo.

Artigo 54.º

Diretor de campo

1. O diretor de campo é o dirigente ou funcionário do clube, titular de licença da Liga Portugal, responsável pela organização do jogo.
2. Os clubes devem comunicar à Liga Portugal, até dez dias antes do início da competição, a identidade do respetivo diretor de campo e do dirigente ou funcionário que o substitui nas suas faltas, impedimentos e ausências momentâneas antes, durante e após o jogo.
3. As pessoas identificadas no número anterior estão obrigadas a participar nas formações específicas organizadas pela Liga Portugal.
4. Na seleção do diretor de campo, os clubes podem ter em consideração quem:
 - a) tenha experiência de, pelo menos, uma época desportiva no exercício das mesmas funções;
 - b) tenha frequentado o módulo de “Organização das Competições Profissionais” na pós-graduação organizada pela Liga Portugal.
5. O exercício do cargo de diretor de campo, e seu substituto, é incompatível com o exercício dos cargos de delegado do clube, de diretor de segurança, de coordenador de segurança e de diretor de imprensa.
6. São deveres específicos do diretor de campo ou de quem o substituir:
 - a) comparecer no estádio com a antecedência mínima exigida aos delegados da Liga Portugal;
 - b) identificar-se ao árbitro como diretor de campo ou seu substituto, consoante o caso;
 - c) ser portador da credencial emitida e fornecida pela Liga Portugal, em lugar visível;
 - d) permanecer em lugar bem visível junto ao túnel de acesso ao terreno de jogo, durante a respetiva realização, salvo por motivo urgente relacionado com a natureza do seu cargo ou por circunstância de força maior tendo que, em qualquer caso, fazer-se substituir nos termos regulamentares;
 - e) não fazer qualquer comentário verbal ou gestual junto da equipa de arbitragem;
 - f) colaborar com os delegados da Liga em todos os aspetos da organização do jogo;
 - g) mandar preparar o recinto do jogo e o relvado segundo as Leis do Jogo e demais diretivas aplicáveis do IFAB ou da FIFA;
 - h) coordenar com o diretor de segurança para tomar, com os delegados da Liga Portugal, o comandante da força de segurança, os serviços de bombeiros e de proteção civil e os serviços de emergência médica, as medidas de precaução necessárias e adequadas para assegurar a ordem e tranquilidade no recinto do jogo e seus acessos, antes, durante e após o jogo;
 - i) organizar e supervisionar, conjuntamente com o diretor de imprensa, as condições de acesso, circulação e a utilização das instalações reservadas aos órgãos da Comunicação Social, garantindo, com o diretor de segurança, a proteção dos representantes daqueles;
 - j) coordenar o recrutamento e a disposição dos apanha-bolas, os quais devem ter entre 8 e 16 anos de idade e usar os coletes com o *naming* da competição, quando este exista;
 - k) certificar com a equipa de arbitragem que a cor do colete dos apanha-bolas não entra em conflito com o equipamento dos clubes e da equipa de arbitragem;

- l) cooperar com os delegados da Liga Portugal para que todas as disposições regulamentares sejam aplicadas e garantir o normal decurso do espetáculo desportivo.
- 7. Em caso de expulsão do diretor de campo, as suas funções serão exercidas pelo seu substituto designado nos termos do presente artigo.

Artigo 55.º

Diretores de segurança

- 1. Os clubes devem comunicar à Liga Portugal, até dez dias antes do início da competição, a identidade de, pelo menos, um diretor de segurança e um substituto.
- 2. As pessoas identificadas no número anterior são titulares de licença da Liga Portugal e participam nas formações específicas organizadas pela Liga Portugal.
- 3. Na seleção do diretor de segurança, os clubes podem ter em consideração quem:
 - a) tenha experiência de, pelo menos, uma época desportiva no exercício das mesmas funções;
 - b) tenha frequentado o módulo de “Organização das Competições Profissionais” na pós-graduação organizada pela Liga Portugal.
- 4. O diretor de segurança deve possuir formação específica adequada, correspondente à formação de diretor de segurança, nos termos previstos no regime jurídico da segurança privada.
- 5. São deveres específicos do diretor de segurança ou de quem o substituir:
 - a) reunir com os representantes da força de segurança territorialmente competente, do SMPC respetivo, das entidades de saúde pública, da segurança privada e do corpo de bombeiros local, pelo menos até três dias antes de cada espetáculo desportivo;
 - b) identificar e reportar ao delegado da Liga Portugal a entrada ou permanência de pessoas não autorizadas na zona técnica, devendo, em caso de necessidade, encetar as diligências destinadas a garantir a respetiva remoção;
 - c) assegurar a gestão do serviço de segurança privada;
 - d) promover, no planeamento e no decurso de um espetáculo desportivo, a presença e articulação de todos os meios envolvidos na segurança do evento, tendo em vista a sua realização em condições de segurança.
 - e) cooperar com os delegados da Liga Portugal, o comandante das forças de segurança, os serviços de bombeiros e de proteção civil e os serviços de urgência médica, de forma a que o espetáculo desportivo decorra com normalidade;
 - f) preencher de forma clara, fiel e completa, o relatório sobre o espetáculo desportivo (relatório de segurança), no âmbito das suas competências, em modelo próprio a disponibilizar pela Liga Portugal e remetê-lo à APCVD, ao PNID, à força de segurança territorialmente competente e à Liga Portugal, no prazo de 48 horas a contar do final do espetáculo desportivo;
 - g) comunicar com o diretor de segurança da equipa adversária durante a semana anterior ao jogo, de forma a que receba e providencie toda a informação relevante que facilite o normal decurso do espetáculo desportivo e credenciá-lo;

- h) agendar e dirigir as reuniões de segurança previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º, promovendo a presença de todas as entidades legal e regulamentarmente exigidas;
 - i) ser portador da credencial emitida e fornecida pela Liga Portugal, em lugar visível;
 - j) ser portador das credenciais fornecidas pela Liga Portugal para acesso à plataforma informática;
 - k) permanecer junto ao túnel de acesso ao terreno de jogo, salvo se existir sala de controlo e vigilância, caso em que, havendo diretor de segurança substituto, o diretor de segurança determinará quem permanecerá no túnel e na sala de controlo e vigilância;
 - l) permanecer nos locais referidos, salvo se em caso de necessidade tiver de se deslocar para a execução dos seus deveres específicos, não podendo fazer qualquer comentário verbal ou gestual junto da equipa de arbitragem;
 - m) diligenciar pela remoção, se necessário com o apoio das forças de segurança pública, de pessoas não autorizadas pelo presente regulamento que se encontrem na zona técnica, na zona situada entre as linhas exteriores do retângulo de jogo e as vedações, e no túnel de acesso ao terreno de jogo;
 - n) no caso da Liga Portugal 1, acompanhar a equipa em todos os jogos que dispute na condição de visitante.
6. Para o fim previsto na alínea g) do número anterior, a Liga Portugal pode aprovar um modelo de impresso que indica as informações que têm obrigatoriamente de ser trocadas entre os diretores de segurança dos clubes adversários.
7. Em caso de expulsão do diretor de segurança, as suas funções serão exercidas pelo seu substituto designado nos termos do presente artigo.
8. O exercício dos cargos de diretor e seus substitutos, é incompatível com o exercício dos cargos de delegado do clube, de diretor de campo e de diretor de imprensa, constituindo impedimento à nomeação do diretor de segurança a condenação em processo disciplinar transitado em julgado, com pena de suspensão superior a seis meses nas duas épocas desportivas anteriores.

Artigo 56.º

Diretores de imprensa

- 1. O diretor de imprensa é o dirigente ou funcionário do clube, titular de licença da Liga Portugal, responsável pela relação com os órgãos de comunicação social.
- 2. Os clubes devem comunicar à Liga Portugal, até dez dias antes do início da competição, a identidade do respetivo diretor de imprensa e do dirigente ou funcionário que o substitui nas suas faltas e impedimentos.
- 3. As pessoas identificadas no número anterior estão obrigadas a participar nas formações específicas organizadas pela Liga Portugal.
- 4. Na seleção do diretor de imprensa, os clubes podem ter em consideração quem:
 - a) tenha experiência de, pelo menos, uma época desportiva no exercício das mesmas funções;
 - b) tenha frequentado o módulo de “Organização das Competições Profissionais” na pós-graduação organizada pela Liga Portugal.
- 5. São deveres específicos do diretor de imprensa:

- a) comparecer no estádio com a antecedência mínima de 1h30 antes do início do jogo;
 - b) garantir a operacionalidade das instalações destinadas à comunicação social;
 - c) credenciar os representantes da comunicação social, tendo em consideração, na distribuição dos lugares reservados, a especificidade das funções por eles desempenhadas; bem como definir e assinalar devidamente a entrada de acesso (*media entrance*) à respetiva sala para realização da credenciação;
 - d) disponibilizar, até 45 minutos antes do início do jogo, o boletim da constituição das equipas à comunicação social, designadamente à que se encontra no recinto de jogo, aos delegados da Liga Portugal, ao clube visitante e à equipa de arbitragem
 - § O boletim de constituição das equipas inclui obrigatoriamente referência ao patrocinador oficial da Competição, podendo incluir o patrocinador principal do clube visitado desde que não conflitue com o patrocinador oficial da competição
 - e) prestar o devido apoio à realização da conferência de imprensa, que deverá ter lugar dentro de 30 minutos após o final do jogo;
 - f) diligenciar a realização das entrevistas no final dos jogos (*flash interview* e *superflash*), convocando atempadamente os representantes dos clubes que tenham sido solicitados para as mesmas;
 - g) organizar a zona mista, de acordo com o estabelecido nos n.ºs 20, 23 e 24 do artigo 64.º;
 - h) supervisionar o comportamento dos representantes da comunicação social, nos termos do estabelecido no artigo 64.º;
 - i) ser portador da credencial emitida e fornecida pela Liga Portugal, em lugar visível.
6. O exercício do cargo de diretor de imprensa, e seu substituto, é incompatível com o exercício dos cargos de delegado do clube, de diretor de campo, de diretor de segurança e de coordenador de segurança.

Artigo 56.º-A

Técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro

1. O técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro é o funcionário do clube, titular de licença da Liga Portugal, responsável por zelar pela operacionalização da intervenção dos técnicos indicados pela FPF que efetuam a montagem e manutenção dos equipamentos do sistema de vídeo-árbitro, pelo contacto com o gestor de operação de vídeo-árbitro da FPF e pelo cumprimento das diretrizes da FPF relativamente à implementação do vídeo-árbitro durante a época e em cada jogo.
2. Os clubes devem comunicar à Liga Portugal, até dez dias antes do início da competição, a identidade do respetivo técnico de apoio ao vídeo-árbitro e do funcionário que o substitui nas suas faltas e impedimentos.
3. O técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro deve frequentar numa formação específica realizada para o efeito.
4. O técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro deve ter conhecimentos em tecnologia e conhecer a infraestrutura do estádio.
5. São deveres específicos do técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro:

- a) acompanhar a verificação operada pelos técnicos indicados pela FPF ao funcionamento do equipamento;
 - b) verificar a conformidade dos planos das câmaras utilizadas no sistema de vídeo-árbitro, confirmando o cumprimento do plano definido no ANEXO X ao presente regulamento;
 - c) garantir as condições para que os técnicos designados para o jogo estejam presentes na área de revisão, para instalar e prestar assistência ao árbitro principal e para fazer qualquer substituição necessária durante o jogo, de acordo com as instruções que lhe sejam transmitidas pela equipa da FPF;
 - d) garantir as condições para que os técnicos designados para o jogo estejam presentes na área de revisão, para instalar e prestar assistência ao equipamento de ligação ao rádio dos árbitros, que permite a comunicação entre o vídeo-árbitro e o árbitro e fazendo qualquer substituição necessária durante o jogo, de acordo com as instruções que lhe sejam transmitidas pela equipa da FPF;
 - e) garantir que todo o equipamento que fique à guarda do clube é devidamente acondicionado em segurança, após o jogo;
 - f) garantir que o equipamento não é mal manuseado de forma deliberada levando a deterioração, mau funcionamento e avaria do mesmo;
 - g) acompanhar o reporte da equipa da FPF, de qualquer avaria detetada em qualquer equipamento do sistema do vídeo-árbitro.
6. O exercício do cargo de técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro, e seu substituto, é incompatível com o exercício de qualquer outro cargo no âmbito da organização do jogo, exceto o de diretor de campo.

Artigo 57.º

Oficial de ligação aos adeptos

1. A função de OLA deve obedecer aos requisitos e condições previstos no respetivo Manual, constante no ANEXO VII do presente regulamento.
2. Os clubes devem comunicar à APCVD e à Liga Portugal, até dez dias antes do início da competição a identidade de um ou dois OLA.
3. O OLA deverá acompanhar o diretor de segurança, quando este entenda necessário, na preparação e execução das suas funções descritas no presente regulamento.
4. De modo a proceder ao apuramento de danos, os OLA do clube visitado e visitante devem deslocar-se às bancadas e demais locais onde possam ocorrer, juntamente com os delegados da Liga Portugal, antes e depois do jogo, preferencialmente recorrendo a registos fotográficos.
5. Ambos os clubes poderão elaborar uma declaração amigável conjunta identificando os danos causados e, se assim o entenderem desde logo, o montante da reparação.

Artigo 57.º - A

Responsável pela Acessibilidade para Deficientes

1. O Responsável pela Acessibilidade de Deficientes (RAD) é o colaborador do clube responsável pelas matérias de acessibilidade para deficientes e apoio na criação de condições e serviços de acessibilidade abrangentes.

2. Os clubes devem comunicar à Liga Portugal, até 10 dias antes do início da competição, a identidade do respetivo RAD e do colaborador que o substitui nas suas faltas ou impedimentos.
3. As pessoas identificadas no número anterior estão obrigadas a participar nas formações específicas organizadas pela Liga Portugal.
4. A Liga Portugal promoverá reuniões conjuntas com os OLA e os RAD para a promoção de contactos profícuos entre estes responsáveis em todas as sociedades desportivas.

Artigo 58.º

Capitães de equipa

1. Os capitães das equipas são os jogadores qualificados para as representar junto da equipa de arbitragem, podendo solicitar ao árbitro quaisquer esclarecimentos sobre ocorrências do jogo.
2. São deveres dos capitães das equipas:
 - a) respeitar e fazer respeitar as determinações do árbitro;
 - b) observar e fazer observar as normas de lealdade e correção, para com os demais intervenientes do jogo;
 - c) procurar sanar prontamente quaisquer divergências ou conflitos provocados pelos seus companheiros, ou em que estes sejam intervenientes, perante a equipa de arbitragem, adversários ou público.

Artigo 59.º

Condições de rega do relvado

1. Os períodos de rega de relvado têm que ser comunicados pelo diretor de campo do clube visitado aquando da reunião preparatória do jogo.
2. A rega tem que ser feita uniformemente por todo o relvado e deve findar 60 minutos antes do começo de jogo, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. É dever da equipa visitada promover a rega entre 10 a cinco minutos antes do início do jogo e no intervalo durante cinco minutos, salvo acordo em contrário entre os clubes intervenientes ou por decisão contrária do árbitro.
4. O clube visitado deve envidar todos os esforços razoáveis para que o relvado esteja nas melhores condições possíveis para o jogo.

Artigo 60.º

Acesso e permanência no recinto do jogo e balneários

1. Em cada estádio a Comissão Técnica de Vistorias irá definir a Zona Técnica que incluirá:
 - a) a zona representada no ANEXO IV, ref.ª E5;
 - b) a zona entre as linhas exteriores do retângulo de jogo e o respetivo túnel de acesso aos balneários;
 - c) a zona de corredores de acesso aos balneários dos clubes e da equipa de arbitragem;
 - d) a zona de acesso dos balneários dos clubes e da equipa de arbitragem ao recinto de jogo;
 - e) o balneário da equipa de arbitragem;
 - f) a sala de controlo antidopagem.

2. Salvo nos casos previstos nos números seguintes em que se disponha diversamente, podem entrar e permanecer na Zona Técnica, desde que devidamente identificados ou credenciados:
- a) os delegados da Liga Portugal identificados por credencial emitida pela Liga Portugal;
 - b) os diretores de campo, de imprensa e de segurança do clube visitado;
 - c) os diretores de segurança e de imprensa do clube visitante, sendo que o último apenas pode entrar a partir dos 75 minutos de jogo;
 - d) o substituto do diretor de segurança do clube visitado, nos termos da alínea k), do n.º 5 do artigo 55.º;
 - e) os delegados ao jogo, dois elementos da equipa médica, os elementos da equipa técnica, todos eles identificados pela competente braçadeira (exceto o treinador principal) e os jogadores suplentes, quando equipados, de cada um dos clubes contendores, o quarto árbitro e os maqueiros dos serviços de urgência médica solicitados pela equipa de arbitragem durante a reunião preparatória;
 - f) um operador de câmara nos termos do estabelecido no grafismo do ANEXO IV, ref.ª E5;
 - g) agentes da força de segurança;
 - h) coordenador de segurança do clube visitado;
 - i) assistentes de recintos desportivos do clube visitado;
 - j) um apanha-bolas do clube visitado;
 - k) o Presidente da Liga Portugal e os presidentes dos clubes visitado e visitante;
 - l) um membro da Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem da FPF, desde que previamente designado pelo Conselho de Arbitragem da FPF, cuja designação deverá ser comunicada à Liga Portugal até 48h antes do início do jogo para informação ao clube visitado;
 - m) cinco elementos de cada um dos clubes visitado e visitante, até ao início do jogo e durante o respetivo intervalo, nas seguintes categorias e números:
 - i. equipa técnica;
 - ii. um técnico de equipamentos;
 - iii. dois elementos organização de jogo;
 - iv. um dirigente;
 - v. um elemento da gravação técnica;
 - vi. um elemento da equipa médica.
 - n) apenas em caso de necessidade, cinco elementos de cada um dos clubes, exclusivamente para, e apenas durante, o cumprimento das suas funções, nas seguintes categorias:
 - i. dirigentes;
 - ii. equipa médica;
 - iii. técnicos de equipamentos;
 - iv. organização de jogo;
 - v. outros elementos sob validação prévia da Liga Portugal.
 - o) três jogadores, dos quais um guarda-redes, além dos que constem das fichas técnicas das equipas, para exercícios de aquecimento;
 - p) o *speaker* do clube visitado, em local definido aquando da vistoria técnica efetuada pela Comissão Técnica de Vistorias;

- q) os titulares do direito de livre-trânsito quando, para o desempenho das suas funções, se justifique a respetiva presença;
 - r) o técnico de apoio ao sistema de vídeo-árbitro, para informar o delegado da Liga Portugal em caso de avaria no sistema VAR.
3. O OLA e o RAD do clube visitado e o OLA do clube visitante devem permanecer no local indicado na ficha técnica do estádio, podendo, quando necessário ao exercício das respetivas funções, entrar, mas não permanecer, na Zona Técnica, desde que devidamente identificados ou credenciados.
 4. Podem permanecer em dois bancos colocados preferencialmente a três metros dos bancos de suplentes um máximo de cinco agentes desportivos, designadamente delegados, incluindo o do controlo antidopagem, elementos da equipa técnica, médico, enfermeiro, fisioterapeuta e massagista, desde que:
 - a) identificados na relação prevista na subalínea iii., da alínea c), do n.º 2, do artigo 52.º;
 - b) portadores de braçadeira ou credencial identificativa.
 5. Nos casos em que as infraestruturas dos estádios o permitam, a Comissão Técnica de Vistorias pode autorizar a colocação de bancos a uma distância preferencialmente não superior a 2m de cada lado da entrada do túnel de acesso ao terreno de jogo.
 6. Compete à Liga Portugal efetuar a credenciação dos agentes desportivos para acesso à zona técnica, designadamente, à área do recinto do jogo e aos balneários.
 7. Os agentes desportivos com direito de acesso à Zona Técnica devem ser titulares dos cartões de identificação emitidos para a respetiva época desportiva.
 8. A credenciação é efetuada com a designação das áreas e o momento em que os aludidos agentes têm direito de acesso.
 9. Com exceção dos titulares de livre-trânsito e das pessoas indicadas na alínea m) do n.º 2 do presente artigo, que devem aguardar pelo regresso da equipa de arbitragem ao balneário antes de acederem à Zona Técnica, os demais agentes desportivos credenciados devem aguardar 15 minutos após o final do jogo para aí acederem.
 10. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os jogadores não inscritos na ficha de jogo, desde que devidamente credenciados, podem entrar, mas não permanecer, na zona técnica para acederem ao balneário da respetiva equipa, logo após o final do jogo.
 11. Em casos devidamente justificados, por requerimento do clube visitado, e após vistoria da Liga Portugal, pode ser autorizada a presença de um número reduzido de elementos da equipa de animação do clube na zona representada no ANEXO IV, ref.ª E5, desde que sejam portadores de uma licença de agente desportivo e estejam credenciados pela Liga Portugal.
 12. Durante o tempo regulamentar e intervalo de jogo, só poderão entrar e permanecer na área entre as linhas exteriores do retângulo de jogo e as vedações dos estádios, excluindo a Zona Técnica:
 - a) os fotógrafos da imprensa, um operador de redes sociais do clube visitado e os elementos indispensáveis aos serviços do operador televisivo titular dos direitos de transmissão;
 - b) os agentes das forças de segurança pública, o coordenador de segurança, os ARDs, os maqueiros dos serviços de emergência médica, e, desde que devidamente credenciados pela Liga Portugal, os funcionários de apoio às ações promocionais dos patrocinadores da

- Liga Portugal e dos clubes, os elementos da equipa de animação do clube visitado e os funcionários de apoio à publicidade estática, no máximo de oito ou seis consoante os jogos tenham transmissão televisiva ou não;
- c) os apanha-bolas, cujo número não pode ser inferior a nove nos jogos da Liga Portugal 1 e a sete nos jogos da Liga Portugal 2 e cuja idade não pode ser inferior a 8 anos nem superior a 16 anos;
 - d) os técnicos de manutenção do terreno de jogo;
 - e) fotógrafos devidamente credenciados pela Liga Portugal, cujas funções se destinam à recolha de imagens para conteúdos das diversas plataformas de comunicação online e digitais da Liga Portugal.
 - f) o RAD, devidamente credenciado pela Liga Portugal, para aceder aos locais onde se encontrem espectadores com deficiência.
13. Em casos devidamente justificados, por requerimento do clube visitado, e após vitória da Liga Portugal, pode ser autorizada a redução do número mínimo de apanha bolas previsto na alínea c) do número anterior.
14. Todas as pessoas referidas no n.º 2 deverão estar devidamente identificadas através de credenciais, braçadeiras, coletes ou do vestuário correspondente, com cores distintas dos equipamentos de ambas as equipas em campo e da equipa de arbitragem.
15. Os agentes desportivos referidos na alínea l) do n.º 2 que tenham sido credenciados pela Liga Portugal só podem permanecer na Zona Técnica até ao início do jogo.
16. No período compreendido entre o início do jogo e 15 minutos após o fim do mesmo, os agentes referidos no número anterior só podem permanecer:
- a) dentro do balneário da equipa de arbitragem;
 - b) na zona VIP e zona de camarotes se tiverem um título válido de ingresso que lhes dê acesso a um lugar sentado.
 - c) na zona de bancada obrigatoriamente reservada para o efeito pelo clube visitado e aprovada pela Liga Portugal aquando da vitória aos estádios.
17. Será admitida, após prévia autorização da Liga Portugal, a presença nos recintos de jogo, excluindo a Zona Técnica, de repórteres de campo do operador televisivo titular dos direitos de transmissão e por cada operador de radiodifusão considerada de âmbito nacional. Desde a sua entrada no recinto de jogo, os repórteres radiofónicos, repórteres e operadores de televisão e fotógrafos só se podem posicionar atrás dos placards publicitários, atrás das balizas.
- § Caso o número de profissionais o justifique, o clube visitado pode autorizar a utilização da linha de 16 metros ao longo da linha lateral, do lado oposto aos bancos.
18. Sem prejuízo do disposto no número anterior, depois de findo o período de aquecimento dos jogadores e da equipa de arbitragem, os fotógrafos podem aceder à Zona Técnica para a realização da fotografia oficial de ambas as equipas devendo depois retornar para a posição descrita anteriormente; em nenhum momento, os repórteres radiofónicos, repórteres e operadores de televisão podem sair da posição referida anteriormente, com a exceção dos repórteres de televisão intervenientes na *flash interview* que deverão fornecer a sua identidade aos delegados da Liga Portugal e ao diretor de imprensa do clube visitado antes do começo do jogo.

19. Os repórteres fotográficos e de rádio, assim como os operadores de redes sociais do clube visitado e da Liga Portugal, terão acesso ao recinto de jogo, sem prejuízo dos condicionamentos e limites para proteção do direito ao espetáculo ou outros direitos e interesses legítimos dos promotores ou organizadores do jogo, devendo usar obrigatoriamente o colete único e credencial de identificação fornecido pela Liga Portugal, correspondente à competição que pretendam reportar.
20. Durante o jogo os operadores de redes sociais devem permanecer atrás das linhas de baliza.
21. Os repórteres de campo ao serviço do operador de televisão com direito de transmissão dos jogos, são obrigados a utilizar o colete, de cor laranja e com a letra T, fornecido pela Liga Portugal para efeito de acesso ao recinto de jogo, sendo permitido em alternativa ao colete, a utilização de uma braçadeira também de cor laranja e com a letra T aposta.
22. Os coletes e braçadeiras referidos no número anterior são distribuídos pela Liga Portugal, deles constando uma numeração com altura de 20cm, conforme listagem numérica previamente elaborada de acordo com os pedidos formulados pelos interessados, bem como a aposição nas duas faces do colete, do logótipo com o nome oficial da competição a que diga respeito, sempre que tal seja definido por comunicado oficial.
23. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no início de cada época desportiva, a Liga Portugal distribui coletes por todos os clubes, para que, em caso de necessidade e apenas durante jogos que disputem na qualidade de visitados, os disponibilizem a fotógrafos e videógrafos, garantindo que são devolvidos no final de cada jogo.
24. Nas faixas laterais do terreno de jogo não podem permanecer mais de duas câmaras móveis, as quais devem respeitar uma distância mínima de 4m dos bancos de suplentes.
25. Entre os bancos das equipas só é permitida uma câmara fixa sem que o operador possa mudar de posição durante o tempo regulamentar; a posição da câmara fixa deve respeitar o estabelecido no ANEXO IV, ref.^a E5.
26. Nos estádios em que a Comissão Técnica de Vistorias constata não ser possível a instalação de uma posição de câmara fixa, determinará qual o espaço que poderá ser utilizado pelo operador televisivo para recolha de imagens.
27. O clube visitado elabora, em coordenação com operador televisivo, um plano de colocação das câmaras e de localização do *TV compound*, que sujeita à apreciação da Comissão Técnica de Vistorias até ao dia 15 de julho de cada época.
28. Em caso de incumprimento das disposições precedentes, o repórter de campo, o fotógrafo ou o operador de redes sociais do clube visitado será proibido temporariamente de aceder ao recinto de jogo em todos os estádios, após decisão, devidamente fundamentada, da Liga Portugal.

Artigo 61.º

Composição do banco de suplentes

1. Durante o tempo regulamentar, apenas os seguintes agentes desportivos têm direito a permanecer no banco de suplentes:
 - a) dois delegados ao jogo;

- b) três elementos da equipa técnica, dois dos quais treinadores habilitados nos termos do artigo 82.º;
 - c) dois elementos da equipa médica, um dos quais médico;
 - d) nove jogadores suplentes.
2. À exceção dos jogadores e do treinador principal, todos os outros elementos têm de possuir braçadeira ou credencial com a indicação da função exercida.
 3. É obrigatória a presença de médico no banco de suplentes em todos os jogos organizados pela Liga Portugal.
 4. Os médicos inscritos pelos clubes devem ser portadores de credencial emitida pela AMEF.

Artigo 62.º

Acesso aos balneários dos clubes

1. Aquando da realização dos jogos das competições oficiais só é permitida a entrada nos balneários das equipas aos dirigentes e funcionários dos respetivos clubes, sem prejuízo do disposto no artigo 60.º.
2. Na zona reservada de acesso à cabina da equipa de arbitragem apenas é permitido o acesso aos delegados ao jogo das equipas, diretor de campo, diretor de segurança, delegados da Liga Portugal, elementos da força de segurança, a um membro da Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem da FPF e ao observador dos árbitros no âmbito das suas funções.
3. Os representantes da imprensa, da rádio e da televisão só poderão entrar na zona reservada dos balneários mediante autorização expressa dos respetivos delegados dos clubes e prévia comunicação aos delegados da Liga Portugal; no entanto, se o acesso for comum ao do balneário da equipa de arbitragem, a entrada não é permitida.
4. Nos casos em que a ligação entre a linha lateral de campo e o túnel de acesso aos balneários seja protegido por manga amovível, esta deve encontrar-se operacional aquando da entrada e saída das equipas visitantes e da equipa de arbitragem.

Artigo 63.º

Acesso ao vestiário da equipa de arbitragem

1. Têm livre acesso ao balneário da equipa de arbitragem:
 - a) os delegados da Liga Portugal;
 - b) o médico credenciado para efetuar o controlo antidopagem;
 - c) o membro da Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem, previamente designado pelo Conselho de Arbitragem da FPF; e
 - d) o observador dos árbitros, para desempenho das suas funções.
2. Mediante autorização do árbitro, têm acesso ao balneário da equipa de arbitragem, os delegados dos clubes intervenientes, o diretor de campo, o diretor de segurança da equipa visitada, forças de segurança pública, médico, enfermeiro, fisioterapeuta e massagista, bem como elementos da Liga Portugal em serviço e respetivos serviços técnicos.
3. Sempre que verificada a presença dos elementos referidos nos números anteriores, o Delegado da Liga Portugal bem como o Árbitro da partida serão obrigados a fazer constar do relatório do jogo.

Artigo 64.º

Comunicação Social

1. A carteira profissional de jornalista, certificada pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, é o único documento de identificação exigível aos jornalistas profissionais e colaboradores da imprensa, para serem devidamente acreditados com acesso às salas de imprensa, bancada de imprensa e outros locais a que lhes seja permitido aceder nos termos deste regulamento.
2. As sociedades desportivas podem admitir, para serem acreditados, com acesso às salas de imprensa, bancada de imprensa e outros locais a que lhes seja permitido aceder nos termos deste regulamento:
 - a) os comentadores para diretos que, não sendo titulares de carteira profissional, sejam identificados para o efeito por órgão de comunicação social registado na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC);
 - b) os jornalistas estrangeiros identificados para o efeito pelo órgão de comunicação social que representam.
3. Os órgãos de comunicação social, os jornalistas e colaboradores da imprensa devem utilizar a denominação oficial da Competição atribuída pela Liga Portugal, em todas as comunicações por si emitidas, independentemente do suporte ou formato utilizado.
4. O acesso às bancadas de imprensa será facultado aos jornalistas indicados pelos respetivos órgãos de comunicação social de acordo com o número de lugares existente, não podendo nenhum jornalista exigir outro lugar além do atribuído ao órgão de informação por si representado.
5. Em caso de insuficiência dos lugares para os órgãos da imprensa escrita, deve realizar-se uma repartição nos seguintes termos e em ordem de prioridade, aplicando-se os critérios territoriais na segregação do acesso/acreditação, dando prioridade à Imprensa local do visitado e visitante:
 - a) um mínimo de três lugares para imprensa escrita desportiva;
 - b) um mínimo de dois lugares para agências nacionais de informação;
 - c) um mínimo de um lugar para imprensa escrita generalista;
 - d) um mínimo de três lugares para dois repórteres de televisão e um operador de câmara;
 - e) um mínimo de três lugares para rádios nacionais mais um lugar para técnico;
 - f) um mínimo de dois lugares para rádios locais ou regionais;
 - g) um mínimo de dois lugares para imprensa desportiva exclusivamente online;
 - h) restantes órgãos de comunicação.
6. O acesso aos órgãos de informação locais, fica condicionado às limitações de espaço, devendo ser dada prioridade aos órgãos dos municípios em que têm sede as equipas participantes nos jogos.
7. Sempre que houver mais do que um órgão de informação por município e sempre que o espaço disponível o permitir, será responsabilidade dos promotores do espetáculo desportivo indicar o órgão que poderá aceder aos lugares destinados à imprensa.

8. As bancadas de imprensa destinam-se exclusivamente ao trabalho dos jornalistas, não sendo permitida a presença de adeptos, dirigentes, atletas e funcionários dos clubes cujas atribuições não se relacionem diretamente com o apoio logístico aos jornalistas.
9. A responsabilidade da implementação do número anterior é do clube visitado.
10. Os clubes disporão de locais próprios para realização de conferências de imprensa, se possível com diferentes acessos para os treinadores e jogadores e os representantes da comunicação social.
11. O acesso aos locais das conferências de imprensa será garantido, sem discriminações nem restrições, a todos os jornalistas credenciados para o jogo.
12. Para efeito de controlo do número de lugares, nas conferências de imprensa após a realização dos jogos, só terão acesso os jornalistas devidamente credenciados, de acordo com o n.º 1 do presente artigo, garantindo-se sempre um lugar por órgão de comunicação social.
13. Não podem assistir à conferência de imprensa os adeptos, bem como os funcionários dos clubes cujas atribuições se não relacionem com os serviços de apoio à conferência de imprensa.
14. A realização da conferência de imprensa deve ser feita após o final de todos os jogos das competições organizadas pela Liga Portugal, desde que reunidos no mínimo três jornalistas, independentemente de serem televisionadas ou estar prevista a realização de uma *flash interview*.
15. Sem prejuízo dos direitos de espetáculo desportivo resultantes da concessão, em exclusivo, da transmissão integral dos jogos e da recolha de imagens do mesmo para sua divulgação em resumos, os jornalistas e operadores de imagem e som das estações de televisão não titulares de tais direitos que se desloquem aos estádios têm direito à recolha de extratos informativos nos termos legais.
16. Todos os representantes da comunicação social não podem ter acesso ao retângulo de jogo.
17. Sem prejuízo do disposto no ANEXO IV, ref.ª E5, os repórteres fotográficos podem deslocar-se até 16m ao longo da linha oposta aos bancos de suplentes, sempre por detrás dos painéis publicitários, desde que solicitem ao diretor de imprensa, que, por sua vez, terá que pedir autorização, para o efeito, aos delegados da Liga Portugal.
18. Sempre que os repórteres de campo pretendam circular de um lado para o outro do recinto de jogo, só poderão fazê-lo pelo lado oposto ao dos bancos dos suplentes.
19. Os clubes providenciarão para que nenhum membro dos seus corpos dirigentes, equipas técnicas, atletas, funcionários ou colaboradores habituais ou temporários impeçam os jornalistas de cumprirem o seu trabalho nos termos deste regulamento.
20. Os jornalistas devem respeitar a interdição de acesso às áreas para que não estejam devidamente credenciados, e o direito dos agentes desportivos a não prestar declarações.
21. Considera-se zona mista todo o espaço compreendido entre a saída dos balneários e a área reservada ao estacionamento das viaturas dos dirigentes, técnicos e jogadores, nunca abrangendo a zona dos balneários.
22. Preferencialmente, deve existir uma única zona mista para ambos os clubes.
23. No final de cada jogo o clube visitado deverá indicar aos jornalistas acreditados a localização para recolha de entrevistas aos elementos de ambas as equipas, sendo que os mesmos só podem ser entrevistados se, individual e expressamente, assim o autorizarem.

24. Nos recintos desportivos em que, por razões infraestruturais, não seja possível delimitar uma zona mista, tal como definida nos números anteriores, o clube visitado deve criar um espaço compatível que não coloque em causa todas as condições de segurança dos entrevistados e entrevistadores.
25. Os clubes visitados têm que assegurar que a zona mista não se encontre num espaço em que o público em geral tenha acesso.
26. Todos e quaisquer formatos de recolha de informação não compreendidos nas disposições precedentes carecem da prévia autorização dos clubes e da Liga Portugal.
27. Salvo expressa autorização da Liga Portugal, são proibidas todas e quaisquer recolhas de imagens antes, durante e após o jogo, bem como difusão de imagens na Zona Técnica, terreno de jogo, recinto de jogo e seus acessos, sem prejuízo do disposto nos números anteriores e no capítulo XI.
28. Nos jogos com transmissão televisiva, será permitida a entrada em campo de um operador de câmara para a recolha de imagens do momento em que, nos termos das Leis do Jogo, o árbitro procede ao lançamento da moeda ao ar para o sorteio dos campos.

Artigo 65.º

Delegados da Liga Portugal

1. A Liga Portugal deverá designar até ao máximo de dois delegados por cada jogo.
2. Compete aos delegados da Liga Portugal:
 - a) dirigir a reunião preparatória e nela comunicar as informações e decisões resultantes da reunião de segurança realizada em momento anterior, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º;
 - b) desenvolver uma ação preventiva e pedagógica nos jogos, fomentando o espírito de *fair play* junto dos agentes desportivos, adotando para tal uma conduta da maior discrição possível, privilegiando a interação com os diretores de campo e diretores de segurança, no sentido de prevenir situações que desrespeitem os regulamentos;
 - c) verificar, em coordenação com o diretor de campo, o diretor de segurança e o comandante das forças de segurança, as condições de segurança do estádio e o cumprimento das medidas preventivas legal e regulamentarmente estabelecidas a adotar em caso de emergência ou manifestações de violência;
 - d) verificar, junto dos respetivos responsáveis, a implementação e funcionalidade dos sistemas de controlo e contagem automáticos de entrada e de videovigilância e do sistema de iluminação de emergência, a altura da relva, a iluminação (nos jogos em que seja utilizada), bem como as condições do túnel de acesso ao terreno de jogo;
 - e) verificar juntamente com o árbitro as condições técnicas do campo;
 - f) fiscalizar o bom cumprimento das normas regulamentares na organização e realização do jogo bem como as condições da publicidade e ações promocionais dos patrocinadores oficiais da Liga Portugal e dos clubes e verificar do cumprimento das deliberações da Liga Portugal relativas ao jogo, bem como zelar pelo bom funcionamento dos procedimentos no âmbito da utilização da plataforma informática o e-Liga, reportando qualquer anomalia ou irregularidade que se venha a verificar;

- g) colaborar com o médico da Brigada Antidopagem, nomeadamente avisando da existência de controlo os delegados dos clubes para a dopagem, assistindo ao sorteio dos jogadores e, posteriormente, entregando ao médico os cartões de identificação dos jogadores sorteados em posse do árbitro;
 - h) assistir às *flash interviews* de forma a garantir o cumprimento do preceituado no artigo 91.º;
 - i) elaborar e remeter à Liga Portugal um relatório circunstanciado de todas as ocorrências relativas ao normal decurso do jogo, incluindo quaisquer comportamentos dos agentes desportivos findo o jogo, na *flash interview*;
 - j) comunicar ainda todos os factos que lhe tenham sido transmitidos por quem tenha participação oficial na infraestrutura desportiva, o qual deverá ser devidamente identificado;
 - k) receber do clube visitado o registo da gravação integral do jogo previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 50.º, que deverá remeter à Liga Portugal, juntamente com a demais documentação do jogo;
 - l) vistoriar antes da reunião preparatória, os vestiários da equipa visitante e da equipa de arbitragem e respetivos balneários para aferir se cumprem com as condições referidas no ANEXO IV do presente regulamento, designadamente ao nível de condições de limpeza, arejamento e salubridade;
 - m) consignar no respetivo relatório as denúncias que lhes sejam apresentadas pelos delegados dos clubes;
 - n) verificar se os apanha-bolas cumprem as suas funções com zelo e celeridade, nomeadamente permitindo a recolocação de uma bola em jogo no máximo de três segundos;
 - o) verificar se a manga amovível, referida no n.º 4 do artigo 62.º, se encontra operacional e em funcionamento;
 - p) verificar se os clubes visitados asseguram aos clubes visitantes percursos pedonais para jogadores e equipa técnica (desde o local de estacionamento do autocarro e a entrada na zona técnica), bem como para os órgãos sociais e staff (desde a entrada no complexo desportivo até aos locais do estádio que lhes estejam destinados).
 - q) verificar o bom cumprimento das normas regulamentares relativas ao vídeo árbitro.
3. No caso de, depois de preenchido e assinado o relatório previsto na alínea i) do n.º 2, ocorrerem factos anómalos, o delegado da Liga Portugal tem que fazê-los constar de um complemento ao relatório, nas 12 horas seguintes ao fecho do relatório inicial.
4. O complemento ao relatório apenas é válido se subscrito pelo(s) delegado(s) nomeado(s) para o jogo.

Artigo 66.º

Equipas de arbitragem e observador do árbitro

1. Para a direção de cada jogo será designado pela Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem da FPF uma equipa de arbitragem, de acordo com o estabelecido no Regulamento de Arbitragem.

2. Em caso algum o árbitro poderá dar início ou fazer prosseguir um jogo sem que a equipa de arbitragem se encontre completa, devendo providenciar no sentido da substituição do ou dos elementos em falta de acordo com o estabelecido no Regulamento de Arbitragem.
3. Para cada jogo, a secção para o efeito competente do Conselho de Arbitragem da FPF designará um ou mais observadores do árbitro, os quais se identificarão através de cartão emitido pela Liga Portugal junto do diretor de campo e dos delegados da Liga Portugal, sendo-lhe permitido o acesso ao balneário da equipa de arbitragem.
4. A secção referida no número anterior poderá designar um membro da Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem para cada jogo, que se identificará junto do diretor de campo e dos delegados da Liga Portugal, através de cartão emitido pela Liga Portugal, sendo-lhe permitido o acesso ao balneário da equipa de arbitragem, cumpridos os requisitos da alínea k), do n.º 2 do artigo 60.º

Artigo 67.º

Níveis Organizacionais

1. A Liga Portugal divulga, por comunicado oficial, a classificação de cada jogo num de dois níveis organizacionais.
2. Para os jogos classificados com o nível 1:
 - a) a Liga Portugal nomeará no mínimo dois delegados;
 - b) a reunião preparatória de jogo prevista no n.º 3 do artigo 40.º, realizar-se-á até uma hora antes da hora oficial do jogo;
 - c) os dois clubes terão obrigatoriamente que trocar informação relativa à organização do jogo na semana anterior ao jogo em causa, obedecendo a prazos e a um modelo documental próprio aprovado pela Liga Portugal e divulgado em comunicado oficial;
 - d) caso o jogo tenha lugar no horário da manhã, a reunião preparatória realizar-se-á às 10h00, devendo as inspeções preparatórias de jogo ocorrer até às 09h00, nomeadamente a inspeção ao balneário da equipa visitante e ao setor destinado aos respetivos adeptos.
3. Para os jogos classificados com o nível 2:
 - a) a Liga Portugal nomeará um ou dois delegados;
 - b) a reunião preparatória de jogo prevista no n.º 3 do artigo 40.º, realizar-se-á até uma hora antes do início do jogo.
4. É obrigação do clube visitado informar o clube visitante e a Liga Portugal do local, data e hora de realização da reunião preparatória do jogo com as forças de segurança, no modelo identificado no n.º 1 do artigo 40.º do presente regulamento, bem como de permitir a presença e participação nela de até dois representantes do clube visitante e da Liga Portugal.
5. No caso de jogos classificados com o nível 1, é obrigação da Liga Portugal e do clube visitante participar na reunião referida no número anterior com, pelo menos, um representante, cada.

CAPÍTULO VII EQUIPAMENTOS

Artigo 68.º

Cores dos equipamentos

[REVOGADO]

Artigo 69.º

Identificação do capitão de equipa

[REVOGADO]

Artigo 70.º

Numeração das camisolas e calções dos jogadores

[REVOGADO]

Artigo 71.º

Publicidade nos equipamentos

[REVOGADO]

Artigo 72.º

Emblemas oficiais

[REVOGADO]

Artigo 73.º

Bolas

1. As bolas a utilizar nas competições oficiais devem respeitar as Leis do Jogo.
2. Compete ao clube visitado ou considerado como tal a apresentação ao árbitro, antes do início do jogo, de um número de bolas nunca inferior a dez.
3. É obrigatória a utilização, nos jogos das competições profissionais, da bola designada pela Liga Portugal como bola oficial de jogo.
4. A bola oficial de jogo deve conter o logótipo do patrocinador principal da competição, quando tal vier a ser determinado pela Liga Portugal.

CAPÍTULO VIII JOGADORES

SECÇÃO I PARTICIPAÇÃO, LICENCIAMENTO E REGISTO

Artigo 74.º

Participação de jogadores em competições oficiais

1. Nas competições oficiais apenas podem participar os jogadores com contrato de trabalho desportivo ou contrato de formação das categorias sénior e júnior e com aptidão médico-desportiva devidamente comprovada.
2. A participação dos jogadores nas competições oficiais organizadas pela Liga Portugal depende de prévia inscrição e registo do contrato de trabalho desportivo na Liga Portugal, os quais só serão concedidos desde que cumulativamente:
 - a) estejam preenchidos todos os requisitos formais e regulamentares de inscrição;
 - b) seja legítimo o vínculo de representação do clube invocado no ato de inscrição, nomeadamente ao abrigo da legislação laboral, instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em vigor, regulamentação desportiva aplicável e, ainda, os acordos diretamente celebrados entre a Liga Portugal e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF) que definam regras que regulem ou condicionem a inscrição de jogadores profissionais.
3. Sem prejuízo do disposto na regulamentação da FIFA no que diz respeito às transferências internacionais, um jogador não pode estar registado, em simultâneo, em mais do que um clube e, durante uma época desportiva:
 - a) Não pode ser registado em mais do que três clubes;
 - b) Apenas pode participar em jogos oficiais por dois clubes.

Artigo 75.º

Inscrição e licenciamento de jogadores

1. O processo de inscrição de jogadores e transferência de jogadores dos clubes participantes nas competições de carácter profissional, bem como o registo de contratos de trabalho respetivos, eventuais alterações ao seu clausulado e a respetiva cessação, é efetuado pela Liga Portugal, de acordo com as normas estabelecidas no presente regulamento.
2. Os atos referidos no número anterior devem ser praticados por via eletrónica, através da plataforma informática TRANSFER disponibilizada pela Liga Portugal para o efeito e com recurso a um certificado digital emitido por entidade autorizada.
3. Os originais dos documentos remetidos através da plataforma TRANSFER ficam na posse do clube.
4. A Liga Portugal pode solicitar o envio dos documentos originais a qualquer momento.

5. No último dia de cada período de inscrições, o processo de inscrição pode ser instruído através da plataforma TRANSFER ou por correio eletrónico, sendo que neste caso deverá ser preenchida toda a informação via TRANSFER até ao final do dia útil seguinte.
6. O pedido de inscrição deve ser instruído através da plataforma TRANSFER com os seguintes documentos:
 - a) contrato de trabalho desportivo, elaborado em conformidade com as disposições do contrato coletivo de trabalho dos jogadores profissionais de futebol, com reconhecimento presencial da assinatura do jogador e reconhecimento presencial, ou por semelhança, da assinatura dos legais representantes do clube, nos casos de inscrição com transferência nacional devendo em todos os contratos constar obrigatoriamente:
 - i. cláusula com referência à intervenção do intermediário que tenha representado os interesses de uma das partes na contratação ou a indicação expressa de não ter havido essa intervenção nos termos do estabelecido no Regulamento de Agentes de Futebol da FPF podendo ainda o próprio contrato, conter as menções à autorização prevista na alínea f);
 - ii. que as retribuições se vencem mensalmente em dia não posterior ao quinto dia do mês subsequente ao da prestação de trabalho, nos termos da lei n.º 54/2017, de 14 de julho, e sem prejuízo do regime previsto no respetivo n.º 4, do artigo 15.º
 - b) no caso de transferência nacional de jogador que, no período de seis meses anterior à caducidade do contrato em vigor com um clube, celebre, até 31 de maio, contrato de trabalho com outro clube, comprovativo da comunicação pelo clube adquirente ao clube de origem da celebração do contrato no prazo de cinco dias contados sobre a data da outorga do vínculo contratual, salvo nos casos em que exista acordo de transferência escrito entre o clube de origem e o clube adquirente;
 - c) no caso de transferência internacional de jogador, comprovativo de pedido de certificado internacional na plataforma FIFA *Transfer Matching System* (TMS) e quando o jogador careça de autorização de visto de residência comprovativo do respetivo pedido dirigido por correio eletrónico à Liga Portugal, para posterior envio à Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA, I.P.);
 - d) documento comprovativo de aptidão física nos termos da lei;
 - e) fotocópia autenticada nos termos legais do documento de identificação civil do jogador;
 - f) no caso de jogadores menores, a autorização de quem exerça o poder parental ou a tutela, com assinatura reconhecida nos termos legais, para celebração do contrato de trabalho desportivo e para sujeição aos controlos de dopagem ao abrigo do disposto na lei n.º 38/2012, de 28 de agosto;
 - g) uma fotografia tipo “passe” a cores;
 - h) certificado de seguro de acidentes de trabalho;
 - i) a inscrição no segundo período do prazo de inscrição de jogadores definido nos termos do n.º 1 do artigo 76.º depende do cumprimento do disposto no artigo 78.º-A, relativamente aos períodos definidos nas alíneas a) e b), do respetivo n.º 1;
 - j) A inscrição no período referido na alínea anterior deve igualmente ser acompanhada de certidão, emitida em data posterior a 30 de novembro da época em curso, que comprove

a regularidade da sua situação tributária e contributiva junto da Administração Tributária e da Segurança Social, sendo que se considera ainda regularizada a situação nos seguintes casos:

- i. prova documental da impugnação graciosa ou contenciosa da dívida;
 - ii. dívidas abrangidas pelo plano de regularização correntemente designado por Plano Mateus, previsto no decreto-lei n.º 124/96, de 10 de agosto, nos termos do despacho n.º 7/98-XIII, de 04 de março, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;
 - iii. cópia certificada do acordo celebrado entre o clube, Autoridade Tributária e Segurança Social, consoante o caso, no âmbito de um processo de recuperação de empresa realizado nos termos da lei, nomeadamente através do acordo extrajudicial de recuperação do devedor (PER) previsto no artigo 17.º-I e seguintes da lei n.º 16/2012, de 20 de abril, ou do Sistema de Recuperação de Empresas por via extrajudicial (SIREVE) aprovado pelo decreto-lei n.º 178/2012, de 13 de agosto ou de outro procedimento que nos termos da lei lhes venha a suceder.
7. O incumprimento da obrigação de comunicação prevista na alínea b) do número anterior determina o impedimento de o clube adquirente utilizar o jogador em jogos oficiais pelo período de três meses.
 8. No segundo período do prazo de inscrição de jogadores definido nos termos do n.º 1 do artigo 76.º, a apreciação do pedido de inscrição do jogador está dependente do pagamento à Liga Portugal das dívidas vencidas até 31 de dezembro da época em curso.
 9. Nos casos de celebração de contrato de trabalho desportivo por jogador júnior A, com capacidade de exercício, que, na época anterior, tenha representado o clube que com ele celebra tal contrato, a assinatura do jogador poderá ser aposta e reconhecida presencialmente em data anterior a 1 de janeiro da época precedente.
 10. Para efeitos de inscrição e registo desportivo, não será válido e eficaz qualquer contrato de trabalho desportivo assinado por procurador do jogador.
 11. O processo de inscrição dos jogadores Juniores A e dos jogadores Juniores B regulamentarmente aptos a participar nas competições de carácter profissional é instruído com cópia do contrato de trabalho desportivo ou contrato de formação desportiva se este já estiver registado na FPF, bem como os documentos previstos nas alíneas b) a i) do n.º 6, quando exigíveis.
 12. Os documentos que instruem o processo de inscrição têm de ser dactilografados, sem rasuras, salvo se devidamente ressalvadas.
 13. Os processos de inscrição devem incluir, nos modelos de plantel existentes na plataforma TRANSFER, relativamente a cada um dos jogadores, o nome completo, número da camisola, posição de campo, data de nascimento, nome a inscrever na camisola pelo qual são conhecidos profissionalmente e número de licença federativa.
 14. A Liga Portugal defere, provisoriamente, a inscrição após comprovar que o processo de inscrição não padece de vícios formais ou substanciais.
 15. A falta de homologação pela FPF de processos de inscrição deferidos provisoriamente determina, após notificação ao clube, a suspensão automática da participação do jogador em competições oficiais, sendo o processo devolvido ao clube para que este o reenvie à Liga

- Portugal, devidamente regularizado, no prazo máximo de 20 dias, sob pena de caducidade do procedimento de inscrição; cessa esta suspensão após despacho do Diretor Executivo da Liga Portugal com a tutela do registo de contratos.
16. O processo de inscrição deve dar entrada nos Serviços da Liga Portugal, através da plataforma TRANSFER, até às 12 horas do dia útil anterior ao do jogo em que o clube pretende utilizar o respetivo jogador.
 17. Nos casos do número anterior e sem prejuízo do disposto no n.º 2, podem os Clubes, até às 12 horas do último dia útil anterior ao do jogo em que pretendem utilizar o jogador, e apenas nos casos devidamente comprovados de ocorrência de erro na plataforma TRANSFER, instruir o processo de inscrição do jogador, com cópias dos documentos originais regulamentarmente exigidos e printscreen do erro, para endereço de correio eletrónico publicitado pela Liga Portugal, no início de cada época desportiva, no seu Comunicado Oficial n.º 1.
 18. A participação de jogadores em competições oficiais depende de comunicação da Liga Portugal do deferimento da inscrição, através do envio para o clube do respetivo cartão-licença do jogador ou de documento que o substitua (em formato PDF), que serve de identificação, apenas para efeitos desportivos, em dia de jogo.
 19. Nos processos de inscrição com transferência internacional serão observadas, para além do estabelecido nos números anteriores, as respetivas normas regulamentares e instruções de inscrição de jogadores da FPF.
 20. A revogação ou anulação dos certificados de seguro referidos na alínea h) do n.º 6 acarretam:
 - a) para o jogador, a sua imediata suspensão de toda a atividade desportiva até à apresentação de novos certificados de seguro nos termos regulamentares;
 - b) para o clube, o impedimento de utilizar o jogador e o dever de apresentação de certificado de seguro válido até às 24 horas anteriores à hora do jogo.
 21. Caso o árbitro, antes do início do jogo, tenha conhecimento oficial, por qualquer meio, da suspensão de algum jogador pelo motivo indicado no número precedente, deve impedir a sua participação no jogo.
 22. A falta de apresentação de certificado de seguro válido no prazo definido na alínea b) do n.º 20 que determine que o clube não tenha disponíveis, pelo menos, 13 jogadores, impede a realização do jogo e constitui falta de comparecimento injustificada desse clube.

Artigo 75.º-A

Inscrição e licenciamento de equipas técnicas, equipas médicas e demais agentes desportivos

1. O processo de inscrição das equipas técnicas, equipas médicas e demais agentes desportivos que exerçam funções nas competições profissionais é efetuado pela Liga Portugal, de acordo com as normas estabelecidas no presente regulamento
2. A inscrição dos agentes desportivos referidos no número anterior é feita por via eletrónica, através da plataforma informática TRANSFER disponibilizada pela Liga Portugal para o efeito.
3. Aplicam-se ao processo de inscrição regulados pelo presente artigo o disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo anterior.

4. O pedido de inscrição deve ser instruído através da plataforma TRANSFER com os seguintes documentos:
 - a) treinadores:
 - i. contrato de trabalho, elaborado em conformidade com o disposto no contrato coletivo de trabalho aplicável aos treinadores de futebol;
 - ii. fotocópia do documento de identificação civil do treinador;
 - iii. título profissional de treinador: cédula do IPDJ ou diploma da UEFA e certificação da ANTF;
 - iv. Modelo G: guia de inscrição e pagamento;
 - v. certificado de seguro;
 - b) médicos, enfermeiros, massagistas, fisioterapeutas:
 - i. fotocópia do documento de identificação civil do agente desportivo a inscrever;
 - ii. fotocópia da cédula ou carteira profissional;
 - iii. Modelo G – Guia de inscrição/pagamento;
 - iv. certificado de seguro;
 - c) demais agentes desportivos:
 - i. fotocópia do documento de identificação civil do agente desportivo a inscrever;
 - ii. Modelo G – Guia de inscrição/pagamento;
 - iii. certificado de seguro.
5. Depois de comprovar que o respetivo processo de inscrição não padece de vícios formais ou substanciais, a Liga Portugal deferirá a inscrição.
6. O processo de inscrição deve dar entrada nos Serviços da Liga Portugal, através da plataforma TRANSFER, até ao último dia útil antes do jogo em que o clube pretenda utilizar o agente desportivo a inscrever, ou até três horas antes do início desse jogo, quando tenha lugar em dia útil.
7. Nos casos do número anterior e sem prejuízo do disposto no n.º 1, podem os Clubes, dentro dos mesmos prazos e apenas nos casos devidamente comprovados de ocorrência de erro na plataforma TRANSFER, instruir o processo de inscrição do aludido agente desportivo com cópias dos documentos originais regulamentarmente exigidos e *printscreen* do erro para endereço de correio eletrónico publicitado pela Liga Portugal, no início de cada época desportiva, no seu Comunicado Oficial n.º 1.
8. A participação do agente desportivo em competições oficiais ao serviço do seu Clube depende de comunicação da Liga Portugal do deferimento da inscrição, através do envio para o clube do respetivo cartão-licença do agente desportivo ou de documento que o substitua (em formato PDF), que serve de identificação, apenas para efeitos desportivos, em dia de jogo.
9. Com exceção dos treinadores, só podem ser incluídos na ficha técnica do jogo os agentes desportivos identificados no n.º 1 que, estando registados, tenham participado nas formações específicas organizadas pela Liga Portugal.

Artigo 76.º

Prazos de inscrição

1. O prazo de inscrição de jogadores, quer no que respeita a transferências nacionais, quer no que respeita a transferências internacionais, decorre em relação a cada época, em dois períodos (ou mais, se previstos pela FPF), que são definidos pela Liga Portugal em comunicado oficial.
2. Quando os prazos referidos no número anterior terminem num dia em que a Liga Portugal esteja encerrada, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte desde que seja possível efetuar o pedido de transferência internacional no sistema FIFA TMS.
3. O disposto no n.º 1 não prejudica a aplicação do regime de inscrição de jogadores desempregados, constante do ANEXO II ao presente regulamento.
4. Os prazos acima previstos não se aplicam aos jogadores Juniores que tenham representado o clube nas últimas duas épocas.
5. Fora dos prazos previstos no n.º 1 é permitida a inscrição de jogadores em substituição de outros inscritos e incluídos no plantel nos seguintes casos:
 - a) falecimento de um jogador sob contrato de trabalho desportivo registado na Liga Portugal;
 - b) lesão grave do guarda-redes ou do seu substituto;
 - c) lesão grave de um jogador ao serviço da Seleção Nacional.
6. No caso previsto na alínea a) do número anterior o clube deve apresentar certidão de óbito do jogador; no caso previsto na alínea b), o clube deve apresentar prova médica da lesão grave do guarda-redes ou seu substituto, emitida pelo serviço de medicina desportiva do IPDJ; no caso previsto na alínea c), o clube deve apresentar documento emitido pela respetiva federação nacional atestando a lesão grave do jogador aquando da sua participação em jogo da Seleção Nacional com incapacidade para o trabalho por um período igual ou superior a três meses.
7. Nos casos previstos nas alíneas b) e c) no n.º 5, o jogador lesionado não pode ser inscrito na ficha técnica dos jogos, nem utilizado, durante o período de incapacidade declarado.
8. Assim que o guarda-redes, seu substituto ou jogador de campo se encontrem em condições de jogar, após o decurso do período de incapacidade declarado, podem ser novamente utilizados, desde que, o clube comunique tal facto, até cinco dias antes do respetivo jogo.
9. Findo o período de incapacidade declarado, o jogador substituto não pode ser inscrito na ficha técnica do jogo, salvo se o clube fizer prova médica emitida pelo Centro de Medicina Desportiva, do prolongamento da situação de incapacidade.
10. A substituição e respetiva inscrição nos termos da alínea a) do n.º 5 passa a ser definitiva; nos demais casos, a inscrição é temporária pelo período de incapacidade do jogador substituído.
11. O prazo de inscrição de jogadores cedidos nos termos do artigo 78.º é o previsto no n.º 1, com a exceção prevista no n.º 5.
12. A inscrição de jogadores cujo contrato, anteriormente registado na Liga Portugal, se tenha extinguido durante o decurso da época por caducidade, rescisão por mútuo acordo ou rescisão unilateral, sob invocação de justa causa deve ser efetuada dentro dos períodos de inscrição previstos no n.º 1.
13. Em caso de prorrogação de contrato de trabalho desportivo já devidamente registado na Liga Portugal, a inscrição não fica sujeita aos prazos previstos no n.º 1.

Artigo 77.º

Limitação de inscrição de jogadores

1. Nas competições oficiais apenas podem participar os jogadores com contrato de trabalho desportivo ou contrato de formação das categorias sénior e júnior, com aptidão médico-desportiva devidamente comprovada.
2. Os clubes incluem no seu plantel:
 - a) até 30 jogadores de categoria sénior;
 - b) até sete jogadores de categoria sénior do 1.º ano que tenham sido juniores A da sociedade desportiva ou do clube fundador da sociedade desportiva na época anterior;
 - c) até 22 jogadores sub-23 do clube satélite ou do clube fundador e/ou da categoria júnior A ou júnior B, e/ou de clube a participar no campeonato de sub-23;
 - d) até 31 jogadores com idade até aos 23 anos, no caso de clubes com equipa B.
3. O plantel deve obedecer ainda às seguintes regras:
 - a) incluir um mínimo de 10 ou oito jogadores formados localmente, consoante o clube tenha ou não equipa B;
 - b) incluir três jogadores com idade até 23 anos no conjunto dos jogadores referidos na alínea a) do n.º 2, no caso dos clubes da Liga Portugal 2.
4. Os números referidos nas alíneas a) a d) do n.º 2 correspondem aos números máximos que cada clube pode incluir no respetivo plantel.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os jogadores que, incluídos no plantel, não tenham sido utilizados em competições oficiais internacionais e nacionais, podem, no decurso dos períodos de inscrição, ser livremente substituídos, desde que tenham sido cedidos a outros clubes, ou se tenha verificado a cessação do respetivo contrato de trabalho, ou tenham sido transferidos para clube estrangeiro, sendo que neste último caso, a substituição no plantel fica dependente da comunicação da FPF da concretização da respetiva transferência.
6. No período de inscrição de jogadores que decorre de 1 a 31 de janeiro, a substituição prevista no número anterior pode ainda abranger jogadores da categoria sénior já utilizados, até ao limite máximo de cinco, desde que se verifiquem as seguintes condições:
 - a) não sejam ultrapassados os limites de composição de plantel previstos no n.º 2;
 - b) os jogadores tenham sido cedidos a outros clubes ou se verifique a cessação do respetivo contrato de trabalho ou tenham sido transferidos para clube estrangeiro, sendo que, neste último caso, a substituição no plantel fica dependente da comunicação da FPF da concretização da respetiva transferência;
 - c) Revogação do contrato de cedência por acordo das três partes.
7. No caso de clubes com equipa B, o limite máximo de jogadores suscetíveis de substituição nos termos do número anterior é alargado para 10.
8. No caso previsto no n.º 6, os clubes podem ainda substituir livremente e utilizar jogadores de outras categorias habilitados a participar nas competições de seniores, desde que não seja ultrapassado os limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 2.
9. A inclusão no plantel e a utilização dos jogadores referidos na alínea c) do n.º 2 depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) registo na FPF e na Liga Portugal de protocolo de utilização, pela sociedade desportiva, de jogadores do clube satélite ou fundador;
 - b) junção de cópia do contrato de trabalho desportivo ou de formação celebrado entre o jogador e o clube satélite ou fundador, devidamente registado na FPF.
10. Se os jogadores da categoria júnior A pertencerem à sociedade desportiva, a sua inclusão no plantel e utilização em cada época desportiva não fica dependente da verificação dos requisitos estabelecidos nas alíneas a) e b) do número anterior.
11. A idade dos jogadores para efeitos do presente artigo afere-se por relação à data de 01 de janeiro da época em curso.

Artigo 77.º-A

Inclusão na ficha de jogo

1. Sem prejuízo do regime aplicável às equipas B, os clubes da Liga Portugal 2 estão obrigados a incluir na ficha de cada jogo:
 - a) três jogadores formados localmente;
 - b) um jogador de categoria sénior com idade até 23 anos.
2. O jogador que cumpra ambos os requisitos previstos no número anterior é computado nessas duas categorias.
3. O clube que, por algum motivo, não tenha disponíveis jogadores que lhe permitam cumprir o requisito estabelecido no n.º 1, está obrigado a reduzir o número de jogadores constantes na ficha técnica na medida do incumprimento.

Artigo 78.º

Cedência temporária

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, durante a vigência de um contrato de trabalho desportivo, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o clube poderá ceder temporariamente a outro os serviços de um jogador, mesmo que este já o tenha representado oficialmente, mediante aceitação expressa do jogador na celebração do contrato de cedência.
 2. O clube cedente não pode ter, em simultâneo, mais do que seis jogadores cedidos temporariamente a outros clubes da mesma divisão.
 3. Excecionalmente, o clube cedente poderá ter, para além dos mencionados no número anterior, até mais quatro jogadores cedidos temporariamente a outros clubes da mesma divisão durante a época desportiva, desde que:
 - a) a cedência temporária ocorra até ao final da época desportiva em que o jogador celebre os 21 anos; e
 - b) o jogador cedido seja considerado como formado pelo clube cedente.
- § Para efeitos do presente artigo será considerado como formado pelo clube cedente o jogador que, entre os 15 anos (ou início da época em que faz 15 anos) e os 21 anos (ou até ao final da época em que completa 21 anos), e independentemente da sua nacionalidade, tenha estado registado no seu clube atual durante um período, contínuo ou não, de três épocas completas ou de 36 meses.

4. O clube cedente não pode ter, em simultâneo, mais do que um jogador cedido temporariamente a cada clube da mesma divisão e o clube cessionário não pode ter, em simultâneo, mais do que três jogadores cedidos temporariamente de outros clubes da mesma divisão, nem mais do que um jogador de cada clube da mesma divisão.

§ Para os efeitos dos n.ºs 2, 3 e 4, os clubes com equipa B não têm limitação nas cedências realizadas com clubes da Liga Portugal 2.
5. Durante o período da cessão, é proibida a utilização dos jogadores cedidos nos jogos disputados entre os clubes cedentes e cessionários.
6. A duração mínima do contrato de cedência temporária de jogadores corresponde ao período de tempo entre a celebração desse contrato, ou da sua entrada em vigor, e o termo da época desportiva em que o mesmo comece a produzir efeitos, salvo no caso da cessação antecipada para os efeitos previstos nos n.ºs 8 a 11, e tem a duração máxima de uma época desportiva.
7. Não é admissível qualquer cláusula que preveja antecipadamente a cessação do contrato de cedência temporária antes do termo do prazo de duração mínima do contrato de cedência temporária conforme definido no número anterior, nem que imponha ao clube cessionário ou ao jogador o termo da cedência temporária mediante a verificação de uma ou mais condições.
8. O jogador cedido poderá voltar a ser inscrito e a representar, na mesma época, o clube cedente, nos seguintes casos:
 - a) cessação do contrato de cedência pelo seu incumprimento definitivo pelo clube cessionário que leve à sua resolução com justa causa devidamente reconhecida pela entidade competente para o efeito.
 - b) cessação por acordo das partes, desde que o jogador, entre o início da vigência da cedência temporária e 31 de dezembro seguinte, não tenha participado em pelo menos três jogos oficiais ou, no caso de jogador formado no clube, dez jogos oficiais, no mínimo 45 minutos em cada jogo, pelo clube cessionário.
9. O jogador cedido poderá ainda voltar a ser inscrito na mesma época pelo clube cedente, mas sem possibilidade de o representar, no caso de cessação do contrato de cedência temporária por mútuo acordo das partes para que o jogador seja transferido a título definitivo do clube cedente para um terceiro clube.
10. Para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 8, o clube cedente deverá notificar a Liga Portugal da decisão transitada em julgado, salvo se o recurso da mesma não tiver efeitos suspensivos, que reconheça a justa causa da rescisão.
11. O jogador cedido poderá voltar a ser inscrito e representar na mesma época um terceiro clube nos seguintes casos:
 - a) no âmbito de uma transferência a título definitivo após revogação do contrato de cedência temporária para esse fim;
 - b) no âmbito de nova cedência temporária, se a anterior tiver cessado por acordo devido a o jogador, entre o início da vigência da cedência temporária e 31 de dezembro seguinte, não ter participado em pelo menos três jogos oficiais, no mínimo 45 minutos em cada jogo, pelo clube cessionário;
 - c) resolução unilateral do contrato de trabalho com o clube cedente, pelo jogador, sob invocação de justa causa devidamente reconhecida.

12. O presente artigo apenas se aplica a cedências temporárias entre clubes que participem nas competições organizadas pela Liga Portugal.
13. Em qualquer das situações previstas nos números anteriores, têm de ser respeitados os períodos de inscrição previstos no n.º 1 do artigo 76.º, bem como a limitação de na mesma época, um jogador apenas poder participar em jogos oficiais em representação de dois clubes.
14. Ficam salvaguardadas as disposições regulamentares da FPF em vigor acerca das transferências de jogadores no âmbito dos clubes-satélites.
15. Não é considerada participação em jogos oficiais por clube, para efeitos do presente artigo e do artigo 76.º a inscrição de um jogador na ficha técnica de um jogo oficial sem que o mesmo tenha nele participado efetivamente.

Artigo 78.º-A

Verificação do cumprimento salarial

1. Os clubes devem demonstrar a inexistência de dívidas correspondentes a retribuições-base e compensações mensais a jogadores e treinadores com contrato de trabalho ou formação registado na Liga Portugal a si vinculados durante os períodos de verificação seguintes:
 - a) até ao dia 15 de setembro: relativas à contraprestação realizada nos meses de maio a agosto;
 - b) até ao dia 15 de dezembro: relativas à contraprestação realizada nos meses de setembro a novembro;
 - c) até ao dia 15 de março: relativas à contraprestação realizada nos meses de dezembro a fevereiro;
 - d) até ao dia 15 de maio: relativas à contraprestação realizada nos meses de março a abril.
2. A demonstração da inexistência das dívidas identificadas no número anterior é realizada na plataforma informática criada pela Liga Portugal para esse efeito, através do envio de declaração do clube que a ateste, subscrita pelos legais representantes e certificada por ROC ou SROC, contendo uma relação discriminada dos jogadores e treinadores a que respeita, da qual conste:
 - a) a respetiva identificação e número de licença;
 - b) a menção de que verificou, relativamente a cada um, que foi feita a declaração de integração na Segurança Social;
 - c) que foram entregues as correspondentes contribuições e descontos à Autoridade Tributária e à Segurança Social.
3. Não se consideram em situação de incumprimento os clubes que, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, demonstrem documentalmente ter:
 - a) acordado o diferimento do prazo de pagamento, mediante acordo escrito celebrado com o credor, com as assinaturas reconhecidas presencialmente;
 - b) acordado a regularização das prestações não pagas, mediante acordo escrito celebrado com o credor, com as assinaturas reconhecidas presencialmente, desde que prove documentalmente o cumprimento das prestações entretanto vencidas;
 - c) submetido à apreciação de entidade jurisdicionalmente competente ação relacionada com a prestação pecuniária em litígio, sem decisão transitada em julgado;

- d) o vínculo contratual cessado por iniciativa do credor, com invocação de justa causa decorrente do incumprimento salarial.
- § esta exceção não opera caso o jogador demonstre, através de certidão, o trânsito em julgado da sentença judicial que reconheça a justeza da causa rescisória.
4. Fora das datas previstas no n.º 1 os clubes devem demonstrar a inexistência das dívidas identificadas nesse número, nos termos dos n.ºs 2 e 3, até 15 dias após notificação da Direção Executiva, a requerimento, devidamente fundamentado, de jogador, treinador ou de clube relativamente às prestações indicadas no requerimento.
5. Os clubes que não demonstrem a inexistência de dívidas nos termos dos números anteriores são notificados, pela Direção Executiva da Liga Portugal, para o fazer no prazo de 15 dias.

Artigo 79.º

Impedimento de participação em provas e de registo de contratos e renovações

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 8 do artigo 75.º, os clubes têm que liquidar, até ao dia 30 de junho de cada ano, os débitos para com a Liga Portugal, que incluem as dívidas com a Fundação de Futebol e com as sociedades comerciais de que a Liga Portugal é sócia-única, vencidos até essa data.
2. Em caso de mora no cumprimento da obrigação prevista no número anterior, a Liga Portugal notificará, de imediato, os clubes em falta, conferindo-lhes um prazo para pagamento que não poderá ultrapassar o dia 10 de julho seguinte; os clubes que, até ao termo deste prazo, não liquidarem os seus débitos, serão automaticamente despromovidos e disputarão o campeonato do escalão imediatamente inferior àquele para que estavam desportivamente qualificados.
3. Caso se venha a verificar que um clube, cuja candidatura tenha sido aprovada para participar numa das competições profissionais, não remeteu à Liga Portugal, no prazo fixado para o efeito no Comunicado Oficial n.º 1, o impresso discriminativo do seu plantel de jogadores, ou fê-lo incluindo aí um número de jogadores seniores sob contrato, devidamente registados na Liga Portugal e licenciados, inferior a 12, podendo assim pôr em causa o normal desenrolar da competição, fica automaticamente excluído das competições profissionais, competindo, nesse caso, à Liga Portugal decidir, nos termos que tiver por convenientes, quanto à forma de proceder à substituição do referido clube ou, alternativamente, pela eventual redução do número de equipas participantes naquelas competições.
4. Os clubes com equipa B devem incluir no impresso discriminativo do seu plantel um mínimo de 24 jogadores, do qual, devem fazer parte um mínimo de 12 jogadores seniores e um número não inferior a dez jogadores formados localmente, desde que habilitados a participar nas competições profissionais.
5. Ocorrendo a situação prevista no n.º 3 anterior, a Liga Portugal deverá, previamente à comunicação da exclusão das competições profissionais do clube em causa, notificá-lo, via fax, ou por outra via expedita, para, em prazo não superior a cinco dias consecutivos, proceder à regularização daquela situação, suprimindo a omissão de entrega da aludida relação do plantel ou corrigindo a relação entregue, por forma a incluir aí o número mínimo de jogadores seniores

acima indicado suscetíveis de utilização regulamentar, com expressa advertência da cominação decorrente da não verificação dessa regularização.

6. Não serão registados novos contratos de jogadores ou renovados os existentes dos clubes que tenham dívidas, declaradas por sentença de Tribunal, Comissão Arbitral da Liga Portugal, Comissão Arbitral da FPF ou Comissão Arbitral Paritária do contrato coletivo de trabalho dos jogadores profissionais de futebol, com trânsito em julgado, com pessoas singulares ou coletivas integradas na FPF, individualmente ou por representação orgânica, desde que as mesmas resultem do incumprimento de contratos registados na Liga Portugal e FPF ou de normas estabelecidas na regulamentação da Liga Portugal ou da FPF.
7. As dívidas referidas no número anterior só abrangem a indemnização arbitrada a favor do jogador, com fundamento na rescisão do contrato de trabalho desportivo por parte deste com justa causa, no valor correspondente ao das retribuições que lhe seriam devidas se o contrato de trabalho rescindido tivesse cessado no seu termo, quando na decisão condenatória proferida expressamente se consagre que na determinação daquela indemnização seja atendido, por dedução, o valor das retribuições que o jogador em causa venha eventualmente a auferir enquanto agente desportivo até ao termo previsto para o contrato rescindido.
8. Para os efeitos do número anterior, a noção de retribuição é a que consta do atual n.º 2 do artigo 48.º do contrato coletivo de trabalho dos jogadores profissionais de futebol celebrado entre a Liga Portugal e o SJPF.
9. As dívidas referidas nos n.ºs 6 e 7 atendíveis para aplicação da medida de impedimento de registo de contratos ou de renovações apenas abrangem as contraprestações retributivas que tenham por referência os valores remuneratórios resultantes dos contratos celebrados entre jogadores e clubes, que se mostrem registados na Liga Portugal, e o valor de outras contrapartidas igualmente previstas nesses contratos, desde que estabelecidas em valor pecuniário certo e líquido.
10. As dívidas reconhecidas em acordos extrajudiciais celebrados entre jogadores e clubes podem também ser fundamento da medida de impedimento prevista no n.º 6, desde que esses acordos configurem títulos executivos e se comprove, através da competente certidão, que foram dados à execução e não foi deduzida oposição à mesma por parte do clube executado no prazo legal, ou, no caso de ter sido deduzida oposição, a execução tenha sido julgada procedente por sentença transitada em julgado.
11. Para efeitos de aplicação do previsto no número anterior só constituem fundamento de impedimento as dívidas devidamente discriminadas no acordo, que correspondam a prestações retributivas em falta, devendo constar expressamente do acordo o montante referente a falta de pagamento de contraprestações retributivas.
12. Ficam excluídas da medida de impedimento de registo de contratos ou de renovações as parcelas das dívidas que correspondam a quaisquer cláusulas penais por incumprimento, resultantes de transações ou acordos judiciais, arbitrais ou extrajudiciais, fixados pelas partes intervenientes nos mesmos.
13. O pedido de aplicação da medida de impedimento deve ser apresentado por requerimento escrito assinado pelo jogador ou seu legal representante e instruído com a certidão da sentença

- de onde conste a menção expressa do trânsito em julgado ou com a certidão do acordo extrajudicial celebrado entre o jogador e o clube dado à execução.
14. No caso de transação homologada por sentença onde o clube reconhece uma dívida, apenas são atendíveis para efeitos de aplicação da medida de impedimento as dívidas reconhecidas pelo clube relativamente a prestações retributivas em falta.
 15. A medida de impedimento prevista no n.º 6 poderá ser suspensão, a pedido de qualquer das partes, nos seguintes casos:
 - a) acordo escrito entre o clube e o credor;
 - b) ter sido requerida ação judicial de anulação de decisão arbitral ou interposto recurso extraordinário de revisão de sentença e o pagamento se mostrar garantido por garantia bancária autónoma à primeira interpelação ou depósito em dinheiro à ordem da Liga Portugal como fiel depositária.
 16. Se o clube devedor não cumprir o acordo previsto na alínea a) do número anterior ou se a ação judicial ou recurso aludidos na alínea b) do mesmo número forem julgados improcedentes, pode ser requerido pelo jogador o levantamento da suspensão da medida de impedimento, sendo que essa medida retomará a sua eficácia, pelo valor que à data se encontrar efetivamente em dívida.
 17. A medida de impedimento cessa, a pedido de qualquer das partes, nos seguintes casos:
 - a) acordo escrito entre o clube e o credor;
 - b) efetivo pagamento da dívida;
 - c) decisão transitada em julgado que julgue procedentes os meios de impugnação previstos na alínea b) do n.º 15.
 18. A medida de impedimento de registo de contratos é aplicável à sociedade desportiva que resulte da personalização jurídica da equipa do clube fundador quando, relativamente a este, se verifiquem os requisitos previstos nos n.ºs 6 e 10.
 19. Não serão registados novos contratos ou renovados os existentes dos jogadores, treinadores, médicos, massagistas e demais agentes desportivos que tenham dívidas para com a Liga Portugal, resultantes de sanções de natureza disciplinar.
 20. Ficam automaticamente impedidos de registar novos contratos os jogadores que hajam rescindido, unilateralmente, o seu contrato de trabalho ou contrato de formação sem justa causa ou os mesmos sejam feitos cessar pelos clubes, com justa causa.
 21. O impedimento produz efeitos até ao termo do contrato rescindido, salvo se o clube declarar que se acha totalmente ressarcido dos danos causados com a rescisão.
 22. A medida de impedimento prevista no n.º 6 é automática e oficiosamente determinada, sem necessidade de qualquer procedimento, no caso de as retribuições em dívida dos clubes serem pagas, total ou parcialmente, pelo Fundo de Garantia Salarial.
 23. A medida de impedimento determinada nos termos do número anterior cessa quando o clube fizer prova documental do efetivo e integral reembolso das quantias adiantadas em seu nome à entidade pagadora do Fundo de Garantia Salarial.

SECÇÃO II DIREITOS E DEVERES

Artigo 80.º

Direitos e deveres dos jogadores

1. Só os jogadores com contrato de trabalho ou contrato de formação e nas devidas condições regulamentares podem participar nos jogos das competições oficiais.
2. Os jogadores devem respeito para com todos os intervenientes no jogo e espectadores, devendo, corresponsavelmente, ser tratados por aqueles com urbanidade.
3. Os jogadores devem em especial:
 - a) apresentar-se no jogo devidamente equipados de acordo com as Leis do Jogo e regulamentos;
 - b) cumprir as Leis do Jogo e as determinações da equipa de arbitragem;
 - c) não manifestar, por qualquer meio, perante a equipa de arbitragem a sua discordância quanto às decisões desta;
 - d) proceder com lealdade e correção para com os restantes intervenientes do jogo, espectadores e demais pessoas autorizadas a permanecer no recinto do jogo, nos termos do presente regulamento;
 - e) participar nas entrevistas finais do jogo de acordo com o disposto nos artigos 90.º ou 91.º do presente regulamento.

CAPÍTULO IX TREINADORES MÉDICOS E MASSAGISTAS

Artigo 81.º

Direitos e deveres das equipas técnicas, médicos, massagistas, enfermeiros e fisioterapeutas

1. Apenas poderão ocupar o banco de suplentes previsto no artigo 61.º elementos da equipa técnica, médicos, massagistas, enfermeiros e fisioterapeutas devidamente inscritos na Liga Portugal.
2. Os treinadores e demais agentes, incluindo os referidos nos artigos 60.º e 61.º, devem respeito para com todos os intervenientes do jogo e espectadores, devendo, igualmente, ser tratados por aqueles com urbanidade.
3. São deveres especiais dos treinadores:
 - a) cumprir as determinações da equipa de arbitragem;
 - b) não manifestar, por qualquer meio, perante a equipa de arbitragem, a sua discordância quanto às decisões desta;
 - c) proceder com lealdade e correção para com os restantes intervenientes do jogo, espectadores e demais pessoas autorizadas a permanecer no recinto do jogo;

- d) participar na entrevista final do jogo, no âmbito do patrocínio das competições, a qual terá de se iniciar nos cinco minutos após o termo do jogo;
 - e) votar para a eleição de melhor jogador de cada mês relativamente à competição em que é participante o seu clube;
 - f) votar para a eleição de melhor jogador e melhor treinador do ano.
4. Os treinadores e demais agentes que se encontrem a cumprir castigos nos jogos posteriormente anulados e mandados repetir, não poderão ser incluídos na ficha técnica do jogo repetido.

Artigo 82.º

Quadro técnico e habilitações de treinadores

1. Cada um dos clubes participantes nas competições profissionais deve proceder à inscrição e registo de um quadro técnico composto, no mínimo, por dois treinadores, os quais devem possuir as seguintes habilitações mínimas ou respetivas equivalências estabelecidas nos termos do Regulamento de Formação de treinadores de futebol da FPF:
 - a) clubes participantes na Liga Portugal 1:
 - i. treinador principal: habilitação *UEFA-Professional* (Grau IV);
 - ii. treinador-adjunto: habilitação *UEFA-Basic* (Grau II);
 - § No caso dos treinadores principais das equipas que sejam promovidas à Liga Portugal 1, será suficiente terem, na época desportiva subsequente à da promoção, a habilitação *UEFA-Advanced* (Grau III) e na época seguinte a essa, comprovativo de estar a frequentar o curso para obtenção da habilitação *UEFA-Professional* (Grau IV).
 - b) clubes participantes na Liga Portugal 2:
 - i. treinador principal: habilitação *UEFA-Advanced* (Grau III);
 - ii. treinador-adjunto: habilitação *UEFA-Basic* (Grau II).
 - § No caso dos treinadores principais das equipas que sejam promovidas à Liga Portugal 2, será suficiente terem, na época subsequente à da promoção, a habilitação *UEFA-Basic* (Grau II) e na época seguinte a essa, comprovativo de estar a frequentar o curso para obtenção da habilitação *UEFA-Advanced* (Grau III).
2. As habilitações do quadro técnico estabelecidas no número anterior devem ser comprovadas através da cédula de treinador de desporto após a validação da correspondência dos respetivos graus e incorporação regulamentar por parte da FPF, nos termos do disposto na lei n.º 40/2012, de 28 de agosto, sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável ao sistema europeu de formação de treinadores organizado no quadro da UEFA.
3. Apenas o treinador principal pode, em permanência, transmitir instruções aos jogadores que se encontrem no retângulo de jogo e no banco de suplentes, podendo os demais membros do banco transmitir-lhes instruções pontuais.
4. Se, no decurso da época desportiva, um clube não tiver ao seu serviço efetivo, por motivo de desvinculação contratual ou outro, o quadro técnico previsto no n.º 1, deve dar conhecimento imediato desse facto à Liga Portugal, dispondo do prazo de 15 dias contados a partir da data de realização do primeiro jogo oficial em que se verifique a falta da equipa técnica nos termos regulamentares, para inscrição de novos treinadores.

5. Decorrido o prazo previsto no número anterior, o clube deve obrigatoriamente indicar na respetiva ficha técnica dos jogos oficiais um treinador principal detentor das habilitações mínimas previstas no n.º 1.
6. Nos casos em que um clube tem um treinador inscrito na sua equipa B e pretende fazê-lo transitar para a equipa A, ou o inverso, fica apenas obrigado a dar conhecimento à Liga Portugal, não carecendo, tal alteração, de nova inscrição.
7. No caso de transição do treinador para a equipa A, o exercício de funções fica dependente do cumprimento de todos os requisitos de inscrição na Liga Portugal 1, designadamente, a certificação das habilitações exigidas bem como a remuneração mínima estabelecida em contratação coletiva.

CAPÍTULO X

ORGANIZAÇÃO COMERCIAL

Artigo 83.º

Colocação de suportes publicitários

1. A Liga Portugal pode colocar suportes publicitários de divulgação do patrocinador principal da competição nos seguintes locais do terreno ou do retângulo de jogo (cfr. maquete anexa, no ANEXO VIII):
 - a) espaço no retângulo de jogo constituído por uma área de 20 metros para cada lado da linha de meio-campo, a contar do círculo central, no qual podem ser colocadas duas lonas de grandes formatos, bem como um pórtico e um painel de alinhamento (que podem ser LED) atrás das equipas e da equipa de arbitragem alinhadas em frente à bancada principal;
 - b) espaço do terreno de jogo situado junto às linhas de baliza, no qual podem ser colocadas *camcarpets*;
 - c) espaço do terreno de jogo situado atrás das linhas laterais do relvado, ao longo das quais podem ser instaladas 8 peanhas (que podem ter o logótipo do *naming* da competição, bem como da marca oficial da bola);
 - d) espaço situado à saída do túnel de acesso ao relvado, no qual pode ser colocada uma tapete e uma peanha (que podem ter o logótipo do *naming* da competição, bem como da marca oficial da bola).
2. No período de tempo compreendido entre o final do aquecimento das equipas e o início do jogo, o espaço publicitário previsto na alínea a) do n.º 1 constitui uma área de utilização exclusiva pela Liga Portugal, devendo os clubes assegurar que essa zona do relvado se encontra livre e desimpedida de quaisquer outros suportes publicitários, com exceção do círculo central cuja exploração comercial pode ser efetuada pelos clubes, através da colocação de uma lona ao nível do solo.
3. A Liga Portugal pode colocar suportes publicitários de divulgação de outros patrocinadores da competição, no limite máximo de dois, nos painéis laterais de baliza, desde que sejam

salvaguardados compromissos anteriormente assumidos por cada uma das sociedades desportivas, nomeadamente com o operador televisivo. (ANEXO IX)

4. A exploração dos espaços publicitários atribuídos à Liga Portugal nos termos dos números anteriores destina-se a financiar os custos das competições profissionais por si organizadas.
5. Todos os suportes publicitários ativados pela Liga Portugal podem ser colocados antes da abertura das portas ao público, sendo obrigação do clube visitado facultar o livre acesso da equipa de montagem aos locais de instalação.
6. Todos os suportes publicitários, quer os da Liga Portugal, quer o dos clubes, devem ser constituídos por materiais que não sejam suscetíveis de pôr em risco a integridade física dos jogadores e dos demais agentes desportivos.
7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Liga Portugal pode utilizar outros suportes publicitários de divulgação dos respetivos patrocinadores das competições, desde que devidamente autorizada pelos clubes.
8. A Liga Portugal pode ainda colocar duas *camcarpets* em cada lado da linha de baliza, no seguimento das *camcarpets* referidas na alínea b) do n.º 1.
§ Os clubes que tenham participação em sociedades comerciais que explorem os seus próprios direitos de transmissão televisiva, podem explorar as *camcarpets* colocadas no seguimento das *camcarpets* referidas na alínea b) do n.º 1, por contrapartida da utilização, por esse operador, dos infografismos do *naming sponsor* da competição.
9. A Liga Portugal enviará semanalmente para todos os clubes o mapa de ativações para cada jogo da jornada.

Artigo 84.º

Jogo da semana Liga Portugal 1

1. A Liga Portugal designa um jogo em cada jornada do campeonato da Liga Portugal 1 como “Jogo da semana Liga Portugal 1”.
2. A designação do “jogo da semana Liga Portugal 1” relativo a cada jornada é divulgada antes do início da época através de comunicado oficial.
3. A designação do “jogo da semana Liga Portugal 1” é feita com base em critérios que, depois de ouvidos os clubes, são estabelecidos e divulgados através de comunicado oficial.
4. No âmbito do “jogo da semana Liga Portugal 1” é produzido um programa televisivo sobre o clube visitado, a localidade e o jogo a realizar.
5. No programa televisivo referido no número anterior – que poderá ser difundido em programa de televisão e através de meios digitais da Liga Portugal – é inserida uma entrevista com a presença, pelo menos, do treinador principal e um jogador do clube visitado.
6. O clube visitado obriga-se a assegurar a presença dos elementos referidos no número anterior, bem como a disponibilizar as instalações, para a recolha de imagens e depoimentos.

Artigo 85.º

Animação e suportes de animação no recinto de jogo

1. Qualquer animação, evento ou ação promocional a realizar pelos clubes visitados no terreno de jogo, antes do início do jogo, durante o jogo ou durante o intervalo, carece da prévia

autorização da Liga Portugal, devendo obrigatoriamente o pedido ser efetuado até às 12h00 do último dia útil anterior à data da realização do jogo.

2. A Liga Portugal comunicará diretrizes para a implementação destas animações em comunicado oficial.
3. O procedimento e as ativações do momento da entrada em campo das equipas para o início do jogo, e até à conclusão do processo de escolha de campo, são definidos em comunicado oficial da Liga Portugal, que pode ativar as marcas do *naming sponsor*, institucionais da Liga Portugal e da Fundação do Futebol.
4. Mediante autorização da Liga Portugal, a entrada e a formação das duas equipas no terreno de jogo poderá ser acompanhada por crianças, nos seguintes termos:
 - a) a equipa visitante será acompanhada por crianças com o equipamento oficial do clube visitado;
 - b) a equipa visitada será acompanhada por crianças com o seu equipamento oficial ou com equipamento a publicitar logos ou marcas dos seus *sponsors*;
 - c) as crianças não podem ter altura superior a 1,40m.
5. Mediante autorização do clube visitado, a Liga Portugal poderá recrutar crianças para acompanhar os jogadores da equipa visitante na entrada e durante a formação das equipas, bem como determinar os equipamentos que as mesmas irão utilizar, desde que não contenham menções publicitárias que colidam com obrigações contratuais do clube em causa.

Artigo 86.º

Visitas guiadas e virtuais

1. A Liga Portugal poderá proporcionar uma visita guiada ao estádio, no dia de jogo, a um grupo limitado a dez pessoas, com uma duração não superior a 60 minutos.
2. Durante a visita guiada não será autorizado o uso de peças de vestuário ou outro suporte com imagens ou referências publicitárias, para além da imagem e denominação da Liga Portugal e suas provas oficiais.
3. A Liga Portugal comunicará os parâmetros organizacionais em que se realizarão estas visitas por comunicado oficial.
4. Constitui obrigação do clube garantir as condições de realização da visita referida no n.º 1, quando a Liga Portugal comunique ao clube a intenção de a realizar, até cinco dias antes da data da realização do jogo.
5. É permitida à Liga Portugal, através dos seus meios digitais, disponibilizar visitas virtuais aos Estádios dos clubes.

Artigo 87.º

Exploração comercial

A Liga Portugal deve cooperar com os clubes no combate à utilização indevida da imagem dos mesmos e dos seus atletas em suportes multimédia.

CAPÍTULO XI

TRANSMISSÕES TELEVISIVAS E RADIOFÔNICAS

Artigo 88.º

Titularidade de direitos

1. À Liga Portugal compete:
 - a) fixar o número de jogos que venham a ser objeto de transmissão televisiva;
 - b) estabelecer os horários de transmissão;
 - c) determinar o número de jogos para cada clube, tendo em consideração a classificação da época anterior;
 - d) autorizar a transmissão televisiva dos jogos das competições oficiais por si organizadas;
 - e) fixar a taxa de transmissão e a sua afetação, de acordo com o critério definido em Assembleia-Geral.
2. Os clubes detêm individualmente a titularidade dos direitos de transmissão televisiva dos jogos e resumos.

Artigo 88.º-A

Cooperação na promoção das competições

1. Em cada época desportiva, os clubes podem autorizar a Liga Portugal a:
 - a) recolher imagens do respetivo plantel e equipa técnica, com o equipamento de jogo e fato oficial, respetivamente, durante o mês de agosto e até à primeira semana de setembro e, no caso de inscrições no segundo período do prazo anual, também em janeiro e até à primeira semana de fevereiro, para utilização na informação da constituição das equipas;
 - b) recolher imagens diurnas e noturnas do estádio que indiquem como o utilizado na condição de visitado, por aeronave civil pilotada remotamente (*drone*);
 - c) gravar um vídeo de curta duração, com o capitão de equipa ou um jogador relevante do plantel, a apelar à ida dos adeptos ao estádio, para ser transmitido pelo operador televisivo titular dos seus direitos de transmissão televisiva.
2. Os clubes podem autorizar a Liga Portugal a produzir e realizar:
 - a) um programa semanal de antevisão da jornada seguinte, que incluirá entrevistas aos protagonistas de até quatro jogos, obedecendo às seguintes regras:
 - i. tem a participação de, pelo menos, um jogador;
 - ii. tem a participação facultativa do treinador;
 - iii. todas as equipas devem ter visibilidade ao longo da época;
 - iv. em cada mês, os programas apenas podem incidir sobre dois jogos de um mesmo clube;
 - v. aos jogadores e treinadores apenas poderão ser colocadas questões relacionadas com o jogo da jornada em antevisão.
 - b) uma entrevista de antevisão dos jogos a dois jogadores e, sempre que possível, ao treinador até à quinta-feira anterior à respetiva realização.
3. Os clubes podem autorizar a Liga Portugal a realizar as seguintes ações no dia de jogo:

- a) recolha de imagens à saída do autocarro, aquando da chegada das equipas ao estádio;
- b) recolha de imagens à saída do túnel antes do início e reinício do jogo.
4. Os clubes podem autorizar a utilização das seguintes posições de reportagem nos dias de jogo:
 - a) junto ao retângulo de jogo (*pitchside*) para uso eventual desde três horas antes do início do jogo, durante o intervalo e no final;
 - b) no local de chegada dos autocarros das equipas;
 - c) ao pé das áreas técnicas, em local previamente autorizado pela Liga Portugal e desde que colocadas em local que não retire visibilidade dos bancos para o terreno de jogo, não podendo captar som;
 - d) no túnel de acesso ao relvado (apenas câmara e operador), para recolha de imagens na entrada das equipas no início e reinício do jogo;
 - e) dentro do perímetro de segurança, para entrevistas com os adeptos.
5. A Liga Portugal é responsável por operacionalizar com os clubes, considerando primordialmente os interesses destes, o exercício das faculdades referidas nos números anteriores, podendo esta articular com o titular dos direitos de transmissão televisiva, ou com empresa de produção televisiva, nos casos em que não tenha meios próprios para os realizar.
6. As faculdades mencionadas nos números anteriores são sujeitas a prévia aceitação por parte dos clubes, mediante comunicação para o efeito dirigida à Liga Portugal.

Artigo 89.º

Número e horário das transmissões televisivas

1. Em cada jornada e por competição oficial, poderão ser autorizadas duas transmissões televisivas em direto e em canal aberto.
2. As transmissões televisivas em direto e em canal codificado não estão sujeitas a um número limite de autorizações.
3. Em caso de desacordo entre as sociedades desportivas na marcação do dia e hora dos jogos das competições oficiais, cabe à Liga Portugal marcar os jogos em causa, obtido o parecer consultivo da Comissão Permanente de Calendários.
4. A autorização de transmissão dos jogos depende do pagamento prévio à Liga Portugal de uma taxa fixada no início de cada época desportiva.

Artigo 89.º-A

Número e horário das transmissões televisivas – Liga Portugal 1

1. Salvo nos casos em que o respeito do intervalo de 72 horas entre jogos estabelecido no n.º 5 do artigo 44.º possa influir na determinação da hora do jogo, os dias e horários das transmissões televisivas na Liga Portugal 1 são os seguintes:

DIA ÚTIL	SÁBADO, DOMINGO E FERIADO
Um jogo: 18h00 ou 20h15	11h00
	12h45

	14h00
	15h30
Dois jogos: 18h45 e 20h45	18h00
	20h30

Nota: todos os horários são expressos na hora legal continental, exceto o das 11h.

- Os horários duplos dos dias úteis são abertos excecionalmente quando haja mais do que um jogo num desses dias ao abrigo de imposição regulamentar ou necessidade das competições.
- As grelhas de horários previstas nos números anteriores são preenchidas de acordo com o disposto no artigo 44.º e os seguintes critérios:
 - caso, numa determinada jornada, sejam preenchidos todos os horários da grelha, os excedentes são transmitidos em horário sobreposto, preferencialmente às 18h00;
 - caso, numa determinada jornada em dia de semana, sejam preenchidos todos os horários da grelha, os excedentes são transmitidos em horário sobreposto às 19h00 e às 21h00;
 - cada clube apenas pode disputar dois jogos por época desportiva no horário da manhã, exceto em situações em que haja acordo entre todas as partes envolvidas;
 - cada clube apenas pode disputar três jogos na qualidade de visitado e três jogos na qualidade de visitante à segunda-feira e à sexta-feira, não podendo disputar mais do que três jogos em cada um dos dias, salvo imposição regulamentar.

Artigo 89.º-B

Número e horário das transmissões televisivas – Liga Portugal 2

- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os dias e horários das transmissões televisivas na Liga Portugal 2 são os seguintes:

DIA ÚTIL	SÁBADO, DOMINGO E FERIADO
Um jogo: 18h00 ou 20h15	11h00
	12h45
	14h00
Dois jogos: 18h45 e às 20h45	15h30
	18h00
	20h30

Nota: todos os horários são expressos na hora legal continental, exceto o das 11h.

- Quando haja jogo das competições da UEFA, os jogos têm início 2h15m antes do início do primeiro jogo dessas competições, de forma a assegurar que terminam meia hora antes do início desses jogos.

3. As grelhas de horário previstas nos números anteriores são preenchidas de acordo com o disposto no artigo 44.º, tendo cada clube tem direito a transmissão televisiva de quatro jogos na qualidade de visitado e quatro jogos na qualidade de visitante, salvo imposição regulamentar.
4. Os jogos que não sejam objeto de transmissão televisiva são transmitidos nas plataformas da Liga Portugal (*streaming*), salvo se o clube visitado os transmitir através dos próprios meios e desde que tal não colida com contratos outorgados pelos clubes visitados.

Artigo 90.º

Superflash

1. Após o final de cada jogo transmitido em direto, logo que possível e caso os clubes a ela não se oponham, realiza-se uma entrevista denominada *Superflash*, conduzida pelo operador televisivo titular do direito de transmissão do jogo, nos seguintes termos:
 - a) tem lugar no retângulo de jogo, sempre que as condições atmosféricas o permitam, diante de um painel da competição fornecido pela Liga Portugal, decorado, em áreas iguais, com o logótipo do patrocinador principal da competição e os logótipos de patrocinadores contratados pelo clube visitado;
§ O painel da competição não pode apresentar mais do que cinco patrocinadores contratados pelo clube visitado, sendo que cada um destes não pode ser referente a entidades concorrentes com o *naming sponsor* da competição nem pode ocupar mais do que 25% da exposição total do painel, cujo desenho final será definido por acordo entre a Liga e o clube visitado.
 - b) é entrevistado um jogador de cada uma das equipas, designado nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 91.º;
 - c) não pode exceder 60 segundos, nem duas perguntas e estas apenas podem incidir sobre as ocorrências do jogo que se acabou de disputar;
 - d) o custo do primeiro painel cedido ao clube é da responsabilidade da Liga Portugal;
 - e) os clubes são responsáveis pelo correto acondicionamento e armazenamento dos painéis *Superflash*, preservando a sua integridade e imagem, sendo-lhes imputadas quaisquer anomalias ou danos decorrentes da inobservância do aqui exposto.
2. O prémio *Man of the Match* é entregue imediatamente antes e no local da entrevista *Superflash*.

Artigo 91.º

Flash interview

1. Nos cinco minutos após a realização da entrevista descrita no artigo anterior ou, nos casos em que esta não se realize, nos cinco minutos após o efetivo termo de cada jogo transmitido em direto, será realizada uma entrevista, denominada *flash interview*, realizada pelo operador televisivo titular do direito de transmissão do jogo, que é obrigatória e fica sujeita aos seguintes termos e condições:
 - a) tem a duração máxima de 90 segundos para cada interveniente, versando exclusivamente sobre as ocorrências do jogo, diante de um painel fornecido pela Liga Portugal com os

- logótipos dos seus patrocinadores, devendo os intervenientes colocar-se sobre uma marca fixada no chão pelos delegados da Liga Portugal, para esse efeito;
- b) realiza-se no relvado, salvo quando as condições atmosféricas não o permitam ou algum dos clubes intervenientes a isso se oponha, caso em que se realiza em local previamente ajustado entre o clube visitado, a Comissão Técnica de Vistorias da Liga Portugal e o operador televisivo;
 - c) tem a participação obrigatória de dois elementos de cada equipa, designadamente, o treinador principal e um jogador;
 - § havendo *Superflash*, não é obrigatória a participação dos jogadores da equipa que nela participou;
 - d) os jogadores sorteados para o controlo antidopagem poderão participar na *flash interview*, devidamente acompanhados pelo delegado da Liga Portugal;
 - e) o repórter de campo do operador televisivo indica aos delegados da Liga Portugal, com a antecedência mínima de 15 minutos antes do final do jogo, o nome de quatro jogadores, para que um deles participe na *flash interview*;
 - f) a ordem das entrevistas será a seguinte: em primeiro lugar, os dois jogadores, com prioridade para o da equipa vencedora, e depois os dois treinadores, com prioridade para o da equipa vencedora; em caso de empate, a prioridade é dada aos entrevistados da equipa visitante; por acordo, a ordem definida na presente alínea pode ser alterada;
 - g) durante a participação na *flash interview*, os jogadores apenas poderão vestir o equipamento oficial e casaco do clube e os treinadores, a respetiva indumentária oficial.
2. Se o treinador principal tiver recebido ordem de expulsão antes, durante ou após o fim do jogo, não poderá comparecer na *flash interview*, sendo substituído por treinador-adjunto.
 3. Na Liga Portugal 2, o painel referido na alínea a), do n.º 1 pode apresentar até três patrocinadores contratados pelo clube visitado, que não podem ser referentes a entidades concorrentes com os *naming sponsors* das competições organizadas pela Liga Portugal, que ocuparão até 25% da exposição total do painel, cujo desenho final será definido por acordo entre a Liga Portugal e o clube visitado.
 4. Aplica-se ao painel referido no número anterior, o disposto nas alíneas d) e e), do n.º 1, do artigo 90.º.

Artigo 92.º

Resumos televisivos

A difusão de imagens de um jogo nas 48 horas seguintes à sua realização e por período superior a 20 minutos depende da autorização prévia da Liga Portugal e está sujeita ao pagamento de uma taxa fixada no início de cada época desportiva.

Artigo 93.º

Transmissão de jogos nacionais para o estrangeiro

A transmissão para o estrangeiro, em direto ou em diferido, total ou parcial (resumos superiores a 15 minutos) de jogos de clubes que participem em competições oficiais carece de autorização da Liga Portugal e da FPF.

Artigo 94.º

Transmissão de jogos do estrangeiro

A transmissão televisiva para Portugal de jogos disputados no estrangeiro depende de autorização expressa da Liga Portugal e da FPF, nos termos estabelecidos pelas normas da FIFA e da UEFA.

Artigo 95.º

Recolha de imagens

1. Apenas poderão recolher imagens dos jogos das competições organizadas pela Liga Portugal a ou as radiodifusoras que hajam sido expressamente autorizadas pela Liga Portugal.
2. Os clubes visitados são obrigados a autorizar a recolha de imagens, pelo clube visitante, não podendo este proceder à divulgação, por qualquer meio, das imagens assim recolhidas.
3. O clube visitado deve proceder à gravação integral dos jogos realizados no seu estádio que não sejam objeto de transmissão televisiva em canal aberto ou fechado, devendo igualmente entregar cópia do registo da gravação aos delegados da Liga Portugal, nos termos previstos no presente regulamento.
4. As equipas participantes na Liga Portugal 1, integram o programa de partilha de imagens dos jogos dessa competição, para efeitos de análise tática (*tactical feed*).

Artigo 96.º

Ecrãs gigantes

1. As transmissões de imagens e/ou sons nos ecrãs no interior dos estádios estão sujeitas à prévia autorização da Liga Portugal, e ao cumprimento das seguintes condições:
 - a) não podem ser transmitidas imagens em direto da competição ou de outra competição fora do estádio, enquanto estiver a decorrer um jogo de futebol no estádio em questão, ou seja, durante o primeiro período, segundo período ou quaisquer prolongamentos, incluindo o tempo adicionado por causa das paragens, ou tempo extra do jogo dentro do estádio em questão;
 - b) podem transmitir-se imagens, sem som, do jogo que decorre, no decurso do mesmo, no intervalo ou após o seu final;
 - c) aquelas transmissões devem respeitar apenas e somente a aspetos positivos do jogo;
 - d) não se podem transmitir quaisquer incidentes controversos e negativos, incluindo atos de qualquer jogador ou oficial, que possam incitar negativamente os espectadores ou provocar o descrédito do jogo;
 - e) não é permitido transmitir imagens e/ou som de quaisquer incidentes ou assuntos que possam reforçar ou questionar a competência ou julgamento de qualquer oficial do jogo;
 - f) não é permitida a transmissão de qualquer imagem ou som do pessoal que ocupa a Área Técnica;
 - g) não deve ser permitida a transmissão de imagens de qualquer jogador de substituição a aquecer ou a preparar-se para entrar no relvado até os quadros de substituição serem mostrados;
 - h) os ecrãs não devem ser utilizados para qualquer fim que possa conduzir à crítica, à descredibilização ou que de algum modo prejudique a reputação, a categoria ou a

- autoridade de qualquer diretor, oficial ou jogador de qualquer clube de futebol, representante da Liga Portugal e dos seus associados, em qualquer jogo oficial;
- i) os clubes que utilizem os ecrãs devem-no fazer de forma responsável e não devem permitir a transmissão e qualquer material que seja suscetível de criar descrédito, ofensa à integridade pública, ou suscetível de incitar o mau comportamento e a desordem entre os espectadores;
 - j) não é permitida a transmissão de material com direitos de autor sem a autorização escrita prévia dos detentores dos direitos de autor correspondentes;
 - k) antes do início do jogo, no intervalo e após o final é permitido o uso dos ecrãs para a transmissão de avisos do clube, patrocinadores ou publicidade. No decurso do jogo, é apenas permitida a exibição de cartões publicitários estáticos dos patrocinadores ou de produtos ou serviços do clube, sem emissão de qualquer tipo de som;
 - l) as transmissões simultâneas do jogo e repetições são sempre autorizadas apenas em televisões de imprensa e canais de circuito fechado;
 - m) é permitida a transmissão de resultados de outros jogos das competições organizadas pela Liga Portugal.
2. Os clubes previamente autorizados pela Liga Portugal a utilizar ecrãs devem cumprir ainda as seguintes regras:
- a) designar um responsável, dotado dos poderes necessários, para intervir em nome do respetivo clube com o objetivo de selecionar as imagens e sons reproduzidos durante o jogo;
 - b) o clube é responsável por todas as decisões tomadas neste âmbito e, em conformidade, é da sua competência e, igualmente da sua responsabilidade, assegurar-se que o responsável, indicado nos termos do número anterior, conhece a presente regulamentação, respeitando-a escrupulosamente;
 - c) o clube é obrigado a indicar aos delegados da Liga Portugal a identidade do responsável designado, antes do início de cada jogo;
 - d) se assim o entender, o delegado da Liga Portugal pode solicitar ao clube visitado a entrega em suporte de vídeo de toda a produção de imagem dos ecrãs.
3. Qualquer violação das condições acima previstas determina a revogação da autorização concedida.
4. O logótipo da competição deverá ser exibido no ecrã gigante, no momento da indicação do resultado e tempo de jogo.
5. Durante o jogo podem estar ligados relógios no estádio mostrando o tempo de jogo disputado, devendo, porém, ser parados no final do tempo de cada parte, ou seja, após os 45 e os 90 minutos, respetivamente; esta obrigação também se aplica no caso de prolongamento, ou seja, após os 15 e os 30 minutos.
6. Os clubes cujo estádio não esteja dotado de ecrã gigante devem instalar um marcador eletrónico para informação ao público do tempo e resultado do jogo ou um marcador manual para informação do resultado do jogo.

CAPÍTULO XII
ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA DOS JOGOS

Artigo 97.º

Organização Financeira

1. A organização financeira dos jogos das competições oficiais é da responsabilidade dos clubes visitados ou considerados como tal.
2. Constituem encargos da organização financeira em todos os jogos desta competição:
 - a) policiamento;
 - b) fiscalização;
 - c) despesas diversas.
3. As receitas dos jogos da Liga Portugal 1 e Liga Portugal 2 são integralmente destinadas aos clubes visitados.

Artigo 98.º

Deslocações

1. Os encargos nas deslocações das equipas, nas provas a disputar por pontos são da sua responsabilidade, com exceção das deslocações de e para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que obedecem a regulamentação financeira especial, em coordenação com a FPF.
2. Sem prejuízo da liberdade contratual, a Liga Portugal negocia, por conta e no interesse dos clubes, os preços das estadias e deslocações aéreas para os jogos das competições por si organizadas.

Artigo 99.º

Jogos realizados em estádio neutro ou neutralizado

1. Nos jogos realizados em estádio neutro, o clube proprietário, arrendatário ou considerado como tal tem direito a 5% da receita líquida, no valor mínimo de quatro vezes o salário mínimo nacional, integrando-se este valor nas despesas de organização.
2. Nos jogos em que o clube visitado tenha o seu estádio interditado, os sócios do clube proprietário terão direito a bilhetes de ingresso com redução de 50%, conservando o direito a ocuparem os lugares que tenham habitualmente reservados desde que adquiram o respetivo bilhete com, pelo menos, 24 horas de antecedência; ficam excluídos os lugares de cada estádio que sejam inalienáveis.
3. Os sócios do clube que tenha o seu estádio interditado terão de pagar bilhete de público normal.
4. Nos jogos de competições por eliminatórias, os estádios serão neutralizados, sendo a organização da responsabilidade do clube visitado ou considerado como tal.

Artigo 100.º

Mapas financeiros dos jogos

Os clubes devem enviar à Liga Portugal, no prazo máximo de 20 dias, a informação do movimento financeiro e de espectadores, que deve conter os seguintes elementos:

- número de bilhetes ou cartões de acesso emitidos para sócios e não sócios e respetivos valores;
- lotação efetiva, com indicação dos ingressos de público, sócios, convites, entidades oficiais, forças de segurança, livre ingressos, incidências, tempos e números por setores, número de pessoal de fiscalização;
- número de bilhetes requisitados pelo clube visitante e devoluções;
- número de bilhetes distribuídos e utilizados pelos patrocinadores da Liga Portugal com indicação do setor que lhes foi destinado;
- valor da receita ilíquida e líquida.

Artigo 101.º

Convites e fiscalização nos jogos das competições por eliminatórias

- Nos jogos das competições por eliminatória é expressamente proibida a emissão de convites para além de 200, incluindo-se neste número os destinados ao clube visitante.
- O clube visitante poderá indicar pessoal de fiscalização da sua responsabilidade, ficando, no entanto, os encargos à sua responsabilidade.

Artigo 102.º

Emissão e modelo dos títulos de ingresso

- Nos jogos das competições organizadas pela Liga Portugal é obrigatória a emissão, pelo clube visitado, de bilhetes para venda destinados ao público.
- Os bilhetes referidos no número anterior obedecem ao modelo divulgado pela Liga Portugal em comunicado oficial, que define o formato das respetivas frente e verso, a localização do holograma da Liga Portugal e a colocação de qualquer publicidade da Liga Portugal e dos seus patrocinadores.
- A Liga Portugal pode autorizar a utilização de modelo alternativo ao referido no número anterior, mediante requerimento escrito e fundamentado do clube visitado.
- Os títulos de ingresso devem conter os seguintes elementos informativos:
 - numeração sequencial;
 - identificação do recinto desportivo;
 - porta de entrada para o recinto desportivo, setor, fila e cadeira, bem como planta do recinto e do local de acesso;
 - designação da competição desportiva, através do seu logótipo oficial;
 - identificação da Liga Portugal e dos clubes intervenientes no jogo;
 - especificação sumária dos factos impeditivos do acesso dos espectadores ao recinto desportivo e das consequências do incumprimento do regulamento de segurança e utilização dos espaços de acesso público.
- Os títulos de ingresso podem ser nominais, desde que:
 - a medida abranja todo o estádio, durante toda a época desportiva; e

- b) o clube comunique à Liga Portugal a sua decisão, até 20 dias antes do primeiro jogo do campeonato que dispute.
- 6. Para o efeito da implementação da medida descrita no número anterior, os clubes partilham a informação pessoal estritamente necessária.
- 7. A menção referida na alínea f) do n.º 4 não é obrigatória nos bilhetes ou convites para o camarote presidencial, a zona VIP e o setor *premium*.
- 8. Nos bilhetes eletrónicos, os elementos informativos referidos no n.º 4 devem ser disponibilizados no ato da aquisição.

Artigo 103.º

Distribuição de bilhetes

- 1. O clube visitante tem direito a requisitar ao clube visitado:
 - a) um número de bilhetes correspondente a 5% da capacidade total dos lugares do estádio;
 - b) 100 bilhetes para bancada de primeira categoria;
 - c) oito convites para o camarote principal, em lugares seguidos, e 50 convites que, salvo acordo entre os clubes, serão para a bancada central coberta, no caso dos jogos da Liga Portugal 1;
 - d) cinco convites para o camarote principal, em lugares seguidos, e 40 convites para a bancada central coberta, no caso dos jogos da Liga Portugal 2.
- 2. Os bilhetes referidos na alínea a), do número anterior destinam-se, exclusivamente, a adeptos do clube visitante e os lugares correspondentes devem situar-se na área referida na referência E16 do Regulamento das Infraestruturas.
- 3. Os bilhetes referidos na alínea b) do n.º 1 destinam-se, exclusivamente, aos adeptos VIP ou patrocinadores do clube visitante e os lugares correspondentes devem situar-se em setores diferentes dos destinados a grupos, organizados ou não, de adeptos dos clubes visitado e visitante.
- 4. O estabelecido no número anterior aplica-se a todos os estádios, salvo os casos em que, face às particulares condições dos mesmos, a Liga Portugal venha a definir um regime específico e especial.
- 5. Os clubes visitados podem disponibilizar à Liga Portugal bilhetes para venda, nas 48 horas antes da realização do respetivo jogo, os quais serão comercializados através do site oficial da Liga Portugal, de acordo com as condições estabelecidas pela Liga Portugal e oportunamente divulgadas aos clubes.

Artigo 104.º

Requisição, envio e devolução de bilhetes

- 1. O clube visitante requisita ao clube visitado, com conhecimento à Liga Portugal, por correio eletrónico, os títulos de ingresso referidos no artigo anterior, com a antecedência mínima de 12 dias em relação à data do jogo, ou no mesmo prazo e pela mesma forma, comunica prescindir deles.
- 2. O clube visitado é obrigado a disponibilizar ao clube visitante os bilhetes por este requisitados com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data do jogo.

3. Os bilhetes são disponibilizados por via digital, através do envio de modelo de bilhete e listagem com o código de barras associado a cada lugar, identificado por porta, bancada, setor, fila e número.
4. O clube visitante deve devolver ao clube visitado a listagem de bilhetes vendidos para a ZCEAP que lhe esteja destinada, com a identificação de cada titular de bilhete, até 24 horas antes da hora do jogo.
5. O disposto no número anterior é igualmente aplicável aos demais bilhetes do clube visitante, no caso de o clube visitado ter implementado o sistema de títulos de ingresso nominais nos termos do n.º 5, do artigo 102.º
6. Os bilhetes não vendidos pelo clube visitante são devolvidos ao clube visitado através do envio da listagem dos correspondentes códigos de barras, até 24 horas antes da hora do jogo.
7. O clube visitante que não tenha condições para processar os bilhetes nos termos do disposto no n.º 3, pode solicitar ao clube visitado que lhe remeta vias físicas dos bilhetes, em prazo não superior a 48h ou que assuma o custo da respetiva produção, dentro dos limites fixados em comunicado oficial da Liga Portugal.
8. O valor dos bilhetes não devolvidos deve ser liquidado ao clube visitado nos cinco dias úteis seguintes ao da realização do jogo.
9. O clube que não liquide os valores em débito, depois de notificado pela Liga Portugal, fica sujeito à retenção por esta entidade dos valores que lhe sejam creditados, a qualquer título e, se tal não for possível ou se no prazo de 30 dias não for liquidada a dívida, o clube ficará automaticamente impedido de participar em competições oficiais.

Artigo 105.º

Preços dos bilhetes

1. O preço dos bilhetes para público é fixado pelo clube visitado, em modelo próprio, divulgado pela Liga Portugal em comunicado oficial, remetido ao clube visitante e à Liga Portugal, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data do jogo e obedece às seguintes condições:
 - a) os clubes definem, para cada jogo, um mínimo de três setores com preços diferenciados, que podem ser definidos em intervalos de preço e cujo limite máximo não poderá exceder, respetivamente, um terço, dois terços ou a totalidade do valor máximo estabelecido para a correspondente competição nos termos da alínea e);
 - b) nenhum dos setores definidos nos termos da alínea anterior poderá corresponder a mais de metade dos lugares disponíveis no estádio e destinados ao público;
 - c) salvo se vierem a ser definidos mais de três setores com preços diferenciados, nenhum dos setores poderá corresponder a menos de um quinto dos lugares disponíveis no estádio e destinados ao público;
 - d) o limite máximo dos preços dos bilhetes a praticar pelos clubes será indexado à classificação atribuída ao respetivo estádio nos termos do artigo 33.º, de acordo com a tabela publicada em pela Liga Portugal em comunicado oficial, sem prejuízo do regime aplicável aos bilhetes de cartão jovem;

- e) dentro dos intervalos de preços definidos para cada setor nos termos da alínea a), o clube visitado pode livremente variar o preço a praticar nos bilhetes destinados ao público, o que deverá ser demonstrado no mapa financeiro dos jogos;
 - f) o preço dos bilhetes referidos na alínea a), do n.º 1 do artigo 103.º não pode exceder o valor mais baixo dos bilhetes para público, definidos nos termos da alínea a), excluindo o preço praticado para os sócios.
 - g) o preço dos bilhetes referidos na alínea b), do n.º 1 do artigo 103.º é definido no modelo identificado no n.º 1.
2. Os clubes comunicam à Liga Portugal, até uma semana antes da data oficial de início das competições, a demarcação, para os presentes efeitos, dos diversos setores nos estádios, com indicação do número de lugares correspondente a cada um, ficando a sua posterior alteração condicionada à prévia comunicação à Liga Portugal com antecedência não inferior a 30 dias.
 3. Os diferentes setores e suas capacidades deverão ser relacionados no Boletim de Segurança de cada jogo.
 4. Compete à Liga Portugal decidir sobre eventuais situações excecionais que possam justificar, em concreto, autorização para a aplicação de regime diferente do previsto nos números anteriores.
 5. Nos jogos da Liga Portugal 2, os bilhetes para público têm um preço máximo, fixado em comunicado oficial da Liga Portugal.
 6. Nos jogos das competições por eliminatórias e jogos de desempate, compete à Liga Portugal a fixação dos preços dos bilhetes de ingresso.
 7. Os clubes, com vista ao incremento da taxa de ocupação dos seus estádios, têm o direito de implementar sistemas de revenda de títulos de ingresso, através dos quais sócios e adeptos que sejam detentores de bilhete de época (lugar anual) podem disponibilizar os seus lugares de forma a permitir a revenda dos mesmos pelo clube.
 8. Na revenda dos lugares mencionada no número anterior é permitido o estabelecimento até ao dobro do preço previsto para o limite máximo definido na tabela publicada no Comunicado Oficial n.º 1 da Liga Portugal.

Artigo 106.º

Bilhetes para jogos não iniciados ou não concluídos

1. Quando um jogo oficial não se iniciar, os portadores de bilhetes de ingresso têm direito ao reembolso do respetivo preço, a efetuar nos dois dias úteis seguintes, pelo clube visitado, contra a apresentação do bilhete completo.
2. Nos jogos não concluídos e cuja conclusão seja determinada, o portador de bilhete de ingresso tem direito a trocá-lo, até ao penúltimo dia útil que antecede a data da realização da conclusão do jogo, por um bilhete de igual categoria, contra a apresentação do bilhete de ingresso completo.

Artigo 107.º

Livre ingresso

1. Nos jogos das competições oficiais de carácter profissional não são válidos os cartões de livre entrada emitidos pela FPF ou quaisquer outros organismos, sendo apenas considerados os previstos na lei e no protocolo entre a Liga Portugal e a FPF.
2. Os titulares do direito de livre entrada atribuído por lei devem levantar um bilhete de ingresso com indicação "entidades" no dia do jogo, mediante a apresentação de cartão de identificação.
3. Os bilhetes de ingresso referidos no número anterior serão emitidos devidamente numerados para lugar de bancada destinados ao público.
4. O clube organizador é obrigado a reservar para as entidades, no mínimo, 0,5% da lotação dos lugares de bancada destinados ao público, em número nunca inferior a 50.
5. Nos jogos realizados em estádio neutro ou neutralizado, o limite mínimo referido no número anterior será, igualmente, o limite máximo.
6. O clube promotor reserva e abstém-se de vender até ao 15.º dia anterior ao do jogo 300 bilhetes destinados ao público, que a Liga Portugal pode adquirir nas seguintes condições:
 - a) 200, gratuitamente, mediante comunicação ao clube organizador;
 - b) 100, ao preço definido para o clube visitante no caso de o número oficial de espectadores corresponder a 80% ou mais da lotação do estádio ou gratuitamente, no caso contrário.
7. O clube organizador é obrigado a reservar para o patrocinador principal das competições até 50 bilhetes destinados ao público desde que os mesmos se destinem a campanhas promocionais e sejam requisitados com a antecedência mínima de oito dias da data designada para o jogo.

CAPÍTULO XIII

PROTESTOS DOS JOGOS

Artigo 108.º

Competência

Compete ao Conselho de Justiça da FPF conhecer e decidir dos protestos dos jogos das competições oficiais organizadas pela Liga Portugal, nos termos da alínea g) do artigo 60.º dos Estatutos da FPF.

Artigo 109.º

Procedimento

1. A tramitação do procedimento de protesto de jogos das competições oficiais, incluindo designadamente as regras sobre legitimidade, requisitos de admissibilidade, fundamentos invocáveis, meios de prova admissíveis, custas procedimentais e preparos, é disciplinada nos termos previstos no regimento do Conselho de Justiça ou nos demais regulamentos federativos aplicáveis.
2. Cabe à Liga Portugal executar as decisões proferidas pelo Conselho de Justiça no âmbito dos procedimentos de protesto dos jogos.

CAPÍTULO XIV IMPUGNAÇÕES

SECÇÃO I IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

SUBSECÇÃO I GENERALIDADES

Artigo 110.º

Impugnabilidade graciosa

Salvo disposição regulamentar expressa em contrário as decisões proferidas pela Direção da Liga Portugal, ou singularmente por qualquer um dos seus membros, ou por quem decida ao abrigo de competências delegadas ou subdelegadas, são impugnáveis graciosamente por via de reclamação administrativa e de recurso para o Conselho de Justiça nos termos regulados pelos artigos seguintes.

SUBSECÇÃO II RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 111.º

Decisões reclamáveis

1. Todas as decisões finais proferidas pela Direção da Liga Portugal ou, nos casos previstos no presente regulamento, pelos seus membros singularmente, ou por quem decida ao abrigo de competências delegadas ou subdelegadas, podem ser reclamadas perante o próprio autor da decisão por intermédio de reclamação administrativa.
2. São igualmente impugnáveis, nos termos previstos no número anterior, as decisões interlocutórias que sejam suscetíveis de causar imediatamente a lesão de um direito ou interesse legalmente protegido de um sujeito procedimental.
3. Fora dos casos previstos no número anterior, a eventual ilegalidade dos demais atos e decisões interlocutórias apenas pode ser suscitada como fundamento da impugnação da decisão final do respetivo procedimento, prevista no n.º 1, na medida em que determine ou dê causa ao conteúdo decisório desta última.

Artigo 112.º

Natureza jurídica

[REVOGADO]

Artigo 113.º

Efeitos

1. As reclamações administrativas de que trata a presente secção suspendem a eficácia da decisão reclamada, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Recebida a reclamação, o autor da decisão reclamada pode atribuir à reclamação efeito meramente devolutivo sempre que entender, mediante despacho devidamente fundamentado, que a não execução imediata da decisão reclamada é suscetível de causar grave prejuízo ao interesse público prosseguido na organização das competições profissionais de futebol.
3. O despacho previsto no número anterior é sempre notificado aos interessados.

Artigo 114.º

Fundamentos da reclamação

As reclamações de que trata a presente subsecção podem ter por fundamento a ilegalidade da decisão recorrida bem como qualquer outra circunstância relativa ao mérito da mesma decisão.

Artigo 115.º

Interposição

1. A reclamação interpõe-se mediante requerimento dirigido ao autor da decisão reclamada, no qual o recorrente deve delimitar as questões que constituem o objeto da reclamação, expor todos os fundamentos respetivos e concluir pela formulação do pedido.
2. Com o requerimento referido no número anterior, o reclamante pode oferecer os documentos que considere convenientes.
3. O requerimento de interposição da reclamação é entregue nos serviços administrativos da Liga Portugal.

Artigo 116.º

Prazo de interposição da reclamação

As reclamações administrativas devem ser interpostas no prazo de cinco dias a contar da notificação da decisão reclamada.

Artigo 117.º

Prazo de decisão

1. O autor de decisão reclamada deve decidir a reclamação administrativa no prazo de dez dias.
2. No caso de ter sido atribuído à reclamação o efeito meramente devolutivo, o prazo para a sua decisão é de cinco dias a contar da decisão de atribuição deste efeito, não podendo em qualquer caso ultrapassar o prazo previsto no número anterior.

Artigo 118.º

Indeferimento tácito

Decorridos os prazos previstos no artigo anterior, a reclamação administrativa considera-se tacitamente indeferida.

SUBSECÇÃO III

RECURSO PARA O CONSELHO DE JUSTIÇA

Artigo 119.º

Normas aplicáveis

Os recursos para o Conselho de Justiça das decisões da Direção da Liga Portugal, ou individualmente dos seus membros, ou por quem decida ao abrigo de competências delegadas ou subdelegadas regem-se pelo disposto nos artigos seguintes e, em tudo o que não estiver especialmente previsto, pelo disposto no regulamento interno do Conselho de Justiça, com as necessárias adaptações.

Artigo 120.º

Decisões recorríveis

1. Todas decisões finais e definitivas proferidas pela Direção da Liga Portugal ou, nos casos previstos no presente regulamento, pelos seus membros singularmente, ou por quem decida ao abrigo de competências delegadas ou subdelegadas, podem ser impugnadas perante o Conselho de Justiça por intermédio de recurso administrativo gracioso.
2. São igualmente impugnáveis, nos termos previstos no número anterior, as decisões interlocutórias que sejam suscetíveis de causar imediatamente a lesão de um direito ou interesse legalmente protegido de um sujeito procedimental.
3. Fora dos casos previstos no número anterior, a eventual ilegalidade dos demais atos e decisões interlocutórias apenas pode ser suscitada como fundamento da impugnação da decisão final do respetivo procedimento, prevista no n.º 1, na medida em que determine ou dê causa ao conteúdo decisório desta última.

Artigo 121.º

Espécie e natureza jurídica

Os recursos administrativos de que trata a presente secção têm a natureza de recursos tutelares, fundando-se nos poderes estatutários de tutela desportiva que a FPF exerce sobre a Liga Portugal.

Artigo 122.º

Efeitos

1. Os recursos administrativos de que trata a presente secção não suspendem a eficácia da decisão recorrida, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Têm efeito suspensivo os recursos relativos a decisões que afetem diretamente clubes ou sociedades desportivas e desde que se verifique alguma das seguintes situações:
 - a) quando da decisão do recurso fique dependente o prosseguimento de um clube em competição por eliminatórias;
 - b) quando da decisão do recurso fique dependente a qualificação para uma competição ou a manutenção em competição que se encontre a disputar.

Artigo 123.º

Fundamentos do recurso

Os recursos para o Conselho de Justiça apenas podem ter por fundamento a ilegalidade da decisão recorrida, com exclusão de qualquer circunstância relativa ao mérito, oportunidade ou conveniência dessa mesma decisão.

Artigo 124.º

Poderes do órgão de recurso

1. No âmbito dos recursos de que trata o presente capítulo, o Conselho de Justiça conhece de facto e de direito.
2. O Conselho de Justiça conhece apenas das questões com que o recorrente ou o recorrido tenham delimitado o objeto do recurso, sem prejuízo das questões que sejam sempre do seu conhecimento oficioso.
3. Porém, é vedado ao Conselho de Justiça conhecer de questões cujo conhecimento tenha ficado precludido pela formação de caso decidido administrativo decorrente da não impugnação de atos ou decisões interlocutórios nos termos do n.º 2 do artigo 120.º, salvo no caso de nulidades insanáveis.

Artigo 125.º

Natureza cassatória do recurso

1. Se entender que é de conceder provimento ao recurso, o Conselho de Justiça revoga a decisão impugnada.
2. Se for caso disso, o Conselho de Justiça pode também anular, no todo ou em parte, o procedimento administrativo e determinar ao órgão recorrido a realização de nova instrução ou de diligências complementares.
3. Atendendo à natureza exclusiva das competências exercidas pela Direção da Liga Portugal, é vedado ao Conselho de Justiça, mesmo no caso de provimento do recurso, modificar ou substituir a decisão impugnada e substituir-se ao órgão recorrido no exercício da sua competência quanto à decisão da questão de fundo.

Artigo 126.º

Efeitos da decisão de provimento

1. Em caso de provimento do recurso, o órgão recorrido pode proferir nova decisão sobre a questão de fundo objeto do procedimento.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão recorrido está vinculado à observância do decidido pelo Conselho de Justiça.

Artigo 127.º

Legitimidade

1. Têm legitimidade para recorrer as pessoas direta e imediatamente lesadas, na sua esfera patrimonial ou desportiva, pela decisão recorrida.
2. Não pode recorrer quem, expressa ou tacitamente, tiver aceite a decisão recorrida.

Artigo 128.º

Interposição

O recurso para o Conselho de Justiça interpõe-se nos termos previstos no respetivo regimento interno.

Artigo 129.º

Prazo de interposição de recurso

O recurso para o Conselho de Justiça interpõe-se dentro do prazo previsto no respetivo regimento interno.

Artigo 130.º

Tramitação

Em tudo o mais observar-se-á o disposto no regimento interno do Conselho de Justiça ou nos demais regulamentos federativos aplicáveis e, subsidiariamente, o que vai disposto no Código de Procedimento Administrativo quanto aos recursos tutelares.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Disposição transitória 1.^a

Regime transitório de indicação e utilização de estádio

No caso das equipas que ascendam à Liga Portugal 1, estas poderão, transitoriamente, e pelo período máximo de duas épocas desportivas, indicar um estádio que possua a lotação mínima de 2500 lugares sentados como estádio principal onde se realizarão os jogos por si disputados na condição de visitado, devendo indicar um estádio alternativo que possua a lotação mínima de 4000 lugares.

Disposição transitória 2.^a

Formações específicas da Liga Portugal

A disposição aditada como n.º 9 do artigo 75.º-A produz efeitos a 01 de julho de 2024.

ANEXOS

ANEXO I Regulamento do *Fair-play*

ANEXO II Regulamento para a inscrição de jogadores desempregados

ANEXO III Regulamento da Taça da Liga

ANEXO IV Regulamento das Infraestruturas e condições técnicas e de segurança nos estádios

ANEXO V Regulamento de Inscrição e participação de equipas B

ANEXO VI Regulamento de Prevenção da violência

ANEXO VII Manual do Oficial de ligação aos adeptos

ANEXO VIII Maquete referida no n.º 1 do artigo 83.º do Regulamento das Competições

ANEXO IX Maquete referida no n.º 3 do artigo 83.º do Regulamento das Competições

ANEXO X Plano de câmaras mínimo para efeitos de implementação do vídeo-árbitro nas competições profissionais da Liga Portugal

ANEXO XI Regulamento de Equipamentos

ANEXO XII Regulamento do mecanismo de apoio aos clubes despromovidos à Liga Portugal 2

ANEXO XIII Programa de sustentabilidade económica e financeira

ANEXO XIV Sistema multibolas

ANEXO XV Protocolo para substituição adicional e permanente por concussão

ANEXO I

REGULAMENTO DO FAIR-PLAY

Preâmbulo

1. A conduta de acordo com o espírito do *Fair-Play* é essencial para a promoção do sucesso e desenvolvimento do desporto neste caso, o futebol. O objetivo das atividades em favor do *Fair-Play* é favorecer o espírito desportivo. Assim como, o comportamento cavalheiresco dos jogadores, agentes desportivos e espectadores para incremento do prazer de todos eles no jogo. A definição do *Fair-Play* abrange todas as pessoas ligadas ao desporto de forma a:
 - Mostrar conhecimento das Leis do Jogo.
 - Motivar a crença de que o jogo pode ser jogado com prazer e de uma forma positiva.
 - Motivar o comportamento correto dentro e fora do campo em relação ao adversário (tanto pelos jogadores como pelos agentes desportivos) seja qual for o resultado.
2. No esforço de promover o *Fair-Play* a Liga Portugal institui prémios *Fair-Play*, considerando todos os jogos da Liga Portugal 1 e da Liga Portugal 2, baseado nas notações fornecidas pelos delegados da Liga Portugal ao Jogo.
3. Observando o jogo para o qual foi nomeado os delegados da Liga Portugal preenchem o formulário do *Fair-Play* na respetiva plataforma informática. Este preenchimento é feito após consulta ao árbitro relativamente aos cartões amarelos e vermelhos.

Artigo 1.º

Critérios de fair play

A avaliação do fair play obedece ao preenchimento de cinco critérios, que se passam a indicar:

Critérios de fair play Liga Portugal:

- Cartões amarelos e vermelhos; (máximo 10 pontos)
- Respeito em relação ao adversário; (1 a 7)
- Respeito em relação ao árbitro; (1 a 7)
- Comportamento dos agentes desportivos; (1 a 6)
- Comportamento do público; (1 a 10)

Resultado por jogo = soma do valor de cada critério a dividir pelo total (se utilizados os 5 critérios o total é 40).

Resultado no final da época = soma de resultados de *fair play* da equipa a dividir pelo número de jogos realizados.

Artigo 2.º

Cartões Amarelos e Vermelhos

Atribuição de um máximo de 10 pontos.

Deduções:

Cartões amarelos – 1 ponto

Cartões vermelhos – 3 pontos

Se um jogador que tenha sido admoestado com cartão amarelo cometer outra infração para ser expulso com acumulação de cartões amarelos, só deve ser penalizado com o cartão vermelho (ex: o total deduzido será de três pontos).

Contudo se um jogador que tenha sido admoestado com o cartão amarelo, cometer uma infração que seja punida com o cartão vermelho direto, a dedução será de $1+3 = 4$ pontos.

A soma da pontuação resultante dos cartões amarelos e vermelhos é a única que pode atingir valores negativos.

Artigo 3.º

Respeito em relação ao adversário

Máxima – 7 pontos

Mínima – 1 ponto

As seguintes atitudes positivas são tomadas em consideração:

- a) esforço para ganhar tempo (ex. pegar na bola para voltar rápido ao jogo, mesmo quando está em vantagem);
- b) ajudar o adversário a levantar-se;
- c) ajudar um adversário lesionado;
- d) apertar a mão aos adversários no final do jogo;
- e) dar os parabéns ao adversário;
- f) deixar balneário arrumado;
- g) gestos extraordinários de *fair play* (ex. informar o árbitro que deve dar o canto ou lançamento à outra equipa).

As seguintes atitudes negativas são tomadas em consideração:

- a) perda de tempo;
- b) táticas baseadas num jogo faltoso;
- c) simulações de faltas e de lesões;
- d) insultar o adversário;
- e) provocar confrontos das massas;
- f) faltas duras contra adversários;
- g) cuspir no adversário;
- h) agressão física contra o adversário;
- i) racismo e outras formas de discriminação.

Artigo 4.º

Respeito pela equipa de arbitragem

Máxima – 7 pontos

Mínima – 1 ponto

As seguintes atitudes positivas são tomadas em consideração:

- a) aceitar as decisões do árbitro sem discussão;
- b) apertar a mão à equipa de arbitragem no final do jogo;
- c) respeitar a distância imposta nas bolas paradas;
- d) respeitar os tempos (ex. *countdown* para o início do jogo).

As seguintes atitudes negativas são tomadas em consideração:

- a) discutir com algum membro da equipa de arbitragem;
- b) aplaudir ironicamente um membro da equipa de arbitragem;
- c) rodear um membro da equipa de arbitragem;
- d) linguagem abusiva ou gestos ofensivos contra membros da equipa de arbitragem;
- e) contacto físico abusivo contra um membro da equipa de arbitragem.

Artigo 5.^a

Comportamento dos agentes desportivos

Máxima – 6 pontos

Mínima – 1 ponto

As seguintes atitudes positivas são tomadas em consideração:

- a) aceitar as decisões do árbitro sem discussão;
- b) apertar a mão aos elementos do staff do adversário;
- c) não ter mais que um elemento do staff técnico na área técnica durante o jogo.

As seguintes atitudes negativas são tomadas em consideração:

- a) discutir com um membro da equipa de arbitragem;
- b) recusar apertar a mão a outros elementos do staff técnico adversário;
- c) expulsão de elemento do staff técnico;
- d) abuso verbal para jogadores e staff técnico adversário e equipa de arbitragem;
- e) abuso físico para jogadores e staff técnico adversário e equipa de arbitragem;
- f) treinador não cumprir as suas obrigações nos media.

Artigo 6.^o

Comportamento do Público

Máxima – 10 pontos

Deduzir no máximo de 5 pontos pelas atitudes violentas do público aos 5 pontos somados por cada um dos seguintes motivos:

- a) Incitamento verbais efetuados de forma correta
- b) Reconhecer e aceitar o melhor jogo praticado pela equipa adversária
- c) Deduzir um máximo de 5 pontos pelas seguintes ações:
- d) Incitamento utilizando persistentemente linguagem imprópria
- e) Insultos contínuos decorrentes das decisões dos árbitros
- f) Conduta ameaçadora e/ou agressiva para com os adeptos adversários.

As seguintes atitudes positivas devem ser tomadas em consideração:

- a) aplaudir o adversário;
- b) coreografias de adeptos;
- c) canções de apoio, apesar de resultado desapontante;
- d) ovação de pé para o adversário (ex. quando substituído);

As seguintes atitudes negativas devem ser tomadas em consideração:

- a) um ou mais espetadores a correr dentro do campo;
- b) cânticos insultuosos;

- c) usar e lançar pirotecnia;
- d) usar lasers apontadores;
- e) violência dentro ou nas imediações do estádio (ex. contra adeptos adversários, polícia ou *stewards*);
- f) racismo e discriminação.

Artigo 7.º

Critério de apuramento do *ranking*

É estabelecido um *ranking de fair play* de todas as equipas de cada um dos campeonatos.

Resultado no final da época = soma de resultados de *fair play* da equipa a dividir pelo número de jornadas.

Se duas ou mais equipas ficarem com a mesma classificação no topo, a equipa com um *ranking* superior na época anterior de pontuação geral de *fair play* ganha o prémio na categoria correspondente.

Artigo 8.º

Prémios

Existem dois prémios: um para a equipa com melhor resultado na classificação do *fair play* na Liga Portugal 1 e na Liga Portugal 2 e outro individual para o jogador com mais *fair play* em cada um dos campeonatos. O prémio é um troféu para os vencedores.

A pontuação de *fair play* de cada equipa será publicitada no site da Liga Portugal e nos seus canais de comunicação logo após a realização do jogo.

ANEXO II

REGULAMENTO PARA A INSCRIÇÃO DE JOGADORES DESEMPREGADOS

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece os termos e condições de inscrição de jogadores desempregados ao abrigo da exceção previsto no n.º 1, do artigo 6.º do Regulamento da FIFA relativo ao Estatuto e Transferência de Jogadores, fora do prazo previsto no Regulamento das Competições organizadas pela Liga Portugal (atual n.º 1, do artigo 76.º).

Artigo 2.º

Jogador desempregado

1. Considera-se desempregado para os efeitos deste regulamento, o jogador cujo contrato tenha cessado por:
 - a) caducidade até ao termo da época anterior à da inscrição, tendo nela tido atividade como jogador profissional;
 - b) resolução por si promovida, com justa causa reconhecida até ao termo do período anterior do prazo de inscrições;
 - c) revogação que tenha ocorrido até ao termo do primeiro período do prazo de inscrições da época.
2. A prova da situação de desemprego enquadrável nas alíneas do número anterior cabe ao clube que pretenda promover a inscrição do jogador.

Artigo 3.º

Requisitos e condições de inscrição de jogador desempregado

1. O registo do contrato de trabalho desportivo nos termos do presente regulamento obedece a todos os requisitos e condições definidos no Regulamento das Competições, à exceção dos referentes ao período de inscrições.
2. O prazo de inscrição de jogadores desempregados termina, em cada época desportiva, no último dia do mês de fevereiro ou no dia útil seguinte quando caia em dia feriado ou de fim de semana.
3. A inscrição de jogadores nos termos do presente regulamento depende da demonstração da inexistência, à véspera da data da inscrição, de dívidas correspondentes a retribuições-base e compensações mensais a jogadores com contrato de trabalho ou formação registado na Liga Portugal a si vinculados, feita nos termos dos n.ºs 2 e seguintes do artigo 78.º-A do Regulamento das Competições.
4. Demonstração da regularidade da situação tributária e contributiva, nos termos da al. j), do n.º 6, do artigo 75.º do Regulamento das Competições, emitida após o último dia do mês anterior ao da inscrição.

ANEXO III

REGULAMENTO DA TAÇA DA LIGA

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento disciplina a competição Taça da Liga, estabelecendo os direitos, obrigações e responsabilidades de todas as partes envolvidas na respetiva preparação, organização, participação e realização.

Artigo 2.º

Disposição preliminar

É correspondentemente aplicável ao presente regulamento o disposto no artigo 2.º do Regulamento das Competições organizadas pela Liga Portugal.

Artigo 3.º

Organização

1. A Liga Portugal organiza anualmente a Taça da Liga que é disputada exclusiva e obrigatoriamente pelos clubes para ela qualificados, com exceção das equipas B.
2. É aplicável à Taça da Liga o disposto no artigo 7.º do Regulamento das Competições.

Artigo 4.º

Troféus e prémios

1. A Liga Portugal atribui ao clube vencedor da Taça da Liga um troféu, com a denominação oficial da competição.
2. A Liga Portugal atribui prémios monetários a todos os clubes das competições profissionais, independentemente da respetiva participação na Taça da Liga.
3. A falta de comparência injustificada de um clube qualificado para a Taça da Liga a um jogo da competição, determina a perda automática de todos os prémios monetários, recebidos ou a receber, sem prejuízo das consequências disciplinares que no caso caibam.
4. O valor global dos prémios monetários atribuído aos clubes corresponde a 75% do valor dos patrocínios obtidos no âmbito da exploração comercial e publicitária e dos direitos de transmissão televisiva dos jogos da competição.
5. O valor global dos prémios, calculado nos termos do número anterior, é distribuído nos termos do n.º 2 e de acordo com a progressão nas fases da competição, nos termos definidos pela Liga Portugal.
6. Os valores parcelares calculados nos termos do número anterior são distribuídos por igual entre os clubes que integram cada uma das categorias.
7. A Liga Portugal entregará 30 medalhas de participação a cada um dos clubes finalistas.
8. Para além dos anteriores, a Liga Portugal pode contratar um patrocinador que atribua um prémio aos participantes na Final Four, em função do mérito desportivo.

Artigo 5.º

Calendário

1. Todos os jogos são disputados durante a época desportiva, conforme estabelecido no Regulamento das Competições e de acordo com o previsto no calendário aprovado anualmente.
2. O calendário de jogos é aprovado conforme o prescrito no Regulamento das Competições (atual n.º 1 do artigo 42.º), sendo anunciado e distribuído até ao dia 15 de junho de cada ano.

Artigo 6.º

Formato da competição e clubes classificados

1. A Taça da Liga é disputada por oito clubes, em quartos de final, meias-finais e final.
2. Qualificam-se para participar na Taça da Liga de uma época desportiva os clubes classificados nos primeiros seis lugares da classificação final da Liga Portugal 1 e nos primeiros dois lugares da classificação final da Liga Portugal 2, da época desportiva anterior.

Artigo 7.º

Primeira fase

[REVOGADO]

Artigo 8.º

Segunda fase

[REVOGADO]

Artigo 9.º

Quartos de final

Os quartos de final são disputados pelas equipas participantes na competição nos termos do n.º 2 do artigo 6.º, a uma mão, de acordo com o seguinte quadro:

JOGO	VISITADO	VISITANTE
1	1.º class. Liga Portugal 1	2.º class. Liga Portugal 2
2	2.º class. Liga Portugal 1	1.º class. Liga Portugal 2
3	3.º class. Liga Portugal 1	6.º class. Liga Portugal 1
4	4.º class. Liga Portugal 1	5.º class. Liga Portugal 1

Artigo 10.º

Final Four

1. As meias-finais são disputadas a uma mão entre os quatro clubes apurados na fase anterior.
2. A meia-final 1 é disputada entre o vencedor do jogo 1 e o vencedor do jogo 3, jogando o primeiro na qualidade de visitado.

3. A meia-final 2 é disputada entre o vencedor do jogo 2 e o vencedor do jogo 4, jogando o primeiro na qualidade de visitado.
4. A final é disputada a uma mão, entre os vencedores de cada uma das meias-finais, sendo que o vencedor da meia-final 1 jogará na qualidade de visitado e o vencedor da meia-final 2 jogará na qualidade de visitante.
5. Os jogos da Final Four são disputados em estádio neutro ou neutralizado, a designar em cada época pela Liga Portugal.
6. Caso os jogos da Final Four sejam disputados em estádio neutralizado indicado por uma sociedade desportiva em prova como o utilizado por si nas competições profissionais, este jogará na qualidade de visitado.

Artigo 11.º

Regras do jogo

1. Os jogos da Taça da Liga são disputados em conformidade com as Leis do Jogo aprovadas pelo *International Football Association Board* (IFAB) e divulgadas pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA).
2. Em caso de se verificar um empate no final do tempo regulamentar, procede-se ao desempate através do sistema de pontapés da marca de grande penalidade, nos termos previstos nas Leis do Jogo.

Artigo 12.º

Substituições

[REVOGADO]

Artigo 13.º

Horário de realização dos jogos

Os dias e horários dos jogos da Taça da Liga são designados pela Liga Portugal, antes do respetivo início.

Artigo 14.º

Participação dos jogadores na competição

1. Podem participar na Taça da Liga os jogadores que cumpram o disposto no Regulamento das Competições (atual artigo 74.º).
2. Aquando da reunião de preparação do jogo, o delegado de cada um dos clubes intervenientes entrega ao árbitro e aos representantes do clube adversário a ficha técnica da sua equipa, de que constam obrigatoriamente o nome completo, o número de camisola e a licença de todos os jogadores, incluindo os suplentes.

Artigo 15.º

Obrigatoriedade de participação de jogadores

[REVOGADO]

Artigo 16.º

Equipamentos dos jogadores

1. Os clubes participantes devem utilizar os equipamentos aprovados para a época desportiva em curso, de acordo com o previsto no Regulamento das Competições.
2. Nos jogos da Competição, as camisolas dos jogadores poderão ter publicidade, de acordo com os requisitos regulamentares.
3. A Liga Portugal aprova para a competição um modelo tipo de colete com a inclusão dos patrocinadores oficiais, parceiros comerciais e fornecedores da competição, que devem ser distribuídos pelos clubes participantes um mês antes do início da Competição.
4. Os jogadores devem usar os coletes fornecidos pela Liga Portugal nos períodos de aquecimento e enquanto permanecerem no banco de suplentes no decurso do jogo.

Artigo 17.º

Bola do jogo

A bola oficial da Taça da Liga corresponde ao modelo de bola oficial aprovado pela Liga Portugal em conformidade com as Leis do Jogo.

Artigo 18.º

Regras disciplinares

1. O Regulamento Disciplinar das competições organizadas pela Liga Portugal é aplicável às infrações disciplinares cometidas pelos clubes, dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos no âmbito da Taça da Liga.
2. Consideram-se infrações disciplinares as previstas no Regulamento Disciplinar.
3. As sanções disciplinares aplicadas por referência a infrações cometidas no âmbito da Liga Portugal 1, Liga Portugal 2 ou ainda em todas as outras competições em que o clube participe produzem efeitos, quando suscetíveis de aplicação, na Taça da Liga.
4. As sanções disciplinares aplicadas no âmbito da Taça da Liga produzem efeitos, quando suscetíveis de aplicação, na Liga Portugal 1, na Liga Portugal 2 e ainda em todas as outras competições em que o clube participe.
5. Excetua-se do disposto nos anteriores n.ºs 3 e 4 o sancionamento resultante da exibição de cartões amarelos aos jogadores em que é aplicado o seguinte regime:
 - a) os cartões amarelos exibidos em cada jogo da Taça da Liga só produzem efeitos no âmbito desta Competição;
 - b) os cartões amarelos exibidos nas outras competições em que os clubes participem não produzem efeitos na Taça da Liga;
 - c) o regime excecional estabelecido nas alíneas anteriores não abrange a acumulação de cartões amarelos prevista no n.º 5 do artigo 164.º do Regulamento Disciplinar;

- d) ao sancionamento dos cartões amarelos exibidos nos jogos da Taça da Liga aplica-se o regime previsto no artigo 164.º do Regulamento Disciplinar, com exceção da sanção de suspensão a que alude o mesmo preceito regulamentar para os casos de acumulação.

Artigo 19.º

Árbitros e delegados do jogo

1. A nomeação da equipa de arbitragem para os jogos da Taça da Liga é da competência da Secção da Área Profissional do Conselho de Arbitragem da FPF, nos termos estatutários e regulamentares.
2. Os critérios de nomeação, bem como as demais questões relacionadas com a equipa de arbitragem, regem-se pelas normas previstas no Regulamento de Arbitragem das competições organizadas pela Liga Portugal, com as devidas adaptações.
3. Nos jogos da Taça da Liga os árbitros nomeados utilizarão um novo sistema de comunicação composto por microfones e auriculares.
4. A designação dos delegados da Liga Portugal, bem como a atribuição das respetivas funções e competências, são definidas pela Liga Portugal.

Artigo 20.º

Emissão de bilhetes

1. Os bilhetes de ingresso nos jogos dos quartos de final são emitidos pelo clube visitado, na qualidade de promotor do jogo, sendo obrigatória a utilização do modelo, frente e verso, aprovado pela Liga Portugal para a Taça da Liga.
2. O preço dos bilhetes para os quartos de final é fixado pela Liga Portugal no início de cada época desportiva, divulgando-se atempadamente, através dos canais de comunicação habituais (comunicados, ofícios circulares, internet, etc.), uma lista com os respetivos preços e condições de aquisição dos bilhetes.
3. Os bilhetes para os jogos dos quartos de final não vendidos deverão ser devolvidos ao clube visitado, até 24 horas antes do início do jogo.
4. Os titulares de Cartão Jovem e de Cartão de Terceira Idade beneficiam de descontos e vantagens no preço e aquisição dos bilhetes para os quartos de final, de acordo com o fixado na lista divulgada pela Liga Portugal referida no n.º 2, sem prejuízo de outros protocolos ou parcerias que a Liga Portugal venha a celebrar neste âmbito.
5. Nos jogos dos quartos de final, o clube visitante tem direito a exigir bilhetes nos termos regulamentados no Regulamento das Competições.
6. Nos jogos da Final Four, cada clube tem direito a 50% dos bilhetes vendáveis pela Liga, depois de deduzidos os convites e lugares destinados aos parceiros e patrocinadores da Taça da Liga.

Artigo 21.º

Sistema de credenciação

1. Compete à Liga Portugal efetuar a credenciação dos agentes desportivos para acesso à zona técnica.

2. Para esse efeito, os clubes participantes na Taça da Liga terão de remeter à Liga Portugal os respetivos pedidos de credenciação até ao 6.º dia útil anterior ao jogo em que intervenham.
3. A Liga Portugal remeterá ao clube a respetiva acreditação com a indicação da/s área/s de acesso dos agentes.
4. Os representantes de órgãos de comunicação social, desde que em exercício de funções, têm livre acesso às instalações, nos termos previstos na regulamentação da Liga Portugal e na lei, sem prejuízo dos condicionamentos e limites a este direito, designadamente para proteção do direito ao espetáculo, ou de outros direitos e interesses legítimos dos promotores ou organizadores dos jogos.

Artigo 22.º

Disposições financeiras

1. A organização financeira da Taça da Liga é da exclusiva competência da Liga Portugal.
2. A receita de bilheteira obtida em cada jogo dos quartos de final destina-se, exclusivamente, ao clube visitado.
3. A afetação da receita de bilheteira dos jogos da Final Four é deliberada, em cada época desportiva, pela Liga Portugal.
4. O mapa financeiro dos jogos dos quartos de final deve ser enviado à Liga Portugal num prazo máximo de 30 dias.

Artigo 23.º

Direitos de transmissão dos jogos

1. Os direitos de radiodifusão dos jogos e outros eventos da Taça da Liga, incluindo as transmissões televisivas em canais nacionais ou com origem nestes para difusão internacional, em regime de canal aberto ou fechado, por rádio e por qualquer meio eletrónico, são da exclusiva titularidade dos clubes participantes na Taça da Liga.
2. A exploração dos direitos descritos no número anterior deve obedecer todas as regras de distribuição de receitas e prémios previstos no presente regulamento e, ainda a todos os compromissos contratualizados pela Liga Portugal no âmbito da exploração comercial e publicitária da Taça da Liga.
3. Os direitos descritos no n.º 1 são comercializados, em nome e representação dos clubes, pela Liga Portugal, com a faculdade de os ceder a terceiros.

Artigo 24.º

Conferência de imprensa

1. No final de cada jogo dos quartos de final, os clubes são obrigados a fazer-se representar pelos respetivos treinadores e por pelo menos um dos jogadores protagonistas do jogo, perante o operador televisivo que detenha a titularidade dos direitos de transmissão em exclusivo, para realização da *flash interview*, nos termos e condições descritos no Regulamento de Competições (atual artigo 91.º).

2. Para além da entrevista realizada nos termos do previsto no número anterior, poderá ainda ser realizada outra entrevista, designada de *superflash*, com os protagonistas do jogo na zona de relvado.
3. Os jogadores protagonistas do jogo são designados pelo operador televisivo detentor dos direitos de transmissão, cuja convocação será feita, no decurso da segunda parte do jogo, pelo delegado da Liga Portugal ao diretor de imprensa; o qual providenciará pela imediata condução aos locais da realização das ações mencionadas nos números anteriores, após o termo do jogo.
4. O clube visitado compromete-se a criar todas as condições necessárias para a realização da conferência de imprensa, disponibilizando um local especialmente preparado para o efeito.
5. Para além das referidas entrevistas é permitido recolher declarações dos intervenientes no jogo na designada zona mista desde que cumpridos os requisitos regulamentares.
6. Nos jogos da Final Four há ainda lugar a uma conferência de imprensa de antevisão do jogo, na qual os treinadores principais de cada equipa estão obrigados a participar.
7. Todas as entrevistas e conferências de imprensa realizadas no âmbito dos jogos da Final Four têm lugar no estádio designado pela Liga Portugal nos termos do n.º 5 do artigo 10.º.

Artigo 25.º

Ecrãs de vídeo no interior dos estádios

1. As transmissões de imagens e/ou sons nos ecrãs no interior dos estádios ficam sujeitas à prévia autorização da Liga Portugal e ao disposto no Regulamento das Competições (atual artigo 96.º).
2. O clube visitado deve transmitir nos ecrãs gigantes, antes do início, durante o intervalo e no final de cada um dos jogos, o anúncio comercial referente à Competição, que será distribuído pela Liga Portugal antes do início da mesma.
3. Os ecrãs só podem ser colocados em posições dentro do estádio que não interfiram com o desenrolar do jogo, nem provoquem qualquer distração ou interferência nos jogadores e/ou oficiais do jogo.
4. Se assim o entender, o delegado da Liga Portugal pode solicitar ao clube visitado a entrega em suporte de vídeo de toda a produção de imagem dos ecrãs.

Artigo 26.º

Direitos comerciais e publicitários

1. A Liga Portugal detém, em exclusivo, os direitos publicitários e comerciais da competição, competindo-lhe negociar e administrar tais direitos por conta e no interesse de todos os clubes participantes.
2. A Liga Portugal detém em regime de exclusividade o direito de receber, reter e distribuir todas as receitas provenientes da exploração dos direitos comerciais e publicitários.
3. Todos os contratos ou acordos comerciais relativos à exploração comercial da Taça da Liga têm de ser escrupulosamente respeitados pelos clubes.
4. Os clubes devem encetar todos os esforços no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas neste âmbito pela Liga Portugal perante terceiros, devendo particularmente, disponibilizar aos terceiros contratantes dos direitos comerciais e/ou

- publicitários as suas instalações, assim como, garantir no campo de jogo todas as condições necessárias ao cumprimento dessas mesmas obrigações.
5. Para esse efeito, será emitida uma circular em cada época com todas as condições impostas nos termos dos contratos ou acordos comerciais celebrados.
 6. Sem prejuízo do exposto supra, os clubes obrigam-se, sempre que solicitados pelos patrocinadores e/ou parceiros comerciais da Taça da Liga, a:
 - a) disponibilizar placards publicitários no recinto do jogo nas devidas posições;
 - b) divulgar os patrocinadores no dia do jogo;
 - c) providenciar a hospitalidade necessária aos patrocinadores ou parceiros comerciais.
 7. Os clubes são sempre obrigados a publicitar os patrocinadores e parceiros da Competição, no mínimo, nos seguintes suportes:
 - a) coletes de aquecimento;
 - b) painel da *superflash* e *flash interview*;
 - c) zona mista;
 - d) ecrãs de vídeo;
 - e) faixas no relvado antes e no intervalo do jogo;
 - f) primeira e segunda linhas de publicidade no relvado, incluindo a linha final junto às balizas;
 - g) placas de substituições;
 - h) suportes dos apanha-bolas;
 - i) painéis das conferências de imprensa dos jogos.
 8. Os clubes podem celebrar contratos ou acordos comerciais para os jogos dos quartos de final desde que se certifiquem que os mesmos não são incompatíveis com os contratos ou acordos celebrados pela Liga Portugal.
 9. A Liga Portugal é detentora em exclusivo de todos os direitos relativos a nomes, logótipos, marcas, medalhas e troféus da Taça da Liga, assim como todos os direitos comerciais e de autor, atuais e futuros, a ela referentes.
 10. A Liga Portugal pode criar, em parceria ou por si, peças de vestuário e adereços que façam menção às designações e logótipos do conjunto dos quatro finalistas da Taça da Liga, destinados a ser comercializados por ocasião da Final Four.
 11. Nos jogos da Final Four apenas a Liga Portugal pode negociar ativações comerciais.

Artigo 27.º

Casos omissos

Todas as situações não previstas no presente regulamento regem-se pelo disposto nos regulamentos aplicáveis às competições organizadas pela Liga Portugal em vigor em cada época desportiva, salvo nos casos em que essa aplicação supletiva se mostre incompatível com as especificidades da Taça da Liga.

Artigo 28.º

Regime transitório de organização da Taça da Liga na época desportiva 2023-24

Na época desportiva 2023-24, a Taça da Liga é organizada nos termos do regulamento que vigorou na época desportiva 2022-23, à exceção do artigo 28.º

ANEXO IV**REGULAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E CONDIÇÕES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS****Preâmbulo**

No sentido de harmonizar e unificar as estruturas subjacentes ao futebol profissional, a Liga Portugal através do presente regulamento, estabelece os requisitos a que devem obedecer todos os estádios onde se realizem os jogos das competições sob a sua égide.

A realização dos jogos das competições profissionais em espaços de qualidade, com fáceis acessibilidades, e com mecanismos devidamente implementados que assegurem a segurança e comodidade de todos aqueles que participam e assistem aos jogos, constitui uma das finalidades principais da Liga Portugal.

As disposições do presente regulamento não dispensam, nem afastam a aplicação direta do cumprimento de todas as outras normas legais e regulamentares gerais aplicáveis aos espaços desportivos e aos recintos de espetáculos públicos.

Para além do cumprimento de todos os requisitos constantes do presente regulamento, e sem prejuízo das aludidas disposições legais e regulamentares aplicáveis, caberá também aos clubes juntamente com todas as pessoas ou entidades responsáveis pela gestão dos respetivos estádios, a organização e a implementação das medidas necessárias para que antes, durante e após a realização dos jogos sejam prevenidas e evitadas quaisquer manifestações de violência e quaisquer situações de risco potencial para a segurança das pessoas nos estádios.

Com o propósito de verificação do cumprimento e fiscalização de todos os requisitos mínimos estipulados, a Liga Portugal nomeia uma Comissão Técnica de Vistorias, constituída por peritos, a quem incumbe vistoriar e aferir da conformidade de cada um dos estádios indicados pelos clubes com vista à sua aprovação.

As condições estipuladas assumem, pois, especial relevância no atual quadro de exigência do futebol profissional, visando, além do mais, incentivar o investimento ao nível da qualidade e excelência das infraestruturas e equipamentos dos estádios para a realização dos jogos das competições profissionais.

OBJETIVOS:

Estabelecer, explicitar e divulgar os requisitos relativos às infraestruturas e condições técnicas e de segurança nos estádios onde se disputem os jogos das competições profissionais de futebol organizadas pela Liga Portugal.

Os requisitos estabelecidos no presente regulamento visam fundamentalmente:

- A melhoria contínua das infraestruturas e condições técnicas e de segurança nos estádios;
- Incentivar os clubes a investir nos seus estádios;
- Garantir que os espectadores sejam acolhidos em espaços de qualidade: cómodos, seguros, confortáveis e funcionais;
- Proporcionar aos jogadores e respetivas equipas técnicas instalações adequadas às respetivas necessidades físicas e técnicas;

- Garantir que os representantes dos meios de comunicação social possam desenvolver o seu trabalho de forma adequada;
- Diminuir eventuais assimetrias entre os estádios.

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente regulamento regula o procedimento de autorização de utilização dos estádios nas competições organizadas pela Liga Portugal e estabelece os requisitos infraestruturais, técnicos e de segurança a que estes estão sujeitos.
2. O cumprimento dos requisitos referidos no número anterior não exclui, nem limita, as obrigações previstas em normas legais e regulamentares aplicáveis aos espaços desportivos, aos recintos de espetáculos públicos e à segurança pública e nos recintos desportivos.

Artigo 2.º

Disposição preliminar

1. O presente anexo faz parte integrante do Regulamento das Competições organizadas pela Liga Portugal.
2. É correspondentemente aplicável ao presente regulamento o disposto nos artigos 2.º e 3.º do Regulamento das Competições.
3. Aos casos omissos aplica-se o disposto no Regulamento das Competições.

Artigo 3.º

Prazos e notificações

1. O procedimento de autorização de utilização dos estádios nas competições organizadas pela Liga Portugal (adiante abreviadamente designado por procedimento) é gerido pelo coordenador do procedimento nomeado pela Liga Portugal para o efeito (adiante abreviadamente designado por coordenador).
2. O prazo geral para a prática de atos relativos ao procedimento é de três dias úteis e termina às 24h00 do último dia do prazo.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o coordenador pode casuisticamente fixar prazos diferentes do prazo geral, desde que notificado ao candidato por escrito.
4. As notificações no âmbito do procedimento são efetuadas por qualquer meio expedito, preferencialmente nos termos do artigo 12.º do Regulamento das Competições.
5. O procedimento regulado no presente artigo poderá ser realizado através de plataforma digital disponibilizada pela Liga Portugal.

Artigo 4.º

Definição do candidato à licença

O requerente da autorização de utilização do estádio (adiante abreviadamente designado por Requerente) é sempre a entidade legal diretamente responsável por uma equipa de futebol que participa em competições oficiais nacionais.

Artigo 5.º

Procedimento

1. A Liga Portugal estabelece o cronograma do procedimento para cada época desportiva, que divulga por comunicado oficial, e leva a cabo as vistorias que se demonstrem necessárias no decurso do procedimento, bem como as que sejam requeridas pelo candidato.
2. A instrução do procedimento decorre exclusivamente por meios eletrónicos.

Artigo 6.º

Reclamação

1. As decisões intercalares proferidas durante o procedimento, que não sejam de mero expediente, podem ser reclamadas perante o respetivo autor, no prazo de três dias úteis contados da respetiva notificação.
2. A reclamação está sujeita a forma escrita e contém os fundamentos de facto e de direito que a sustentam, bem como quaisquer documentos relevantes para a apreciação da reclamação.
3. O autor do ato reclamado decide a reclamação no prazo de cinco dias contados da respetiva entrada na Liga Portugal.
4. Da decisão sobre a reclamação não cabe recurso.

Artigo 7.º

Obrigações do Requerente

1. Constitui obrigação especial do Requerente prestar toda a colaboração com a Liga Portugal e o Coordenador no âmbito do procedimento.
2. Em particular, o Requerente está obrigado a fornecer ao Coordenador:
 - a) todas as informações necessárias e/ou documentos pertinentes que comprovem o cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares em matéria de licenciamento; e
 - b) qualquer outro documento pertinente para a tomada de decisão pela Liga Portugal, que lhe seja solicitado.

Artigo 8.º

Estádio

1. No âmbito do procedimento e no prazo definido no Manual de Licenciamento, o Requerente deve indicar dois estádios localizados em território nacional.
2. O Requerente instrui a sua candidatura com:
 - a) o instrumento legal que lhe confira o direito de utilizar o estádio para efeitos de organização dos jogos das competições profissionais pelo prazo da época desportiva a que se reporta a autorização, caso não seja o respetivo proprietário;
 - b) a licença de utilização emitida pela Autoridade Municipal ao abrigo da legislação em vigor;
 - c) o regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público devidamente atualizado e aprovado pelas autoridades competentes e registado junto da APCVD, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 9.º

Autorização

1. Apenas os estádios cuja utilização seja autorizada pela Liga Portugal nos termos do presente regulamento são suscetíveis de ser indicados pelos clubes como os estádios em que se realizarão os jogos por si disputados na condição de visitados, nos termos do Regulamento das Competições (atual artigo 29.º).
2. As autorizações são válidas para a época desportiva a que se reportam, caducando no último dia da época desportiva, sem necessidade de qualquer formalidade.
3. A autorização não pode ser transmitida a outro estádio nem a pessoa jurídica diversa do Requerente.
4. A autorização cessa, por decisão da Liga Portugal e sem dar lugar a qualquer compensação, no caso de:
 - a) qualquer das condições para a emissão da licença deixar de ser cumprida;
 - b) o Requerente não cumprir qualquer uma das suas obrigações constantes do regulamento relativo ao licenciamento de clubes.

Artigo 10.º

Requisitos e categorização dos estádios

1. Os requisitos que os estádios devem cumprir para a respetiva utilização ser autorizada constam da tabela de referências que segue e encontram-se classificados em três níveis de exigência, designadamente:
 - a) referências de nível 1, cujo incumprimento determina a recusa de autorização;
 - b) referências de nível 2, cujo incumprimento determina a notificação do Requerente para, no prazo de 60 dias, suprir a falta;
 - c) referências de nível 3, cujo incumprimento é apreciado casuisticamente pela Liga Portugal, tendo em conta as características do estádio.
2. Os estádios cuja utilização seja autorizada pela Liga Portugal são categorizados, no termo do procedimento, num de três níveis, por referência ao auto de categorização, que integra o auto de vistoria.
 - a) estádio de categoria 1;
 - b) estádio de categoria 2;
 - c) estádio de categoria 3.

Ref. ^a	Requisitos	Liga Portugal 1	Liga Portugal 2	Nível do requisito
E1	DESIGNAÇÃO DO ESTÁDIO	O clube deve indicar o Estádio, sobre o qual detenha título legítimo de utilização, em que se realizarão os jogos por si disputados nas competições profissionais, remetendo à Liga Portugal os seguintes elementos: • A sua localização; • As medidas do terreno de jogo; • Planta geral das bancadas na escala de 1/200, com especificação dos respetivos setores, lotação e acessos, e, ainda, com a indicação clara das áreas destinadas aos sócios, grupos organizados de adeptos dos clubes visitados e dos clubes visitantes, público, entidades, zona de tribunas, camarotes. No caso de o clube, nos termos regulamentares, ter de disputar algum jogo enquanto visitado em Estádio distinto daquele que indicou, deve apresentar o respetivo documento comprovativo da cedência para utilização do respetivo Estádio, o qual deve também satisfazer as exigências mínimas estipuladas no presente regulamento.		1
E2	CERTIFICAÇÃO DO ESTÁDIO	O clube deve possuir as licenças determinadas pela legislação nacional em vigor relativamente ao Estádio indicado, designadamente: • Licença de utilização ou licença de funcionamento emitida pela entidade legalmente competente para o efeito (e.g. IPDJ, Município, Direção Regional). • Comprovativo da aprovação das medidas de autoproteção pela ANPC ou, pelo menos, comprovativo da entrada do correspondente processo na ANPC. • Comprovativo de realização das inspeções previstas no Regulamento de Estruturas e Betão armado e pré-esforçado (artigo 176.º do decreto-lei n.º 349.º-C/83).		1
E3	SEGURO	O clube deve fazer prova da titularidade de um contrato de seguro de responsabilidade civil, com as seguintes coberturas: • Danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros exclusivamente decorrentes de lesões corporais e/ou danos materiais até €1.000.000 (um milhão de euros) limitado até €25.000 (vinte e cinco mil euros) por lesado, por sinistro e por anuidade, com uma franquia máxima, nos danos materiais, de €250 (duzentos e cinquenta euros) por sinistro.		1
E4	RETÂNGULO DE JOGO	O retângulo de jogo deve obedecer às seguintes condições: • Ser obrigatoriamente relvado natural ou relvado reforçado (uma combinação de materiais artificiais e naturais para se criar um terreno de jogo, que requer luz solar, água, circulação do ar e que se corte a relva, consubstanciando um terreno de jogo de tecnologia híbrida que permita ajudar a segurar o piso, tornando-o mais estável, bem como garantir ou aumentar a velocidade do jogo face a um relvado natural), apresentar uma superfície uniformemente plana, com a relva cortada, com corte de 22mm a 25mm, em listas paralelas à linha de meio campo e com as marcações devidamente visíveis conforme imposto pelas Leis do Jogo; • O relvado deve ser avaliado pela Liga Portugal no final de cada época desportiva, antes do início de cada época desportiva e nos meses de novembro, janeiro e março, ficando os clubes obrigados a proceder aos melhoramentos aconselhados pela Liga Portugal. • Possuir resguardo que limite os locais destinados ao público e túnel de acesso aos vestiários de acordo com a legislação em vigor; • Ter o comprimento de 105m e a largura de 68m, não podendo, em caso algum, ser respetivamente inferiores a 100m e 64m;		1

REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES

ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

		• As linhas laterais e as linhas de baliza devem distar no mínimo das vedações/separações com a área destinada ao público, respetivamente, 2m e 3m; • Colocação em cada canto, na vertical, de uma bandeira, cuja haste flexível não pode ser pontiaguda e deve ter, pelo menos, 1,50m de altura; • Ter disponíveis dois jogos de placas numeradas de 1 a 99, cujos números devem ter no mínimo a altura de 25cm, sendo uma de cor verde para o jogador que entra e vermelha para o jogador que sai. Preferencialmente um dos jogos de placas deve ser eletrónico. A partir de 1m contado das linhas exteriores do retângulo de jogo, pode ser colocado piso sintético, desde que respeitado o disposto nas Leis do Jogo aprovadas pelo <i>International Football Association Board</i> (IFAB) e demais diretivas vinculativas provenientes desta instituição ou da <i>Fédération Internationale de Football Association</i> (FIFA). (Nos casos omissos aplicam-se as Leis do Jogo em vigor)	
E5	SEPARAÇÃO ENTRE O TERRENO DE JOGO E A ÁREA DESTINADA AO PÚBLICO	Os Estádios devem possuir separação entre o terreno de jogo e a área destinada ao público, cumprindo em alternativa com uma das seguintes condições: • Uma vala que circunde o mesmo, com largura e altura mínimas, respetivamente, de 2m e 2,5m, esta entre o bordo superior da grade de segurança do lado do terreno de jogo e o fundo da mesma, devendo estar situada, no mínimo, a 3m das linhas laterais e a 4m das linhas de baliza. Neste caso deve conter passadiços, colocados durante os jogos, de forma a permitir a evacuação dos espectadores em caso de emergência. • Resguardo em guarda metálica, muro de alvenaria ou de betão armado ou vidro anti-estilhaçável, com a altura mínima de cerca de 1m (0,90cm a 1,10m), que deverá estar distanciado, no mínimo, a 2m das linhas laterais e a 3m das linhas de baliza; • Vedação em estrutura e rede metálica ou vidro anti-estilhaçável de acordo com a Lei, que deverá distar, no mínimo, 2m das linhas laterais e 3m das linhas de baliza.	1
		• Bancos afastados 1m do público ou, quando essa distância não for possível, resguardo de proteção do público para os bancos. • Os bancos devem ser cobertos.	2
		Os dispositivos de separação devem dispor de vãos de passagem para o terreno desportivo, utilizáveis em caso de emergência.	1
		Nos casos em que o local de acesso dos balneários ao recinto de jogo diste menos de 5m do resguardo de separação, terá de ser obrigatoriamente dotado com cobertura que proteja a entrada e saída dos agentes desportivos. Nesta cobertura deve existir iluminação suficiente e equipamento de recolha de imagens em suporte de vídeo, instalado de modo a permitir a captação de imagens nítidas nesse local.	2

		A Zona Técnica do terreno de jogo deve respeitar o grafismo abaixo indicado, tendo em conta as infraestruturas de cada estádio. REPRESENTAÇÃO DO TERRENO DE JOGO DEFINIÇÃO DA ZONA TÉCNICA  LEGENDA: - Zona técnica - Túnel de acesso - Banco principal (14 lugares) - Banco suplementar (5 lugares) - Quarto árbitro - Aquecimento equipa de arbitragem - Posição apanha bolas - Posição de fotografos - Posição de câmara TV móvel (linha durante tempo de jogo) - Perímetro do terreno de jogo Os bancos devem estar equipados com pelo menos duas tomadas de rede fixa e rede Wi-Fi «Visitante» com capacidade para, no mínimo, 10 dispositivos, bem como duas tomadas BNC de distribuição de vídeo da transmissão de TV e do sinal táctico e, pelo menos, uma tomada elétrica.	1
E6	COLOCAÇÃO E DISPOSIÇÃO DAS FAIXAS/PAINÉIS PUBLICITÁRIOS	Regra geral, a colocação de faixas e painéis publicitários nos estádios deve respeitar as seguintes distâncias mínimas: - Entre as linhas exteriores do retângulo de jogo e os painéis publicitários – linha lateral: 4m; - Atrás do centro da linha de golo: 5m, sendo esta distância reduzida para 3m junto às bandeirolas de canto.	2
		Com exceção dos <i>goal banners</i> (espaços à volta da baliza), os clubes podem requerer à Liga Portugal a colocação de faixas/painéis publicitários a distâncias inferiores às acima previstas desde que cumpridos os seguintes requisitos: - A colocação das faixas/painéis não devem ocupar mais de metade das linhas de cada uma das balizas; - Entre as faixas/painéis e as linhas de baliza deve distar, pelo menos, 1m; - As faixas/painéis devem ser colocadas no solo e ser constituídas por materiais adequados, com vista à salvaguarda da integridade física dos jogadores, elementos da equipa de arbitragem e dos demais agentes desportivos; - Não podem ser colocados de forma a obstruir a evacuação dos espectadores para a área do jogo, em caso de emergência.	3
		O terreno de jogo deve garantir o espaço e a infraestrutura (nomeadamente elétrica) adequadas para a colocação de painéis LED na primeira linha de publicidade em todos os jogos das competições profissionais, ainda que tal implique a alteração das zonas técnicas, por referência à localização da câmara <i>master</i> (preferencialmente colocada do lado oposto ao do camarote presidencial), salvo parecer fundamentado da Comissão Técnica de Vistorias de que tal não é exequível. Neste último caso, deve ser garantida a possibilidade de instalação de uma primeira linha de publicidade estática.	2

E7	BANCO DOS DELEGADOS, EQUIPA TÉCNICA E JOGADORES SUPLENTE	Os estádios devem ter instalados bancos destinados aos elementos de cada uma das equipas em locais que ofereçam as mesmas condições de trabalho a uns e outros, equidistantes da linha de meio-campo, com capacidade mínima para 18 pessoas, com acesso direto ao terreno de jogo, com a instalação de um ecrã de modelo a definir pela Liga Portugal, e em conformidade com a ref. ^a E5. A delimitação da área técnica deve ser efetuada de acordo com o estabelecido nas Leis do Jogo.	1
E8	INFRAESTRUTURAS DE APOIO: VESTIÁRIOS / BALNEÁRIOS	O vestiário das equipas e respetivo balneário devem obedecer aos seguintes requisitos: • Área mínima de 25 m ² , excluída a área de balneário, devidamente dimensionada para servir em simultâneo 21 praticantes desportivos; • O pavimento antiderrapante e paredes revestidas a material lavável, de preferência cerâmico ou vinílico; • Balneário com pelo menos oito postos de duchas com a área mínima de 1m ² (largura mínima de 0,75m) cada e instalação de água quente, de preferência em compartimentos individuais, com o pavimento em material cerâmico antiderrapante; • Instalações sanitárias com o mínimo de dois lavatórios, duas cabinas com retretes e dois urinóis; • Ser devidamente limpos, arejados, dispor de janelas e equipados com ventilação mecânica; • Estar equipados com bancos, estrados e cabides individuais para roupa em número não inferior a 21;	2
		• Dispor de espaço suficiente para colocação de uma marquesa para mensagens. O vestiário da equipa de arbitragem e respetivo balneário devem obedecer às seguintes condições: • Área mínima de 10m ² , excluindo a área dos balneários, devidamente dimensionada para servir em simultâneo 4 árbitros; • Balneário com, pelo menos, dois postos de duche com a área mínima de 1m ² cada um e instalação de água quente, de preferência em cabinas individuais, com o pavimento em material cerâmico antiderrapante; • Um lavatório e uma cabina sanitária com retrete; • Ser devidamente arejados, dispor de janelas e equipados com ventilação mecânica; • Bancos com estrados em número não inferior a quatro e cabides em número não inferior a oito, sendo de preferência instalados quatro cacifos ou armários para roupa individuais; • Uma mesa de secretária e no mínimo quatro cadeiras; • Ter disponível a rede Wi-Fi «Visitante» com capacidade para, pelo menos, 10 dispositivos. • Ter disponível a rede Wi-Fi «Árbitros» com capacidade para, pelo menos, cinco dispositivos. • Os requisitos mínimos para a rede «Visitante», fixa e Wi-Fi, incluem velocidade de 100/10Mbps (download/upload) dedicados a esta rede e Wi-Fi 802.11n. • Os requisitos mínimos para a rede «Árbitros», fixa e Wi-Fi, incluem velocidade de 100/10Mbps (download/upload) dedicados a esta rede e Wi-Fi 802.11n. Aquando da realização dos jogos, no vestiário da equipa de arbitragem deve ser disponibilizado o seguinte: • uma balança de pequenas dimensões;	1

		• uma fita métrica em aço de 50 metros de comprimento; • um manómetro adequado à medição da pressão das bolas; • um apito; • dois exemplares de boletim de encontro; • duas bandeirolas de pano, uma de cor vermelha e outra amarela, sem bordados nem inscrições, de forma retangular de 50cm por 40cm, fixados pelo seu lado mais estreito a um pau cilíndrico de 2cm de diâmetro e 60cm de comprimento.	
E9	INFRAESTRUTURAS DE APOIO: POSTO MÉDICO	Os estádios devem dispor de um posto médico devidamente equipado e preparado para prestar assistência imediata a jogadores, árbitros, equipas técnicas e demais agentes desportivos. O posto médico deve: • estar localizado próximo dos balneários, com acesso facilitado para ambulâncias e em zona de rápida evacuação; • ser um espaço privado, de uso exclusivo para tratamentos médicos, com condições adequadas de higiene, ventilação e iluminação; • ter dimensões suficientes para permitir a entrada e movimentação de uma maca e equipamentos médicos; • estar bem sinalizado e com o acesso desbloqueado. O posto médico deve estar obrigatoriamente equipado, no mínimo, com os seguintes equipamentos/dispositivos: • eletrocardiógrafo portátil; • colar cervical ajustável e talas de imobilização; • Desfibrilhador Externo Automático (DAE); • oxigénio medicinal portátil com máscara e regulador de fluxo; • maca rígida com cintos de segurança; • equipamento de ventilação manual; • monitor de sinais vitais; • medidor de glicose; • material de primeiros socorros e pequena cirurgia.	1
E10	INFRAESTRUTURAS DE APOIO: SALAS DE PRIMEIROS SOCORROS	Os estádios devem dispor nos setores destinados aos espectadores de, pelo menos, duas salas para primeiros socorros localizadas em zonas opostas do estádio, as quais devem permitir fácil acesso quer com os locais de permanência do público, quer com os percursos de saída para o exterior, nomeadamente, para os locais onde se situem as ambulâncias. As salas de primeiros socorros devem: • obedecer ao Manual de Assistência Médica das Competições Liga Portugal; • estar claramente sinalizadas; • ser cobertas, climatizadas, bem iluminadas e ventiladas, garantindo conforto e condições adequadas para assistência médica; • estar equipadas com: I. Desfibrilhador Externo Automático (DAE); II. oxigénio medicinal portátil com máscara e regulador de fluxo; III. maca fixa ou dobrável; IV. monitor de sinais vitais; V. medidor de glicose; VI. material de primeiros socorros e pequena cirurgia.	1

		Caso se verifique que as infraestruturas não permitem implementar as referidas salas, os primeiros-socorros nesses Estádios devem ser obrigatoriamente assegurados por ambulâncias de serviço de emergência médica, as quais devem estar sempre posicionadas em locais que permitam um rápido acesso aos locais destinados aos espectadores de forma a assegurar a devida assistência e evacuação para o exterior. Deve ser disponibilizada também uma ambulância de serviço de emergência médica, colocada em local que permita o rápido acesso ao terreno de jogo, bem como circulação e rápida evacuação para o exterior. A partir da época desportiva 2026-27, inclusive, para além das infraestruturas de apoio indicadas, em todos os jogos, o clube visitado deve assegurar a presença de uma equipa de suporte médico avançado de vida, composto por, pelo menos, um médico e um enfermeiro, e ainda a presença de, no mínimo, duas ambulâncias de tipo B, em estado de prontidão permanente para a evacuação de pessoas para unidade hospitalar.	
E11	INFRAESTRUTURAS DE APOIO: INSTALAÇÕES PARA CONTROLO ANTIDOPAGEM (portaria n.º 11/2013, de 11 de janeiro)	As ações de controlo são realizadas em instalações adequadas, de fácil acesso e devidamente assinaladas, que garantam condições mínimas de higiene, segurança, privacidade e conforto dos seus utilizadores.	1
		As instalações devem apresentar as seguintes condições, salvo nos casos devidamente justificados: a) Sala de espera (20m² a 25m²): a capacidade desta sala deve possibilitar a presença em simultâneo de um mínimo de quatro jogadores e quatro acompanhantes, devendo estar equipada com cadeiras em número suficiente para a sua capacidade mínima e com um frigorífico para preservação de bebidas necessárias à hidratação dos jogadores; b) Sala de trabalho (15m² a 20m²): a capacidade desta sala deve possibilitar a presença em simultâneo do jogador, do seu acompanhante, do responsável pelo controlo de dopagem (RCD) e de pessoal que o coadjuve, devendo ser contígua à sala referida na alínea a) e estar equipada com uma mesa de trabalho, quatro cadeiras, um frigorífico para preservação das amostras após a sua recolha e um armário com chave para colocação da documentação e equipamentos necessários à sessão de recolha de amostras;	2
		As instalações para a realização dos controlos podem consistir, nomeadamente, em: • Instalações disponibilizadas pelo promotor da competição ou evento desportivo; • Unidades móveis especialmente concebidas para o efeito. As instalações devem estar situadas na proximidade dos vestiários e ser inacessíveis ao público e órgãos de comunicação social.	1
E12	INFRAESTRUTURAS DE APOIO: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	Os Estádios devem dispor em cada setor destinado aos espectadores, de instalações sanitárias para homens e mulheres, com as seguintes condições mínimas: • Sanitários destinados a homens: cinco urinóis, duas retretes e cinco lavatórios para cada 1.000 espectadores; • Sanitários destinados a mulheres: cinco retretes e cinco lavatórios para cada 1.000 espectadores;	2

REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

		Sanitários para deficientes: uma instalação sanitária por cada 10 lugares previstos, de preferência integrada nos blocos sanitários próximos aos setores com lugares destinados a pessoas com mobilidade reduzida.	Sanitários para deficientes: uma instalação sanitária por cada 10 lugares previstos, de preferência integrada nos blocos sanitários próximos aos setores com lugares destinados a pessoas com mobilidade reduzida. Por solicitação do clube, devidamente fundamentada, e após parecer favorável da Comissão Técnica, a Liga Portugal poderá determinar prazos para a implementação e execução dos requisitos constantes desta referência.	
E13	INFRAESTRUTURAS DE APOIO: SALA DE ORGANIZAÇÃO DE JOGOS	Na zona reservada dos balneários deve existir uma sala para efeito de organização do jogo, destinando-se a ser utilizada pelos delegados da Liga Portugal, equipa de arbitragem, delegados das equipas, diretor de segurança, diretor de campo, responsável pelo policiamento (forças de segurança pública), representante da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) ou representante dos bombeiros e, se necessário, representante do serviço de emergência médica.		1
		A sala deverá ser de fácil acesso e próxima dos balneários da equipa de arbitragem.		2
		A sala deverá ter disponível a rede Wi-Fi «Liga» e a rede Wi-Fi «Árbitros» com capacidade para, pelo menos, 10 dispositivos, bem como telefone com acesso a linhas externas. Os lugares destinados aos Delegados da Liga na Tribuna ou Camarote Presidencial deverão ter disponível a rede Wi-Fi «Liga» com capacidade para, pelo menos, 5 dispositivos. Os requisitos mínimos para a rede Wi-Fi «Liga» incluem velocidade de 100/10Mbps (download/upload) dedicados a esta rede e Wi-Fi 802.11n.		1

E14	ILUMINAÇÃO	O estádio deve estar equipado com um sistema de iluminação uniforme, que garanta, no mínimo, 1.200 lux, no retângulo de jogo e zonas limítrofes, medidos a 1,5m de altura do terreno de jogo, em jogos realizados com transmissão televisiva na segunda liga, e garanta no mínimo 1.400 lux, no retângulo de jogo e zonas limítrofes, medida a 1,5m de altura do terreno de jogo na primeira liga. Caso o sistema de iluminação do estádio não garanta o mínimo de 1.200 lux, em jogos realizados com transmissão televisiva na segunda liga, e 1.400 lux, nos jogos realizados com transmissão televisiva na primeira liga, o clube deverá contratar a instalação provisória de iluminação que garanta aquele valor. Não o fazendo em tempo útil, a Liga Portugal contratará esse serviço, ficando imediatamente credora do clube dos correspondentes custos, acrescidos de 10%. A Liga Portugal pode afetar à satisfação do referido crédito qualquer montante que lhe esteja confiado para distribuição ao clube. O estádio das equipas B deve estar equipado com um sistema de iluminação que garanta, pelo menos, 350 lux. Nos jogos disputados em horário que obrigue a iluminação, esta deve ser ativada, pelo menos antes do início do aquecimento. O estádio deve estar dotado de um sistema de iluminação de emergência em caso de quebra da tensão na rede de alimentação de serviço, o qual deve ser de arranque automático. O clube deve disponibilizar documento subscrito por engenheiro eletrotécnico que ateste os níveis de iluminação do sistema indicado e do sistema de iluminação de emergência.	1
E15	LUGARES DESTINADOS AO PÚBLICO	Os lugares destinados ao público devem ser devidamente setorizados, com separação destinada aos adeptos de uma e outra equipas, devendo cada setor dispor de saídas de emergência em número suficiente que permitam assegurar uma rápida e eficaz evacuação do público. Todos os lugares devem ser dotados de lugares sentados, individuais e numerados, equipados com assentos ou cadeiras de modelo aprovado pela Liga Portugal, que pode ser diferenciado nos setores reservados às claques e GOA da equipa visitante. Para as claques e grupos de apoiantes organizados devem estar definidos lugares sentados em setores específicos, reservados e em locais opostos, com meios de acesso exclusivos e em condições que permitam a rápida intervenção dos elementos de segurança. Os estádios onde se realizem jogos considerados de risco elevado, devem ser dotados de lugares apropriados para as pessoas com deficiência e/ou incapacidades, nomeadamente para as pessoas com mobilidade condicionada. É obrigatória a instalação de caixa de segurança destinada aos grupos organizados, ou não, de adeptos da equipa visitante nos estádios com capacidade superior a 25.000 (vinte e cinco mil) lugares. NOTA: os clubes que pela primeira vez participam nas competições profissionais dispõem do prazo de dois anos para implementação e execução do referido requisito de encadeiramento. NOTA 2: para os clubes com estádio de capacidade inferior ou igual a 25.000 (vinte e cinco mil) lugares, a instalação da caixa de segurança será avaliada consoante a análise de risco realizada pelos respetivos diretores de segurança.	1

E16	LUGARES RESERVADOS AOS ADEPTOS DA EQUIPA VISITANTE	Deve ser definido um espaço, devidamente setorizado e delimitado destinado aos adeptos da equipa visitante, o qual nunca pode ser inferior a 5% da capacidade total certificada do estádio que, na Liga Portugal 1 e nos estádios com capacidade superior a 25.000 (vinte e cinco mil) lugares, deve estar delimitado por uma caixa de segurança.	1
E17	LUGARES PARA ESPECTADORES COM MOBILIDADE REDUZIDA	Os estádios devem dispor de locais especiais para espectadores com mobilidade reduzida na proporção de pelo menos um para cada 900 lugares. Os lugares a reservar para espectadores com mobilidade reduzida que se desloquem em cadeira de rodas serão distribuídos por diferentes locais do estádio, de preferência em zonas cobertas e abrigadas das intempéries e estabelecidos de modo a garantir: • Permitir o acesso, em caso de emergência, a percursos de evacuação em que as dificuldades de locomoção e de deslocação rápida não constituam fator de obstrução ou de redução da capacidade de escoamento do respetivo caminho; • Dispor, sempre que possível, de vão de acesso direto e próprio aos respetivos lugares; • Estar localizados na proximidade e em correspondência com o respetivo setor de instalações sanitárias, preenchendo os requisitos adequados. No caso de pessoas com mobilidade reduzida que se façam acompanhar por cães-guia nos termos do previsto no Decreto-lei n.º 74/2007, de 27 de março, deve ser garantido o acesso ao respetivo cão assistente.	1
E18	DISPOSITIVOS DE CONTROLO DE ENTRADAS E VIGILÂNCIA DE ESPECTADORES	Os estádios devem estar equipados com sistemas de controlo e contagem automática de entradas - torniquetes e/ou PDAs, devendo ser concebidos e instalados de modo a que possam ser desativados manualmente do interior e libertar as saídas, para fins de evacuação do estádio. Devem estar dotados de sistemas de videovigilância, constituídos por equipamento de recolha e gravação de imagens em suporte vídeo, em circuito fechado. O sistema de videovigilância deve ser gerido a partir de um local protegido e localizado em zona que assegure uma visualização geral do interior do estádio. Nos lugares sujeitos a videovigilância, o clube deve afixar, de forma visível, um anúncio com a seguinte inscrição: «Para sua proteção este local é objeto de videovigilância com captação e gravação de imagem e de som». Os estádios com lotação superior a 5.000 lugares devem dispor de uma sala de comando. NOTA: os delegados da Liga Portugal nomeados para o jogo devem verificar a implementação e funcionalidade dos sistemas de controlo e contagem automáticos de entradas e de videovigilância. Os clubes que pela primeira vez participam nas competições profissionais dispõem do prazo de dois anos para implementação e execução dos requisitos previstos na presente referência E18.	1
E19	BANCADAS METÁLICAS	Os estádios que pretendam utilizar bancadas metálicas desmontáveis devem apresentar termo de responsabilidade subscrito por engenheiro civil que ateste a conformidade daquelas bancadas com todas as condições legalmente exigíveis, quer em termos técnicos, quer de segurança, sendo que, caso sejam utilizadas por mais de uma época desportiva o aludido termo deve ser entregue no início de cada época desportiva.	1
E20	SINALIZAÇÃO	Nas proximidades do estádio e no seu interior, devem ser colocadas placas de sinalização e mapas de grandes dimensões que indiquem claramente os diferentes setores e respetivos percursos de acesso.	2

		No interior do estádio devem estar devidamente sinalizadas as entradas, saídas, zonas destinadas a espectadores com mobilidade reduzida, instalações sanitárias, bem como na zona técnica a identificação das respetivas áreas (vestiários, balneários, posto médico, sala de controlo antidopagem, instalações sanitárias, etc.). As escadas de acesso, as portas de saída e as portas de emergência devem ser assinaladas a tinta fluorescente de cor contrastante ou com dispositivos elétricos com a mesma finalidade. Deve ser colocado, em todas as entradas do estádio, um mapa aviso, com as dimensões adequadas à boa visibilidade, com a descrição de todos os objetos ou comportamentos proibidos no recinto ou complexo desportivo, designadamente: • Invasões do terreno de jogo; • Arremesso de objetos; • Uso de linguagem ou cânticos injuriosos ou que incitem à violência, racismo ou xenofobia; • Introdução e ingestão de bebidas alcoólicas, estupefacientes ou material produtor de fogo-de-artifício ou objetos similares; • Quaisquer outros comportamentos suscetíveis da prática de atos de violência.	
E21	INSTALAÇÕES PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	Os estádios devem ter as seguintes instalações mínimas para os órgãos de comunicação social: • 5 (cinco) cabines para rádio; • 1 (uma) plataforma para o operador televisivo: 3m de largura por 2m de comprimento, num dos topos do estádio; • 20 (vinte) lugares para a imprensa escrita, de preferência com um tampo que permita a utilização de computador portátil; • Lugar para duas câmaras de fora de jogo, preferencialmente ao mesmo nível do camarote da TV e na sequência do prolongamento da linha da grande área. • 6 (seis) lugares para operações Liga Portugal, com acesso a pelo menos 6 pontos de rede fixa e rede Wi-Fi «Liga», com capacidade para, no mínimo, 6 dispositivos.	3
		Todas estas zonas devem ser dotadas de iluminação, tomadas elétricas, linhas telefónicas e internet através de Wi-Fi e/ou por cabo para cada lugar disponível e estarem devidamente isoladas dos espectadores.	1
		<i>TV Compound:</i> Os Clubes devem providenciar uma área de estacionamento para os carros de exteriores e estações de satélite e carros de produção; Devem ser localizados no mesmo lado do estádio onde ficam as câmaras principais; Deve ter uma dimensão não inferior a 300m²; Deve estar rodeado de barreiras móveis e com segurança desde a chegada dos veículos até à sua saída; Deve ter instaladas 3 tomadas de 125 amp., 63 amp. e 32 amp. Trifásico. <i>Estúdio:</i> Deve ser providenciado um local que sirva de estúdio de televisão com vista para o terreno de jogo, com as dimensões de 5m x 5m x 3m (LxCxA), para acomodar três pessoas sentadas em vivo. Em caso de não existência do mesmo, posição de apresentação na bancada (devidamente resguardada) do mesmo lado do estádio onde ficam as câmaras principais, para o narrador e para o comentador ou convidados e com o mesmo tipo de enquadramento.	2

E22	CAMAROTES	Os estádios devem estar dotados de um camarote presidencial e um camarote com um mínimo de 12 lugares, reservados às entidades discriminadas no Regulamento de Competições, o qual deve localizar-se na zona central da bancada central, e dispor de controlo de entradas e segurança.	1
E23	LOTAÇÃO	O estádio deve ter uma lotação ou capacidade de instalação para o público não inferior a 4.000 (quatro mil) lugares sentados, sendo recomendável uma lotação mínima de 5.000 (cinco mil).	1
		O clube cujo estádio não cumpra a lotação mínima é obrigado a utilizar, na condição de visitado, um estádio alternativo onde se realizarão os jogos até à conclusão das obras de beneficiação ou ampliação.	3
E24	VIAS DE ACESSO	Os estádios devem dispor de vias de acesso que permitam a aproximação, o estacionamento e a manobra dos veículos dos serviços de socorro e emergência, com as seguintes características: • Largura livre mínima de 3,50m, em geral, e de 7m nas vias em impasse; • Altura livre não inferior a 4m. As vias de acesso e saída das viaturas de socorro não deverão ter quaisquer obstáculos em toda a sua extensão até às vias públicas. As entradas para os estádios e o acesso aos lugares próprios para pessoas com mobilidade reduzida deverão, unicamente, ser feitos por sistemas de rampas.	1
E25	ESTACIONAMENTO E RECINTO PERIFÉRICO EXTERIOR	As áreas onde estão implantados os estádios devem permitir a instalação de parques de estacionamento de viaturas, em conformidade com as lotações atribuídas, devendo aproveitar-se, em caso de necessidade, os parques de estacionamento públicos existentes num raio de 1km. Sempre que possível e durante a realização de jogos, deverão ser criados recintos periféricos, delimitados por meio de vedações, destinados única e simplesmente à circulação pedonal dos espectadores.	3
		Os estádios devem disponibilizar uma zona de estacionamento, em local reservado e seguro, para estacionamento das seguintes viaturas: • 1 lugar para viatura do Presidente da Liga Portugal ou seu representante; • 1 lugar de estacionamento para um veículo ligeiro para os árbitros; • 1 lugar de estacionamento para um veículo pesado de passageiros (autocarro) e 3 lugares para carrinhas, para os jogadores e equipa técnica do clube visitante e respetiva equipa de apoio; • 3 lugares de estacionamento para veículos ligeiros para os delegados e observadores da Liga Portugal; • 5 lugares de estacionamento para veículos ligeiros de passageiros para os diretores e funcionários do clube visitante, portadores das respetivas credenciais com acesso direto à zona VIP; • 1 lugar para a viatura do Comando das Forças Policiais. No caso das áreas de estacionamento destinadas à equipa de arbitragem, equipa técnica e jogadores do clube visitante estarem situadas numa zona com acesso ao público e/ou numa zona de acesso à comunicação social, o clube visitado necessita de colocar barreiras a definir pela Comissão Técnica de Vistorias de forma a impedir o público e/ou a comunicação social de ter acesso às áreas de entrada dos jogadores, equipa técnica e equipa de arbitragem.	1

E26	PLANO DE EMERGÊNCIA E EVACUAÇÃO	Os estádios devem possuir um plano de evacuação de modo a permitir que, em caso de emergência, os espectadores e demais ocupantes do estádio alcancem facilmente o exterior pelos seus próprios meios. O plano de evacuação deverá ser elaborado pelo clube, em concertação com as autoridades policiais, o Serviço Nacional de Bombeiros e ANPC e as autoridades de emergência e os serviços de emergência médica. Os clubes devem implementar todas as medidas conducentes à evacuação dos espectadores ou à simples saída do estádio, eliminando, por todos os meios, os obstáculos que possam dificultar ou inviabilizar os percursos pré-definidos.	1
E27	REGULAMENTO DE SEGURANÇA E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ACESSO PÚBLICO	O clube deve elaborar e remeter à Liga Portugal um regulamento de segurança e utilização dos espaços de acesso público elaborado de acordo com as especificações impostas pela lei n.º 39/2009, de 30 de junho.	1
E28	BANDEIRAS	Os estádios devem dispor, no mínimo, de seis mastros para colocação das seguintes bandeiras: Nacional, da FPF, da Liga Portugal, dos dois clubes contedores e da categoria do estádio. Em alternativa, as bandeiras poderão ser suspensas em lugar honroso e bem destacado, mas nunca usadas como decoração, revestimento ou com qualquer finalidade que possa afetar o respeito que lhe é devido. Na utilização da bandeira nacional deverão ser respeitadas as regras definidas no decreto-lei n.º 150/87, de 30 de março.	2
E29	APOIO A LESÕES	Nos jogos das competições profissionais, o clube visitado deverá obrigatoriamente ter à disposição serviços de emergência médica, bombeiros e serviço de maqueiros, com pelo menos duas macas, que devem estar posicionados de cada lado da linha lateral, no prolongamento da linha de meio-campo. Em alternativa, os clubes poderão utilizar um veículo especificamente destinado ao transporte de pessoas.	1
E30	ZONA DE GRAVAÇÃO VÍDEO	Os estádios dispõem de local, aprovado pela Liga Portugal, mediante parecer da Comissão Técnica de Vistorias, destinado à gravação vídeo dos jogos pelos clubes visitantes e pelas equipas de recolha de imagens e dados estatísticos oficiais da Liga Portugal e FPF (credenciados pela Liga Portugal). A equipa de recolha de dados estatísticos tem acesso ao estádio a partir de duas horas antes do jogo. Para os efeitos da ferramenta de análise tática (<i>tactical feed</i>) são disponibilizados, em cada estádio, alternativamente e em função da solução implementada: 1. até oito pontos de fixação elevados para câmaras de pequena dimensão (ou telemóveis); ou 2. pelo menos quatro postos de trabalho, localizados o mais central e elevado possível, garantindo a visibilidade ao retângulo de jogo, com os seguintes requisitos técnicos: • 4 pontos de rede fixa e rede Wi-Fi «Visitante» com capacidade para 8 dispositivos, que garantam a ligação à internet sem quebras de serviço; • 12 tomadas elétricas, 3 por posto de trabalho e uma base de apoio para a colocação do material; • 2 tomadas BNC de distribuição de vídeo da transmissão de TV e do sinal da filmagem tática; • acesso rápido e facilitado aos balneários.	2

REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES

ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

E31	SALA DE CONFERÊNCIA DE IMPRENSA	A Sala de Imprensa deve estar equipada com um sistema de <i>press box</i> e um estrado de instalação de pelo menos três câmaras de TV.	2
E32	ZONA DE FLASH INTERVIEW	Zona específica para a realização da <i>flash interview</i> localizada perto dos balneários das equipas, em que exista espaço suficiente para a instalação de um painel publicitário e iluminação para a realização da mesma.	1
E33	ZONA MISTA	Espaço compreendido entre a saída dos balneários e o espaço reservado ao estacionamento das viaturas dos técnicos e jogadores, nunca podendo passar pela zona dos balneários. Neste espaço devem existir barreiras que dividam a zona destinada à comunicação social e os jogadores.	2
E34	SISTEMA DE REGA	O sistema de rega do relvado deve garantir que a mesma é realizada de forma uniforme por todo o relvado.	1
E35	CAMPO DE TREINO	Todos os clubes devem dispor de campo de treino.	1
E36	COBERTURA DE LUGARES DE BANCADA	Os estádios devem dispor de cobertura de lugares de bancada num mínimo de 60% da lotação.	3
E37	VÍDEO-ÁRBITRO	Definição, na ficha técnica do estádio, de: - plano de câmaras - vídeo-árbitro dedicado ao plano personalizado para cada estádio e suas especificações de localização das câmaras mencionadas no ANEXO X ao presente regulamento; - local seguro para instalação, manutenção e operação do sistema de vídeo-árbitro; - área técnica para instalação de equipamentos de vídeo-árbitro; - instalações de apoio ao vídeo-árbitro - equipamento de <i>hardware</i> necessário ao funcionamento do sistema; - localização da zona de revisão, delimitada nos termos das Leis do Jogo, que terá as dimensões mínimas de 1,5 m x 1,5 m.	1

ANEXO V

REGULAMENTO DE INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EQUIPAS B

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as normas que regem a participação das equipas B nas competições organizadas pela Liga Portugal.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) «**equipa principal**», a equipa do clube que compete no nível mais elevado das competições organizadas pela Liga Portugal;
- b) «**equipa B**», a equipa secundária de cada clube, criada no seio deste, encontrando-se competitivamente subordinada à equipa principal, devendo necessariamente competir em escalão inferior.

Artigo 3.º

Inscrição de equipa B

- 1. Uma equipa B pode ser inscrita na Liga Portugal 2 pelo respetivo clube participante na Liga Portugal 1.
- 2. A equipa B deverá ter a mesma denominação que a equipa principal, com a referência B no final.
- 3. A inscrição de uma equipa B por um clube participante na Liga Portugal 1 depende da existência de vaga para o efeito, nos termos dos artigos 7.º e 9.º.
- 4. Os clubes habilitados a inscrever uma equipa B na Liga Portugal 2 e que o pretendam fazer de acordo com os termos do presente regulamento deverão comunicá-lo à Liga Portugal e à FPF dentro do prazo fixado em comunicado oficial.
- 5. A comunicação prevista no número anterior e consequente admissão da equipa B à participação na Liga Portugal 2 determina a obrigatoriedade da respetiva participação por um ciclo de duas épocas desportivas, salvo no caso de a equipa B descer às competições não profissionais.
- 6. No término do ciclo referido no número anterior, cada clube deverá comunicar à Liga Portugal e à FPF a sua intenção de cancelar ou renovar por igual período de duas épocas desportivas a inscrição da respetiva equipa B, em prazo a definir em comunicado oficial.
- 7. O clube que incumpra a obrigação estabelecida no n.º 5 é punido nos termos do Regulamento Disciplinar das competições organizadas pela Liga Portugal.

Artigo 4.º

Taxa de participação

1. Pela participação de uma equipa B nos termos do presente regulamento, o clube fica obrigado a entregar à Liga Portugal, até 5 de julho de cada época, a quantia de €50.000,00 (cinquenta mil euros).
2. A obrigação de pagamento estabelecida no número anterior, configura uma taxa de participação, cujo valor será repartido entre as demais equipas da Liga Portugal 2, em partes iguais.
3. Em caso de mora no cumprimento da obrigação prevista no n.º 1, a Liga Portugal notificará, de imediato, o clube em falta, conferindo-lhe o prazo de 30 dias contínuos para pagamento.
4. No caso de o clube não liquidar o seu débito até ao termo do prazo referido no número anterior, será sancionado nos termos do n.º 7 do artigo 3.º do presente regulamento e a respetiva equipa B automaticamente excluída da competição.

Artigo 5.º

Alteração do Regulamento

Durante cada ciclo de duas épocas desportivas referido no n.º 5 do artigo 3.º, qualquer alteração ao disposto neste regulamento destinada a vigorar nesse ciclo apenas poderá ser aprovada com o voto favorável dos clubes cujas equipas B participem na Liga Portugal 2.

Artigo 6.º

Acordos de patrocínio

1. A inscrição de uma equipa B implica a renúncia ao estabelecimento de acordos de patrocínio com clubes ou sociedades desportivas já existentes (clube fundador ou satélites) que participem no mesmo escalão competitivo durante todo o período de existência da Equipa B.
2. Na eventualidade de tais acordos serem existentes à data da formalização da inscrição de uma equipa B junto da Liga Portugal e da FPF, o clube deverá apresentar acordo de revogação efetuado com o clube patrocinado até então.

Artigo 7.º

Participação das equipas B

1. A equipa B nunca poderá competir no mesmo escalão competitivo da equipa principal do mesmo clube, estando consequentemente subordinada a esta.
2. Podem participar no campeonato da Liga Portugal 2 o máximo de cinco equipas B.
3. É vedada a participação das equipas B na Taça de Portugal e na Taça da Liga.
4. Independentemente da classificação obtida por uma equipa B, esta nunca poderá ascender à Liga Portugal 1, podendo, no entanto, descer de divisão, quando a sua classificação desportiva assim o determine.
5. No caso de a equipa principal de um clube descer à Liga Portugal 2, a equipa B descerá de forma automática à divisão imediatamente inferior, independentemente da classificação obtida na época desportiva em causa.

6. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, uma equipa B poderá ascender à Liga Portugal 2 quando a sua classificação desportiva assim o determine, desde que cumprido o número de vagas existentes, tal como definidas nos n.ºs 2 e 4 do presente artigo.

Artigo 8.º

Renovação da inscrição

1. Durante a época em que se completar cada ciclo, a Liga Portugal, em coordenação com a FPF, estabelecerá um prazo para que os clubes renovem a inscrição das suas equipas B para novo ciclo de duas épocas desportivas.
2. Para efeitos do número anterior, se um clube comunicar a sua intenção de não renovar a inscrição da sua equipa B, ou não efetuar qualquer resposta no prazo referido no número anterior, considerar-se-á extinta a participação da sua equipa B na respetiva competição, abrindo-se consequentemente uma vaga.
3. Em cada novo ciclo de duas épocas desportivas, apenas serão abertas as vagas correspondentes ao número de equipas B que se tenham extinguido nos termos do número anterior.
4. O preenchimento de vaga resultante do n.º 2 do presente artigo será efetuado de acordo com a seguinte ordem de preferência:
 - a) qualquer clube da Liga Portugal 1 que na época imediatamente anterior ao do início do novo ciclo tenha mantido em competição uma equipa B numa das seguintes competições: Liga 3 e Campeonatos Distritais. No caso de mais do que um clube da Liga Portugal 1 preencher as condições previstas nesta alínea, serão aplicados os seguintes critérios, segundo ordem de prioridade:
 - i. hierarquia entre as seguintes competições não profissionais nas quais as equipas B tenham participado na época imediatamente anterior: Liga 3 e Campeonatos Distritais;
 - ii. classificação obtida em cada competição;
 - iii. o número de pontos obtidos em cada competição.
 - b) caso as vagas abertas não se encontrem totalmente preenchidas nos termos da alínea anterior, poderão ser preenchidas pelos clubes da Liga Portugal 1 classificados do 1.º ao 16.º lugares da classificação da Liga Portugal 1 da época imediatamente anterior à do início do novo ciclo.
5. O não preenchimento das vagas, a extinção ou a desistência, não obsta à participação na Liga Portugal 2 das equipas B inscritas mas, caso o número de equipas B seja igual ou inferior a três, pode determinar a redução para 16 do número de equipas em competição.

Artigo 9.º

Subidas e descidas

Relativamente ao apuramento das subidas e descidas de divisão das equipas B, tomar-se-á em conta que:

- a) a situação desportiva da equipa B estará sempre subordinada à da equipa principal, não podendo ambas as equipas coincidir na mesma divisão;
- b) no caso de uma equipa B, obter classificação que desportivamente lhe confira o direito de acesso à Liga Portugal 1, apurar-se-á, para efeitos de subida, o clube classificado imediatamente abaixo;
- c) as equipas B descerão de divisão quando a sua classificação desportiva assim o determine;
- d) no caso de a equipa principal descer à Liga Portugal 2, a equipa B descerá de forma automática à divisão imediatamente inferior, independentemente da classificação obtida na época desportiva em causa, sendo a sua vaga preenchida pelo clube da Liga Portugal 2 melhor classificado nos lugares de descida.

Artigo 10.º

Inscrição de jogadores na ficha técnica de jogo

1. Dentro dos limites fixados nos números seguintes, os jogadores inscritos pelo clube podem ser utilizados na equipa B.
2. Os clubes podem inscrever na ficha técnica dos jogos a disputar pelas equipas B:
 - a) jogadores, aptos a competir na categoria sénior, com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos;
 - b) dois sem limite etário.
3. A equipa B deve obrigatoriamente fazer constar na ficha técnica de cada jogo um mínimo de dez jogadores formados localmente.
4. As idades referidas na alínea a) do n.º 2 do presente artigo referem-se ao dia 1 de janeiro da época em causa.
5. Não podem jogar pela equipa B os jogadores que, nos quatro jogos precedentes da equipa principal, tenham jogado pelo menos 45 minutos em cada um, exceto quando tal situação se tenha devido a substituição de jogador da equipa principal a cumprir sanção disciplinar ou de jogador da equipa principal parado por lesão.

Artigo 11.º

Utilização de jogadores

1. Na fixação do dia e hora dos jogos das equipas B, o período de 72 horas referido na alínea a) do n.º 5 do artigo 44.º do Regulamento das Competições é calculado apenas com relação ao anterior jogo da equipa B.
2. Os jogos das equipas B não podem ter lugar no mesmo dia de calendário dos da equipa principal, salvo acordo em contrário.
3. O jogador que, no âmbito de qualquer competição organizada pela Liga Portugal, tenha sido utilizado na equipa principal só pode ser utilizado na equipa B decorridas que sejam 72 horas contadas entre o início do primeiro jogo e o início do segundo.
4. O jogador que, no âmbito de qualquer competição organizada pela Liga Portugal, tenha sido utilizado na equipa B pode ser livremente utilizado no jogo seguinte da equipa principal.

5. A mera inscrição na ficha técnica de jogo de um jogador que não tenha nele sido utilizado por mais de 15 minutos não impede a sua utilização em jogo da outra equipa, independentemente de não estar decorrido o intervalo de 72 horas referido no n.º 3.

Artigo 12.º

Regime disciplinar

1. O Regulamento Disciplinar das competições organizadas pela Liga Portugal é aplicável às infrações disciplinares cometidas pelos dirigentes, jogadores, treinadores e demais agentes desportivos no âmbito das equipas B.
2. Consideram-se infrações disciplinares as previstas no Regulamento Disciplinar.
3. Salvo disposição especial, as infrações relativas às equipas B serão consideradas, para efeitos disciplinares, como praticadas pelo respetivo clube fundador, aplicando-se, com as necessárias adaptações, todas as normas previstas para as infrações específicas dos clubes e dos espectadores.
4. As sanções disciplinares aplicadas por referência a infrações cometidas no âmbito da Liga Portugal 1, da Taça da Liga, e ainda em todas as outras competições em que o clube participe são cumpridas exclusivamente (com exceção, portanto, dos jogos da equipa B) no âmbito daquelas competições, não podendo os jogadores participar nos jogos realizados pelas equipas B até efetivo cumprimento.
5. As sanções disciplinares aplicadas no âmbito da competição disputada pela equipa B são cumpridas em todas as outras competições em que o clube participe.
6. Excetua-se do disposto nos anteriores n.ºs 4 e 5 o seguinte regime:
 - a) os cartões amarelos exibidos em cada jogo da competição disputada pela equipa B só produzem efeitos no âmbito desta Competição;
 - b) os cartões amarelos exibidos nas outras competições em que os clubes participem não produzem efeitos na competição disputada pela equipa B;
 - c) o jogador que em representação da equipa B seja sancionado com a acumulação de cartões amarelos prevista no n.º 5 do artigo 164.º do Regulamento Disciplinar, poderá constar da ficha técnica do jogo seguinte do clube principal, sem prejuízo da sanção disciplinar dever ser cumprida no jogo seguinte da competição em que se verificou a infração;
 - d) o jogador que em representação da equipa B acumular alguma das séries de cartões amarelos previstas nos n.ºs 7 e 8 do artigo 164.º do Regulamento Disciplinar, poderá constar da ficha técnica do jogo seguinte do clube principal, sem prejuízo da sanção disciplinar dever ser cumprida no jogo seguinte da competição em que se verificou a infração.
 - e) o jogador que em representação da equipa principal acumular alguma das séries de cartões amarelos previstas nos n.ºs 7 e 8 do artigo 164.º do Regulamento Disciplinar poderá constar da ficha técnica do jogo seguinte da equipa B, sem prejuízo da sanção disciplinar dever ser cumprida no jogo seguinte da competição em que se verificou a infração.
 - f) o jogador que em representação da equipa B seja expulso através da exibição de cartão vermelho, poderá participar nas outras competições disputadas pelo clube principal, sem

prejuízo da sanção disciplinar dever ser cumprida no jogo ou jogos seguintes da competição em que se verificou a infração.

7. O regime previsto no número anterior aplica-se, com as necessárias adaptações, à utilização, nos jogos disputados pela equipa B, de jogadores que participem nas competições organizadas pela FPF, com exceção da Taça de Portugal e Supertaça.
8. No caso de aplicação de sanção disciplinar cujo cumprimento transite para a época seguinte e não sendo possível o seu cumprimento na competição em que a infração ocorreu, a mesma será cumprida na competição em que o infrator estiver a participar.

Artigo 13.º

Regime supletivo

Todas as situações não previstas no presente regulamento regem-se pelo disposto nos regulamentos aplicáveis às competições organizadas pela Liga Portugal em vigor em cada época desportiva, salvo nos casos em que essa aplicação supletiva se mostre incompatível com as especificidades do regime das equipas B.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entrará em vigor após aprovação em assembleia geral da Liga Portugal e vigorará a partir da época de 2018/2019.

ANEXO VI

REGULAMENTO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece, sem prejuízo do disposto no Regulamento de Competições e no Regulamento Disciplinar das competições organizadas pela Liga Portugal, as medidas e procedimentos de prevenção, fiscalização e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância ou qualquer outra forma de discriminação nas competições organizadas pela Liga Portugal, de forma a possibilitar a realização dos jogos com segurança e de acordo com os princípios éticos inerentes à sua prática.

Artigo 2.º

Norma habilitante

O presente regulamento é adotado ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da lei n.º 39/2009, de 30 de julho que aprova o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos (RJSED).

Artigo 3.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se a todas as provas organizadas pela Liga Portugal.

Artigo 4.º

Promoção da ética desportiva

Compete à Liga Portugal e aos seus associados, incentivar o respeito pelos princípios éticos inerentes ao desporto e implementar procedimentos e medidas destinados a prevenir e reprimir fenómenos de violência, racismo, xenofobia e intolerância nas competições e nos jogos que lhes compete organizar.

Artigo 5.º

Definições

Para os efeitos do disposto no presente regulamento, além do disposto no artigo 3.º do Regulamento das Competições, entende-se por:

- a) «**promotor do espetáculo desportivo**» os clubes relativamente aos jogos em que participem na qualidade de equipas visitadas e a Liga Portugal relativamente ao jogo da final da Taça da Liga;

- b) «**organizador da competição desportiva**» a Liga Portugal relativamente às competições nacionais profissionais e à Taça da Liga;
- c) «**delegado da Liga Portugal**» o representante da Liga Portugal no espetáculo desportivo, cujos deveres, incluindo de presença, e competências se encontram regulados no Regulamento das Competições (nomeadamente no artigo 65.º);
- d) «**diretor de segurança**» das competições profissionais, o representante do promotor, como definido no Regulamento das Competições, equiparado, para os efeitos legais, ao gestor de segurança previsto no RJSED.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

SECÇÃO I

PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS E DE SEGURANÇA EM TODOS OS JOGOS E COMPETIÇÕES

Artigo 6.º

Deveres do promotor do espetáculo desportivo

1. O promotor do espetáculo desportivo tem os seguintes deveres:
 - a) aprovar um regulamento interno em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo;
 - b) assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis de segurança;
 - c) incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados;
 - d) aplicar medidas sancionatórias aos seus adeptos envolvidos em perturbações da ordem pública, manifestações de violência, racismo, xenofobia e qualquer outro ato de intolerância, impedindo o acesso aos recintos desportivos nos termos e condições do respetivo regulamento ou promovendo a sua expulsão do recinto;
 - e) proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças e os bens e pertences destes, designadamente facilitando a respetiva saída de forma segura do complexo desportivo, ou a sua transferência para setor seguro, em coordenação com os elementos da força de segurança;
 - f) designar o coordenador de segurança;
 - g) garantir que são cumpridas todas as regras e condições de acesso e de permanência de espetadores no recinto desportivo;
 - h) relativamente a quaisquer indivíduos aos quais tenha sido aplicada pena acessória, medida de coação, injunção ou regra de conduta que impeça o acesso a recintos desportivos, ou sujeitos a sanção ou medida cautelar de interdição de acesso a recintos desportivos aplicada pela APCVD, pelo organizador ou pelo promotor:
 - i. impedir o acesso ao recinto desportivo;

- ii. impedir a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelo clube, associação ou sociedade desportiva, no âmbito das previsões destinadas aos grupos organizados de adeptos ou a título individual;
- i) usar de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores de espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;
- j) não proferir ou veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão pouco adotar comportamentos desta natureza;
- k) zelar por que praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, coordenadores de segurança ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante o espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente o pessoal de segurança privada, ajam de acordo com os preceitos das alíneas i) e j);
- l) não apoiar, sob qualquer forma, grupos organizados de adeptos, em violação dos princípios e regras definidos no RJSED;
- m) zelar por que os grupos organizados de adeptos apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva participem do espetáculo desportivo sem recurso a práticas violentas, racistas xenófobas, ofensivas ou que perturbem a ordem pública ou o curso normal, pacífico e seguro da competição e de toda a sua envolvência, nomeadamente, no curso das suas deslocações e nas manifestações que realizem dentro e fora de recintos;
- n) manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, fornecendo-a às autoridades judiciais, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto na presente lei;
- o) a requisição de policiamento e pagamento dos respetivos encargos, nos termos previstos no decreto-lei n.º 216/2012, de 9 de outubro;
- p) desenvolver ações de prevenção socioeducativa, nos termos da lei;
- q) designar e comunicar à APCVD a lista de diretores de segurança, para efeitos do RJSED;
- r) corrigir e/ou implementar as medidas de segurança recomendadas pelas entidades policiais competentes;
- s) manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, nos termos do disposto na secção III do capítulo II, do RJSED, fornecendo-a às autoridades judiciais, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto no RJSED;
- t) reservar, nos recintos desportivos que lhe estão afetos, uma ou mais áreas específicas para os filiados dos grupos organizados de adeptos, devendo ser coincidentes com as ZCEAP;
- u) instalar e manter em funcionamento um sistema de videovigilância, de acordo com o preceituado nas leis aplicáveis;
- v) dispor, nos recintos desportivos que lhe são afetos, de acessos especiais para pessoas com deficiência ou incapacidades;

- w) emitir os títulos de ingresso nos termos estabelecidos no Regulamento das Competições e até ao limite da lotação do respetivo recinto desportivo;
 - x) criar ZCEAP nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas organizadas pela Liga Portugal e impedir que a elas acedam espetadores que não cumpram os requisitos previstos no artigo 11.º;
 - y) impedir a utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos por percussão mecânica e de sopro, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, ou dimensão inferior ou igual a 1 m por 1 m, quando estes acessórios sejam destinados a ser conjugados e que, desta forma, formem uma dimensão superior a 1m por 1m, que não sejam da responsabilidade dos clubes, nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições organizadas pela Liga Portugal fora das ZCEAP;
 - z) proceder ao envio, em perfeitas condições e quando solicitado pelas forças de segurança, pela APCVD ou pelo órgão disciplinar competente nos termos do Regulamento Disciplinar, da gravação de imagem e som e à cedência ou impressão de fotogramas captados, desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo;
 - aa) garantir que as coreografias promovidas pelo promotor do espetáculo desportivo ou pelo organizador da competição desportiva são previamente autorizadas pelas forças de segurança e pelo organizador;
 - bb) definir, mediante parecer prévio vinculativo da força de segurança territorialmente competente, áreas, no interior do recinto desportivo, onde é permitido o consumo e venda de bebidas alcoólicas, no respeito pelos limites definidos na lei;
 - cc) designar e garantir a presença de um Oficial de Ligação aos Adeptos nos espetáculos desportivos, nos termos definidos no anexo VII do Regulamento das Competições organizadas pela Liga Portugal.
2. O promotor do espetáculo desportivo, nos jogos considerados de risco elevado, além do respeito pelo que se encontra estabelecido no Regulamento das Competições, deve cumprir o seguinte:
- a) Diligenciar para que o recinto no qual vai ser realizado o jogo esteja dotado:
 - i. de lugares sentados, fixos ao chão, individuais e numerados, equipados com assentos de modelo oficialmente aprovado;
 - ii. de lugares apropriados para pessoas com deficiência e/ou incapacidades nomeadamente para pessoas com mobilidade condicionada, integrados nas áreas de visitado e visitante, e sempre que possível, também nas ZCEAP;
 - iii. de um sistema de videovigilância, em perfeitas condições de funcionamento, que permita o controlo visual de todo o recinto desportivo e respetivo anel ou perímetro de segurança, dotado de câmaras fixas ou móveis com gravação de imagem e som e impressão de fotogramas;
 - iv. de avisos afixados em local visível, em português e pelo menos numa das línguas oficiais da FIFA, que versem «*Para sua proteção este local encontra-se sob vigilância de um circuito fechado de televisão, procedendo-se à gravação de imagem e de som*»;

- v. de parques de estacionamento devidamente dimensionados para a respetiva lotação de espetadores, para pessoas com deficiência e ou incapacidades, para as forças de segurança, os clubes intervenientes, a equipa de arbitragem e para os delegados da Liga Portugal;
 - vi. das medidas de beneficiação determinadas pelas entidades legalmente competentes, para reforço da segurança e melhoria das condições higio-sanitárias.
- b) proceder à gravação de imagem e som do jogo, desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo, conservar os respetivos registos durante 45 dias e disponibilizar as imagens gravadas à Liga Portugal;
 - c) designar um coordenador de segurança e recorrer a assistentes desportivos, nos termos da lei;
 - d) proceder à instalação de setores devidamente identificados como zonas-tampão que permitam separar fisicamente os espetadores e assegurar uma rápida e eficaz evacuação do recinto desportivo, mesmo que tal implique a restrição de venda de bilhetes;
 - e) proceder à separação física dos adeptos, reservando-lhes zonas distintas;
 - f) providenciar no sentido de ser efetuado o acompanhamento e vigilância de grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para assistir a jogos que o clube desportivo ou sociedade anónima desportiva realize na condição de visitante;
 - g) não ceder ou vender bilhetes a grupos organizados de adeptos em número superior ao de filiados nesses grupos.
 - h) não permitir o acesso, nas áreas reservadas a grupos organizados de adeptos, a indivíduos que não sejam portadores de bilhete de onde conste o nome do seu titular.
 - i) controlar a venda de títulos de ingresso, através do recurso a meios mecânicos, eletrónicos ou eletromecânicos, a fim de assegurar o fluxo de entrada dos espetadores, impedir a reutilização do título de ingresso e permitir a deteção de títulos de ingresso falsos;
 - j) requisitar policiamento e suportar os encargos dos mesmos, nos termos da lei.
3. O promotor do espetáculo desportivo deverá ainda assegurar as seguintes medidas de serviço mínimas para adeptos de ambas as equipas, designadamente:
- a) disponibilizar previamente informação sobre as condições dos recintos e dos serviços disponíveis na sua proximidade, incluindo a relativa a locais de estacionamento e condições de acesso ao recinto;
 - b) manter em bom estado de conservação o acesso ao recinto, independentemente, na medida do razoável, das condições atmosféricas;
 - c) divulgar, de forma detalhada, os materiais/produtos de entrada e utilização proibidas no recinto desportivo;
 - d) garantir a existência de guarda-objetos, nos quais poderão ficar guardados, durante o evento, os materiais/produtos proibidos de entrar no recinto desportivo;
 - e) comunicar os procedimentos de entrada no recinto desportivo para pessoas de mobilidade reduzida e indicar a zona onde se localizam os lugares destes adeptos, preferencialmente abrigada dos fenómenos atmosféricos;
 - f) garantir bares e casas de banho em número suficiente, por setor ou bancada, para adeptos visitantes e visitados;

- g) informar previamente os adeptos da qualificação do risco atribuído ao evento desportivo;
- h) potenciar a existência de Fan Zones junto ao estádio;
- i) definir, na medida do possível, em colaboração com as forças de segurança um local de paragem seguro para adeptos da equipa visitante.

Artigo 7.º

Deveres do organizador da competição desportiva

O organizador do espetáculo desportivo tem os seguintes deveres:

- a) incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados;
- b) aplicar medidas sancionatórias aos seus adeptos envolvidos em perturbações da ordem pública, impedindo o acesso aos recintos desportivos nos termos e condições do respetivo regulamento ou promovendo a sua expulsão do recinto;
- c) usar de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores de espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;
- d) não proferir ou veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão pouco adotar comportamentos desta natureza;
- e) zelar por que praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, coordenadores de segurança ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente o pessoal de segurança privada, ajam de acordo com os preceitos das alíneas c) e d);
- f) desenvolver ações de prevenção socioeducativa, nos termos da lei;
- g) comunicar à APCVD a conclusão de procedimento por infração ao regulamento, no prazo de 15 dias, indicando a sanção aplicada ou o seu arquivamento;
- h) assegurar a segurança do espetáculo desportivo garantindo o cumprimento das medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor do espetáculo desportivo, nos termos do artigo 13.º do RJSED;
- i) publicar o RPV no seu sítio da internet, após aprovação e registo por parte da APCVD.

Artigo 8.º

Deveres do proprietário do recinto desportivo

O proprietário do recinto desportivo tem o dever de aprovar um regulamento interno em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público, no caso de o recinto não ser titularidade do promotor do espetáculo desportivo ou do organizador do espetáculo desportivo.

Artigo 9.º

Acesso de espetadores ao recinto desportivo

1. São condições de acesso dos espetadores ao recinto desportivo:

- a) ser maior de três anos, desde que acompanhado de um adulto, devidamente identificado, que se responsabilize;
- b) possuir título de ingresso e documento de identificação válidos;
- c) consentir na recolha da sua imagem e som;
- d) não estar sob a influência de álcool, estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo;
- e) aceitar submeter-se a testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas, sempre que solicitados pelos elementos das forças de segurança destacadas para o espetáculo desportivo;
- f) não entoar cânticos racistas ou xenófobos ou que incitem à violência;
- g) não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, violentas, de carácter racista, xenófobo, sexista, provocatório, político, religioso, ideológico ou que, de qualquer modo, incitem à violência ou à discriminação;
- h) aceitar e respeitar as normas do regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público;
- i) não transportar materiais comerciais ou promocionais, salvo os cedidos pelo promotor à entrada do espetáculo;
- j) não transportar câmaras de vídeo ou outro equipamento de gravação vídeo ou máquinas fotográficas com objetivas de longo alcance, exceto para uso privado e apenas com um conjunto de baterias de substituição ou recarregáveis;
- k) não transportar bebidas;
- l) consentir na revista pessoal e de bens, de prevenção e segurança, com o objetivo de detetar e/ou impedir a entrada ou existência de objetos ou substâncias proibidos ou suscetíveis de possibilitar atos de violência;
- m) não transportar ou trazer consigo objetos, materiais ou substâncias suscetíveis de constituir uma ameaça à segurança, perturbar o processo do jogo, impedir ou dificultar a visibilidade dos outros espetadores, causar danos a pessoas ou bens e/ou gerar ou possibilitar atos de violência, nomeadamente:
 - i. bolas, chapéus-de-chuva, capacetes;
 - ii. animais, salvo cães guia ou cães-polícia quando permitido o seu acesso nos termos da lei;
 - iii. armas de qualquer tipo, munições ou seus componentes, bem como quaisquer objetos contundentes, nomeadamente facas, dardos, ferramentas ou seringas;
 - iv. projéteis de qualquer tipo tais como cavilhas, pedaços de madeira ou metal, pedras, vidro, latas, garrafas, canecas, embalagens, caixas ou quaisquer recipientes que possam ser arremessados e causar lesões;
 - v. objetos volumosos como escadas de mão, bancos ou cadeiras;
 - vi. substâncias corrosivas ou inflamáveis, explosivas ou pirotécnicas, líquidos e gases, fogo-de-artifício, foguetes luminosos (*very-lights*), tintas, bombas de fumo ou outros materiais pirotécnicos;
 - vii. latas de gases aerossóis, substâncias corrosivas ou inflamáveis, tintas ou recipientes que contenham substâncias prejudiciais à saúde ou que sejam altamente inflamáveis;

- viii. buzinas, rádios e outros instrumentos produtores de ruídos;
 - ix. apontadores laser ou outros dispositivos luminosos que sejam capazes de provocar danos físicos ou perturbar a concentração ou o desempenho dos atletas e demais agentes desportivos;
 - x. megafones e outros instrumentos produtor de ruído, por percussão mecânica e de sopro, sem prejuízo do disposto no artigo 11.º;
 - xi. bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes, sem prejuízo do disposto no artigo 11.º;
 - xii. bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão inferior ou igual a 1 m por 1 m, quando estes acessórios sejam destinados a ser aglomerados e que, desta forma, formem uma dimensão superior a 1 m por 1 m, sem prejuízo do disposto no artigo 11.º.
- n) não se encontrar sujeito a medida de coação, injunção ou regra de conduta que impeça o acesso a recintos desportivos, ou sujeito a sanção ou medida cautelar de interdição a acesso a recinto desportivo, aplicada pela APCVD ou, nos termos da regulamentação da Liga Portugal, ou pelo promotor.
2. Para os efeitos da alínea d) do número anterior, consideram-se sob influência de álcool os indivíduos que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,8 g/l.
3. É vedado o acesso ao recinto desportivo a todos os espetadores que não cumpram o previsto no n.º 1, igualmente aplicável a pessoas com deficiências e/ou incapacidades com as devidas adaptações relativas aos objetos seus auxiliares.

Artigo 10.º

Permanência dos espetadores no recinto desportivo

1. São condições de permanência dos espetadores no recinto desportivo:
- a) cumprir o presente regulamento, o regulamento interno de segurança e de utilização dos espaços públicos do recinto desportivo;
 - b) manter o cumprimento das condições de acesso e segurança, previstas no artigo anterior;
 - c) não obstruir as vias de acesso e evacuação, especialmente as vias de emergência, sem prejuízo do uso das mesmas por pessoas com deficiências e incapacidades;
 - d) não aceder às estruturas e instalações não destinadas à utilização do público, particularmente fachadas, vedações, muros, redes metálicas, barreiras, postes de iluminação, plataformas para câmaras, árvores, mastros ou qualquer tipo de coberturas, telhados, túneis, resguardos e outros aparelhos ou construções;
 - e) não entrar no terreno de jogo ou na área ao redor do terreno de jogo;
 - f) não aceder às áreas de acesso reservado ou não destinadas ao público em geral;
 - g) não circular de um setor para outro;
 - h) não escrever, pintar ou afixar, seja o que for, nas instalações ou corredores do recinto desportivo;
 - i) não arremessar quaisquer objetos ou líquidos para o interior do recinto desportivo;

- j) não possuir ou utilizar material produtor de fogo-de-artifício, quaisquer engenhos pirotécnicos, fumígenos ou produtores de efeitos análogos e, produtos explosivos, nos termos da lei;
 - k) não ultrajar ou faltar ao respeito que é devido aos símbolos nacionais;
 - l) não consumir bebidas alcoólicas em zonas não reservadas para o efeito;
 - m) não vender bens ou bilhetes, distribuir material impresso ou desenvolver qualquer outra atividade promocional ou comercial, sem a prévia autorização da Liga Portugal ou do promotor do jogo;
 - n) não gravar, transmitir ou difundir sons, imagens, descrições ou resultados do jogo, no todo ou em parte, através de qualquer meio ou ajudar quaisquer pessoas na realização destas atividades, salvo quando para uso exclusivamente privado;
 - o) não praticar atos violentos, ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou entoar cânticos, de caráter racistas ou xenófobo, ou que, de qualquer modo, incitem à violência, ao racismo ou à xenofobia, à intolerância ou a qualquer forma de discriminação ou que traduzam manifestações de ideologia política;
 - p) não recusar submeter-se aos testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas ou cujos testes tenham resultado positivo.
2. Todos os que acedam ao recinto desportivo obrigam-se ainda a cumprir as demais instruções da Liga Portugal, promotor, pessoal de segurança, ARDs, força policial, bombeiros ou serviços de emergência.
3. O incumprimento das condições previstas no presente artigo e no artigo anterior implica o afastamento imediato do recinto desportivo a efetuar, nas situações previstas nas alíneas d) e m) do n.º 1 do artigo anterior e nas alíneas g), i), k) e o) do n.º 1 do presente artigo pelas forças de segurança e nos restantes casos pelos assistentes do recinto desportivo.

Artigo 11.º

Acesso e permanência dos grupos organizados de adeptos

- 1. É aplicável ao grupo organizado de adeptos o estabelecido nos artigos 9.º e 10.º sendo sempre obrigatória a revista pessoal aos mesmos e seus bens.
- 2. Os grupos organizados de adeptos podem, excecionalmente, nas ZCEAP, utilizar os seguintes materiais ou artigos:
 - a) instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa;
 - b) bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, desde que, cumulativamente:
 - i. sejam utilizados em coreografias de apoio aos clubes;
 - ii. não excedam os limites físicos do setor.
- 3. O disposto no número anterior carece de autorização prévia conjunta do promotor do jogo e das forças de segurança e serviços de emergência.
- 4. A GOA registados na APCVD, estando reunidos todos os pressupostos legais e regulamentares (incluindo o disposto no número anterior) e de segurança, deve ser permitida a entrada de, pelo menos, uma tarja ou bandeira de dimensão superior a 1m por 1m, de um megafone e de outro

instrumento produtor de ruído, por percussão mecânica e de sopro, desde que os respetivos portadores comprovem a sua filiação no GOA.

5. O disposto na alínea b) do n.º 2 carece da autorização do promotor do jogo, solicitada no prazo que para tal for definido no regulamento interno de segurança adotado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º.

SECÇÃO II

PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS E DE SEGURANÇA NOS JOGOS DE RISCO ELEVADO

Artigo 12.º

Qualificação dos jogos

1. Os jogos das competições organizadas pela Liga Portugal podem ser qualificados de risco elevado nível 1 quando assim for definido por despacho do presidente da APCVD, nos termos definidos no RJSED.
2. Ao longo da época desportiva, a Liga Portugal pode requerer a qualificação de risco elevado nível 1 de jogos adicionais, nos termos da lei, nomeadamente com base nos seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica dos clubes;
 - b) classificação dos clubes;
 - c) histórico disciplinar dos clubes;
 - d) fase da competição.

Artigo 13.º

Responsabilidade pela segurança

A responsabilidade pela manutenção da ordem e da segurança no interior dos recintos desportivos é do Diretor de Segurança, representante do promotor do espetáculo desportivo e por este designado, cujas competências se encontram definidas no Regulamento das Competições (atual artigo 55.º).

Artigo 14.º

Segurança privada

1. O promotor do espetáculo desportivo verifica e mantém cópia atualizada do alvará da empresa de segurança que preste serviço nos seus jogos de forma a comprovar a respetiva habilitação para a prestação do serviço.
2. Nos jogos das competições organizadas pela Liga Portugal, o promotor do espetáculo desportivo deve assegurar a presença de um coordenador de segurança.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS EM CASO DE MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA, RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA

SECÇÃO ÚNICA

PROCEDIMENTOS EM TODOS OS JOGOS DAS COMPETIÇÕES

Artigo 15.º

Procedimento em caso de racismo, xenofobia e intolerância

1. Caso, durante a realização de um jogo das competições organizadas pela Liga Portugal ocorram os comportamentos descritos no artigo 113.º do Regulamento Disciplinar, o árbitro principal deve, na primeira paragem de jogo que lhes suceda, dirigir-se ao delegado da Liga Portugal, reportando-lhe que irá dar início ao procedimento descrito nos números seguintes, o que o delegado da Liga Portugal fará constar do respetivo relatório.
2. Se, depois da participação nos termos descritos no número anterior, os comportamentos nele referidos não cessarem ou voltarem a ocorrer, o árbitro deverá parar o jogo e solicitar ao delegado da Liga Portugal que dê instruções ao clube visitado para que o seu *speaker* leia o seguinte aviso, através do sistema de som do estádio: «*O jogo está parado por causa de comportamentos racistas, xenófobos e intolerantes, que não têm lugar no futebol profissional. Apelamos a que cessem esse tipo de comportamentos, sob pena de o jogo não prosseguir.*»
3. Se, nos 5 minutos após a leitura do aviso descrito no número anterior, os comportamentos referidos no n.º 1 não cessarem, o árbitro dá:
 - a) o jogo por formalmente interrompido, dando disso conhecimento ao diretor de campo;
 - b) ordem aos jogadores para regressarem aos balneários;e o delegado da Liga Portugal dá instruções ao clube visitado para que o seu *speaker* leia o seguinte aviso, através do sistema de som do estádio: «*O jogo foi interrompido por causa de comportamentos racistas, xenófobos e intolerantes, que, se não cessarem nos próximos 5 minutos levarão à evacuação do estádio.*»
4. Decorrido novo período de 5 minutos sem que os comportamentos referidos no n.º 1 cessem, o diretor de segurança promove a evacuação do estádio, em coordenação com o comandante da força de segurança pública.
5. Após a evacuação do estádio nos termos do número anterior, o tempo de jogo completar-se-á nas condições descritas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 46.º do Regulamento Disciplinar.
6. É dever especial do diretor de campo, do diretor de segurança e dos oficiais de ligação aos adeptos presentes no estádio participar ao delegado da Liga Portugal e ao quarto árbitro a ocorrência dos comportamentos referidos no n.º 1, quando deles tenham perceção, para o efeito do desencadeamento dos procedimentos descritos nos n.ºs 2 e seguintes.
7. Quando os comportamentos descritos no presente artigo se circunscrevam às zonas com condições especiais de acesso e permanência, a medida prevista no n.º 4 do artigo 16.º apenas se aplica à zona onde se verificaram os comportamentos, desaplicando-se, em consequência, o disposto no n.º 5 do mesmo artigo.

8. A adoção do procedimento estabelecido no presente artigo não exclui a responsabilidade disciplinar que no caso se venha a apurar.

Artigo 16.º

Procedimento em caso de deflagração de pirotecnia

1. Caso durante a realização de um jogo das competições organizadas pela Liga Portugal ocorra a deflagração de artefactos pirotécnicos que comprometa o desenrolar do espetáculo desportivo determinando o árbitro principal a, justificadamente, interromper o jogo ou adiar o seu início ou reinício, o delegado da Liga Portugal dá instruções ao clube visitado para que o seu *speaker* leia o seguinte aviso, através do sistema sonoro do estádio: «O jogo está parado por utilização ilegal de artefactos pirotécnicos. Apelamos a que cessem de imediato este comportamento.».
2. A mesma diligência será feita pelo delegado da Liga Portugal no caso de deflagração de artefactos pirotécnicos que, ainda que não determinando o árbitro principal a interromper o jogo ou adiar o seu início ou reinício, pela sua reiteração ou perigosidade razoavelmente o recomendem, sendo o aviso a emitir pelo *speaker* através do sistema sonoro do estádio o seguinte: «O jogo está em risco de ser parado por utilização ilegal de artefactos pirotécnicos. Apelamos a que cessem de imediato este comportamento.».
3. A adoção do procedimento estabelecido neste artigo não exclui a responsabilidade disciplinar que no caso se venha a apurar.

Artigo 17.º

Procedimento em caso de arremesso de objetos

1. Caso durante a realização de um jogo das competições organizadas pela Liga Portugal ocorra arremesso de objetos que comprometa o desenrolar do espetáculo desportivo determinando o árbitro principal a, justificadamente, interromper o jogo ou adiar o seu início ou reinício, o delegado da Liga Portugal dá instruções ao clube visitado para que o seu *speaker* leia o seguinte aviso, através do sistema sonoro do estádio: «O jogo está parado por arremesso de objetos. Apelamos a que cessem de imediato este comportamento.».
2. A adoção do procedimento estabelecido no número anterior não exclui a responsabilidade disciplinar que no caso se venha a apurar.

Artigo 18.º

Procedimento em caso de obstrução das vias de evacuação

Cabe ao diretor de Segurança, por si ou por sua indicação, zelar por que em caso de obstrução das vias de evacuação seja feita a sensibilização dos adeptos que julgue necessária.

CAPÍTULO IV REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 19.º

Norma remissiva

A tipificação dos ilícitos disciplinares por atos de violência e respetivo sancionamento, incluindo as previstas nos artigos 46.º a 49.º do RJSED, são reguladas no Regulamento Disciplinar.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no início da época desportiva de 2015-16 e encontra-se sujeito a registo junto da APCVD.

ANEXO VII

MANUAL DO OFICIAL DE LIGAÇÃO AOS ADEPTOS

Introdução

Em desenvolvimento do disposto no Regulamento das Competições organizadas pela Liga Portugal (atual artigo 57.º) e em linha com o *UEFA Supporter Liaison Officer Handbook*, o presente manual começa por definir o conceito e as competências dos OLA para seguidamente apresentar um conjunto de boas práticas cuja adoção é recomendada aos funcionários dos clubes chamados a desempenhar aquelas funções.

O presente manual serve também o propósito de reconhecer o papel indispensável dos adeptos na organização e promoção dos espetáculos desportivos.

Definição

O OLA é a pessoa responsável por assegurar a comunicação eficaz entre os adeptos e o seu clube, os demais clubes, a Liga Portugal e as forças de segurança pública e privada, com o propósito de facilitar a organização dos jogos, a movimentação dos adeptos e de prevenir comportamentos desviantes, nomeadamente os que são objeto do ANEXO VI ao Regulamento das Competições.

Deveres do OLA

Além das competências referidas no Regulamento de Competições (artigo 57.º), são deveres dos OLA:

- comunicar aos adeptos as deliberações da direção do clube que, não sendo confidenciais, sejam de especial relevo para o clube e os seus adeptos;
- transmitir as necessidades, sugestões e preocupações dos adeptos à direção do clube, diligenciando para que obtenham a devida resposta;
- auxiliar os grupos organizados de adeptos (ao diante, GOA) no respetivo registo junto da APCVD, prestando-lhes as informações necessárias ao cumprimento da lei (nomeadamente a lei n.º 39/2009, de 30 de julho) e dos regulamentos, instando-os a manter atualizado o registo dos seus filiados e reunindo regularmente com os porta-vozes do grupo;
- cooperar e auxiliar os responsáveis do clube pela segurança, as forças de segurança pública, ARDs, os serviços de bombeiros e de proteção civil e os serviços de urgência médica, no sentido de contribuir para que o espetáculo desportivo decorra regularmente;
- contactar, trocar informações e articular a organização dos adeptos com os OLA dos clubes adversários do seu, nas semanas que antecedem os jogos, para que receba e providencie toda a informação relevante, no sentido de contribuir para que o espetáculo desportivo decorra regularmente;
- prestar especial atenção às condições de viagem e assistência aos jogos dos adeptos mais vulneráveis, particularmente, as crianças, os idosos, os deficientes, as famílias e os grupos sub-representados e chamar a atenção do seu clube, ou dos clubes que visite, para a necessidade de melhorar as condições da respetiva receção;

- g) reunir regularmente com o diretor e coordenador de segurança do seu clube e dos clubes que visite, fornecendo e solicitando toda a informação relevante para a organização de um jogo seguro;
- h) quando o seu clube jogue na condição de visitado, o OLA deve reunir com o seu congénere do clube visitante e prestar-lhe todas as informações necessárias e úteis para que os adeptos visitantes tenham uma experiência agradável no seu estádio;
- i) responder aos adeptos que o interpelem fornecendo informações claras e precisas;
- j) acompanhar a intervenção dos adeptos nas redes sociais, nas páginas do clube, dos GOA e de grupos informais de adeptos na internet e nos fóruns, procurando promover, através de intervenções ponderadas e sensatas, uma cultura positiva em relação ao clube, aos jogadores, às equipas de arbitragem, aos clubes adversários;
- k) assistir às formações promovidas pela Liga Portugal e pela FPF que se destinem aos OLA e reunir com o coordenador dos OLA da Liga Portugal.
- l) manter ligação com as demais organizações de adeptos nacionais e internacionais para troca de experiências;
- m) manter a confidencialidade das informações do clube ou dos adeptos que tenham essa natureza e tenha adquirido no exercício, ou por causa do exercício, das suas funções.
- n) estar presente e permanentemente contactável, salvo nos jogos que o seu clube realize na condição de visitante e para que não requisite bilhética;
- o) colaborar com a força de segurança responsável pelo policiamento na definição de um plano de deslocação dos grupos organizados de adeptos que assegure o cumprimento de antecedências mínimas de entrada, permitindo a sua acomodação antes do início do jogo.

Deveres do clube perante o OLA

O clube deve habilitar o seu OLA com todas as condições para o exercício das suas funções, devendo, designadamente:

- a) permitir ao OLA uma atuação independente, livre de pressões ou tentativas de condicionamento ilegítimas ao desempenho das respetivas funções;
- b) sem prejuízo do disposto na alínea precedente, o OLA responde perante o clube e está sujeito às suas instruções;
- c) fornecer-lhe as condições materiais para atuar eficazmente (no mínimo uma conta de correio eletrónico institucional e um local de trabalho com telefone e ligação à internet), disponibilizando-lhe informação relevante para os adeptos, reunindo com ele, quando razoavelmente o solicite, ouvindo e dando resposta às informações dos adeptos por ele transmitidas.

Requisitos para o exercício da função

São requisitos mínimos para o exercício da função de OLA:

- a) ser maior de idade;
- b) estar disponível para acompanhar a equipa do clube e os adeptos nos jogos que esta dispute na condição de visitada e nas diversas deslocações pelo país e no estrangeiro;
- c) boas competências de comunicação e de resolução de conflitos;

- d) capacidade para trabalhar em equipa;
- e) conhecimentos básicos de informática na ótica do utilizador.

São requisitos recomendáveis para o exercício da função de OLA:

- a) ser titular de carta de condução;
- b) ter excelentes capacidades de comunicação, saber ouvir, saber negociar e ser assertivo;
- c) conhecer profundamente a lei e os regulamentos da Liga Portugal em matéria de organização de jogos, infraestruturas e segurança;
- d) ter experiência profissional, ou de voluntariado, em áreas relevantes para as funções de OLA;
- e) ter formação específica nas áreas de segurança e gestão de conflitos;
- f) bom domínio do Inglês e de outra língua europeia relevante;
- g) conhecimentos aprofundados de informática na ótica do utilizador e domínio das plataformas sociais e outros meios de comunicação de massas;
- h) a frequência de formação ministrada pela Liga Portugal, no início de cada época desportiva, contemplando modelos presenciais e à distância.

Designação pelo clube

O OLA deve ser designado pelo clube.

Após a designação do OLA, o clube deve promover a publicação da sua identidade, utilizando, para o efeito, plataformas de divulgação que permitam o seu efetivo conhecimento pelos adeptos.

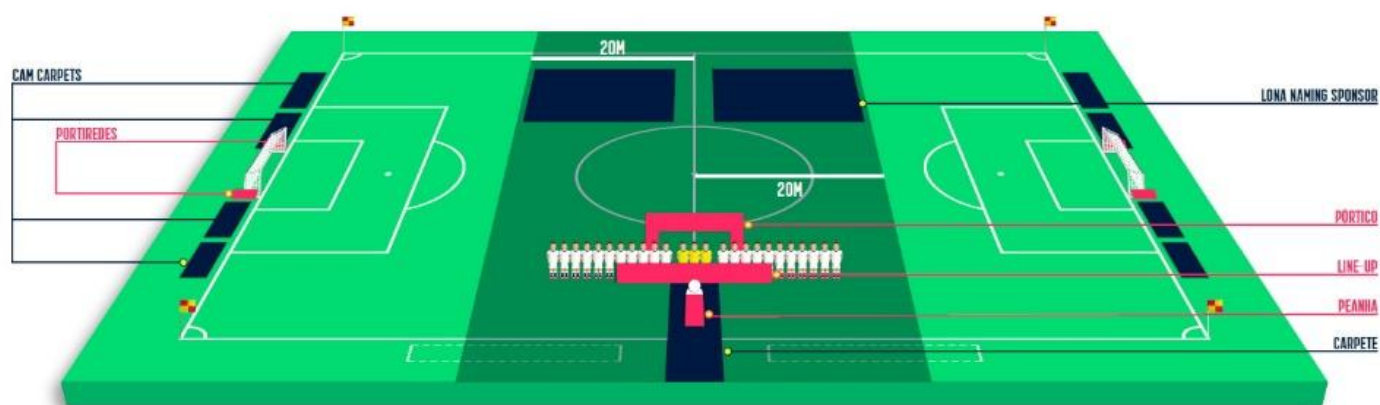
A pessoa indicada como OLA pelo clube não pode nele desempenhar funções de segurança (diretor ou coordenador de segurança, assistente de recinto desportivo).

Recomendações

Em tudo o mais não previsto neste Manual, designadamente em matéria de boas práticas, remete-se para o UEFA *Supporter Liaison Officer Handbook*, disponível na página da UEFA na internet e cuja tradução se encontra disponível na página da FPF, sob a designação Manual do Oficial de Ligação com os Adeptos OLA, bem como os casos práticos e os recursos, contactos e ligações nele apresentados.

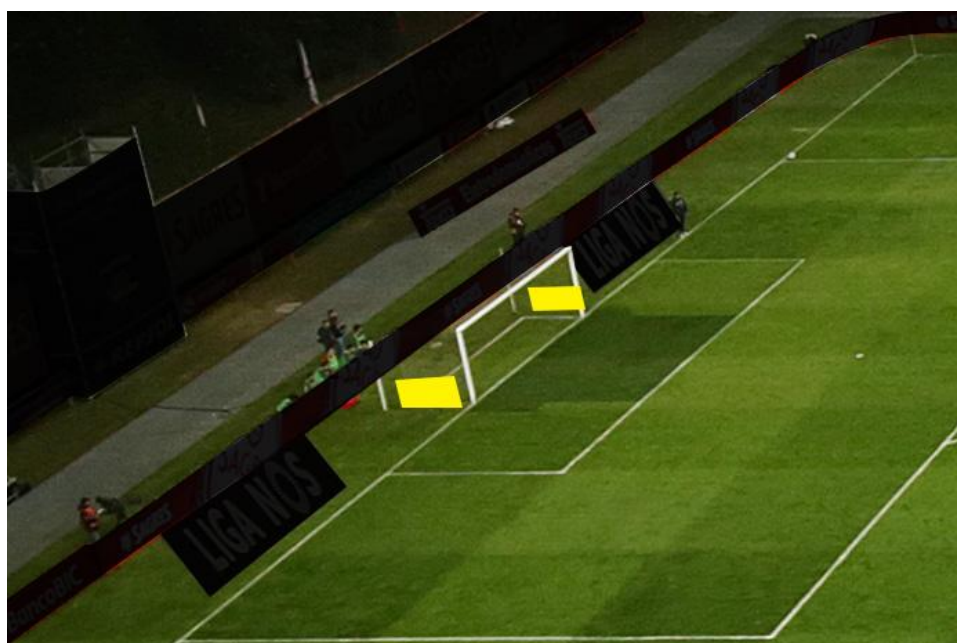
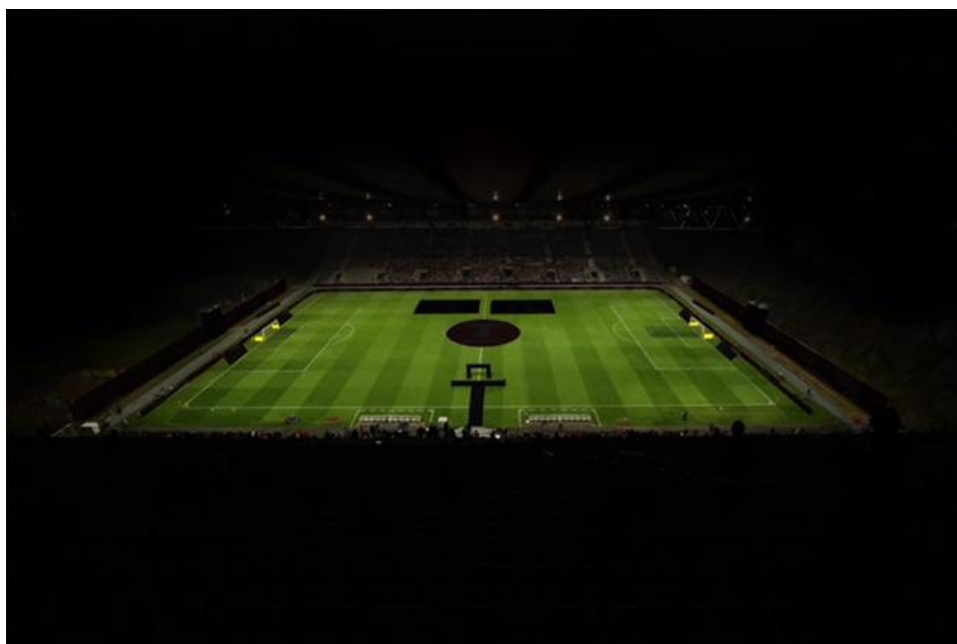
ANEXO VIII

MAQUETE REFERIDA NO N.º 1 DO ARTIGO 83.º REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES



ANEXO IX

MAQUETE REFERIDA NO N.º 3 DO ARTIGO 83.º REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES



ANEXO X

PLANO DE CÂMARAS MÍNIMO PARA EFEITOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO VÍDEO-ÁRBITRO NAS COMPETIÇÕES PROFISSIONAIS DA LIGA PORTUGAL

No âmbito da implementação do vídeo-árbitro a Liga Portugal define um plano mínimo de câmaras que garanta um padrão de qualidade alto, equitativo e consistente para cobertura televisiva de todos os jogos, cuja exigência se justifica sobretudo pela aplicação do vídeo-árbitro nas competições profissionais.

Este plano tem em conta a participação em *workshops* do IFAB, a versão 8 do protocolo do VAR e a consulta de operadores televisivos com vasta experiência de produção e transmissão de jogos de futebol.

Compete ao Delegado da Liga Portugal, no quadro da vistoria técnica prévia à realização dos jogos, fiscalizar se o suprarreferido Plano de Câmaras está a ser respeitado, relatando qualquer incumprimento.

A implementação deste plano mínimo é responsabilidade dos clubes visitados.

O clube visitado e o operador televisivo (*host broadcaster*) deverão assegurar que as posições de câmaras abaixo identificadas serão acomodadas nos locais identificados, salvo qualquer razão de segurança ou risco. Todas as câmaras deverão respeitar a distância mínima desde as linhas do terreno de jogo até à posição dos bancos de suplentes como referenciados no Diagrama constante do número 2 do presente ANEXO XI.

Na impossibilidade de colocação das câmaras nos locais abaixo identificados, em função de questões de espaço no Estádio, segurança ou risco, novos locais de colocação de câmaras poderão ser definidos mediante aprovação em vistoria a realizar por parte da Liga Portugal e da FPF, sem embargo, a alteração da localização no plano de câmaras não poderá restringir o plano de captação de imagens que a figura infra disposta contempla, restringindo ou condicionando algum ângulo ou perspetiva, especialmente considerando o princípio de igualdade de meios que é exigido ao funcionamento do Vídeo-Árbitro para garantir os princípios da ética, justiça, lealdade e verdade desportiva.

A Liga Portugal e os seus associados consideram que dever haver um número mínimo de câmaras para a implementação do vídeo-árbitro. O plano mínimo recomendado para a Liga Portugal 1 consiste no seguinte número de câmaras e posições definidos no quadro e representação gráfica das páginas seguintes.

A implementação de VAR na Liga Portugal 2 será feita de acordo com as definições técnicas acordadas entre a Liga Portugal e a FPF.

REGULAMENTO DAS COMPETIÇÕES

ORGANIZADAS PELA LIGA PORTUGAL

N.º CÂMARA(S)	NOME CÂMARA(S)	DESCRIÇÃO
1 & 2	Master – ângulo aberto Master – ângulo fechado	Posicionadas na tribuna principal, alinhadas exatamente com a linha de meio-campo. Estas câmaras devem estar protegidas do sol e devem ter uma vista desimpedida do terreno de jogo. Uma deve funcionar em ângulo aberto e a outra em ângulo fechado com a possibilidade de utilização de zoom. Uma das Câmaras, a Principal servirá para garantir a emissão de grande plano do campo e a outra, a <i>Close-Up</i> (com tamanho mínimo de lente = 75 x), servirá para garantir os planos aproximados de todo o campo, permitindo o zoom sobre os jogadores e outros agentes desportivos.
3	Câmara Fixa para ângulos no terreno de jogo	Câmara fixa no centro do campo ao nível do relvado. Esta câmara está posicionada entre os bancos com vista desimpedida do terreno de jogo e terá um tamanho mínimo de lente = 55 x.
4 & 5	Câmaras de fora de jogo (lado direito e lado esquerdo)	Estas câmaras estão na tribuna principal e normalmente alinhadas com a linha de 16 metros, no mesmo nível ou em cota superior à câmara principal.
6 & 7	Câmaras de baliza (lado direito e lado esquerdo)	Câmaras colocadas em posição fixa por detrás das balizas, ao nível do relvado, localizadas no lado mais próximo da tribuna principal onde está localizada a câmara principal.
8	Câmara de ângulo inverso	Câmara localizada na tribuna oposta à principal para cobertura de ângulo oposto.
9 & 10	<i>Steadicams</i>	As <i>Steadicams</i> serão câmaras fixas que deverão ser instaladas do lado da tribuna principal, cobrindo, cada uma, uma metade do terreno de jogo. Estas câmaras apenas poderão operar até 5 metros a partir da área técnica, estando posicionadas de frente para o terreno de jogo, por forma a recolher as imagens do terreno de jogo que não resultam obrigatoriamente do acompanhamento da bola, cobrindo sobretudo a extensão final do terreno de jogo, as balizas e as linhas de fundo.

A representação gráfica destes planos de câmara é a seguinte:



Nota:

O diagrama supra mostra o *set-up standard*. Os detalhes adicionais ficarão sujeitos às condições de cada estádio, sempre salvaguardando o referido no preâmbulo do presente ANEXO X. Todos os equipamentos serão posicionados salvaguardando os riscos para jogadores, treinadores e outros agentes desportivos.

ANEXO XI REGULAMENTO DE EQUIPAMENTOS

CAPÍTULO I ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Artigo 1.º

Objeto e âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece as normas relativas à utilização dos equipamentos dos jogadores, equipa de arbitragem e apanha bolas nas competições organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (Liga Portugal), bem como ao procedimento para a respetiva autorização pela Liga Portugal.

Artigo 2.º

Disposição preliminar

É correspondentemente aplicável a este regulamento o disposto no artigo 2.º do Regulamento das Competições organizadas pela Liga Portugal.

CAPÍTULO II PROCESSO DE APROVAÇÃO

Artigo 3.º

Equipamento desportivo

1. Para o efeito deste regulamento, entende-se por “equipamento” o vestuário e outras peças de equipamento desportivo utilizados pelos seguintes intervenientes nos jogos oficiais das competições organizadas pela Liga Portugal:
 - a) Jogadores de campo;
 - b) Guarda-redes;
 - c) Coletes de aquecimento dos jogadores suplentes;
 - d) Equipa de arbitragem;
 - e) Apanha-bolas.
2. Os agentes desportivos referidos no número anterior estão obrigados ao cumprimento deste regulamento.

Artigo 4.º

Princípios gerais

1. O equipamento a utilizar nas competições organizadas pela Liga Portugal é sujeito a aprovação pela Liga Portugal, nos termos deste regulamento, sendo vedada a utilização de equipamento não aprovado.
2. Será recusada a autorização para a utilização de artigos, logótipos, imagens, mensagens, etc. que ofendam os bons costumes ou transmitam mensagens políticas, religiosas ou de cariz racial.
3. As mensagens comerciais apenas são permitidas nos termos expressamente previsto neste regulamento.
4. O equipamento dos guarda-redes, efetivo e suplente, deve ser de cor igual em cada jogo.

Artigo 5.º

Comunicação dos equipamentos

1. Os clubes são obrigados a comunicar à Liga Portugal, até 30 dias antes do primeiro jogo das competições organizadas pela Liga Portugal, as cores e padrões dos equipamentos:
 - a) principal dos guarda-redes, que deve ser de cor distinta de todos os outros jogadores e dos membros da equipa de arbitragem, devendo possuir sempre dois tipos de calções de cor distinta;
 - b) principal dos demais jogadores de campo;
 - c) dois equipamentos alternativos dos guarda-redes e dos jogadores de campo, devendo garantir-se que pelo menos um deles não é confundível com os outros dois.
2. A comunicação referida no número anterior deve consistir dos modelos publicados em comunicado oficial e uma maquete A4 a cores, com indicação expressa das frentes e costas das camisolas, calções e meias, bem como o registo fotográfico dos equipamentos, que podem ser apresentados em formato digital, desde que até ao 15.º dia anterior ao início da competição sejam entregues na Liga Portugal os respetivos originais.
3. Os clubes podem ainda indicar outros equipamentos alternativos que não ficam sujeitos à condição de distinguibilidade referida na parte final da alínea c) do n.º 1.
4. Quaisquer alterações aos equipamentos comunicados, devem ser informadas à Liga Portugal com a antecedência mínima de 10 dias em relação ao jogo em que se pretenda usar o novo equipamento.

Artigo 6.º

Divulgação dos equipamentos autorizados

1. Caso os equipamentos comunicados pelos clubes não estejam em condições de ser autorizados pela Liga Portugal, por violarem alguma norma deste regulamento ou das Leis do Jogo, a Liga Portugal procede à notificação do clube para que apresente equipamento substitutivo no prazo de cinco dias úteis.
2. A Liga Portugal comunica aos clubes, até sete dias antes do primeiro jogo de cada jornada, os equipamentos a utilizar pelos respetivos jogadores.

3. Os clubes dispõem do prazo de três dias úteis, contados da data da comunicação referida no número anterior, para requerer alterações, que serão apreciadas casuisticamente.
4. Decorrido o prazo referido no número anterior, a Liga Portugal dá informação ao Conselho de Arbitragem sobre os equipamentos dos jogadores de cada clube, através de comunicação acompanhada de registo fotográfico dos equipamentos.
5. Caso, no dia de jogo, por razões excecionais e devidamente fundamentadas pela equipa de arbitragem, esta entenda que deve haver alteração dos equipamentos de jogo, será alterado o equipamento da equipa visitada.

CAPÍTULO III

EQUIPAMENTO DOS JOGADORES

Artigo 7.º

Material dos equipamentos

Nenhuma peça do vestuário de jogo ou material usado pode ser reflexivo ou mudar a sua cor ou aparência devido a influência externa (pressão, luz, água, etc.).

Artigo 8.º

Critérios de seleção dos equipamentos

1. Por princípio, a equipa visitada usa o seu equipamento principal, salvo acordo dos clubes em contrário.
2. Pode ser requerido às equipas que misturem, exceionalmente, o equipamento principal e alternativos (camisola, calção e meias) para se alcançar a necessária distinguibilidade dos equipamentos.
3. O capitão de equipa deve usar braçadeira de cor diferente do respetivo equipamento, que facilmente o identifique perante a equipa de arbitragem. O uso de braçadeiras de outra natureza está sujeito a prévia autorização da Liga Portugal.

Artigo 9.º

Números e nomes

1. As camisolas e calções dos jogadores serão obrigatoriamente numerados de acordo com as seguintes regras:
 - a) a numeração das camisolas é feita nas costas, de forma bem visível, devendo, para este fim, ser colocada em caixa de cor diferente quando as cores, ou o padrão, do equipamento assim o exijam;
 - b) a numeração nos calções é feita na parte frontal direita ou esquerda, em cor diferente dos mesmos;
 - c) os números nas camisolas devem ter, pelo menos, 25cm de altura e nos calções, pelo menos, 10cm de altura;

- d) os números nas camisolas das Liga Portugal 1 e Liga Portugal 2 e nos calções devem obedecer ao modelo aprovado (*design* e *lettering*) pela Liga Portugal, e conter o logótipo da Liga Portugal com as áreas de 10cm² e 2,5cm², respetivamente, salvo se existir logótipo do patrocinador principal da competição e a sua colocação vier a ser determinada pela Liga Portugal;
 - e) a numeração de cada jogador e em cada clube será a mesma durante toda a época, de acordo com a informação do plantel prestada pelos clubes à Liga Portugal através dos modelos iniciais de plantel A e B ou do modelo C;
 - f) com exceção do n.º 1, que deve ser exclusivamente atribuído aos guarda-redes, todos os outros números podem ser atribuídos aos demais jogadores.
- 2. Além do previsto na alínea a) do número anterior, é também autorizada a inscrição dos números na frente das camisolas, desde que não ultrapassem os 10 cm de altura.
 - 3. Em casos excecionais o árbitro pode permitir a participação em jogo de jogadores que não se encontrem nas condições aludidas no n.º 1, considerando-se como atos de conduta incorreta, a falta, troca e arrancamento de números devendo justificar a sua opção em sede de relatório de jogo.
 - 4. É autorizada a inscrição, nas costas da camisola, do nome abreviado do jogador, em letras de 10cm de altura, acima ou abaixo do número.

Artigo 10.º

Emblema do clube

- 1. É obrigatória a inclusão do emblema do clube, que pode constar apenas uma vez na camisola, no calção e em cada meia, e deve respeitar as seguintes dimensões e lugares:
 - a) camisola: no máximo 100cm² na frente da camisola, à altura do peito;
 - b) calções: no máximo 50cm² na frente da perna esquerda ou direita;
 - c) meias: no máximo 50cm² sobre cada uma das meias, num lugar à escolha.
- 2. O nome do clube, ou uma abreviatura deste, pode constar, uma única vez, na frente da camisola, nas costas da camisola, nos calções e em cada uma das meias, nas seguintes situações:
 - a) na frente da camisola, calções e meias desde que colocado acima do emblema do clube, nas costas da camisola abaixo do respetivo número ou na gola;
 - b) não pode exceder os 12cm de largura e 2cm de altura, com exceção da inscrição nas costas da camisola abaixo do número de jogador, onde a altura não pode exceder os 7,5cm;
 - c) o grafismo pode ser escolhido livremente.
- 3. Para além do nome oficial, podem constar inscrições alusivas, designadamente, ao título de campeão ou de multivencedor as quais não devem conter qualquer tipo de publicidade ou mensagem comercial estando sujeitas a prévia aprovação da Liga Portugal.
- 4. O clube campeão da Liga Portugal 1 deverá utilizar um emblema alusivo à conquista do referido campeonato, apostado na zona frontal da camisola, entre o emblema do clube e o logótipo da marca desportiva fornecedora do equipamento, não devendo ultrapassar a dimensão de 50cm².
- 5. A imagem do emblema será aprovada pela Liga Portugal, sendo obrigatória a sua utilização.

6. Os emblemas de campeão, que não terão referência publicitária, serão fornecidos pela Liga Portugal, até 15 dias antes do primeiro jogo oficial das competições profissionais da época desportiva.
7. É obrigatória a colocação, na manga direita das camisolas, do logótipo da Liga Portugal, com o tamanho máximo de 100cm², o qual deverá ser cosido, ou estampado, sem prejuízo de, em sua substituição, figurar o logótipo da competição ou da Fundação do Futebol, caso a sua colocação venha a ser determinada pela Liga Portugal, segundo modelos para a camisola de cada clube.
8. Não é permitida a colocação de qualquer outro logótipo ou símbolo publicitário na manga direita das camisolas, além dos referidos no número anterior.
9. Os custos dos emblemas do patrocinador principal da competição, no caso previsto na parte final do n.º 7, são da responsabilidade do mesmo, de acordo com o limite de quantidades definido no início da época desportiva, por acordo com a Liga Portugal.

Artigo 11.º

Publicidade

1. É autorizado o uso de publicidade nos equipamentos dos jogadores das equipas que participam nas competições da Liga Portugal, sem limite de patrocinadores.
2. A publicidade e outras inscrições carecem de homologação pela Liga Portugal, de acordo com o procedimento previsto nos números seguintes.
3. Os clubes que pretendam divulgar publicidade têm que remeter à Liga Portugal, antes da realização do primeiro jogo da competição, no prazo estabelecido no Comunicado Oficial n.º 1, uma maquete a cores no formato A4 (29,7 x 21cm) e um exemplar completo de cada um dos equipamentos com as respetivas publicidades a utilizar.
4. Considera-se tacitamente homologada a publicidade se não for proferida deliberação em contrário no prazo de dez dias após a receção na Liga Portugal.
5. Os clubes podem, durante a época desportiva, modificar ou alterar a publicidade nos equipamentos nos termos regulamentares, mediante pedido de autorização à Liga Portugal até, pelo menos, dois dias úteis antes do jogo em que pretendem utilizar os equipamentos em questão; a Liga Portugal dará a referida autorização até 24 horas antes do jogo em questão.
6. Deverá ser sempre apresentada uma maquete para a publicidade de cada peça do equipamento, com a indicação clara das medidas e zonas autorizadas para o efeito.
7. Obtida a homologação prevista no presente artigo, os clubes podem utilizar simultaneamente no equipamento dos jogadores publicidade, até um máximo de oito patrocinadores em cada jogo.
8. A publicidade pode ser colocada:
 - a) na frente e atrás da camisola, sempre sem prejuízo da visibilidade da numeração;
 - b) na manga esquerda da camisola;
 - c) nos calções, na parte posterior dos mesmos à altura da cintura e/ou na parte da frente da perna esquerda sobre o logótipo ou marca do fabricante;
 - d) na parte superior da lateral exterior das meias;
 - e) na frente da camisola acima da marca do logótipo do fabricante desportivo.

9. É proibida a exibição de quaisquer slogans, imagens ou formas de publicidade fora dos locais regularmente previstos, independentemente do seu suporte.
10. Em qualquer caso, a área da publicidade não pode exceder:
 - a) na parte da frente da camisola 400cm²;
 - b) na parte de trás da camisola 450cm², podendo o clube optar por colocar publicidade acima e abaixo do número de camisola, desde que a soma das duas áreas não exceda 450cm²;
 - c) na manga esquerda da camisola, 100cm²;
 - d) nos calções, na parte posterior, junto à cintura, 220cm² ou na parte posterior da perna esquerda, 120 cm² e na parte da frente da perna esquerda 120cm²;
 - e) nas meias, 20cm de altura por 10cm de largura;
 - f) acima do emblema da marca desportiva, 12,5cm de largura x 2cm de altura (25cm²).
11. A publicidade deve enquadrar-se com as cores do equipamento e não pode ter qualquer efeito crítico para os jogadores, árbitros, árbitros assistentes, dirigentes, técnicos e espectadores.
12. Além da publicidade é autorizada a aposição do nome ou marca do fabricante do equipamento, numa área que não exceda 20cm², em cada peça do equipamento, incluindo a camisola interior.

Artigo 12.º

Colete dos jogadores suplentes

O colete dos jogadores suplentes deve ser de cor facilmente distinguível dos demais intervenientes na partida, não podendo ser de cor laranja.

Artigo 13.º

Colete dos apanha-bolas

O colete dos apanha-bolas é decorado com o *naming* ou logótipo da competição, caso exista, devendo ser de cor facilmente distinguível dos demais intervenientes na partida.

Artigo 14.º

Equipamento dos árbitros

1. O equipamento dos árbitros é aprovado pela Liga Portugal, ouvida a FPF, e divulgado em comunicado oficial.
2. É obrigatória a colocação do emblema da competição na camisola do equipamento dos árbitros.
3. A exploração publicitária dos equipamentos dos árbitros é da titularidade da Liga Portugal.

ANEXO XII

REGULAMENTO DO MECANISMO DE APOIO AOS CLUBES DESPROMOVIDOS À LIGA PORTUGAL 2

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento regula o Mecanismo de Apoio aos clubes despromovidos à Liga Portugal 2 (Mecanismo) aprovado na reunião extraordinária da Assembleia Geral da Liga Portugal de 29 de dezembro de 2017.

Artigo 2.º

Fins do Mecanismo

O Mecanismo destina-se a permitir aos clubes destinatários fazer face:

- a) aos montantes pagos ao abrigo dos acordos de cessação de contratos de trabalho com jogadores, treinadores e trabalhadores qualificados;
- b) aos montantes pagos pela cessação antecipada ou redução de contratos de prestação de serviços exigíveis ou adequados à participação na Liga Portugal 1;
- c) à perda de receitas diretamente relacionadas com a despromoção.

Artigo 3.º

Constituição do Mecanismo

1. Em cada época desportiva, o Mecanismo é constituído por uma quantia inscrita no orçamento da Liga Portugal proveniente da cobrança da taxa de transmissão fixada nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos da Liga Portugal e da alínea e) do n.º 1 do artigo 88.º do Regulamento das Competições.
2. A quantia referida no número anterior destina-se, em partes iguais, aos clubes elegíveis nos termos do artigo seguinte.
3. A verba referida no n.º 1 não deverá ser inferior a €300.000,00 (trezentos mil euros).

Artigo 4.º

Elegibilidade

1. São elegíveis para acionar o Mecanismo, em cada época desportiva, os clubes que, sendo despromovidos da Liga Portugal 1 à Liga Portugal 2, se licenciem para participar nesta competição.
2. A distribuição das verbas do Mecanismo está condicionada:
 - a) à demonstração da regularidade da situação contributiva perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social;
 - b) à demonstração da inexistência de dívidas vencidas e não pagas perante a Liga Portugal.
3. Os clubes despromovidos à Liga Portugal 2 em consequência da aplicação de sanção disciplinar não são elegíveis para o recebimento de quaisquer verbas do Mecanismo.

Artigo 5.º

Procedimento

1. Os clubes elegíveis devem requerer à Liga Portugal o pagamento das verbas do Mecanismo no prazo de um mês contado do termo da época desportiva em que foram despromovidos.
2. O requerimento deve descrever e comprovar os fundamentos para o pagamento das verbas do Mecanismo, por referência às alíneas do artigo 2.º, e conter toda a documentação contabilística e contratual relevante.
3. A gestão e decisão do procedimento compete ao Órgão de Licenciamento criado pelo Manual de Licenciamento para a participação nas competições da Liga Portugal, que decide sobre parecer da Comissão de Auditoria nele também prevista.
4. Os clubes que tenham apresentado requerimento nos termos dos números anteriores podem apresentar, até 31 de março da época desportiva seguinte à da despromoção, requerimentos complementares relativos a despesas em que tenham incorrido ou a receitas cuja perda se tenha verificado posteriormente ao requerimento inicial.

Artigo 6.º

Pagamento das verbas do Mecanismo

1. O pagamento das verbas do Mecanismo é condicionado e proporcional à efetiva comprovação dos encargos em que os clubes despromovidos incorreram ou das receitas que perderam.
2. Em caso algum serão pagas aos clubes verbas em montante superior ao resultado do quociente do valor definido nos termos do artigo 3.º pelo número de clubes despromovidos.
3. Os pagamentos serão feitos no prazo de 15 dias da notificação da decisão do Órgão de Licenciamento.

ANEXO XIII**PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA****I. DISPOSIÇÕES GERAIS**

A Liga Portugal, por regulamentação fundamentada na Lei de Bases do Desporto, tem como principal missão a organização das competições de natureza profissional.

No âmbito da admissão às competições profissionais os Clubes têm de instruir o seu processo de candidatura de acordo com determinados requisitos.

Uma das principais preocupações da Liga Portugal é a análise às contas auditadas dos seus associados, às diversas peças contabilísticas e, conseqüentemente, os diferentes rácios, potenciando competições assentes em princípios basilares de contas equilibradas.

Hoje em dia, a Liga Portugal distribui um conjunto de verbas que não era efetuado num passado recente, nomeadamente verbas de jogo online e de base territorial, as verbas da Taça da Liga, tendo inclusive criado, nos seus estatutos, um fundo de infraestruturas.

Neste sentido, torna-se ainda mais premente validar a boa gestão dessas verbas de modo a haver igualdade de exigência entre todos os concorrentes nas competições profissionais.

Esta necessidade foi maturada e determinada, após uma análise da atual situação económica dos Clubes participantes nas competições profissionais.

Assim, e tendo em conta a análise efetuada, a mesma revelou existirem algumas dificuldades de gestão e de viabilidade económica em Clubes que, presentemente, disputam as competições profissionais.

Neste sentido, e à semelhança do que atualmente se pratica na UEFA e nas grandes Ligas Europeias, a Liga Portugal pretende introduzir mecanismos que contribuam para a sustentabilidade económica e financeira dos Clubes, com o intuito de assegurar uma lealdade desportiva e um *fair-play* financeiro em prol das competições profissionais de futebol.

Assim, torna-se necessário que os Clubes implementem sistemas de gestão eficazes para conseguirem monitorizar e controlar periodicamente a sua situação económico-financeira.

II. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA**ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

O programa de sustentabilidade económica e financeira, cujo funcionamento se encontra definido no presente documento:

- aplica-se a todos os Clubes participantes nas competições profissionais organizadas pela Liga Portugal;
- define as responsabilidades dos Clubes que pretendam obter licenciamento a participar nas competições organizadas pela Liga Portugal;

- estipulam ainda os objetivos a serem monitorizados pela Liga Portugal em matéria de fair-play financeiro e que fazem parte integrante dos requisitos de admissibilidade/participação nas competições profissionais.

OBJETIVOS

Com a introdução deste programa, a Liga Portugal pretende contribuir para o desenvolvimento do futebol português, tendo como principais objetivos:

- melhorar os desempenhos económicos e financeiros dos Clubes a médio e longo prazo;
- incentivar os Clubes a terem um nível de gestão e de organização apropriada;
- reforçar a credibilidade do futebol português e garantir o fair-play financeiro nas competições organizadas pela Liga Portugal.

INDICADORES SELECIONADOS E PERÍODO DE ADAPTAÇÃO

Tendo por base os requisitos e indicadores atualmente monitorizados pela UEFA e com o objetivo de preparar a globalidade do futebol profissional português para essa realidade, a Liga Portugal optou por introduzir o conceito do break-even no seu Manual de Licenciamento.

Desta forma, todos os Clubes que competem nos campeonatos de futebol profissional poderão enquadrar as suas políticas de gestão, tendo em consideração as exigências do break-even, o qual já se encontra enraizado no panorama do futebol europeu.

De referir que são apurados dois tipos de break-even:

- o break-even do período, que corresponde ao resultado do break-even referente a uma época; e,
- o break-even agregado, que corresponde à soma das três últimas épocas; cuja forma de apuramento será posteriormente detalhada.

Associado ao break-even agregado, existem diversos indicadores que, apesar de não terem um carácter obrigatório, devem ser considerados como forma de orientação para os Clubes atingirem o equilíbrio económico e financeiro pretendido. Esses indicadores são os seguintes:

- Incerteza de continuidade (*going concern*);
- Capital próprio negativo;
- Break-even do período;
- Gastos com pessoal vs. total dos rendimentos; e
- Dívida líquida vs. total dos rendimentos.

A implementação deste programa teve uma amplitude temporal de seis épocas desportivas, durante as quais os Clubes puderam ajustar as suas políticas de gestão, tendo em consideração as recomendações apresentadas.

A partir do licenciamento para a época 2020-21, os Clubes passaram a apresentar à Liga Portugal os indicadores que constam na tabela em baixo, tendo sido estipuladas recomendações numa perspetiva evolutiva, de forma a permitir uma melhor adaptação durante o período de

implementação deste programa. As recomendações definidas para a época 2024-25 mantêm-se as que estavam definidas pela UEFA na época 2022-23¹.

Os objetivos recomendados para os diferentes indicadores são os seguintes:

Indicadores	Categoria	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025
Break-Even Agregado	A	-	-	Positivo ou com desvio aceitável	Positivo ou com desvio aceitável	Positivo ou com desvio aceitável
Incerteza de Continuidade	B	Sem ênfase e/ou reserva no relatório do auditor	Sem ênfase e/ou reserva no relatório do auditor	Sem ênfase e/ou reserva no relatório do auditor	Sem ênfase e/ou reserva no relatório do auditor	Sem ênfase e/ou reserva no relatório do auditor
Capital Próprio negativo	B	Capital Próprio positivo ou com variação positiva	Capital Próprio positivo ou com variação positiva	Capital Próprio positivo ou com variação positiva	Capital Próprio positivo ou com variação positiva	Capital Próprio positivo ou com variação positiva
Break-Even do Período	B	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo
Gastos com Equipa Principal vs Total de Rendimentos	C	80%	75%	70%	70%	70%
Dívida Líquida vs Total de Rendimentos	C	150%	125%	100%	100%	100%

A - Caráter obrigatório (o não cumprimento implica um aumento da monitorização por parte da LPFP)

B - Caráter não-obrigatório (o não cumprimento implica a entrega do Break-Even de forma antecipada)

C - Caráter não-obrigatório (para efeitos de monitorização e eventual pedido de informação adicional)

APURAMENTO E CALENDARIZAÇÃO DA ENTREGA DOS INDICADORES

O resultado do break-even para cada período deverá ser calculado com base nas contas anuais auditadas do Clube.

O break-even de cada um dos períodos deverá ser entregue à Liga Portugal nas seguintes datas:

T – 2023-24 – 31 de março de 2025;

T-1 – 2022-23 – 31 de março de 2024;

T-2 – 2021-22 – 31 de março de 2023.

O break-even agregado corresponde à soma dos resultados do break-even para cada período de reporte referido (T, T-1 e T-2), sendo positivo se for igual ou superior a zero e negativo se for inferior a zero.

O desvio aceitável do break-even agregado, para que se considere que um Clube cumpre o requisito de break-even, é de EUR 5 milhões para os Clubes que competem na Liga Portugal 1 e de EUR 1 milhão para os Clubes que competem na Liga Portugal 2.

¹ Exceção do limite definido para o break-even para os Clubes da Liga Portugal 2.

Caso o break-even agregado seja inferior ao desvio aceitável no período de monitorização (T, T-1 e T-2), o Clube pode demonstrar que o défice agregado é reduzido por resultados positivos (se existirem) produto da soma dos resultados do break-even dos dois períodos de reporte anteriores a T-2 (i.e. períodos de reporte T-3 e T-4).

Se ainda assim o Clube ultrapassar o desvio aceitável, será possível cumprir o requisito de break-even agregado, no caso de tal excesso ser inteiramente coberto por contribuições de participantes no capital próprio e/ou partes relacionadas, conforme previsto no ponto 4 do capítulo III e no respetivo Anexo I - E.

Em caso de incumprimento de algum dos indicadores definidos na tabela anterior como de categoria B (incerteza de continuidade, capital próprio negativo e/ou break-even do período) (conforme descrito no ponto 5 do capítulo III), o Clube deverá entregar o resultado do break-even do período T a 31 de outubro do ano em que termina o período.

A título de exemplo, se existir uma ênfase e/ou reserva sobre a continuidade das operações na Certificação Legal de Contas da época 2022-23 ou no relatório do auditor do primeiro semestre de 2023-24, o resultado do break-even do período T (2023-24) tem de ser apresentado de forma antecipada à Liga Portugal a 31 de outubro de 2024 (numa situação normal seria apresentado a 31 de março de 2025)

Em resumo, a tabela seguinte apresenta os períodos que devem ser considerados para o cálculo do break-even agregado:

<u>Época de Licenciamento</u>	<u>Break-Even Agregado de:</u>	<u>Períodos a incluir no Break-Even Agregado</u>	<u>Data de Entrega</u>
2020/2021	-	2018/2019 (T)	31 de março 2020
2021/2022	-	2018/2019 (T-1) 2019/2020 (T)	a) 31 de março 2021 b) 31 de outubro 2020
2022/2023	2021/2022	2018/2019 (T-2) 2019/2020 (T-1) 2020/2021 (T)	a) 31 de março 2022 b) 31 de outubro 2021
2023/2024	2022/2023	2019/2020 (T-2) 2020/2021 (T-1) 2021/2022 (T)	a) 31 de março 2023 b) 31 de outubro 2022
2024/2025	2023/2024	2020/2021 (T-2) 2021/2022 (T-1) 2022/2023 (T)	a) 31 de março 2024 b) 31 de outubro 2023

a) data de entrega em caso de cumprimento dos indicadores de categoria B

b) data de entrega em caso de violação dos indicadores de categoria B

Os indicadores associados ao break-even agregado, nomeadamente:

- Incerteza de continuidade (*going concern*);

- Capital próprio negativo;
- Break-even do período;
- Gastos com pessoal vs. total dos rendimentos; e
- Dívida líquida vs. total dos rendimentos;

devem ser entregues a 31 de março, quer para as contas anuais da época anterior (T-1), quer para as contas semestrais da própria época (T), à exceção do break-even do período e do rácio da dívida líquida vs. total dos rendimentos, os quais apenas são apurados anualmente.

A título de exemplo, os indicadores referentes às contas anuais da época 2023-24 (T-1) e às contas do primeiro semestre de 2024-25 devem ser entregues a 31 de março de 2025.

Para efeito do cálculo dos indicadores referidos, considera-se que:

- Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal correspondem ao total dos gastos registados na rubrica #63, nomeadamente remunerações fixas e variáveis, benefícios pós emprego, indemnizações, encargos sociais sobre remunerações, seguros de acidentes no trabalho, entre outros. Acresce ainda o valor dos gastos incorridos com os honorários de trabalhadores independentes, que habitualmente se encontram registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

- Dívida líquida

A dívida líquida corresponde ao valor líquido das dívidas relacionadas com transferências de atletas (i.e. a diferença entre os valores a pagar provenientes de transferência de atletas e os valores a receber no âmbito de transferências de atletas) e o valor líquido dos empréstimos (i.e. financiamentos e descobertos bancários, empréstimos de acionistas e/ou de partes relacionadas, leasings financeiros e/ou outros tipos de financiamentos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras).

- Total dos rendimentos

O total dos rendimentos correspondem aos rendimentos operacionais, incluindo os rendimentos provenientes das transações de direitos de atletas.

Com base na informação referente aos indicadores definidos como de categoria B (incerteza de continuidade, capital próprio negativo ou break-even do período), entregue a 31 de março de 2024, o Clube poderá ter de entregar o break-even do período referente à época 2023-24(T):

- a 31 de outubro de 2024, caso tenha incumprido um desses indicadores, conforme descrito no ponto 5 do capítulo III;
- a 31 de março de 2025, caso não tenha incumprido nenhum desses indicadores.

NOTA FINAL

Para um maior enquadramento com o apuramento do break-even no âmbito do Financial Fair Play da UEFA, reproduzimos no próximo capítulo os principais aspetos relacionados com o break-even que constam do Regulamento do Licenciamento de Clubes para as Competições de Clubes da UEFA para a época 2018-19, com as necessárias adaptações e simplificações.

III. BREAK-EVEN

(Baseado no Regulamento de Licenciamento de Clubes para as Competições de Clubes da UEFA para a época 2018-19)

1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Todos os Clubes que se qualifiquem para as competições profissionais organizadas pela Liga Portugal devem proceder ao cálculo do break-even.

2. NOÇÃO DE RECEITA E DESPESAS RELEVANTES

- Os rendimentos e gastos relevantes encontram-se melhor definidos no Anexo I.
- Os rendimentos e gastos relevantes devem ser calculados e reconciliados pelo Clube nas demonstrações financeiras anuais auditadas e/ou registos contabilísticos correspondentes.
- Os rendimentos e gastos relevantes de entidades associadas devem ser ajustados para refletir o justo valor dessas transações.

3. NOÇÃO DE RESULTADO DE BREAK-EVEN

- A diferença entre rendimentos relevantes e gastos relevantes é o resultado de break-even, o qual deve ser calculado de acordo com o Anexo I para cada período de reporte.
- Se os gastos relevantes do Clube forem inferiores aos rendimentos relevantes para o período de reporte, o Clube tem um break-even positivo. Se os gastos relevantes do Clube forem superiores aos rendimentos relevantes para o período de reporte, o Clube tem um break-even deficitário.
- O resultado agregado do break-even é a soma dos resultados do break-even para cada período de reporte coberto pelo período de monitorização (*i.e.*, períodos de reporte T, T-1 e T-2).
- Se o resultado agregado do break-even for positivo (igual ou superior a zero) o Clube tem um break-even agregado positivo para o período de monitorização. Se o resultado agregado do break-even for negativo (inferior a zero) o Clube tem um break-even agregado deficitário para o período de monitorização.
- Em caso de break-even agregado deficitário para o período de monitorização, o Clube pode demonstrar que o défice agregado é reduzido por resultados positivos (se existirem) produto da soma dos resultados do break-even dos dois períodos de reporte anteriores a T-2 (*i.e.*, períodos de reporte T-3 e T-4).

4. NOÇÃO DE DESVIO ACEITÁVEL

- a) O desvio aceitável é o máximo défice agregado de break-even possível para um Clube ser considerada em cumprimento do requisito de break-even.
- b) O desvio aceitável é de EUR 5 milhões para os Clubes que competem na Liga Portugal 1 e de EUR 1 milhão para os Clubes que competem na Liga Portugal 2.
- c) Contudo, será possível ultrapassar este limite, até ao valor de EUR 30 milhões para os Clubes que competem na Liga Portugal 1 e de EUR 6 milhões para os Clubes que competem na Liga Portugal 2, no caso de tal excesso ser inteiramente coberto por contribuições de participantes no capital próprio e/ou partes relacionadas.
- d) Contribuições de participantes no capital próprio e/ou partes relacionadas (como definidas no Anexo I - E) são consideradas na determinação do desvio aceitável se tiverem ocorrido e sido registadas:
 - 1. nas demonstrações financeiras auditadas de um dos períodos de reporte T, T-1 ou T-2; ou
 - 2. nos registos contabilísticos até ao prazo para submissão da informação de break-even do período de reporte T.
 - 3. Cabe ao Clube demonstrar a substância da transação, a qual deverá ser integral e sem qualquer condição associada. Uma intenção ou compromisso dos proprietários de realizarem a contribuição não é suficiente para que tal contribuição seja considerada.
- e) No caso de contribuições por parte de participantes no capital próprio e/ou partes relacionadas que ocorram até ao prazo para submissão da informação de break-even do período de reporte T serem reconhecidas no período de reporte de um clube T+1 e terem sido tidas em consideração para determinar desvio aceitável relativamente ao período de monitorização (T-2, T-1 e T) analisado na época de licença com início no mesmo ano civil, tais contribuições serão consideradas em posteriores períodos de monitorização como tendo sido reconhecidas no período de reporte T.
- f) No caso de um período de monitorização que inclua um período de reporte superior ou inferior a 12 meses, o desvio aceitável será ajustado para mais ou para menos, consoante a extensão do período de monitorização.

5. INFORMAÇÃO SOBRE O BREAK-EVEN

- a) O Clube deverá preparar e submeter:
 - 1. a informação de break-even para o período de reporte T-1;
 - 2. a informação de break-even para o período de reporte T-2, se não tiver sido previamente submetida;
 - 3. a informação de break-even para o período de reporte T, se tiver incumprido qualquer dos indicadores referidos no parágrafo c. infra.
- b) A informação do break-even deve:
 - 1. referir-se ao mesmo perímetro de reporte usado para o licenciamento do Clube;
 - 2. ser aprovada pelo órgão de administração ou direção.

- c) Se um Clube apresentar qualquer das situações descritas nos indicadores 1 a 3, é considerado em incumprimento do indicador:
1. Indicador 1: Incerteza de continuidade (*going concern*)
O relatório do auditor relativo às demonstrações financeiras anuais (*i.e.* período de reporte T-1) e/ou demonstrações financeiras intermédias (quando aplicável), submetidas, inclui uma ênfase material ou uma opinião/conclusão qualificada relativamente à incerteza de continuidade.
 2. Indicador 2: Capital próprio negativo
As demonstrações financeiras anuais (*i.e.* período de reporte T-1) submetidas, revelam um capital próprio que se deteriorou relativamente aos valores correspondentes das demonstrações financeiras anuais precedentes (*i.e.* período de reporte T-2), ou as demonstrações financeiras intermédias submetidas, apresentam um capital próprio que se deteriorou relativamente aos valores correspondentes da data de encerramento estatutária precedente (*i.e.* período de reporte T-1).
 3. Indicador 3: resultado de break-even
O Clube apresenta um break-even deficitário para um dos períodos de reporte T-1 e T-2 ou para ambos.
- d) Adicionalmente, a Liga Portugal reserva-se ao direito de solicitar ao Clube a preparação e submissão de informação do break-even para o período de reporte T e informação adicional em qualquer momento, e em especial se as demonstrações financeiras anuais mostrarem que:
1. os gastos com pessoal excedem 70% do total dos rendimentos; ou
 2. a dívida líquida excede 100% do total dos rendimentos.

6. CUMPRIMENTO DO REQUISITO DE BREAK-EVEN

O requisito de break-even não se mostra cumprido se o Clube apresentar um break-even agregado deficitário para os períodos de reporte T-2, T-1 e T que exceda o desvio aceitável definido, considerando ainda os resultados positivos, se existentes, nos períodos de reporte T-3 e T-4.

ANEXO I – CÁLCULO DO RESULTADO RELATIVO AO BREAK-EVEN

A. RESUMO DO CÁLCULO DO RESULTADO RELATIVO AO BREAK-EVEN

1. Os rendimentos relevantes são constituídos pela soma dos elementos seguintes:
 - a) Rendimentos – Bilheteira;
 - b) Rendimentos – Patrocínio e publicidade;
 - c) Rendimentos – Direitos de transmissão;
 - d) Rendimentos – Atividades comerciais;
 - e) Rendimentos – Contribuição de solidariedade e prémios da UEFA
 - f) Rendimentos – Outros lucros operacionais;
 - g) Lucro resultante da saída de registos de jogadores (e/ou rendimentos resultantes da saída de registos de jogadores);
 - h) Excedente resultante da cessão de ativos fixos tangíveis;
 - i) Rendimentos financeiros e de taxas monetárias.

Os rendimentos relevantes devem ser reduzidos se qualquer dos elementos das alíneas a) a i) supra incorporarem um ou mais dos elementos a seguir indicados de j) a n):
 - j) Créditos/rendimentos não monetários;
 - k) Rendimentos provenientes de transações com uma ou várias partes relacionadas superiores ao justo valor;
 - l) Rendimentos provenientes de operações não futebolísticas não relacionadas com o clube;
 - m) Rendimento referente a um jogador de que o licenciado retenha o registo;
 - n) Créditos emergentes de redução de responsabilidades resultantes de procedimentos que permitam proteção contra credores.
2. Os gastos relevantes são constituídos pela soma dos elementos seguintes:
 - a) Custos – Custos de vendas/materiais;
 - b) Custos – Gastos com o pessoal;
 - c) Custos – Outros custos operacionais;
 - d) Perdas com alienação e amortização/depreciação dos registos de jogadores (e/ou custos de aquisição de registos de jogadores);
 - e) Custos financeiros e dividendos.

Os gastos relevantes devem ser aumentados se qualquer dos elementos das alíneas a) a e) supra integrarem o elemento indicado de seguida:
 - f) Gastos provenientes de transações com uma ou várias partes relacionadas inferiores ao justo valor.

Os gastos relevantes devem ser reduzidos se qualquer dos elementos das alíneas a) a e) supra integrarem um ou mais dos elementos indicados nas alíneas g) a m) infra:
 - g) Gastos relativos às atividades de formação do futebol jovem;
 - h) Gastos relativos às atividades de desenvolvimento comunitário;

- i) Custos com atividades do futebol feminino;
 - j) Débitos/encargos não monetários;
 - k) Encargos financeiros diretamente atribuíveis à construção e/ou alteração substancial de ativos fixos tangíveis;
 - l) Custos com melhoramentos em propriedade arrendada;
 - m) Gastos provenientes de operações não futebolísticas não relacionadas com o clube.
3. O resultado de break-even não inclui o seguinte:
- a) Ganhos/perdas com a alienação e depreciação/amortização de ativos tangíveis;
 - b) Ganhos/perdas com a alienação e depreciação/amortização de ativos intangíveis que não sejam registos de jogadores;
 - c) Gastos/rendimentos de impostos.

B. RENDIMENTOS RELEVANTES

1. Os cálculos dos rendimentos relevantes são definidos do seguinte modo:
- a) Rendimentos – Bilheteira
Rendimentos provenientes da venda de bilhetes para a época ou para um jogo individual ao grande público e às empresas, relativas às competições nacionais (campeonato e taça), às competições de clubes da UEFA e a outros jogos (incluindo os jogos e digressões amigáveis). Compreendem igualmente as quotas dos membros.
 - b) Rendimentos – Patrocínio e publicidade
Rendimentos provenientes do patrocinador principal, dos outros patrocinadores, dos painéis publicitários situados ao redor do terreno e noutros locais, e das outras atividades publicitárias e de patrocínio.
 - c) Rendimentos – Direitos de transmissão
Inclui rendimentos provenientes da venda dos direitos de transmissão relativamente às competições nacionais (campeonato e taça), às competições de clubes da UEFA e a outros jogos (incluindo os jogos e torneios amigáveis) à televisão, rádio, novos meios de comunicação social e outros meios de comunicação social de radiodifusão.
 - d) Rendimentos – Atividades comerciais
Rendimentos provenientes do merchandising, da venda de alimentos e bebidas, conferências, lotaria e de outras atividades comerciais que não estejam incluídas noutra categoria.
 - e) Rendimentos – Contribuição de solidariedade e prémios da UEFA
Compreende rendimentos recebidos da UEFA relativos à participação nas competições de clubes da UEFA e às contribuições de solidariedade.
 - f) Rendimentos – Outros rendimentos operacionais
Compreende todos os rendimentos operacionais que não entram nas categorias indicadas acima, incluindo os rendimentos provenientes de outras fontes, como os subsídios, doações e outras verbas entregues pelo governo local, rendas, dividendos e rendimentos provenientes de operações não futebolísticas relacionadas com o clube.

- g) Lucro resultante da saída de registos de jogadores e/ou Rendimentos resultantes da saída de registos de jogadores.
- h) Excedente resultante da cessão de ativos fixos tangíveis
O lucro resultante da cessão de ativos fixos tangíveis (incluindo o estádio e as instalações de treino do clube) no decorrer de um período de reporte deve ser excluído do resultado relativo ao break-even,
- i) Rendimentos financeiros e de taxas monetárias
Rendimentos constituídos pelos juros provenientes da utilização por terceiros de ativos da entidade que rende juros. Os rendimentos de taxas monetárias consistem nos lucros e perdas líquidas em valores monetários, quer realizados quer não realizados. Os ganhos e perdas de taxas de conversão de valores não monetários, quer realizados ou não, são valores não monetários e devem ser excluídos do resultado de break-even.
- j) Créditos/rendimentos não monetários
Devem ser feitos ajustamentos apropriados de modo a que os Créditos não monetários sejam excluídos dos rendimentos relevantes para o cálculo do resultado relativo ao break-even. Os elementos não monetários (e.g. ativos tangíveis, ativos intangíveis tais como goodwill e inventários) são aqueles que não são cobertos pela definição dos elementos monetários. Os elementos monetários são definidos como divisas detidas bem como os ativos e passivos a receber ou a pagar num número fixo ou variável de divisas. A característica essencial de um elemento monetário é o direito de receber (ou a obrigação de fornecer) um número fixo ou variável de divisas. Exemplos de créditos/rendimentos não monetários:
 - reavaliação em alta de ativos fixos tangíveis e intangíveis (incluindo registos de jogadores) e inventários;
 - redução da depreciação ou da amortização em relação aos ativos fixos tangíveis e intangíveis (incluindo os registos de jogadores); e
 - ganhos/(perdas) de diferenças cambiais em relação a elementos não monetários.
- k) Rendimentos provenientes de transações com parte(s) relacionada(s) acima do justo valor
Para o cálculo do resultado relativo ao break-even, o Clube deve determinar o justo valor de toda a transação de uma parte relacionada. Se o justo valor estimado for diferente do valor registado, os rendimentos relevantes devem ser ajustados em conformidade, mas não podem ser ajustadas para cima. Exemplos de rendimentos de transações com uma parte relacionada que exigem que o Clube demonstre o justo valor estimado da transação:
 - venda de direitos de patrocínio;
 - venda de pacotes de hospitalidade e/ou de direitos de acesso a um camarote VIP; e
 - toda a transação com uma parte relacionada no âmbito da qual os bens ou serviços são fornecidos pelo clube.Exemplos de rendimentos de transações com uma parte relacionada que não são rendimentos relevantes, incluem contribuições de uma parte relacionada tais como:
 - montantes recebidos como doação; e
 - regularização de passivos.

As contribuições de uma parte relacionada podem ser tomadas em consideração unicamente na determinação do desvio aceitável no âmbito da avaliação da exigência relativa ao break-even.

- l) Rendimentos provenientes de operações não futebolísticas não relacionadas com o clube
Os rendimentos das operações não futebolísticas não relacionadas com o clube (*i.e.* não relacionadas com as atividades de futebol, locação ou uso de marca do clube de futebol) devem ser excluídas do cálculo dos rendimentos relevantes. Os rendimentos das operações não futebolísticas relacionadas com o clube (*i.e.* relacionadas, com as atividades, locação ou uso de marca do clube de futebol) podem ser incluídas no cálculo do resultado do break-even se os correspondentes gastos forem também incluídos. Neste caso, ambas devem ser inseridas consistentemente de um período de reporte para outro. Exemplos de operações não futebolísticas relacionadas com o clube são:
- as operações baseadas no estádio ou nos locais de treino de um clube ou que decorram na proximidade imediata dos mesmos, como um hotel, um restaurante, um centro de conferências, locais comerciais (para arrendar), um centro de fitness, outras equipas desportivas; e
 - operações que utilizam deliberadamente o nome/a marca de um clube.
- m) Receita referente a um jogador de que o Clube retenha o registo
Deverão ser feitos os ajustes apropriados de modo a que qualquer receita/lucro relativamente a um jogador do qual o Clube retenha o registo seja excluída do cálculo do resultado do break-even. Em caso de dúvida, qualquer receita/lucro resultante da alienação dos direitos económicos do jogador apenas pode ser considerada receita relevante para o cálculo do resultado do break-even após a transferência definitiva do registo do jogador para outro clube.
- n) Créditos emergentes de redução de responsabilidades resultantes de procedimentos que permitam proteção contra credores
Qualquer crédito relativo à redução de responsabilidades resultante de procedimento que permita a proteção contra credores deverá ser excluído do cálculo dos resultados do break-even.

C. GASTOS RELEVANTES

1. Os cálculos dos gastos relevantes são definidos do seguinte modo:
- a) Gastos – Custos de venda/marca
Custos de venda de todas as atividades, como a restauração, merchandising, cuidados médicos, equipamentos e o material desportivo.
- b) Gastos – Prestações a favor do pessoal
Estas prestações incluem todas as formas de retribuição em troca de serviços prestados durante o período de reporte pelo pessoal, incluindo a direção e o pessoal encarregue da gestão. As prestações a favor do pessoal cobrem todas as formas de retribuição, incluindo nomeadamente os benefícios ao pessoal a curto prazo (salários, contribuições à segurança social, prémio de direitos de imagem, participação nos benefícios e prémios), outros

benefícios (cuidados médicos, alojamento, automóvel, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), os benefícios pós-emprego (pagos no termo do contrato de trabalho), outros benefícios a longo prazo, indemnizações de rescisão de contrato e pagamentos com base em ações.

c) Gastos – Outros encargos operacionais

Encargos que compreendem todos os outros custos operacionais, como os gastos relativos aos jogos, os custos de arrendamento, os gastos gerais e administrativos e os gastos relativos às operações não futebolísticas relacionadas com o clube. As depreciações, as amortizações e as perdas de valor não são incluídas nos outros encargos operacionais e são apresentadas separadamente na demonstração de resultados.

d) Perdas com alienação e amortização/perda dos registos de jogadores (e/ou custos de aquisição de registos de jogadores).

e) Encargos financeiros e dividendos

Os encargos financeiros compreendem os juros e os outros gastos incorridos por uma entidade no âmbito do empréstimo de capitais, incluindo os juros sobre os descobertos e empréstimos bancários bem como sobre os outros empréstimos, e os encargos financeiros relacionados com os contratos de locação-financiamento. Os dividendos são distribuições aos detentores de instrumentos de capitais próprios. Se os dividendos são apresentados nas demonstrações financeiras, quer figurem na demonstração de resultados ou num documento separado, devem ser incluídos nos gastos relevantes.

f) Gastos com transações abaixo do justo valor com parte(s) relacionadas(s)

Para o cálculo do resultado relativo ao break-even, o Clube deve determinar o justo valor de todas as transações de uma parte relacionada. Se o justo valor estimado for diferente do valor registado, os gastos relevantes devem ser ajustados em conformidade, mas não podem ser ajustados para baixo. Exemplos de gastos com transações abaixo do justo valor com partes relacionadas que exigem que o Clube demonstre o justo valor estimado da transação incluem:

- qualquer despesa com transação com uma parte relacionada em que os bens e/ ou serviços são fornecidos a uma entidade dentro do perímetro de reporte;
- gastos com benefícios de trabalhadores relativamente a trabalhadores de entidades fora do perímetro de reporte se esses mesmos trabalhadores contribuírem para as atividades de entidades dentro do perímetro de reporte; e
- custos financeiros relacionados com custos de uma parte relacionada.

g) Gastos relativos às atividades de desenvolvimento do sector jovem

Podem ser feitos ajustamentos apropriados, nomeadamente para excluir os gastos relativos às atividades de desenvolvimento do sector júnior do cálculo do resultado relativo ao break-even. Os gastos relativos às atividades de desenvolvimento do sector júnior correspondem aos gastos de um clube que são diretamente atribuíveis (ou seja, poderiam ter sido evitadas se o clube não tivesse realizado tais atividades) às atividades de treino, formação e desenvolvimento dos jovens jogadores integradas no programa de formação de jovens, no espaço da jurisdição da FPF. A exigência relativa ao break-even permite à entidade reportante excluir os gastos relativos às atividades de desenvolvimento

do sector júnior dos gastos relevantes. O objetivo é encorajar os investimentos e os gastos na área das instalações e das atividades no interesse do clube a longo prazo.

- h) Gastos relativos às atividades de desenvolvimento comunitário
Podem ser feitos ajustamentos apropriados, nomeadamente para excluir os gastos relativos às atividades de desenvolvimento da comunidade, do cálculo do resultado relativo ao break-even. Os gastos relativos às atividades de desenvolvimento da comunidade correspondem aos gastos diretamente atribuíveis (ou seja, as que poderiam ter sido evitadas se o clube não tivesse realizado tais atividades) às atividades de utilidade pública com vista a promover a participação no desporto e a favorecer o desenvolvimento social.
- i) Gastos com atividades do futebol feminino
Podem ser efetuados ajustamentos apropriados para que os gastos com futebol feminino sejam excluídos do cálculo do resultado do break-even. Custos com as atividades do futebol feminino significam os gastos de um licenciado que são diretamente imputáveis a atividades de treino, formação e desenvolvimento de jogadoras envolvidas nas equipas femininas (*i.e.* seriam evitadas se o licenciado não participasse em atividades de futebol feminino) no espaço da jurisdição da FPF.
- j) Débitos/encargos não monetários
Podem ser feitos ajustamentos apropriados para excluir os débitos/encargos dos gastos relevantes para o cálculo do break-even. Elementos não monetários (tais como ativos tangíveis, ativos intangíveis e inventários) são elementos que não integram a definição de elementos monetários. Elementos monetários são definidos como unidades de moeda possuídos e valores ou responsabilidades a ser recebidas ou pagas num número de unidades monetárias determinadas ou determináveis. O aspeto essencial de um elemento monetário é um direito a receber (ou uma obrigação de entregar) um determinado ou determinável número de unidades monetárias. Exemplos de débitos/custos não monetários incluem:
- reavaliações em baixa ou inventários;
 - perdas de taxas de câmbio em elementos não monetários.
- k) Encargos financeiros diretamente atribuíveis à construção ou alteração substancial de ativos fixos tangíveis
O Clube pode excluir do cálculo do resultado relativo ao break-even todos os encargos financeiros diretamente atribuíveis à construção e/ou alteração substancial de um bem destinado a ser utilizado para as atividades futebolísticas do clube se os custos financeiros tiverem sido inscritos nos gastos no decorrer de um período de reporte e não capitalizado enquanto custos de construção e até o bem estar pronto a ser utilizado. O montante que pode ser ajustado é a diferença entre os encargos reais com juros (não capitalizados) e os rendimentos provenientes do investimento temporário do montante emprestado sobre o qual incidem os juros. Os juros em questão correm a partir da data na qual a entidade incorre nos gastos para o bem em causa, incorre em custos de empréstimos obtidos e realiza as atividades necessárias para preparar esse bem para utilização ou para venda futura, até à data do termo do ativo. Uma vez terminada a construção e/ou alteração

substancial do bem, todos os encargos financeiros devem ser incluídos no cálculo do resultado relativo ao break-even.

- l) Custos com melhoramentos em propriedade arrendada
O Clube pode excluir do cálculo do resultado do break-even a construção e/ ou alteração substancial subsequente efetuadas num bem tangível que tenha sido alugado por pelo menos 10 anos no caso de que tais custos (i) sejam fiavelmente mensuráveis, (ii) resultem em benefícios económicos futuros para o licenciado, (iii) não sejam capitalizados por outra forma. Para evitar qualquer dúvida, o resultado de break-even deve incluir custos com serviços diários e manutenção regular relativamente a partes específicas da propriedade, edifício ou equipamento. Tais custos deverão ser contabilizados na conta de ganhos e perdas.
- m) Gastos provenientes de operações não futebolísticas não relacionadas com o clube
Os gastos com as operações não futebolísticas (*i.e.* que não estejam relacionadas com as atividades de futebol, locações e marca do clube de futebol) podem ser excluídos do cálculo dos gastos relevantes. Os gastos com operações não futebolísticas relacionadas com o clube (*i.e.* relacionadas com as atividades de futebol, locações e marca do clube de futebol) devem ser incluídos no cálculo do break-even se os correspondentes rendimentos o forem igualmente. Neste caso ambos devem ser incluídos consistentemente de um período de reporte para o outro.

D. ELEMENTOS NÃO INCLUÍDOS NO CÁLCULO DO RESULTADO DO BREAK-EVEN

1. Os seguintes elementos não podem ser incluídos no cálculo do resultado do break-even:
- a) Ganhos/perdas com alienação e depreciação/perda de valor dos ativos fixos tangíveis
- Ganhos (ou perdas) com a alienação de um imobilizado corpóreo são calculados no momento da venda (deduzidos dos custos com a venda) menos o valor líquido contabilizado (tal como no balanço) do bem na data da venda
A depreciação é a repartição sistemática do montante amortizável de um bem no decorrer da sua vida útil, ou seja, o período no decorrer do qual está disponível para utilização por uma entidade. A perda de valor equivale ao montante do valor contabilístico do ativo fixo que ultrapassa o valor recuperável, sendo este último o valor mais elevado entre o justo valor do ativo após dedução dos custos da venda e o valor de uso. O ganho/perda na alienação e a depreciação e/ou a perda de valor dos ativos fixos tangíveis no decorrer de um período de reporte devem ser excluídas do cálculo do resultado relativo ao break-even. O objetivo é encorajar os investimentos e os gastos na área das instalações e das atividades no interesse do clube a longo prazo.
- b) Ganhos/perdas com alienação e depreciação/perda de valor dos ativos intangíveis que não os registos de jogadores
Um imobilizado incorpóreo é um ativo intangível determinável sem substância física. Um ativo é um recurso controlado pela entidade em resultado de eventos anteriores (por exemplo compra ou fabrico) e do qual são expectáveis futuros benefícios

económicos (influxo de dinheiro ou outros ativos ou redução de custos futuros). Exemplos de ativos intangíveis incluem:

- *goodwill*;
- propriedade intelectual (marca, direitos de autos).

Ganhos (ou perdas) com a alienação de ativos intangíveis é calculada como uma venda (deduzidos os custos com a venda) menos o valor líquido contabilizado (tal como no balanço) do bem na data da venda. A amortização é a repartição sistemática do montante amortizável de um bem durante a sua vida útil, ou seja, o período no decorrer do qual está disponível para utilização por uma entidade. A perda de valor equivale ao montante do valor contabilístico do ativo que ultrapassa a diferença entre o justo valor e os custos da venda. O ganho/perda com a alienação e a amortização/perda de valor dos ativos intangíveis, que não os relativos aos registos de jogadores no decorrer de um período de reporte, devem ser excluídas do cálculo do resultado relativo ao break-even. Para que não subsistam dúvidas, esclarece-se que a perda com alienação e a amortização/perda de valor dos custos de aquisição de registos de jogadores devem ser incluídas no cálculo do resultado relativo ao break-even para um período de reporte.

c) Encargos/rendimentos fiscais

Os encargos fiscais relativos aos produtos fiscais incluem todos os impostos nacionais e estrangeiros que são baseados no lucro tributável. O lucro (perda) tributável corresponde ao lucro (perda) para um período de reporte no qual sejam devidos impostos sobre o rendimento (recuperáveis). Os encargos fiscais são o montante reconhecido para um período de reporte relativamente às consequências fiscais atuais e futuras das transações e dos outros eventos. Os encargos fiscais não incluem o imposto sobre o valor acrescentado nem as contribuições fiscais e as contribuições à segurança social a favor dos empregados. O valor do imposto – quer seja um crédito ou um débito na conta de ganhos e perdas – deve ser excluída do cálculo do resultado do break-even.

E. CONTRIBUIÇÕES DE ACIONISTAS E/OU DE PARTES RELACIONADAS

1. O desvio aceitável pode ultrapassar os EUR 5 milhões na Liga Portugal 1 e EUR 1 milhão na Liga Portugal 2, no decorrer de um período de monitorização unicamente se o referido desvio for inteiramente coberto pelas contribuições de acionistas e/ou de partes relacionadas. O dinheiro ou os bens devem ter sido efetivamente recebidos pela entidade reportante e não ser apenas uma qualquer forma de promessa ou compromisso do acionista e/ou da parte relacionada.
2. As contribuições de acionistas são aumentos de capital, constituídos por pagamentos com vista à aquisição de partes do capital social ou da conta de reservas de prémios de emissão (i.e. investimentos nos instrumentos de capitais próprios na qualidade de acionistas) deduzidos das reduções de capital.
3. As contribuições de partes relacionadas incluem:

- a) Valores recebidos das partes relacionadas como doações: doações incondicionais feitas à entidade reportante por uma parte relacionada que aumentem os fundos próprios da entidade em questão sem obrigação de reembolso nem contrapartida de qualquer espécie. Por exemplo, uma declaração de renúncia a uma dívida interna ou para com uma parte relacionada constitui uma contribuição de capital, uma vez que resulta num aumento dos fundos próprios; e/ou
 - b) Transações financeiras de partes relacionadas: o montante a considerar a título de contribuição equivale à diferença entre o rendimento real no decorrer de um período de reporte e o justo valor da(s) transação/ões no decorrer deste período estabelecido no âmbito do cálculo do resultado relativo ao break-even (ver secção B, n.1 alínea j)).
4. Os tipos de transações seguintes não são contribuições de acionistas e/ou de partes relacionadas:
- a) Movimentos positivos nos ativos/passivos resultantes de uma reavaliação;
 - b) Criação de novas reservas ou aumento das reservas no balanço quando não se tratar de uma contribuição de acionista;
 - c) Transação devido à qual a entidade reportante tem uma responsabilidade, ou seja, tem a obrigação de agir de uma certa maneira ou de executar certas operações;
 - d) Contribuições de proprietários no âmbito de instrumentos classificadas como passivos.

F. PARTE RELACIONADA, TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS E JUSTO VALOR DAS TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

1. Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está ligada à entidade reportante. Na consideração de cada possível parte relacionada deve ser avaliada a substância da relação e não apenas a forma legal.
2. Uma pessoa ou um membro da família próxima desta pessoa (*i.e.* aqueles membros da família que se pode esperar influenciem, ou sejam influenciados por, aquela pessoa nas suas relações com a entidade, incluindo os filhos e cônjuge ou companheiro/a, os filhos daquele cônjuge ou companheiro/a, e os dependentes daquela pessoa ou do seu cônjuge ou companheiro/a) está relacionada com a entidade reportante se:
 - a) exercer um controlo ou um controlo conjunto sobre a entidade;
 - b) exercer uma influência significativa sobre a entidade reportante; ou
 - c) figurar entre os principais dirigentes da entidade reportante ou de uma empresa-mãe.
3. Uma entidade está relacionada com a entidade reportante se uma ou mais das condições seguintes se aplicarem:
 - a) a entidade e a entidade reportante são membros do mesmo grupo, o que significa que as empresas-mãe, as subsidiárias e as subsidiárias colegas estão relacionadas umas com as outras;
 - b) a entidade e a entidade reportante são controladas, controladas conjuntamente ou significativamente influenciadas pelo mesmo governo;
 - c) uma entidade tem significativa influência sobre a outra entidade;

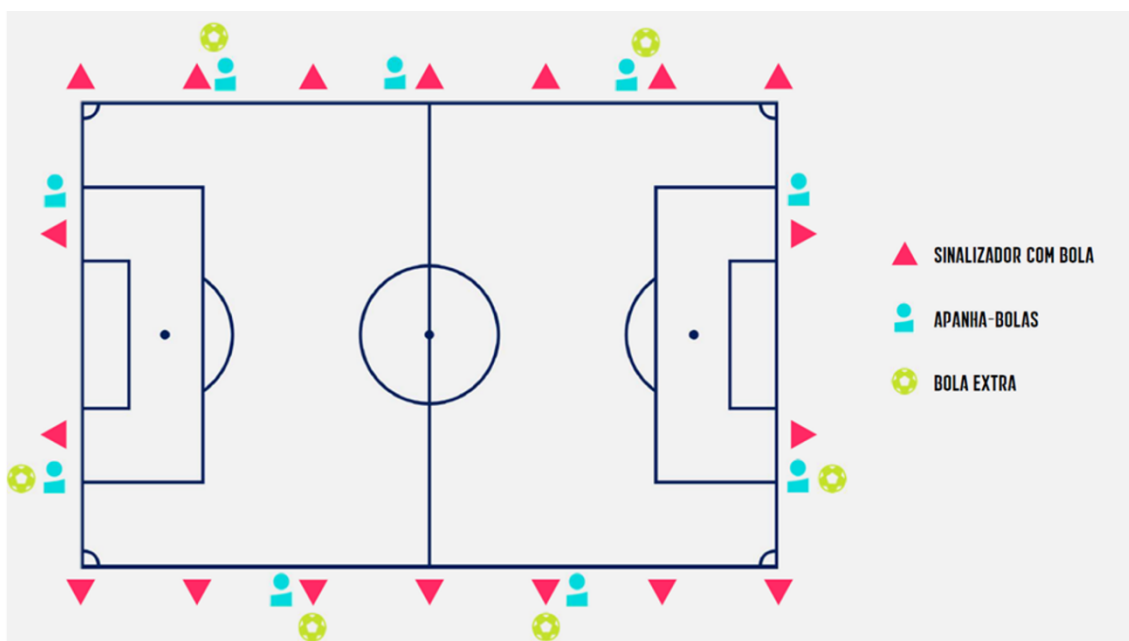
- d) as duas entidades são associadas ou formam uma joint-venture, diretamente ou com um membro do grupo de uma das duas entidades;
 - e) as duas entidades formam uma joint-venture com o mesmo terceiro;
 - f) uma entidade forma uma joint-venture com um terceiro e a outra entidade está associada a esse terceiro;
 - g) a entidade é controlada ou é objeto de um controlo conjunto por uma pessoa referida no n.º 2;
 - h) uma pessoa mencionada no n.º 2 (a) exerce uma influência significativa sobre a entidade ou figura entre os principais dirigentes da entidade (ou da sua empresa-mãe);
 - i) a entidade ou qualquer membro de um grupo de que aquela faça parte, forneça os serviços de pessoal de gestão à entidade reportante.
4. Uma transação entre partes relacionadas é uma transferência de recursos, de serviços ou de obrigações entre partes relacionadas, independentemente do facto de um preço ser faturado ou não.
5. As transações entre partes relacionadas não têm lugar necessariamente no justo valor. O justo valor é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou uma dívida regularizada entre partes conhecedoras e dispostas a isso e que agem em condições de concorrência normal. Para se considerar que um acordo ou transação foi celebrado/a em condições de concorrência normal, o/a mesmo/a não deve ser mais favorável a uma parte do que seria na ausência de relação entre as partes.
6. Numa situação em que o justo valor declarado para uma transação com parte relacionada seja investigado pela Liga Portugal, um auditor independente fará uma avaliação do justo valor conforme com as práticas correntes do mercado e determinará o justo valor da transação entre partes relacionadas. O clube poderá escolher um auditor independente que tenha sido aprovado pela Liga Portugal. Neste caso o auditor independente não poderá estar sujeito a nenhum conflito de interesses com o clube (e.g. por qualquer forma contratado pelo clube relativamente a qualquer outra matéria). O valor determinado pelo auditor independente será utilizado no cálculo do resultado do break-even.

ANEXO XIV
SISTEMA MULTIBOLAS

A. Implementação:

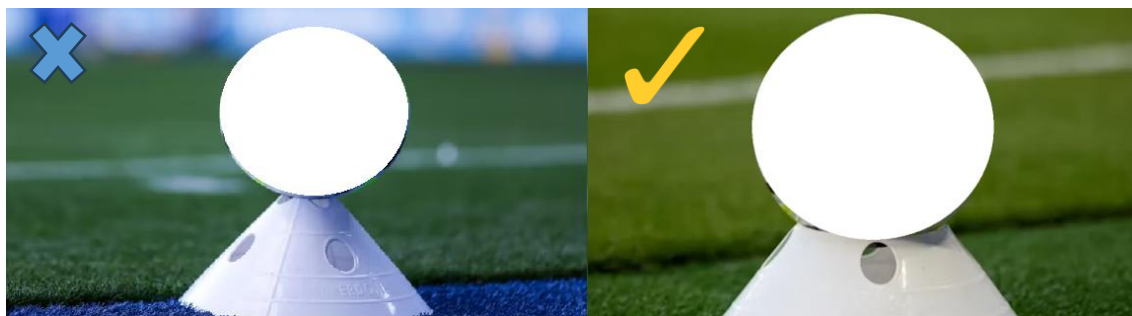
Em cada jogo que dispute na condição de visitado, o clube deve:

- a) distribuir os sinalizadores, as bolas e os apanha-bolas, de acordo com a seguinte representação gráfica:



- b) garantir que tem disponíveis, no mínimo, 27 bolas, das quais 24 serão para distribuir pelos sinalizadores e pelos apanha-bolas, de acordo com a alínea anterior, e 3 para reposição pelo diretor de campo, em caso de bolas perdidas;
- c) garantir que, ao longo das linhas laterais, a cada 15 metros há um sinalizador com uma bola;

d) garantir que os sinalizadores são de base larga, de acordo com o seguinte exemplo:



- e) garantir que os apanha-bolas não entregam a bola a nenhum jogador e são rápidos na sua reposição nos respetivos sinalizadores;
- f) garantir que os apanha-bolas que ficam ao lado dos bancos, estão sentados em bancos rasos e os demais em pé, atrás da 1.ª linha de publicidade;
- g) garantir que ficam dois apanha-bolas atrás de cada baliza, um sem bola, que deve recolher a bola que saiu do terreno de jogo, e outro com bola, para rapidamente repor a bola no respetivo sinalizador.

B. Cronograma para a implementação do sistema multibolas em dia de jogo

Sistema Multibolas	
15 minutos antes do início do jogo	Fim do aquecimento das equipas
7 minutos antes do início do jogo	Distribuição de bolas, apanha-bolas e sinalizadores
Intervalo	Recolha de bolas e apanha-bolas
10 minutos antes do início da 2.ª parte	Distribuição de bolas e apanha-bolas
Fim do jogo	Recolha de bolas, apanha-bolas e sinalizadores

ANEXO XV

PROTOCOLO PARA SUBSTITUIÇÃO ADICIONAL E PERMANENTE POR CONCUSSÃO

Artigo 1.º

Objeto

O presente protocolo define em que termos e condições uma sociedade desportiva pode recorrer, durante um jogo, a uma substituição adicional e permanente de um jogador por concussão.

Artigo 2.º

Concussão cerebral

A concussão cerebral é uma perturbação cerebral transitória decorrente de um traumatismo craniano ou cervical, que pode resultar do impacto da cabeça de um jogador com outro jogador, com uma estrutura física do terreno de jogo, ou com o terreno de jogo na sequência de uma queda.

Artigo 3.º

Número de substituições por concussão

1. Independentemente do número máximo de substituições regulamentadamente previsto, durante um jogo, cada equipa pode fazer uma substituição por concussão.
2. Se uma equipa substituir um jogador ao abrigo do presente protocolo, a equipa adversária terá direito a mais uma substituição para além das regulamentadamente previstas.
3. Não se aplica o disposto no número anterior, caso, na mesma jogada, jogadores de ambas as equipas se lesionem e tenham de ser substituídos por concussão.

Artigo 4.º

Procedimento em caso de substituição por concussão

1. Caso, durante o jogo, se verifique uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 2.º do presente protocolo, o árbitro deve interromper de imediato a partida e autorizar a entrada da equipa médica do clube do jogador potencialmente lesionado, garantindo o espaço e tempos necessários para a realização de uma primeira avaliação.
2. Na sequência do impacto, caso a equipa médica diagnostique uma concussão, ou dela suspeite, o jogador deve ser retirado do terreno de jogo, de acordo com o procedimento definido no presente artigo.
3. Depois de realizar a primeira avaliação, caso a equipa médica verifique ou suspeite que o jogador sofreu uma concussão cerebral, deve informar os técnicos que se encontram no banco suplentes da respetiva sociedade desportiva da necessidade de substituição do jogador ao abrigo do presente protocolo.
4. O delegado ao jogo da respetiva equipa preenche um cartão de cor roxa de modelo oficial, entrega-o ao 4.º árbitro e informa de imediato o delegado da Liga, que, por sua vez, informa a equipa adversária.

5. No momento da substituição, logo que o 4.º árbitro levante a placa eletrónica com o anúncio dos números dos jogadores substituto e substituído, o delegado ao jogo deve levantar o cartão roxo, tornando-o visível para os intervenientes no jogo e para os adeptos.
6. O jogador substituído por concussão deve ser encaminhado para o hospital ou sala de primeiros socorros do estádio, consoante a gravidade da lesão, e não pode regressar ao terreno de jogo.

Artigo 5.º

Regime supletivo

Todas as situações não previstas no presente protocolo regem-se pelo disposto nos regulamentos aplicáveis às competições organizadas pela Liga Portugal, salvo nos casos em que essa aplicação supletiva se mostre incompatível com as suas especificidades.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

O presente protocolo entrará em vigor no início da época desportiva 2025-26.

